

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA

MILLA LÚCIA FERREIRA GUIMARÃES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DO CONTADOR NAS
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES

CRICIÚMA

2020

MILLA LÚCIA FERREIRA GUIMARÃES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DO CONTADOR NAS
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense para a obtenção do Título de Doutora em Ciências Ambientais.

Área de Concentração: Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Milioli

CRICIÚMA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G963e Guimarães, Milla Lúcia Ferreira.

Educação ambiental no processo formativo do contador nas universidades comunitárias catarinenses / Milla Lúcia Ferreira Guimarães. - 2020.

336 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2020.

Orientação: Geraldo Milioli.

1. Educação ambiental. 2. Contadores - Formação. 3. Universidades e faculdades comunitárias. 4. Sustentabilidade. 5. Contabilidade ambiental. I. Título.

CDD 23. ed. 657.4

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

*Ao meu marido, filhos e netos,
que tornaram minha vida
completa e iluminada.*

AGRADECIMENTOS

“De modo suave, você pode sacudir o mundo”

(Mahatma Gandhi)

A Deus onipresente.

Aos meus pais, Edson e Léia, pelo amor e ensinamentos.

Ao meu marido, Leopoldo, pelo amor e cumplicidade.

Aos meus filhos Amanda, Gustavo e Eduardo, pelo amor e felicidade.

Ao meu neto Pedro e aos que ainda virão, pelo amor e esperança.

Aos meus irmãos Alessandra e Matheus, pelo amor e união.

Aos meus amigos, pelo incentivo e compreensão.

Ao meu orientador professor Geraldo, pelos ensinamentos e confiança.

Aos professores avaliadores Carlyle Torres Bezerra de Menezes, Cristina Keiko Yamaguchi, Ernani Ott e Gildo Volpato, pelas contribuições.

À Unesc, pelas oportunidades.

Ao Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela cooperação.

Ao Curso de Ciências Contábeis, pela experiência.

Minha gratidão.

INTERSER

Se você for um poeta, verá claramente que há uma nuvem flutuando nesta folha de papel. Sem uma nuvem, não haverá chuva; sem chuva, as árvores não podem crescer e, sem árvores, não podemos fazer papel. A nuvem é essencial para que o papel exista. Se ela não estiver aqui, a folha de papel também não pode estar aqui. Logo, podemos dizer que a nuvem e o papel intersão. “Interser” é uma palavra que não está no dicionário ainda, mas se combinarmos o prefixo “inter” com o verbo “ser”, teremos este novo verbo “interser”. Sem uma nuvem, não teremos papel, assim podemos afirmar que a nuvem e a folha de papel intersão.

Se olharmos ainda mais profundamente para dentro desta folha de papel, podemos ver os raios do sol nela. Se os raios do sol não estiverem lá, a floresta não pode crescer. De fato, nada pode crescer. Nem mesmo nós podemos crescer sem os raios do sol. E assim sabemos que os raios do sol também estão nesta folha de papel. O papel e os raios do sol intersão. E, se continuarmos a olhar, veremos o lenhador que cortou a árvore e a trouxe para ser transformada em papel na fábrica. E vemos o trigo. Sabemos que o lenhador não pode existir sem o seu pão diário e, conseqüentemente, o trigo que se tornou seu pão também está nesta folha de papel. E o pai e a mãe do lenhador estão nela também. Quando olhamos desta maneira, vemos que, sem todas estas coisas, esta folha de papel não pode existir.

Olhando ainda mais profundamente, podemos ver que nós estamos nesta folha também. Isto não é difícil de ver, porque quando olhamos para uma folha de papel, a folha de papel é parte de nossa percepção. A sua mente está aqui dentro e a minha também. Então podemos dizer que todas as coisas estão aqui dentro desta folha de papel. Você não pode apontar uma única coisa que não esteja aqui - tempo, espaço, a terra, a chuva, os minerais do solo, os raios do sol, a nuvem, o rio, o calor. Tudo coexiste com esta folha de papel. É por isto que eu penso que a palavra interser deveria estar no dicionário. “Ser” é interser. Você simplesmente não pode “ser” por você mesmo, sozinho. Você tem que interser com cada uma das outras coisas. Esta folha de papel é porque tudo o mais é.

Suponha que tentemos retornar um dos elementos à sua fonte. Suponha que retornemos ao sol os seus raios. Você acha que esta folha de papel seria possível? Não, sem os raios do sol nada pode existir. E se retornarmos o lenhador à sua mãe, então também não teríamos mais a folha de papel. O fato é que esta folha de papel é constituída de “elementos não-papel”. E se retornarmos estes elementos não-papel às suas fontes, então absolutamente não pode haver papel. Sem os “elementos não-papel”, como a mente, o lenhador, os raios do sol e assim por diante, não existirá papel algum.

Tão fina quanto possa ser esta folha de papel, ela contém todas as coisas do universo dentro dela.

Thich Nhat Hanh

RESUMO

GUIMARÃES, Milla Lúcia Ferreira. A educação ambiental no processo formativo do contador nas universidades comunitárias catarinenses. 2020, 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais – PPGCA da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2020.

Neste estudo busca-se refletir sobre a amarração teórica envolvendo Universidades Comunitárias, Educação Ambiental e a formação do Contador. As Universidades Comunitárias enquanto instituições de ensino criadas a partir dos anseios da sociedade civil, sem fins lucrativos e com estreito vínculo às demandas comunitárias em favor do desenvolvimento local e regional; a Educação Ambiental enquanto parte integrante da educação de todos os cidadãos com vistas à conscientização, desenvolvimento de competências e a participação crítica, responsável e libertária dos indivíduos para novas condutas frente ao meio ambiente; os Cursos de Ciências Contábeis e o processo formativo do Contador, sua função estratégica nos espaços onde atua, não podendo ficar alheio aos impactos socioambientais e os esforços empresariais para evitá-los. No entrelaçamento dessa tríade está a missão universitária e do Curso em formar profissionais para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida visando ao desenvolvimento sustentável da região onde se insere. A partir desse contexto levantou-se o seguinte objetivo da pesquisa: compreender o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses, filiadas à ABRUC. Para sustentar o objetivo geral foram propostos como objetivos específicos: i) Identificar as Universidades Comunitárias catarinenses que ofertam curso de graduação em Ciências Contábeis; ii) Verificar nos PPCs as ementas da disciplina de Contabilidade Ambiental ou relacionada, bem como propostas e práticas curriculares socioambientais; iii) Verificar a percepção dos coordenadores e professores dos cursos sobre a Educação Ambiental no processo de formação do Contador; iv) Apresentar na ótica dos coordenadores os problemas socioambientais do entorno das universidades; v) Correlacionar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes com os problemas socioambientais apresentados. Para tanto foi realizada uma pesquisa pautada nos métodos qualitativos, exploratória, descritiva, documental e baseada em uma abordagem holística de múltiplos casos. O contexto, portanto, é o processo formativo do Contador voltado para questões socioambientais nas universidades catarinenses filiadas à ABRUC e cadastradas no e-MEC como comunitárias, as quais são: Unesc, Unisul, Univali, Univille, Unochapecó e Unoesc. Os casos são os Cursos de Ciências Contábeis dessas instituições considerando o contexto local e regional. O objeto da análise diz respeito à disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada. A produção de dados foi realizada por meio de entrevistas com coordenadores e professores do Curso, além das legislações e documentos institucionais sobre o tema. Para a obtenção de um panorama do desenvolvimento sustentável dos municípios do entorno das universidades a pesquisa valeu-se dos Índices de Desenvolvimento Municipal Sustentável desenvolvidos pela FECAM. Os dados coletados e sistematizados apontam que todos os cursos ofertam ao menos uma disciplina sobre a temática socioambiental, muito embora venham suprimindo-a nas mudanças de matriz, inserindo os conteúdos específicos para a formação do Contador em outras disciplinas ao mesmo tempo em que oferecem os conteúdos pertinentes à Educação Ambiental em outra disciplina, na modalidade EAD, para vários cursos da instituição, promovendo ganho de escala e ainda assim atendendo às diretrizes curriculares. Observou-se que tanto coordenadores quanto professores consideram importante a inserção da Educação Ambiental e da Contabilidade Ambiental na matriz do Curso, mas por motivos diversos, uns mais voltados para a educação do contador/cidadão e outros focados na

formação puramente profissional. Os principais problemas socioambientais do entorno universitário, na percepção dos coordenadores e professores, referem-se à mineração, a poluição dos rios, a destinação do lixo e o uso desordenado dos recursos naturais. Verificou-se que a maioria dos cursos estudados trata de modo geral a parte teórica dos assuntos socioambientais, a parte prática está balizada nas demonstrações contábeis das empresas com capital aberto listadas na [B]³ e não nas atividades e vocações locais/regionais. Acredita-se que o ensino da Educação Ambiental em comunhão com o ensino da Contabilidade Ambiental, para além dos instrumentos avaliativos do ensino superior, supre uma lacuna existente na formação dos bacharéis em Ciências Contábeis ao proporcionar a ampliação de visão de mundo, de reflexão sobre o ser-no-mundo e não o ser e o mundo isolados. Para que, ao estudar de modo contextualizado as questões socioambientais possam contribuir, mediante a compreensão crítica da realidade, sugerindo soluções duradouras aos problemas ambientais que são, também, problemas humanos, libertando o estudante e futuro Contador do pensamento utilitarista da natureza. Por esse motivo, propôs-se uma disciplina denominada Contabilidade para a Sustentabilidade, que considera a vocação comunitária das universidades, as legislações pertinentes e a sustentabilidade do local e da região onde o Curso está inserido, em todas as dimensões: sociocultural, econômica, ambiental e política, a partir dos quatro pilares para a educação do século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser.

Palavras-chave: Universidade Comunitária. Ciências Contábeis. Educação Ambiental. Sustentabilidade. Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

This research seeks to reflect on a theoretical binding involving Community Universities, Environmental Education and the Accountant Qualification. Community Universities as educational institutions created from the demands of the society, non-profit and with a close link to community desires in favor of local and regional development; Environmental Education as an important part of all citizens' education aiming at raising individuals' awareness, developing their skills and their critical, responsible and libertarian participation towards new behaviors concerning the environment; the Accounting Courses and the Accountants' training process, their strategic function in the places where they work, since they cannot be unaware of the socio-environmental impacts and the efforts of the companies to avoid them. In this triad intertwining is the university as well as the Course mission to train professionals who are able to promote the quality and sustainability of the environment, aiming at the sustainable development of the region where they belong to. From this context, the aim of this research is: To understand the accountant's academic training process focused on socio-environmental issues at the Community Universities Accounting Courses in Santa Catarina which are affiliated to ABRUC. To support the general objective, specific objectives were proposed: i) to identify which Community Universities in Santa Catarina offer Accounting Courses; ii) To verify in the Pedagogical Projects of the Courses the syllabuses of the Environmental Accounting subject or related subjects, as well as proposals and socio-environmental curriculum practices; iii) To verify the perception of coordinators and teachers of the courses on Environmental Education in the Accountant training process; iv) To present the social-environmental problems surrounding the universities according to coordinators' perspective; v) To correlate the pedagogical practices developed by the teachers with the socio-environmental problems presented. Therefore the present research was carried out based on qualitative methods. It was exploratory, descriptive, documentary and also based on a holistic approach of multiple cases. Thus, the context of the research was the Accountant training process focused on socio-environmental issues at the universities in Santa Catarina which are affiliated to ABRUC and registered at e-MEC as Community Universities, such as Unesc, Unisul, Univali, Univille, Unochapecó and Unoesc. The cases were the Accounting Courses of those institutions considering local and regional contexts. The analysis object concerned the Environmental Accounting subject or related subjects. Data was collected from interviews with coordinators and teachers of the Course in addition to institutional legislation and documents on the theme. The research used the Indices of Sustainable Municipal Development developed by FECAM in order to obtain an overview of the sustainable development of the municipalities surrounding the universities. Results show that all courses offer at least one subject regarding the socio-environmental theme, although that theme as a course subject have been suppressed in the changes of matrix, inserting the specific contents for the Accountants' training in other course subjects, at the same time that the pertinent contents to Environmental Education are offered in the distance learning modality for several courses of the institution, thus promoting gain of scale and still meeting the curricular guidelines. Data analysis also show that, both coordinators and teachers, consider it important to include Environmental Education and Environmental Accounting in the Course matrix, but for different reasons, some focused more on the accountant/citizen training while others focused on purely professional training. The main socio-environmental problems surrounding universities, according to the coordinators and teachers' perception, refer to mining, to the pollution of rivers, to the disposal of garbage and the disordered use of natural resources. Most of the courses which were studied deal with the theoretical part of socio-environmental issues in general; the practical part is based on the financial statements of publicly traded

companies listed in [B]³ and not on local/regional activities and vocations. The present research believes that the teaching of Environmental Education together with the teaching of Environmental Accounting, beyond the assessment tools of higher education, supplies an existing gap in the training of Accounting Courses Bachelors by providing them with an expansion of the world view, with a reflection on the being-in-the-world and not the being and the world on an isolated view, so that when studying socio-environmental issues in a contextualized way students can contribute, through a critical understanding of reality, suggesting lasting solutions to environmental problems which are also human problems, thus, freeing the students and future Accountants of the utilitarian thought of nature. For this reason, the research suggests a course subject called Accounting for Sustainability, which considers the community vocation of universities, the relevant local and regional legislation and sustainability where the Course is inserted in and in all dimensions such as socio-cultural, economic, environmental and political, from the four pillars for 21st century education that are: learn how to know, learn how to do, learn how to live with others and learn how to be a human being.

Keywords: Community University. Accounting Course. Environmental Education. Sustainability. Environmental Accounting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Redes Regionais ABRUC.....	80
Figura 2 – Interações entre meio ambiente, economia e a sociedade.....	91
Figura 3 - Polos produtivos catarinenses.....	99
Figura 4 - Roteiro Metodológico.....	104
Figura 5 - Tipos de Projetos para Estudo de Caso.....	107
Figura 6 - Universidades Comunitárias catarinenses filiadas à ABRUC e cadastradas no e-MEC como comunitárias.....	108
Figura 7 - Projetos (holístico) de casos múltiplos da pesquisa.....	109
Figura 8 - Categorias e subcategorias de análise.....	112
Figura 9 – Hierarquia dos componentes do IDMS.....	114
Figura 10 - Classificação dos municípios conforme o IDMS.....	114
Figura 11 – Vista panorâmica da Unesc – <i>campus</i> Criciúma.....	119
Figura 12 - Série histórica do IDMS de Criciúma.....	124
Figura 13 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Criciúma.....	126
Figura 14 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Criciúma.....	128
Figura 15 – Municípios associados à AMREC.....	129
Figura 16 – Vista panorâmica da Unisul – <i>campus</i> Tubarão.....	141
Figura 17 – Série histórica do IDMS de Tubarão.....	146
Figura 18 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Tubarão.....	148
Figura 19 – Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Tubarão.....	150
Figura 20 – Municípios associados a AMUREL.....	151
Figura 21 – Vista panorâmica da Univali.....	160
Figura 22 – Série histórica do IDMS de Itajaí.....	166
Figura 23 – Nível de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Itajaí.....	168
Figura 24 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Itajaí.....	171
Figura 25 - Municípios associados à AMFRI.....	172
Figura 26 – Vista panorâmica da Univille – <i>campus</i> Joinville.....	186
Figura 27 - Síntese da estratégia da Univille para o período de 2017-2026.....	187
Figura 28 - Série histórica do IDMS de Joinville.....	190
Figura 29 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Joinville.....	192
Figura 30 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Joinville.....	195
Figura 31 - Municípios associados à AMUNESC.....	196

Figura 32 – Vista panorâmica da Unochapecó – <i>campus</i> Chapecó.....	203
Figura 33 - Série histórica do IDMS de Chapecó.....	207
Figura 34 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Chapecó.....	209
Figura 35 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Chapecó.....	212
Figura 36 – Municípios associados à AMOSC	213
Figura 37 – Componentes da Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da Unoesc	221
Figura 38 – Vista panorâmica da Unoesc – <i>campus</i> Joaçaba.....	222
Figura 39 - Série histórica do IDMS de Joaçaba.....	227
Figura 40 – Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Joaçaba.....	228
Figura 41 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Joaçaba	231
Figura 42 - Municípios associados à AMMOC.....	232
Figura 43 – Caminhos para a Narrativa da Análise e Resultados de Casos Cruzados	242
Figura 44 - Participação dos setores no Valor Adicionado Bruto de SC	263
Figura 45 – Somatório da população por Associações Municipais do entorno das Universidades Comunitárias, resultado do Censo 2010.....	271
Figura 46 – Somatório do PIB por Associações Municipais do entorno das Universidades Comunitárias, resultado de 2016	272
Figura 47 - Somatório do PIB <i>per capita</i> por Associações Municipais do entorno das Universidades Comunitárias, resultado de 2016	272
Figura 48 – Proposta para disciplina Contabilidade para Sustentabilidade	297

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Finalidades e princípios da EA conforme Conferência de Tbilisi	44
Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior, por classificação acadêmico-administrativa e localização (Capital e Interior)	76
Quadro 3 - IES filiadas à ACAFE	81
Quadro 4 - PIB, PIB <i>per capita</i> e PIB setorial de Santa Catarina em 2016	96
Quadro 5 – Principais produtos do setor agrícola de Santa Catarina por mesorregião	97
Quadro 6 – <i>Ranking</i> dos municípios catarinenses conforme setores econômicos e a participação no PIB estadual	100
Quadro 7 – Percentual da taxa de frequência líquida escolar no ano 2019	101
Quadro 8 – IDMS de Santa Catarina	101
Quadro 9 – Universidades Comunitárias Catarinenses, Municípios Sede, Associação Municipal e a Mesorregião	109
Quadro 10 - Componentes da pesquisa	110
Quadro 11 – Diretrizes da Unesc	120
Quadro 12 - PIB, PIB <i>per capita</i> e PIB setorial de Criciúma em 2016.....	123
Quadro 13 - IDMS de Criciúma, Dimensão Sociocultural.....	124
Quadro 14 - IDMS de Criciúma, Dimensão Econômica	126
Quadro 15 - IDMS de Criciúma, Dimensão Ambiental	127
Quadro 16 - IDMS de Criciúma, Dimensão Político Institucional	127
Quadro 17 - População, PIB e PIB <i>per capita</i> , municípios da AMREC.....	131
Quadro 18 - Evolução do IDMS, municípios da AMREC	132
Quadro 19 - Objetivo Geral e Ementa da (s) disciplina (s) com a temática ambiental ofertada (s) no Curso de Ciências Contábeis da Unesc – <i>campus</i> Criciúma.....	135
Quadro 20 – Temas da Exposição Conhecer Para Preservar.....	137
Quadro 21 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social.....	139
Quadro 22 - Diretrizes da Unisul.....	142
Quadro 23 - PIB, PIB <i>per capita</i> e PIB setorial de Tubarão em 2016.	145
Quadro 24 – IDMS de Tubarão, Dimensão Sociocultural.....	146
Quadro 25 - IDMS de Tubarão, Dimensão Econômica.....	148
Quadro 26 – IDMS de Tubarão, Dimensão Ambiental	149
Quadro 27 – IDMS de Tubarão, Dimensão Político Institucional	149

Quadro 28 – População, PIB, e PIB <i>per capita</i> , municípios da AMUREL	153
Quadro 29 – Evolução do IDMS, municípios da AMUREL.....	154
Quadro 30 - Ementa da(s) disciplina(s) com a temática ambiental ofertada(s) na Unisul	156
Quadro 31 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Informações Socioambientais	156
Quadro 32 - Diretrizes da Univali	161
Quadro 33 - Escolas conforme área do conhecimento	163
Quadro 34 - PIB, PIB <i>per capita</i> e PIB setorial de Itajaí em 2016	165
Quadro 35 - IDMS de Itajaí, Dimensão Sociocultural	166
Quadro 36 - IDMS de Itajaí, Dimensão Econômica.....	169
Quadro 37 - IDMS de Itajaí, Dimensão Ambiental.....	169
Quadro 38 - IDMS de Itajaí, Dimensão Político Institucional	170
Quadro 39 – População, PIB e PIB <i>per capita</i> , municípios da AMFRI.....	174
Quadro 40 – Evolução do IDMS, municípios da AMFRI.....	175
Quadro 41 - Objetivo Geral e Ementa da(s) disciplina(s) com a temática ambiental ofertada(s) na Univali	176
Quadro 42 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Responsabilidade Social	177
Quadro 43 - Projeto Fazer o Bem Faz Bem – Seja a Diferença	183
Quadro 44 – Diretrizes da Univille.....	187
Quadro 45 - PIB, PIB <i>per capita</i> e PIB setorial de Joinville.....	190
Quadro 46 - IDMS de Joinville, Dimensão Sociocultural.....	191
Quadro 47 - IDMS de Joinville, Dimensão Econômica	193
Quadro 48 - IDMS de Joinville, Dimensão Ambiental	193
Quadro 49 - IDMS de Joinville, Dimensão Político Institucional.....	194
Quadro 50 – População, PIB e PIB <i>per capita</i> , municípios da AMUNESC.....	197
Quadro 51 – Evolução do IDMS, municípios da AMUNESC.....	198
Quadro 52 – Ementa da(s) disciplina(s) com a temática ambiental ofertada(s) na Univille ..	199
Quadro 53 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Contabilidade Ambiental	199
Quadro 54 - Diretrizes da Unochapecó	204
Quadro 55 - PIB, PIB <i>per capita</i> e PIB setorial de Chapecó em 2016.....	206
Quadro 56 - IDMS de Chapecó, Dimensão Sociocultural.....	207
Quadro 57 - IDMS de Chapecó, Dimensão Econômica.....	209
Quadro 58 - IDMS de Chapecó, Dimensão Ambiental	210
Quadro 59 - IDMS de Chapecó, Dimensão Político Institucional	210
Quadro 60 - População, PIB e PIB <i>per capita</i> , municípios da AMOSC.....	215

Quadro 61 - Evolução do IDMS, municípios da AMOSC	216
Quadro 62 – Objetivo Geral e Ementa da(s) disciplina(s) com a temática ambiental ofertada(s) na Unochapecó	218
Quadro 63 - Referências utilizadas na disciplina Responsabilidade Social Corporativa	219
Quadro 64 - Diretrizes da Unoesc	223
Quadro 65 - PIB, PIB <i>per capita</i> e PIB setorial de Joaçaba em 2016	226
Quadro 66 - - IDMS de Joaçaba, Dimensão Sociocultural.....	227
Quadro 67 - IDMS de Joaçaba, Dimensão Econômica	229
Quadro 68 - IDMS de Joaçaba, Dimensão Ambiental	229
Quadro 69 - IDMS de Joaçaba, Dimensão Político Institucional.....	230
Quadro 70 - População, PIB e PIB <i>per capita</i> , municípios da AMMOC	233
Quadro 71 - Evolução do IDMS, municípios da AMMOC.....	234
Quadro 72 – Objetivo Geral e Ementa da disciplina com a temática ambiental ofertada na Unoesc	235
Quadro 73 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Contabilidade Socioambiental ...	235
Quadro 74 – Missão das Universidades Comunitárias Catarinenses	244
Quadro 75 - Disciplinas de Contabilidade Ambiental ou relacionada nos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias Catarinenses	255
Quadro 76 – Análise de conteúdo das ementas das disciplinas de Contabilidade Ambiental ou relacionada.....	257
Quadro 77 – Cursos de Ciências Contábeis e os temas geradores dos títulos das referências	260
Quadro 78 – Distribuição espacial do PIB, PIB <i>per capita</i> e da população catarinense nos municípios-sede das Universidades Comunitárias	264
Quadro 79 - Nível de sustentabilidade dos municípios sede das Universidades Comunitárias.	265
Quadro 80 - Principais subdimensões e variáveis que contribuíram para o aumento/queda no IDMS, Dimensão Sociocultural.....	267
Quadro 81 - Principais subdimensões e variáveis que contribuíram para o aumento/queda no IDMS, Dimensão Econômica.....	268
Quadro 82 - Principais subdimensões e variáveis que contribuíram para a manutenção no IDMS, Dimensão Ambiental	269
Quadro 83 - Principais subdimensões e variáveis que contribuíram para a manutenção no IDMS, Dimensão Político Institucional	270

Quadro 84 – Nível médio de sustentabilidade dos municípios do entorno das Universidades Comunitárias.....	273
Quadro 85 - População, PIB e PIB <i>per capita</i> dos municípios da AMREC	274
Quadro 86 – IDMS dos municípios da AMREC em 2018	275
Quadro 87 - População, PIB e PIB <i>per capita</i> dos municípios da AMUREL.....	276
Quadro 88 – IDMS dos municípios da AMUREL em 2018	277
Quadro 89 - População, PIB e PIB <i>per capita</i> dos municípios da AMFRI.....	278
Quadro 90 – IDMS dos municípios da AMFRI em 2018	279
Quadro 91 – População, PIB e PIB <i>per capita</i> dos municípios da AMUNESC	280
Quadro 92 – IDMS dos municípios da AMUNESC em 2018.....	281
Quadro 93 - População, PIB e PIB <i>per capita</i> dos municípios da AMOSC	282
Quadro 94 – IDMS dos municípios da AMOSC em 2018	284
Quadro 95 - População, PIB e PIB <i>per capita</i> dos municípios da AMMOC.....	285
Quadro 96 – IDMS dos municípios da AMMOC em 2018.....	286

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABIEE - Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas
- ABRUC - Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior
- ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais
- ACC - Atividades Curriculares Complementares
- AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
- AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense
- AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
- AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera
- AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina
- AMUREL - Associação de Municípios da Região de Laguna
- ANEC - Associação Nacional de Educação Católica do Brasil
- [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão
- CATÓLICA SC - Centro Universitário – Católica de Santa Catarina
- CEE/SC - Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade
- CFE - Conselho Federal de Educação
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COMUNG - Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
- CPC - Centro de Práticas Contábeis
- CRC - Conselho Regional de Contabilidade
- CSEAR - Centro de Pesquisas sobre Contabilidade Ambiental
- CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
- DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
- DCNEA - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
- DEDS - Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
- DVA - Demonstração do Valor Adicionado
- EAD - Educação a Distância
- E-MEC - Sistema de Tramitação Eletrônica dos Processos de Regulação do Ministério da Educação
- ESCCA - Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas
- FACIECRI - Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma

FECAM - Federação Catarinense de Municípios, Associações de Municípios e Consórcios de Santa Catarina

FEMAI - Fundação de Ensino dos Municípios do Alto Irani

FEMARP - Fundação Educação Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente

FUCRI - Fundação Educacional de Criciúma

FUOC - Fundação Universitária do Oeste Catarinense

FUNDEST - Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste

FUNESC - Fundação de Ensino do Extremo Oeste Catarinense

FURB - Universidade Regional de Blumenau

FURJ - Fundação Universidade Educacional da Região de Joinville

GEE - Gases do Efeito Estufa

GRI - *Global Reporting Initiative*

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICES - Instituições Comunitárias de Educação Superior

IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

LabPGT – Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NAF - Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal

NECON - Núcleo de Estudos Contábeis

NEGEO - Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional

NID - Núcleos Integrados de Disciplinas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIUDSMA - Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

ONU - Organização das Nações Unidas

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB - Produto Interno Bruto

PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PP - Projeto Pedagógico

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPPI - Projeto Pedagógico Institucional

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental (1994-1999)

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental (2005 em diante)

RCL - Receita Corrente Líquida

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEF - Secretaria de Estado da Fazenda

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SESC - Serviço Social do Comércio

SIDEMS - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

SINDICONT - Sindicato dos Contabilistas de Criciúma e Região

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UNC - Universidade do Contestado

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

UNIBAVE - Centro Universitário Barriga Verde

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIDAVI - Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

UNIFEBE - Centro Universitário de Brusque

UNINTER - Centro Universitário Internacional

UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville

UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

USJ - Centro Universitário Municipal de São José

USP - Universidade de São Paulo

TI - Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
1.1 APRESENTAÇÃO	24
1.2 HIPÓTESES	29
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	30
1.3.1 Objetivo Geral	30
1.3.2 Objetivos Específicos	30
1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	30
1.5 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	34
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	36
2.1 A PEDAGOGIA EMANCIPATÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS PRIMEIROS PASSOS QUE INICIAM A CAMINHADA FORMATIVA DO CONTADOR	36
2.2 AGENDA DO MEIO AMBIENTE E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	38
2.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	55
2.4 A PLURALIDADE TEÓRICA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60
2.5 A PERCEPÇÃO COMO REFERÊNCIA AO MEIO AMBIENTE E À EDUCAÇÃO AMBIENTAL	70
2.6 AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: DAS BASES ÀS CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	73
2.6.1 Universidades Comunitárias	76
2.7 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE, EXIGÊNCIAS E MERCADO DE TRABALHO PARA O CONTADOR	83
2.7.1 As Competências do Contador na Sociedade Contemporânea	84
2.7.2 A Contabilidade Ambiental e o Contexto Profissional	87
2.8 O DESAFIO DE MENSURAR	90
2.9 ASPECTOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS MESORREGIÕES CATARINENSES	94
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	103
3.1 INTRODUÇÃO	103
3.2 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	105

3.2 LÓCUS DA PESQUISA	107
3.3 PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	110
3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	115
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO (HOLÍSTICO) DE CASOS MÚLTIPLOS - RELATÓRIOS	116
4.1 RELATÓRIO DO CASO 1: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL	116
4.1.1 O Curso de Ciências Contábeis da Unesc – <i>campus</i> Criciúma.....	117
4.1.2 Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)	118
4.1.3 Contexto local da Unesc.....	121
4.1.4 Contexto Regional da Unesc	129
4.1.5 Entrevista com o ex-coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Unesc – <i>campus</i> Criciúma (Coordenador do Curso – CS1).....	132
4.1.6 Entrevista com docente do Curso de Ciências Contábeis da Unesc – <i>campus</i> Criciúma.....	134
4.2 RELATÓRIO DO CASO 2: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNISUL E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL	140
4.2.1 O Curso de Ciências Contábeis da Unisul – <i>campus</i> Tubarão	140
4.2.2 Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).....	140
4.2.3 Contexto Local da Unisul	143
4.2.4 Contexto Regional da Unisul	150
4.2.5 Entrevista com a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unisul – <i>campus</i> Tubarão (Coordenadora do Curso – CS2)	155
4.3 RELATÓRIO DO CASO 3: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVALI E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL	158

4.3.1 O Curso de Ciências Contábeis da Univali – <i>campus</i> Itajaí	158
4.3.2 Universidade do Vale do Itajaí (Univali)	159
4.3.3 Contexto Local da Univali	164
4.3.4 Contexto Regional da Univali	171
4.3.5 Entrevista com o coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Univali – <i>campus</i> Itajaí (Coordenador do Curso – CS3)	175
4.3.6 Entrevista com docente(s) do Curso de Ciências Contábeis da Univali – <i>campus</i> Itajaí	181
4.4 RELATÓRIO DO CASO 4: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVILLE E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL	184
4.4.1 O Curso de Ciências Contábeis da Univille – <i>campus</i> Joinville	184
4.4.2 Universidade da Região de Joinville (Univille)	185
4.4.3 Contexto Local da Univille	188
4.4.4 Contexto Regional da Univille	195
4.4.5 Entrevista com o coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Univille – <i>campus</i> Joinville (Coordenador do Curso – CS4)	198
4.5 RELATÓRIO DO CASO 5: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNOCHAPECÓ E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL	201
4.5.1 O Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó – <i>campus</i> Chapecó	201
4.5.2 Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)	203
4.5.3 Contexto Local da Unochapecó	205
4.5.4 Contexto Regional da Unochapecó	212
4.5.5 Entrevista com a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó – <i>campus</i> Chapecó (Coordenador do Curso – CS5)	217
4.6 RELATÓRIO DO CASO 6 (CS6): CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNOESC E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL	220

4.6.1 O Curso de Ciências Contábeis da Unoesc – <i>campus</i> Chapecó	220
4.6.2 Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)	221
4.6.3 Contexto Local da Unoesc	225
4.6.4 Contexto Regional da Unoesc	231
4.6.5 Entrevista com a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unoesc – <i>campus</i> Chapecó (Coordenadora do Curso – CS6)	234
4.6.6 Entrevista com docente(s) do Curso de Ciências Contábeis da Unoesc – <i>campus</i> Chapecó.....	238
5 APRESENTAÇÃO DA SÍNTESE DOS CASOS CRUZADOS – RELATÓRIO	242
5.1 LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	243
5.2 PROCESSO EDUCATIVO NOS CURSOS	251
5.3 CONTEXTO LOCAL E REGIONAL DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS...	262
5.4 PERCEPÇÃO DE COORDENADORES E PROFESSORES SOBRE A INSERÇÃO DE CONTEÚDOS SOCIOAMBIENTAIS E OS PROBLEMAS DO ENTORNO UNIVERSITÁRIO NA MATRIZ CURRICULAR	289
5.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA PROPOSTA PARA AS CIÊNCIAS CONTÁBEIS	294
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	300
6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	300
6.2 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	307
APÊNDICES	327

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se a introdução ao estudo, o problema, as questões norteadoras, as hipóteses de trabalho, os objetivos e a justificativa da pesquisa.

1.1 APRESENTAÇÃO

Em um período relativamente curto de tempo, no século XX, a humanidade presenciou o exponencial desenvolvimento da ciência e da tecnologia com a revolução industrial, modificando o modelo de produção de bens e de serviços, o desenvolvimento dos transportes, da medicina, dos meios e formas de comunicação. Apesar de toda evolução o período foi assinalado por tragédias como guerras mundiais, uso de armas nucleares com poderes destrutivos imensos e desastres ambientais, frutos de exploração da natureza em prol da manutenção do modelo econômico capitalista. Frente à crise ambiental intensificada a partir da revolução industrial, os paradigmas que pautam a relação governo, indústria/empresa, homem e natureza estão cada vez mais fragilizados, materializando-se por meio da degradação ambiental, exclusão social, miséria, consumismo, obsolescência programada, crise de valores, entre outros aspectos.

As questões relativas ao meio ambiente, que anteriormente eram consideradas apenas de modo indireto em caso de preservação dos valores econômicos ou de proteção à saúde humana, no século XXI entraram na pauta de discussões, repercutindo novos conceitos, aprendizados e atitudes. Especialmente nas instituições de ensino superior, emergindo a necessidade de propostas para a formação de profissionais conscientes da responsabilidade social essencial às demandas contemporâneas e autônomos para contribuir na prática social a fim de melhorar a qualidade de vida da coletividade.

Nesse prisma, a Educação Ambiental pode proporcionar mudanças na relação do homem com o ambiente quando compreendida como processo de busca, individual e coletivo, da questão socioambiental, por meio do acesso à informação, do desenvolvimento de uma consciência crítica e do estímulo ao enfrentamento das questões ambientais e sociais (MOUSINHO, 2003).

No sistema formal de ensino a Educação Ambiental exerce um recente e importante papel na reorganização do modelo atual de desenvolvimento. Especificamente no ensino superior, ela se apresenta como possibilidade de mediação entre a problemática

socioambiental e a formação de profissionais, por meio da construção de um saber reflexivo, crítico, interdisciplinar, responsável e visionário.

As Instituições de Ensino Superior (IES), como espaço privilegiado de encontro, entre saberes e culturas diversas, estão em constante transformação de pensamentos e ações. A força transformadora, inerente dos espaços acadêmicos, torna-se meio facilitador da promoção de novos conhecimentos e integração de múltiplos saberes socioculturais, para formar profissionais não apenas qualificados, mas também cidadãos capazes de enfrentar os problemas de seu tempo. Torna-se *mister* problematizar o próprio pensamento das IES sobre a necessidade de modificações que induzam à transformação de ideias e ações, além da construção de novos conhecimentos e união de saberes e culturas (MORALES; KNECHTEL, 2010).

Concomitante à abertura das IES para as questões socioambientais faz-se necessário também que seus docentes e discentes incorporem e compartilhem o mesmo desejo, porque “não se pode transformar só a instituição se as mentes não forem transformadas” (MORIN, 2002, p. 22). Para Jacobi (2005) os educadores têm um desempenho crucial na inserção da Educação Ambiental, contribuindo na formação dos estudantes voltados para um posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como possibilidade a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os estimule para a questão da sustentabilidade.

A inserção da Educação Ambiental nas universidades é sugerida por Morales e Knechtel (2010) como multicultural¹, tendo em vista a realidade destes espaços que englobam diversas culturas e valores, oportunizando a sua concretização no campo da produção do conhecimento, nas práticas cotidianas dessas instituições de ensino e, também, das comunidades onde estão inseridas.

Esse pensar vem ao encontro do defendido por Leff (2015) ao tratar da disseminação do saber ambiental que questiona todas as disciplinas e todos os níveis do sistema educacional, mas reforça o compromisso dos docentes e discentes para a sua construção.

¹ Neste estudo apresenta-se a Educação Ambiental como uma das dimensões da Educação que pode contribuir para o avanço das práticas socioculturais. Sob o ponto de vista multicultural está implicada para a cidadania socioambiental que deve ter, como um dos pressupostos básicos, o desenvolvimento dos sujeitos cidadãos em valores que promovam a coexistência de dinâmicas integrativas culturais, na medida em que a realidade envolve várias culturas em um mesmo espaço e tempo e que nem sempre coexistem pacificamente, dificultando uma gestão ambiental e de sociedade sustentável (CARNEIRO *et al.*, 2008). Revelando a Educação Ambiental como essencial para a transformação social, tornando-se imprescindível à sobrevivência da própria espécie humana no planeta (SILVA; CENCI, 2015).

A formação ambiental implica assumir com paixão e compromisso a criação de novos saberes e recuperar a função crítica e prospectiva do conhecimento [...] e discutir os métodos tradicionais de ensino, colocando novos desafios à transmissão do saber, onde existe uma estreita relação entre pesquisa, docência [discência, cultura] difusão e extensão do saber. A educação ambiental [multicultural] exige, pois, novas atitudes dos professores e alunos, novas relações sociais para a produção do saber [...] e, novas formas de inscrição da subjetividade nas práticas pedagógicas (LEFF, 2015, p. 221).

Nesse prisma, cabe salientar que muitos cursos de graduação, embora explicitem em seus projetos pedagógicos o caráter interdisciplinar e o avanço na pesquisa e extensão, estão encharcados de posturas disciplinares e lineares, o que dificulta ou mascara a transversalidade que a formação ambiental exige e a compreensão da complexidade que envolve os problemas socioambientais a partir especialmente das experiências pessoais do educando e das relações sociais para a construção de um novo saber.

No que diz respeito ao ensino de graduação de Ciências Contábeis, o cenário apresentado não é diferente. Com origem tecnicista, esta ciência vem gradativamente ampliando seus olhares para a formação de um estudante ativo e responsável por sua aprendizagem, proporcionando um ensino voltado para o desenvolvimento de competências em prol de uma formação humana e transformadora da sociedade. O ensino volta-se para processos emancipatórios e a aprendizagem, por sua vez, se reconfigura na formação de sujeitos com uma visão de mundo diferenciada.

O mercado de trabalho para o Contador é amplo. As possibilidades de exercício profissional são inúmeras e diversificadas, tanto no setor privado quanto no público. A Contabilidade sendo uma ciência social aplicada é influenciada pela sociedade em constante mutação e atua para além das questões financeiras e econômicas, planejando e identificando alternativas para o alcance dos objetivos estratégicos das organizações, pautados em projeções de cenários. Padoveze (2009) menciona quatro fases da Contabilidade, a saber: Contabilidade do Proprietário, Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial e Contabilidade de Responsabilidade Social. Esta última pressupõe que as decisões empresariais geram efeitos sociais, portanto, merecem um tratamento especial.

No ambiente corporativo, tradicionalmente, a exploração e degradação dos recursos ambientais era diretamente proporcional à escassez desses recursos. Por medidas preventivas e punitivas as empresas se arriscam a pagar multas e indenizações por conta de exploração ambiental desordenada, gerando passivos ambientais. No entanto, paulatinamente os gestores das organizações vêm apresentando novas condutas voltadas para a reciclagem, conservação e preservação do meio ambiente, o que leva à identificação dos custos, despesas e receitas

ambientais que, por consequência, contribuem para uma maior produtividade e melhor imagem institucional (CARVALHO, 2008).

Nesse sentido, a Contabilidade Ambiental² conduz os Contadores para uma nova mentalidade em relação aos problemas socioambientais globais, pois as soluções e respostas estão em cada indivíduo, na sua rotina, em seu cotidiano, e não apenas nas organizações e/ou na gestão pública. Na medida em que se tornou saber essencial para o gerenciamento e manutenção das empresas contemporâneas, a Contabilidade Ambiental instrumentaliza o Contador para mobilizar seus conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício profissional, dando transparência às ações corporativas e colaborando na solução de problemas socioambientais por meio da identificação de gargalos produtivos e/ou identificação de possíveis danos ambientais.

Nesse contexto apresentado não há negativa de uma estratégia para apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza (LEFF, 2015), crê-se que somente pela educação ocorrerá mudança de qualquer tipo de ranço cultural, senão por princípios, mas em última instância pela própria sobrevivência. Então, baseando-se no autor, trazer para o processo formativo do Contador, mediante o local em que ocupa à frente das organizações, o discurso da sustentabilidade voltada para o crescimento econômico como processo sustentável. Não apenas tratando a mera internalização das externalidades ecológicas da produção, mas também o desafio de materializar o pensamento complexo em uma nova racionalidade social, integrando sistemas tecnológicos, respeitando as identidades culturais e as condições ecológicas para gerar o desenvolvimento (LEFF, 2015).

Em um contexto particular, o desafio de lecionar a disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social em um curso de Ciências Contábeis trouxe muitas inquietações, a começar pela ementa, que engloba questões de responsabilidade social das organizações, contabilidade social, Balanço Social: custo e benefício, demonstração do valor adicionado, gestão ambiental, a relação entre a contabilidade e meio ambiente, mensuração, legislação e relatórios, custos de natureza ambiental, métodos contábeis aplicados, auditoria ambiental e tópicos especiais e/ou interdisciplinares.

O objetivo geral proposto para a disciplina, no âmbito da matriz curricular do Curso é, pois, um trabalho hercúleo: desenvolver nos estudantes de Ciências Contábeis a percepção da inter-relação entre Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, na perspectiva de acompanhar contextos de desafios e mudanças sociais. Perante a taxonomia

² Contabilidade Ambiental constitui-se numa das vertentes da Contabilidade, servindo para evidenciar a relação das empresas com o meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2011).

dos objetivos instrucionais em relação ao domínio cognitivo (Taxonomia de Bloom³), o verbo de ação “desenvolver” disposto no objetivo geral da disciplina está em nível de aplicabilidade do tema, oportunizando ao estudante habilidades de utilizar informações, métodos, conceitos, leis e conteúdos aprendidos em novas situações ou problemas concretos, após ter dominado e adquirido as habilidades dos níveis inferiores, conhecer e compreender (FERRAZ; BELHOT, 2010).

Enquanto professora universitária preocupada com a práxis, a consciência do inacabamento torna-se recorrente, fato que Freire (1996) coloca como algo importante para a autonomia humana. Assim, para a preparação do plano de aula o aporte teórico foi fundamentado em autores como Carvalho (2008); Tachizawa (2011) e Tinoco; Kraemer (2011), por meio de obras que tratam de Contabilidade Ambiental e Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa.

Logo de início, com uma visão incipiente do desafio que a disciplina apresentava e encharcada do viés mecanicista, a busca voltou-se para exercícios práticos nas referidas obras, ação na qual não houve sucesso. Dessa forma, optou-se por elaborar uma espécie de cartilha do professor, com textos, figuras, gráficos e exercícios colhidos aqui e acolá para a ministração das aulas.

Na situação atual, por conta do ser e do fazer enquanto docente com vínculos estreitos com o ensino, a pesquisa e a extensão em uma universidade comunitária, a ponderação está voltada sobre o local em que a Universidade está inserida, a história do município de Criciúma e região, os alunos e suas origens, locais onde moram e trabalham. Nesse movimento, reflete-se com mais propriedade sobre o real objetivo da disciplina e o motivo de sua inserção na matriz do Curso de Ciências Contábeis em uma universidade comunitária. Nesse pensar, as inquietações surgiram com maior veemência. Como dar conta de desenvolver nestes estudantes, de um curso em princípio tão técnico, a percepção da inter-relação entre contabilidade, meio ambiente e responsabilidade social e ainda formá-los na perspectiva de acompanhar contextos de desafios e mudanças sociais?

Assim, tal como mencionado por Goldenberg (2004), o tema desta pesquisa é proveniente da trajetória de vida, da relação com o mundo e da forma como a pesquisadora a enxerga hoje.

³ Categorias do domínio cognitivo proposta por Bloom: 1. Conhecimento; 2. Compreensão; 3. Aplicação; 4. Análise; 5. Síntese; 6. Avaliação.

Nesse contexto, a experiência de lecionar a disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social no curso de Ciências Contábeis em uma universidade comunitária oportuniza algumas reflexões, as quais remetem às seguintes questões de pesquisa:

- Como ocorre o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses filiadas à Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC)⁴?

- Qual a percepção de gestores e professores dos cursos de Ciências Contábeis sobre a Educação Ambiental no espaço formativo em nível superior e, em especial, no curso de Ciências Contábeis?

- O que consta nos projetos pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis concernentes à variável ambiental?

- Quais práticas pedagógicas vêm sendo implementadas nos cursos de Ciências Contábeis que corroboram com o processo educativo ambiental na formação dos Contadores?

- Quais os principais problemas socioambientais do entorno das Universidades subsidiam os professores na formação dos bacharéis em Ciências Contábeis?

- Os cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias, de característica e com forte vínculo comunitário, consideram em seus currículos aspectos ambientais locais e regionais?

1.2 HIPÓTESES

H¹: Os cursos de graduação em Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses oferecem em sua matriz curricular disciplinas voltadas à Contabilidade Ambiental, que respondem às competências necessárias à formação acadêmica que o instrumentalizem a pensar a prática considerando a questão ambiental.

H²: Os conteúdos ministrados nos cursos de graduação em Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses levam em consideração as características socioambientais do entorno das universidades.

⁴ Universidades comunitárias, com sede em Santa Catarina, filiadas à ABRUC: Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) (ABRUC, 2018; BRASIL, 2018e).

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Os objetivos desta pesquisa estão divididos em objetivo geral e objetivos específicos.

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias sediadas em Santa Catarina filiadas à ABRUC.

1.3.2 Objetivos Específicos

i) Identificar as Universidades Comunitárias catarinenses que ofertam curso de Graduação em Ciências Contábeis;

ii) Verificar no Projeto Pedagógico dos Cursos as ementas da disciplina de Contabilidade Ambiental ou relacionada, bem como propostas e práticas curriculares socioambientais;

iii) Verificar a percepção dos coordenadores e professores dos cursos de Ciências Contábeis sobre a Educação Ambiental no processo de formação do Contador;

iv) Apresentar na ótica dos coordenadores os problemas socioambientais do entorno das universidades;

v) Correlacionar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes com os problemas socioambientais apresentados.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A realização da pesquisa acadêmica acerca da Educação Ambiental na formação do Contador nos cursos de graduação em Ciências Contábeis se justifica pela possibilidade de reflexão por parte dos envolvidos na gestão acadêmica, docentes em sugerir melhorias na organização didático-pedagógica dos cursos para a inserção dos aspectos socioambientais na formação dos Contadores.

As pesquisas sobre a temática e a socialização destas tornam-se oportunas por suprir uma lacuna existente na formação dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis no que diz respeito às políticas, leis e diretrizes que envolvem a Educação Ambiental para que não sejam

ensinadas de modo estanque, fragmentado, limitado às datas festivas como Dia da Água, da Terra, do Índio, do Meio Ambiente e a temas como a separação de lixo, desastres ambientais e temáticas catastróficas “que mais assustam do que educam - para o despertar de uma consciência ambiental” (ADAMS, 2012, p. 2148).

O desenvolvimento de uma consciência⁵ socioambiental, por parte de docentes e discentes, possibilitará melhor compreensão contextual da prática da Contabilidade. Tal como reforçam Floriani e Knechtel (2003), o saber ambiental incorporado às estruturas curriculares e práticas educativas oportuniza a formação de um novo profissional, com visão de mundo e preparação teórico-prática para abordar os problemas ambientais. Ademais, a Contabilidade está para além do mecanismo de identificação, mensuração e comunicação de informações, ela exerce também função essencial na configuração do ambiente em que atua, com forte capacidade de influenciar o comportamento dos *stakeholders* (MILLER, 1994).

Cabe salientar que a abordagem de conteúdos pertinentes à política de Educação Ambiental no curso de graduação é um dos indicadores observados pelos avaliadores para o reconhecimento ou a renovação de reconhecimento do curso. Este tema compõe o instrumento⁶ para avaliação de cursos de graduação na Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica Indicador 1.5 - Conteúdos Curriculares. A nota máxima deste indicador é atribuída quando

os conteúdos curriculares, constantes no PPC, promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, **a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental**, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador (INEP, 2017, grifo nosso).

O *locus* da pesquisa em universidades se insere devido à multiplicidade de funções gradativamente assumidas por elas ao longo dos séculos, sobretudo o compromisso social. O tema excelência universitária torna-se recorrente na agenda de discussões envolvendo a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, conforme prescrito na Constituição

⁵ O sentido do verbo conscientizar assumido neste trabalho diz respeito ao conceito dado por Freire (2001) do substantivo “conscientização” enquanto processo de mútua aprendizagem por meio do diálogo, reflexão e ação no mundo. Para a educação ambiental crítica a conscientização evidencia a busca pela emancipação. Essa é a finalidade de todo o processo educativo que visa transformar o modelo de vida; superar as relações de expropriação, dominação e preconceitos; ter liberdade para conhecer e gerar cultura, tornando-nos autônomos nas escolhas (LOUREIRO, 2007).

⁶ O instrumento é a ferramenta dos avaliadores na verificação das três dimensões: 1) Organização Didático-Pedagógica, 2) Corpo Docente e Tutorial e 3) Infraestrutura constante no Processo Pedagógico do Curso (PPC) (INEP, 2017).

(1988), no sentido de construir, produzir e socializar o conhecimento universitário (PREVE; SOUZA; GUIMARÃES, 2015).

O olhar volta-se para as Universidades Comunitárias visto seu histórico de responsabilidade no processo de interiorização do ensino superior no país, o reconhecimento pela regionalidade de atuação e, por consequência, o forte vínculo com as comunidades onde atuam, primando por seu desenvolvimento social, cultural e econômico. A análise recai, em específico, sobre as Universidades Comunitárias presentes no interior do estado de Santa Catarina, região cuja experiência com Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) vem se intensificando nos últimos anos (LUCKMANN; CIMADON, 2015).

Ademais, o Estado de Santa Catarina possui economia industrial caracterizada pela concentração de diversos polos em suas mesorregiões, tais como: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no sul; alimentos e móveis no oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, materiais elétricos, autopeças, plásticos, confecções e mobiliário no norte; madeireiro na região serrana e tecnológico na Grande Florianópolis (SEBRAE, 2016), que, por sua vez, causam desafios quanto ao enfrentamento dos impactos ambientais engendrados em seus respectivos processos produtivos.

A lacuna de pesquisa é apontada por Calixto (2006) quando observou que poucas IES oferecem nos cursos de Ciências Contábeis disciplinas com conteúdos socioambientais, muito embora os pesquisados atribuam à temática significativa importância e consideram a disciplina como um aprimoramento educacional, além de um recurso para desenvolver a consciência social. Os principais motivos elencados pelos gestores, professores e coordenadores dos cursos pesquisados para a existência desse *gap* englobam: a) série de temas emergentes que são relevantes para a formação do Contador; b) poucas obras para compor as referências e c) poucos profissionais habilitados para lecionar a disciplina.

Em pesquisa realizada com coordenadores de cursos de Ciências Contábeis em IES públicas brasileiras, em nível municipal, estadual e federal, Ribeiro; Nascimento e Van Bellen (2010) concluíram que a maioria dos gestores das IES pesquisadas acredita ser importante a inclusão da temática ambiental no processo de formação dos estudantes de Contabilidade. Os favoráveis à inserção da temática argumentam acerca da transformação social, econômica e organizacional que deverá ser acompanhada pela Contabilidade como Ciência Social Aplicada e a necessidade de o Contador possuir um comportamento ético, ao passo que os contrários justificam a objetividade dessa ciência e ausência de espaço para obrigações acessórias.

As dificuldades apontadas pelos gestores, coordenadores e professores entrevistados pelos autores para a inserção da disciplina de Contabilidade Ambiental nos cursos de graduação em Ciências Contábeis vêm ao encontro do mencionado por Leff (2015) em relação à Educação Ambiental continuar sendo marginal dentro dos sistemas nacionais de educação por parecer secundária diante de assuntos mais urgentes.

Esse fato denota a necessidade de concentrar esforços na formação de professores para que possam elaborar estratégias e conteúdos curriculares integrados que levem em conta o meio ambiente e as questões sociais. Ao mesmo tempo indica a necessidade de oportunizar aos estudantes uma visão ampliada da profissão, convidando-os a refletir sobre os efeitos dos problemas socioambientais e contribuir para minimizá-los ou suprimi-los por meio do exercício profissional e de cidadania.

Tal como menciona Dias (2010), em relação às universidades brasileiras e o trato ingênuo, preservacionista e desatualizado que possuem em relação à Educação Ambiental e, portanto, não qualificam seus professores, que por sua vez acabam desenvolvendo com seus alunos atividades reducionistas, tais como catar latinhas e reciclar papel, ao invés de promover mudanças de percepção em relação ao ambiente, formando apenas para o mercado de trabalho como se a educação superior se restringisse a essa finalidade.

Apáticas, vaidosas, obsoletas e dessintonizadas com a realidade, continuam imersas em sua prática acadêmica utópica. Os cursos de administração, jornalismo, direito, economia e engenharia, entre outros, em sua maioria ainda não incorporaram devidamente as dimensões ambientais em seus currículos. Continuam produzindo profissionais que refletem o seu despreparo e vão engrossar o rol dos devastadores (DIAS, 2010, p. 19).

Estudo recente sobre o ensino socioambiental em Ciências Contábeis em universidades públicas federais aponta a carência de exercícios práticos sobre a operacionalização e contabilização de elementos ambientais nas obras didáticas, programas e conteúdos utilizados por professores que ministram a disciplina de Contabilidade Ambiental e, nas demais disciplinas, os conteúdos relativos a essa vertente são breves, superficiais, desconectados e insuficientes. A escassez no ensino de elementos socioambientais torna frágil a prática no mercado de trabalho, impedindo o desenvolvimento cultural no cotidiano organizacional que substitua a primazia do elemento econômico. Torna-se, portanto, inimaginável qualquer empresa ambientalmente responsável sem pessoas qualificadas para tal (FEITOSA, 2018).

Soma-se a esse cenário a adoção de livros e materiais didáticos elaborados a partir de uma realidade que não aquela na qual a universidade se insere, resultando essa distorção em

uma desconfiguração da identidade cultural, pois a prática educacional não está sintonizada com as realidades sociais, econômicas e ecológicas da região.

Portanto, para que a Educação Ambiental se efetive nos Cursos de Ciências Contábeis e, conseqüentemente, nas práticas do futuro Contador faz-se necessário que conhecimentos e habilidades sejam internalizados e que atitudes sejam formadas a partir de valores éticos e de justiça social, pois são elas que movem a ação.

1.5 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Essa tese está organizada em seis capítulos, visando a um encadeamento de ideias e temas para melhor compreensão dos objetivos propostos. Nesse primeiro capítulo apresenta-se uma breve introdução acerca da temática ambiental e a inserção da Educação Ambiental nas instituições de ensino aproximando o universo da pesquisadora enquanto docente de uma Universidade Comunitária. Desse modo, o capítulo expõe a preocupação com a práxis e, a partir dessas inquietudes, apresentam-se as questões norteadoras, as hipóteses, a questão de pesquisa, os objetivos e a justificativa da pesquisa.

No segundo capítulo procura-se estabelecer um diálogo acerca da pedagogia emancipatória e a construção da autonomia por meio da educação ambiental, a partir de um resgate histórico da agenda de ações e eventos relacionados ao meio ambiente e à educação ambiental, expõe-se a política e as diretrizes curriculares de educação ambiental, a multiplicidade das facetas teóricas da educação ambiental e a percepção como referência ao meio ambiente e à educação ambiental. Ademais, apresenta-se um panorama das instituições de educação superior retratando, especialmente, as Universidades Comunitárias. Neste contexto insere-se a história da Contabilidade e as exigências do mundo do trabalho ao Contador, além de um panorama do desenvolvimento socioeconômico das mesorregiões catarinenses, que finaliza o capítulo.

O terceiro capítulo está dedicado à apresentação da trajetória metodológica e o delineamento das etapas da pesquisa. No quarto capítulo expõem-se os resultados do projeto holístico de casos múltiplos, apresentando os relatórios em forma de narrativa individualizada dos seis casos de estudo, os quais são: Curso de Ciências Contábeis da Unesc, Unisul, Univali, Univille, Unochapecó e Unoesc, bem como seus respectivos contextos locais e regionais.

O quinto capítulo, também elaborado em forma de relatório, foi dedicado à apresentação da síntese dos casos cruzados, englobando quatro unidades de análises:

legislação e documentos institucionais; percepção de coordenadores e professores sobre a educação ambiental e as Ciências Contábeis; processo educativo nos cursos e o entorno das universidades.

E, por fim, ao retomar as questões que nortearam a pesquisa, apresenta-se no sexto capítulo as considerações e os achados mais relevantes do estudo, além de algumas recomendações para futuras pesquisas na área da Educação Ambiental e o ensino de Ciências Contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Neste capítulo apresenta-se o referencial teórico-conceitual para o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente é realizado um resgate histórico dos principais eventos nacionais e internacionais sobre educação ambiental. Em seguida, as estruturas organizacionais das instituições de ensino superior, bem como o ensino da Contabilidade e as atribuições do Contador. Por fim, o panorama do Estado de Santa Catarina.

2.1 A PEDAGOGIA EMANCIPATÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS PRIMEIROS PASSOS QUE INICIAM A CAMINHADA FORMATIVA DO CONTADOR

A crise ambiental global é um tema emergente que exige tratamento urgente. Essa urgência torna-se imprescindível visto o possível risco eminente de sobrevivência de boa parte da vida terrena (inclusive humana), a despeito dos avanços obtidos nas mais diversas áreas, seja tecnológica, econômica ou cultural. A degradação ambiental, a poluição, o colapso social, entre outras mazelas, vêm ocorrendo desde as sociedades primitivas, mas foi na era industrial, com o desenvolvimento das forças produtivas, em um ritmo avassalador e incompatível com a natureza, que o problema ambiental tomou proporção global, não mais local ou regional como outrora.

Em paralelo, outro tema decorrente deste e do mesmo modo emergente e urgente aparece, a exclusão social. O capitalismo, suas origens e consequências, baseado em produzir com menor custo e obter na venda maior lucratividade, gerou um problema moral: a exploração humana para a manutenção da expansão dos negócios.

A natureza tratada de modo externo ao ser humano como suporte ao modelo capitalista reforça a crença de que somente o crescimento econômico é capaz de melhorar as condições de vida, por meio da saciedade dos desejos de consumo. Pautada nesse modelo de produção extrativista, desumano e predatório, a humanidade traçou seu destino. Há, pois, necessidade de transformação densa do comportamento humano perante a produção, o consumo, o planeta e trato com o próprio homem.

O destino traçado não condiz com a essência humana. A natureza faz parte do nosso interior, a perfeição e o desejo à liberdade nos são inerentes, portanto, na contramão da destruição (SPINOZA, 2009). Há necessidade de reflexão profunda sobre o caminho tomado, de desenvolvimento calcado na racionalidade econômica, para em uma ação emergente

alterarmos a rota rumo à racionalidade ambiental, superarmos as relações de poder e de medo e nos libertarmos das paixões tristes que violam nossa essência (SPINOZA, 2009; LEFF, 2015).

O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e segura (GIDDENS, 1991, p. 15).

Para essa reflexão torna-se significativa utilizar as experiências do passado para construir o presente. A intenção é nos orientarmos para o futuro que está em aberto, mas condicionado às ações que assumiremos (GIDDENS, 1991). Possuímos os genes da sobrevivência e, portanto, temos que dar continuidade a nossa evolução (DIAS, 2010). É nessa seara que a Educação Ambiental passou a ser considerada como meio de transformar a relação antropocêntrica-mercantilista-exploradora em uma relação homem-natureza, instituindo novos valores morais por meio da integração dos conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e artísticos em prol de um novo paradigma emancipador de desenvolvimento sustentável que contemple seres humanos, não humanos e ambiente.

A educação emancipatória que tem na transformação social, no compromisso e respeito com a vida o comprometimento com a superação dos problemas e dificuldades do tempo presente convida a uma “grande viagem de cada indivíduo no seu interior e no universo que o cerca” (GADOTTI, 2005, p. 244). O que implica uma ruptura com os modelos, conceitos, valores e crenças sociais que legitimam o crescimento econômico alicerçado na apropriação indiscriminada de recursos naturais em prol da reorientação do processo da civilização pautado especialmente no diálogo entre as diferentes áreas do saber e visões de mundo.

A partir de uma educação emancipatória, para que essa ruptura aconteça, a prática cotidiana de quem atua com Educação Ambiental deve ser condizente com o caminho delineado, não simbólico, mas com identidade de quem, por meio de suas ações, seja capaz de promover transformações políticas, econômicas e socioambientais. As bases de uma educação cidadã-crítico-transformadora difundida e vivenciada pelo educador Paulo Freire contribuem sobremaneira para a Educação Ambiental que se quer construir: emancipatória e que proporcione autonomia (LOUREIRO; TORRES, 2014).

Nesse sentido, os autores aproximam a Pedagogia Freiriana da Educação Ambiental a partir da práxis, das aulas pautadas em temas geradores representativos dos estudantes, emergentes de seus contextos locais, expostos a um diálogo problematizante sobre a realidade

política, social, ambiental, econômica e cultural, levando em consideração o contexto histórico vivido e sua possibilidade de transformação.

A Educação Ambiental compreendida desse modo deixa de ser uma simples ferramenta para gerir ou resolver problemas do meio ambiente (SAUVÉ, 2005a). Torna-se essencial no desenvolvimento pessoal e social, de modo colaborativo e crítico das realidades socioambientais, possibilitando uma compreensão autônoma e criativa dos problemas e das soluções possíveis para eles.

2.2 AGENDA DO MEIO AMBIENTE E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O debate permeando a relação do homem com o meio ambiente remonta a períodos anteriores aos citados neste estudo, entretanto, para melhor compreensão das nuances da inserção e expansão da Educação Ambiental nos diversos espaços, especialmente os educativos formais, faz-se necessário revisitar os anseios e objetivos dos principais eventos que ocorreram tanto em nível nacional como internacional relacionados ao desenvolvimento sustentável e a Educação Ambiental. E a partir dessa retrospectiva, mesmo que de modo imaginário, traçar uma espécie de linha do tempo desses fatos.

As bombas detonadas em Hiroshima e Nagasaki, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1945, revelaram o poder do homem em modificar radicalmente o meio ambiente na perspectiva da destruição em massa. Essa consciência do poder destrutivo do homem em larga escala motivou ativistas e cientistas ambientais a realizar eventos, publicar pesquisas e livros, bem como organizar grupos de proteção ao meio ambiente.

Nessa perspectiva, inicia-se a caminhada no ano de 1948 com a criação do primeiro organismo mundial com a missão de influenciar, encorajar e assistir as sociedades de todo o mundo na conservação da integridade e diversidade da natureza, a União Internacional para a Proteção da Natureza que, posteriormente, passou a ser identificada como União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. Além da missão citada, o órgão é responsável por garantir que o uso de recursos naturais seja feito de maneira justa e sustentável (SOUZA, 2013; FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015).

Talvez o alerta primeiro para as questões ambientais de amplo acesso à população foi dado em 1962 com a publicação de trechos do livro de Rachel Carson, intitulado Primavera Silenciosa, na revista New Yorker. Em linhas gerais, a autora explicava como o uso desenfreado de pesticidas nos Estados Unidos alterava os processos celulares das plantas, reduzindo as populações de pequenos animais e colocando em risco a saúde humana.

Mas o que tocou as pessoas, ao ler os textos na revista, foi o fato de a autora ter utilizado exemplos que estavam na memória recente dos leitores relacionando os resultados nocivos da bomba atômica aos efeitos dos pesticidas na população, colocando em xeque a visão de mundo reverberada na época de “viver melhor através da química”. A repercussão desses textos foi tamanha a ponto de um contra-ataque ferrenho das indústrias químicas à escritora, em uma tentativa vã de menosprezá-la: mulher, bioquímica (e não química) e sem doutorado, por meio de um discurso antropocêntrico, pautado em reconhecer o valor da natureza por aquilo que ela serve ao homem (JACOBI, 2005; BONZI, 2013).

Em 1965, na Grã-Bretanha, Inglaterra, ocorreu a Conferência de Educação na Universidade de Keele para tratar sobre estudos ambientais. A conferência foi realizada para compreender as consequências de um acidente industrial ocorrido em Londres, em 1952, cuja poluição provocou a morte de muitas pessoas. Os participantes da conferência concluíram que a temática ambiental deveria ser abordada nas escolas, fazendo parte da educação de todos os cidadãos. Desde então o termo Educação Ambiental vem sendo difundido (AZEVEDO; COSTA; SANTOS, 2017).

Em 1969, o Congresso de Nice, na França, tratou da interdisciplinaridade nas universidades objetivando esclarecer os conceitos de pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade à luz de uma reflexão epistemológica (JAPIASSU, 1976). Em decorrência da emergência da questão ambiental como um problema proveniente do desenvolvimento, a interdisciplinaridade tornou-se um método para um conhecimento integrado que pode dar respostas à crise de racionalidade da modernidade⁷ (LEFF, 2015).

Em 1972, segundo Dias (2010), especialistas de várias áreas se reuniram em Roma para discutir a crise atual e futura da humanidade, dando origem ao Clube de Roma. Desse debate foi lançado o relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, denunciando a crise ambiental e o uso crescente dos recursos naturais para suportar o consumo mundial. O relatório marcou os primeiros estudos científicos sobre preservação ambiental e assinalou questões polêmicas que deveriam ser solucionadas para que se alcançasse a sustentabilidade, tais como o controle do crescimento populacional e industrial, insuficiência da produção de alimentos e esgotamento dos recursos naturais. Embora o material tenha servido de alerta para

⁷ A racionalidade tratada por Leff (2015) diz respeito aos reflexos decorrentes do crescente “progresso” produzido pela modernidade e sua relação histórica de uso da natureza pelos seres humanos tendo por consequência o acesso desigual à riqueza, alimento, moradia, saúde e inúmeros riscos de contaminação, fatos que urgem por um conhecimento plural e integrado que dê conta dessas e tantas outras demandas socioambientais.

o modelo de desenvolvimento econômico adotado, os apontamentos foram rejeitados pelos agentes políticos da época.

Nesse mesmo ano (1972), durante a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, ficou evidente que havia necessidade de um esforço internacional para definir as bases conceituais do que seria Educação Ambiental, marcando o evento como o início da Educação Ambiental em nível mundial.

Também nesse evento a terminologia Desenvolvimento Sustentável foi cunhada mediante as discussões pautadas em relação à degradação ambiental e suas consequências, os problemas do crescimento populacional, a busca por uma visão comum dos recursos naturais e a indissociabilidade entre desenvolvimento e meio ambiente. Até então, o ambiente era conhecido como aquele formado pela fauna, flora e os aspectos abióticos, como a temperatura, solo, radiação solar, entre outros. Durante as discussões no evento compreendeu-se que a cultura do ser humano, envolvendo tecnologia, artes, ciências, ética, política, economia, entre outros, formam também o ambiente, abarcando todos os aspectos da vida. Esse modo de compreender o ambiente colocou a Educação Ambiental em uma abordagem holística e integral (DIAS, 2010).

Como resultado da Conferência de Estocolmo foi redigida a Declaração sobre o Ambiente Humano; criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, no Quênia, especialmente dedicado a coordenar as atividades da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito do meio ambiente; votado o Plano de Ação para o Meio Ambiente composto por 109 recomendações, dentre elas a de nº 96, que dispõe sobre a promoção da Educação Ambiental como estratégia para estancar a crise do meio ambiente, e sugerida a constituição do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) (AZEVEDO; COSTA; SANTOS, 2017).

O evento, ao mesmo tempo em que chamou a atenção do mundo para os problemas ambientais, gerou polêmicas, especialmente pelo confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os países desenvolvidos questionavam os efeitos da devastação ambiental sobre a Terra, sugerindo um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, com medidas preventivas para evitar um desastre ambiental, ao passo que os países em desenvolvimento argumentavam que se encontravam na miséria, com problemas de moradia, saneamento básico, doenças infecciosas e necessitavam desenvolver-se economicamente. Contestavam a legitimidade das orientações dos países ricos que haviam atingido o poderio industrial com o uso predatório de

recursos naturais e queriam impor exigências de controle ambiental que inibiriam a industrialização dos países em desenvolvimento (DIAS, 2010).

A representação política brasileira presente na Conferência, na contramão da proposta do evento, externou publicamente o interesse na poluição, com intuito de atrair para o país a instalação de empresas multinacionais e a geração de novos empregos para movimentar a economia. O convite à poluição, conforme relata Dias (2010), foi retratado por meio de um cartaz apresentado durante o evento que continha os seguintes dizeres: “Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento” (DIAS, 2010, p. 39).

Cabe frisar que a visão do Brasil à época seria de que os problemas ambientais tinham origem na pobreza e esta, por sua vez, seria a principal fonte de poluição. Portanto, era prioritário ter alimentos, habitação, assistência médica, empregos e oferecer melhores condições sanitárias para, posteriormente, pensar na redução da poluição. Posicionamento que pode ser constatado na manifestação do ministro Costa Cavalcanti durante o evento: “Desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde” (DIAS, 2010). Na condição de representantes da nação brasileira, demonstraram o posicionamento favorável ao modelo mercantilista-produtivista-exploratório em prol da manutenção à competitividade econômica do país.

Diante desse paradoxo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Sachs (2009, p. 232) sugere uma “terceira via” como alternativa para o debate entre aqueles que propõem o crescimento zero e os que reivindicam o direito ao crescimento: uma mudança de pensamentos e atitudes em busca de “outro crescimento para um outro desenvolvimento” a partir de novos modelos de produção e consumo eliminando o desperdício e, sobretudo, reduzindo a desigualdade social entre os países.

Essa mudança paradigmática o autor chamou de ecodesenvolvimento⁸, visto que “os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis”, pois o vocábulo está imbricado em objetivos éticos e sociais, considerando as condicionalidades ambientais e ecológicas, mediante existência de viabilidade econômica. O termo traz na bagagem uma “ideia-força” capaz de direcionar

⁸ Maurice Strong, presidente da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, em 1972, foi a primeira pessoa a proferir o termo “ecodesenvolvimento”, segundo Sachs (2009).

iniciativas de incremento econômico sensíveis à degradação ambiental e à marginalização social, cultural e política, incluindo os princípios de solidariedade com as gerações atuais e futuras (VIEIRA, 1995).

Em 1973, no Brasil, vinculada ao Ministério do Interior foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Dentre suas atribuições, por meio de programas com alcance nacional, constava a promoção, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente (BRASIL, 1973).

Em 1974, em Tammi, na Finlândia, durante um seminário a Educação Ambiental foi considerada como educação integral e permanente e não como um ramo científico ou uma disciplina. No evento foram consolidados acordos e tratativas sobre o tema nos Princípios de Educação Ambiental (MEDINA, 2001).

Durante o Encontro de Belgrado, no ano de 1975, foi posto a efeito a sugestão lançada durante a Conferência de Estocolmo (1972) acerca da criação do PIEA em busca de uma estrutura global para rever os modelos econômicos, modificar posturas e comportamentos em benefício da melhoria da qualidade do meio ambiente e da vida na terra (BRASIL, 2018a). Como resultado do encontro foi elaborado um documento denominado Carta de Belgrado, que apregoava na insistência a favor de medidas que impedissem o crescimento econômico prejudicial às pessoas e ao meio ambiente, afirmando textualmente que essa mudança paradigmática dependeria de soluções advindas dos jovens de todas as partes do globo, sendo possível somente a partir de uma nova forma de ensino.

Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral (BRASIL, 2018a).

Conforme citado na Carta de Belgrado, os objetivos da Educação Ambiental envolvem: 1) conscientização; 2) conhecimento; 3) atitudes; 4) habilidades; 5) capacidade de avaliação e 6) participação. A conscientização diz respeito à aquisição de consciência e sensibilidade dos indivíduos para com o meio ambiente e os problemas relacionados ao tema. O conhecimento envolve a compreensão do meio ambiente e consequências das influências humanas. As atitudes tratam de fomentar a aquisição de valores e participação na proteção ambiental. A capacidade de avaliação vem ao encontro da avaliação da efetividade das ações e dos programas de educação ambiental. E, por fim, a participação denota o senso de

responsabilidade e de urgência às questões ambientais (UNESCO, 1975). A Carta de Belgrado estava destinada ao setor da educação formal e não formal:

1. Setor da educação formal: alunos da pré-escola, ensino básico, médio e **superior, professores e os profissionais durante sua formação** e atualização.
2. Setor da educação não formal: jovens e adultos, tanto individual como coletivamente, de todos os segmentos da população, tais como famílias, trabalhadores, administradores e todos aqueles que dispõem de poder nas áreas ambientais ou não (BRASIL, 2018a, grifo nosso).

O documento propunha o tratamento interdisciplinar de temas como: erradicação da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, exploração e dominação, em prol de uma nova ética global balizada em uma repartição equitativa dos recursos mundiais, redução dos efeitos nocivos sobre o meio ambiente, o uso de resíduos na produção e o desenvolvimento de tecnologias, cooperação entre as nações e restrição aos armamentos militares.

Esse panorama vai ao encontro do prescrito na Resolução nº 96, oriunda da Conferência de Estocolmo (1972), e ratifica a reforma dos sistemas educativos para esta nova ética do desenvolvimento na medida em que forma mundialmente uma população comprometida em buscar, de modo individual e coletivo, soluções para os problemas e prevenir novos.

Em 1976, no Peru, durante a Conferência Sub-Regional de Educação Ambiental foi apresentada a necessidade de adoção de uma metodologia permanente, interdisciplinar e participativa, vinculando o educando na realidade cotidiana das comunidades para oportunizar o desenvolvimento de competências com vistas à transformação das sociedades, em uma tentativa de aproximar o natural e o social, método posteriormente reiterado pelo educador Paulo Freire (COIMBRA, 2011; BRASIL, 2018b).

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ou, simplesmente, Conferência de Tbilisi, como ficou conhecida, realizada em 1977 objetivou suscitar o compromisso dos governos em instituir a Educação Ambiental enquanto área prioritária nas políticas nacionais. O encontro foi decisivo para os rumos da Educação Ambiental no mundo por conta da definição dos princípios e objetivos que haviam sido delineados no Encontro de Belgrado (1975), apresentando experiências de trabalho, propondo conteúdos, estratégias de abordagem e recomendações para a implementação da Educação Ambiental.

Nessa conferência a Universidade, por seu papel na formação de profissionais, foi vista como uma possibilidade de inclusão da Educação Ambiental, em uma abordagem interdisciplinar, mediante revisão dos processos de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, as discussões da Conferência implicam o desenvolvimento de pesquisas sobre Educação

Ambiental; na formação de profissionais nas mais diversas áreas, atuando em acordo com as questões ambientais; desenvolvimento de pós-graduação com enfoque pluridisciplinar, centrado na solução de problemas (SANTOS, 2009). A Conferência recomenda aos Estados-Membros que a formação de profissionais inclua um programa comum interdisciplinar

de estudos ambientais relacionados com suas profissões, versando sobre o meio natural e o meio humano, e que se concentre na elaboração de metodologias e mecanismos institucionais com esse propósito. O grupo de profissionais aqui referidos constitui-se de economistas, administradores de empresas, arquitetos, técnicos de planejamento, administradores florestais, engenheiros e técnicos etc., cujas atividades - ainda que não exercidas exclusivamente na esfera do planejamento e da administração ambientais - repercutem de modo significativo, direto ou indireto no meio ambiente (UNESCO, 1997).

Como resultado o evento descreveu as seguintes finalidades e princípios da Educação Ambiental, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - Finalidades e princípios da EA conforme Conferência de Tbilisi

Finalidades da Educação Ambiental
1. Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica.
2. Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente.
3. Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente.
Princípios da Educação Ambiental
1. Considerar o meio ambiente em sua totalidade , isto é, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (político, social, econômico, científico-tecnológico, histórico-cultural, moral e estético).
2. Constituir um processo contínuo e permanente , através de todas as fases do ensino formal e não formal.
3. Aplicar um enfoque interdisciplinar , aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.
4. Examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional , de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas.
5. Concentrar-se nas condições ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica.
6. Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver problemas ambientais.
7. Considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento.
8. Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais.
9. Destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas.
10. Utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais .

Fonte: Adaptado de Dias (2010, grifo nosso).

Por meio do Quadro 1, observa-se que para a incorporação da dimensão ambiental na formação dos sujeitos o encontro de Tbilisi foi decisivo por conta da definição clara dos objetivos e estratégias de operacionalização da Educação Ambiental. Especialmente por considerar o meio ambiente em sua totalidade, atingir todas as faixas etárias, englobar os diversos espaços de aprendizagem e examinar questões ambientais locais, regionais, nacionais

e internacionais sob enfoque interdisciplinar, considerando as experiências pessoais, com vistas a suscitar novas condutas para agir em busca de soluções para os problemas ambientais, como forma de promover a qualidade do ambiente de vida.

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (BRASIL, 2018b).

Caberia, portanto, a cada país partícipe da Conferência de Tbilisi, respeitando suas especificidades, encontrar o seu próprio caminho de estabelecer a Educação Ambiental em seus sistemas e políticas educacionais.

Passados cinco anos do vexame brasileiro em Estocolmo (1972), abrindo o país para a poluição⁹, novamente o governo, após ter participado e acatado as determinações da Conferência de Tbilisi, desconsiderou o avanço mundial nas discussões sobre incluir a Educação Ambiental como área prioritária nas políticas governamentais e por meio do Ministério da Educação (MEC) publicou o livro “Ecologia – uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus”.

A obra, segundo Dias (2010, p. 84), reduzia a Educação Ambiental “nos pacotes das ciências biológicas, como queriam os países industrializados, sem que considerassem os demais aspectos da questão ambiental [...], comprometendo o potencial analítico e reflexivo dos seus contextos”. De acordo com o autor, este fato elucidava a confusão de muitos professores em restringir a Educação Ambiental em Ecologia, tendo em vista que o material basilar para lecionar não continha nenhuma informação sobre o progresso mundial no ensino da Educação Ambiental.

Nas discussões travadas no Seminário sobre Educação Ambiental para a América Latina, mais conhecido como Seminário da Costa Rica, que ocorreu no ano de 1979, a Educação Ambiental ficou reconhecida como o resultado colaborativo entre diferentes disciplinas capazes de facilitar a percepção do todo de um dado ambiente e efetivar práticas de atendimento das necessidades sociais.

A Educação Ambiental despontou como política pública no Brasil com o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981, por meio da Lei

⁹ Na Conferência de Estocolmo em 1972 o governo brasileiro liderou o bloco de países em desenvolvimento resistentes ao reconhecimento da importância da problemática ambiental. A posição do país, na época sob o regime militar, era de que o desenvolvimento não poderia ser sacrificado por questões ambientais (DIAS, 2010).

nº 6.938, sob a influência da Conferência de Estocolmo. A PNMA tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, com intuito de assegurar as condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Dentre os princípios elencados na PNMA consta a inserção da Educação Ambiental a todos os níveis formais do ensino, além da educação comunitária, objetivando a capacitação voltada à participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Em 1987 foi realizado em Moscou o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental. O evento teve por propósito analisar, após dez anos da Conferência de Tbilisi, os avanços e percalços vividos pelos países no desenvolvimento da Educação Ambiental e planejar ações para a década de 1990. Nele ressaltou-se a necessidade de atender à formação de educadores ambientais, tanto nas áreas formais como não formais.

Os partícipes do congresso concluíram que para se efetivar de fato a Educação Ambiental deveria dar conta da conscientização para as mudanças de valores e hábitos comportamentais dos indivíduos e grupos em relação ao meio ambiente. Isso, pois, requer uma reorientação educativa de modo interdisciplinar que leve a atitudes positivas em prol da resolução de problemas ambientais.

Cabe salientar que a educação universitária foi pauta neste Congresso, estabelecendo as seguintes prioridades: a) Desenvolvimento de sensibilização para as autoridades acadêmicas; b) Desenvolvimento de programas de estudo; c) Treinamento de professores e d) Cooperação institucional (DIAS, 2010). Para esse evento o Brasil, na iminência de não ter um relatório para apresentar devido ao desacordo entre MEC e SEMA, aprovou com urgência, por meio do Conselho Federal de Educação (CFE), o Parecer nº 226/87, inserindo a Educação Ambiental nos conteúdos ministrados pelas escolas em nível de primeiro e segundo graus. Contudo, o país não conseguiu mascarar a vexação, sofrendo com as repercussões internacionais (DIAS, 2010). A formação em nível superior não foi incluída neste parecer, como se a educação ambiental não fosse algo importante neste nível de ensino.

Também em 1987 foi publicado o Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecido sob a denominação “Nosso Futuro Comum”. O documento teve como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento.

O relatório teve como pressuposto cinco dimensões do ecodesenvolvimento, a saber: 1) sustentabilidade social (valorização da redução das diferenças sociais), 2) sustentabilidade econômica (manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas por meio da captação e

gestão eficiente dos recursos e alocação de investimento privados e públicos), 3) sustentabilidade ecológica (preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade), 4) sustentabilidade espacial (distribuição espacial dos recursos da população e o equilíbrio da configuração rural e urbana) e 5) sustentabilidade cultural (respeito pelas diversas culturas, tradições e identidades das comunidades locais) (JACOBI, 2005; SACHS; VIEIRA, 2007; AZEVEDO; COSTA; SANTOS, 2017).

No ano seguinte, 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que, por intensa pressão dos ambientalistas, contemplou um capítulo específico sobre o ambiente e o papel do Poder Público, dentre eles a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, colocando a Educação Ambiental como política pública assecuratória do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo** para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...] VI - promover a educação ambiental em **todos os níveis de ensino** e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente [...] (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Nesse mesmo ano, 1988, aconteceu na Argentina o Seminário Latino-Americano de Educação Ambiental, cujo destaque principal foi a avaliação de que muitos programas e/ou projetos de Educação Ambiental em nível mundial falharam por não ter reconhecido o papel da mulher na sociedade, deixando-a à margem do processo. Ademais, foi recomendado que a Educação Ambiental se adaptasse às características culturais e sociais dos envolvidos no contexto educativo.

Ainda em 1988 ocorreu a Declaração de Caracas sobre Gestão Ambiental na América, que denunciava as necessidades de mudar o modelo de desenvolvimento econômico dos países. Já na Conferência de Toronto, 1988, primeiro evento a abordar a preocupação com o clima, cientistas do mundo todo alertaram sobre a redução dos gases que aumentam o efeito estufa. Nesse ato foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas com intuito de medir as mudanças climáticas provocadas pelas atividades humanas.

No Brasil, devido a críticas de organizações internacionais em razão das queimadas na Amazônia e do assassinato do ambientalista Chico Mendes, foi criado em 1989 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Embora o Instituto não tenha trazido modificações significativas para evitar a destruição ambiental da época e ter sido criticado pelo seu comportamento corporativista e por corrupção, alguns avanços

puderam ser registrados, como a mudança de visão em relação à proteção ambiental voltada apenas para a preservação da fauna e flora para a concepção de conservação dos recursos naturais, do empenho no controle das queimadas na floresta amazônica e no monitoramento da qualidade ambiental (ALVES, 2014).

Nesse mesmo ano, também no Brasil, foi instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), com o objetivo de contribuir, como agente financiador, por meio da participação social, para a implementação PNMA. As ações do FNMA consistiam, basicamente, em apoiar projetos de organizações governamentais, não governamentais e grupos de base que tivessem como meta principal desenvolver ações voltadas para o uso racional dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental nos diversos ecossistemas brasileiros no sentido de elevar a qualidade de vida da população (BRASIL, 1989).

Em 1990, na Tailândia, aconteceu a Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, que gerou uma série de documentos que compõem a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, ambos publicados em 1991 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O documento, com metas estipuladas até o ano de 2015, objetivou impulsionar os esforços para oferecer educação adequada para toda a população em seus diferentes níveis de ensino.

As principais motivações do evento envolveram a realidade de exclusão educacional, especialmente de crianças e mulheres; o analfabetismo funcional; o crescimento populacional; as disparidades econômicas entre as nações e o aumento da dívida de muitos países. Os problemas citados impedem os esforços no sentido de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, enquanto a ausência de educação básica para parcelas da população impede o enfrentamento desses obstáculos (DIAS; LARA, 2008).

Em junho de 1992, no Brasil, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). O evento ficou popularmente conhecido como Rio 92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, e teve como objetivo reunir representantes de diversos países para decidir medidas que diminuíssem a degradação ambiental e garantissem a existência de gerações futuras.

Dentre outros objetivos desta Conferência, Tannous e Garcia (2008) destacam: a) examinar a situação ambiental mundial desde 1972 e suas relações com o estilo vigente de desenvolvimento; b) estabelecer mecanismos de transferência de tecnologias não poluentes aos países subdesenvolvidos; c) examinar estratégias nacionais e internacionais para inclusão de critérios ambientais ao processo de desenvolvimento e d) estabelecer um sistema de

cooperação internacional para prever ameaças ambientais e auxiliar em casos emergenciais. Esta Conferência resultou em acordos importantes, tais como:

a) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - com princípios compondo um novo estilo de vida do homem por meio da proteção dos recursos naturais e de melhores condições de vida para todos os povos;

b) Agenda 21 - plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente em todas as áreas impactadas ambientalmete pelo homem, orientativo para um novo padrão de desenvolvimento, cujo embasamento é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica;

c) Princípios para a Administração Sustentável das Florestas - Declaração de princípios sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas;

d) Convenção da Biodiversidade - cujo objetivo consiste na conservação da biodiversidade, uso sustentável de seus componentes e divisão equitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos (BRASIL, 1998).

e) Convenção sobre Mudança do Clima - com objetivos de estabilizar a concentração de gases efeito estufa na atmosfera; assegurar que a produção de alimentos não seja ameaçada; possibilitar de forma sustentável o desenvolvimento econômico (TANNOUS; GARCIA, 2008).

Os autores comentam que na Conferência Rio 92 foi proposta a elaboração de um documento que estabelecesse os princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável, mas em seu lugar foi adotada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Por essa razão, a Agenda 21 ficou carente de uma visão integradora, o que levou alguns participantes insatisfeitos a redigir uma carta composta por desejos da humanidade acerca da Terra.

A redação final da Carta da Terra foi aprovada somente no ano 2000 em Paris, contendo princípios éticos e diretrizes de conduta voltada a pessoas, organizações e países para a sustentabilidade do planeta (BOFF, 2004). O autor destaca o resgate de valores como a solidariedade, a inclusão e o respeito; superação do conceito fechado de desenvolvimento sustentável e ética do cuidado como três pontos de destaque do documento.

Cabe ressaltar ainda, sobre a Agenda 21, que o documento procura assegurar o acesso universal ao ensino básico, conforme recomendações da Conferência de Tbilisi (1977) e da Conferência Mundial sobre Ensino para Todos (1990). O capítulo 36 da Agenda é dedicado exclusivamente à promoção da reorientação do ensino no sentido do

desenvolvimento sustentável; aumento da consciência para a participação pública nas tomadas de decisões e a promoção de treinamentos que apoiem o desenvolvimento sustentável.

Simultaneamente à Conferência Rio-92 aconteceu o Fórum Global das Organizações Não Governamentais. Nesse evento foi redigido o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento que constitui marco referencial da Educação Ambiental (JACOBI, 2005).

Em outubro de 1992, o governo brasileiro criou o Ministério do Meio Ambiente (MMA), que apesar de defender a promoção do desenvolvimento sustentável não foi capaz de implantar medidas concretas em favor da conservação dos recursos naturais. Os principais elementos responsáveis pelo desencontro entre o discurso e a prática desse ministério foi a conjuntura político-econômica adversa da época, a falta de coordenação entre o setor econômico e o de meio ambiente e a carência de recursos humanos e financeiros.

As políticas de meio ambiente elaboradas nessa época estavam voltadas para o enfrentamento do problema do desmatamento da Amazônia, a conservação da biodiversidade, a demarcação de terras indígenas e a questão da energia nuclear. No geral suas ações deram continuidade à política preservacionista que vinha sendo implementada voltada especialmente para a proteção restrita da natureza (ALVES, 2014).

Em 1993 foi criada a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), sob a coordenação de Jacques Delors. A Comissão criou grupos de trabalho com professores, pesquisadores, estudantes, membros do governo e organizações para “refletir sobre a educação e a aprendizagem no século XXI” (DELORS, 2000, p. 39).

Como resultado dos trabalhos foram apresentadas quatro dimensões, denominadas de pilares da educação, que vêm influenciando instituições de ensino até os dias de hoje, as quais são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Aprender a conhecer denota o interesse pelo conhecimento libertador da ignorância; aprender a fazer pressupõe a coragem de executar, realizar; aprender a conviver vem imbuído do respeito ao próximo e aprender a ser significa desenvolver-se integralmente no aspecto pessoal e profissional, elaborar pensamentos autônomos e críticos (DELORS, 2000).

Em 1995, na Costa Rica, foi criada a Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (OIUDSMA). No mesmo ano, vários reitores de universidade aprovaram uma Declaração de Compromissos entendendo o espaço universitário como possibilidade atuante na busca da sustentabilidade, dada sua característica de análise, reflexão crítica, inovação e cultura. Para tanto se comprometeram em revisar o

tripé indissociável universitário do ensino, pesquisa e extensão, agregando também a gestão, para uma transformação em suas estruturas (SANTOS, 2009).

Ainda como reflexo dos compromissos firmados durante a Conferência Rio 92 foi criado no Brasil em 1994 o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), executado pelo MMA. O foco do PRONEA volta-se para o ensino, a sistematização da Educação Ambiental e a gestão ambiental com a pretensão de contribuir para a instauração de uma cultura de respeito e valorização da diversidade, individualidade e especificidade dos sujeitos. As atividades do PRONEA foram realizadas até 1999, ano em que foi aprovada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

Considerando entre outros aspectos que após cinco anos da Conferência Rio 92 o progresso em relação à Educação Ambiental foi insuficiente, no ano de 1997, na Grécia, aconteceu a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O foco voltou-se para o desenvolvimento da Educação Ambiental e a necessidade de investimentos na formação de educadores, incluindo incentivos a pesquisas com metodologias interdisciplinares. A compreensão do conceito de Educação Ambiental nessa Conferência foi ampliada, fazendo referência à educação, o meio ambiente e a sustentabilidade (BRASIL, 2018c). Como consequência, foi apontada a necessidade de mudança do currículo e da forma de contemplar as premissas básicas que norteiam a educação em prol da sustentabilidade.

No Brasil, em 1999, foi aprovada a Lei nº 9795 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A PNEA será tratada mais detalhadamente em seção específica. Já em 2002, na Conferência Rio+10, realizada na África do Sul, foram avaliados os avanços obtidos pelos países e a reiteração do compromisso com as metas da Agenda 21 para o desenvolvimento sustentável. O evento se destacou por discutir os aspectos sociais e a qualidade de vida, mas não houve resultado prático devido à ausência, principalmente, de metas e prazos, dificultando o acompanhamento e, conseqüentemente, a cobrança do acordo firmado entre os países.

No Brasil, em 2005, foi lançado um novo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)¹⁰, resultado de consulta pública iniciada no ano anterior, passando a ser a principal referência para a construção das políticas públicas de educação ambiental nas três esferas do governo, federal, estadual e municipal (BRASIL, 2014).

¹⁰ A sigla PRONEA é referente ao programa instituído em 1994, ao passo que a sigla ProNEA refere-se ao Programa instituído em 2005.

Em 2005, na Conferência de Montreal foi constatado que os países em desenvolvimento (Brasil, China e Índia) passaram a ser importantes emissores de gases do efeito estufa. Nesse ano entrou em vigor o Protocolo de Kyoto (assinado em 1997), primeiro tratado internacional com a finalidade de reduzir a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) na atmosfera, de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país, com intuito de desacelerar a poluição atmosférica. Porém, os Estados Unidos da América, um dos principais emissores do GEE, não ratificaram o acordo (BECKER; BAUER, 2017).

A ONU decretou o período 2005-2014 como a Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), demonstrando o reconhecimento da Educação Ambiental no enfrentamento da problemática socioambiental, na medida em que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação. A DEDS buscou potencializar as políticas, os programas e as ações educacionais existentes, além de multiplicar as oportunidades inovadoras.

A 4ª Conferência Internacional sobre Educação Ambiental realizada na Índia, no Centro de Educação Ambiental de Ahmedabad, em 2007, teve por objetivo debater novos temas ambientais que surgiram nessa pauta e ponderar sobre os avanços desde a Conferência de Tbilisi em 1977. Houve a proposta de um diálogo entre a experiência e a contribuição da Educação Ambiental para a educação, construção de novas parcerias e para o desenvolvimento sustentável (GADOTTI, 2008).

Em 2012, no Brasil, cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência Rio+20, com o objetivo de concluir as negociações sobre os fundamentos para o futuro ambiental do planeta. Essa Conferência, segundo Guimarães e Fontoura (2012), tornou-se um fracasso, primeiramente por não alcançar o *status* de Reunião de Cúpula, como as Conferências antecessoras de 1972 e 1992, mas sim de uma Conferência de revisão. A participação de Chefes de Estado e de Governo tornou-se desnecessária¹¹ por não haver previsão de decisão em nível de Estado emergir do evento. Logo, na ausência de negociar aspectos fundamentais para o futuro do planeta as discussões centraram-se em torno da economia verde, erradicação da pobreza e governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Com o mundo imerso na mais profunda crise econômica desde a Grande Depressão de 1929, foi realmente difícil convencer líderes mundiais a viajarem ao Rio em junho para simplesmente discutir estes temas, mas sem ter que tomar decisões, de resto, não identificadas em momento algum para a sua ratificação e posta em prática,

¹¹ Destaque para a ausência da Chanceler alemã, Ângela Merkel, do Parlamento Europeu, e do Presidente Barack Obama, além da drástica redução da delegação enviada pela Comissão Europeia.

exceto na vaga declaração política "O Futuro que Queremos" (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 26).

Os autores comentam também que toda preparação para a Conferência Rio+20 foi deveras irritante pela falta de lideranças com visão estratégica de futuro. O produto final da Conferência, a declaração "O Futuro que Queremos", ficou pobre de conteúdo, muito em razão dos boicotes sofridos como, por exemplo, a proposta dos Estados Unidos de que o documento deveria ser breve e genérico para poder ser aceito por todos os governos; a rejeição de texto específico para as necessidades de mulheres e indígenas, direito à água segura e limpa e ao saneamento; ou a regulação dos mercados financeiros e de commodities. A Conferência Rio+20 terminou sem um entendimento claro de compromissos em prol da sustentabilidade, causando retrocesso e renegando acordos anteriores (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

O VII Congresso Mundial de Educação Ambiental, realizado em Marrocos em 2013 tendo como tema "Educação Ambiental em Cidades e Áreas Rurais, em Busca de Maior Harmonia", tornou-se um espaço privilegiado para o debate da trajetória da Educação Ambiental em nível global.

Em 2015 aconteceu a Conferência do Clima da ONU, conhecida como COP-21 ou Acordo de Paris, que buscou um novo acordo internacional sobre o clima, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C em todos os países. O Acordo levou em consideração o princípio das responsabilidades que são ao mesmo tempo comuns, porém específicos de cada nação, sendo que as Partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras. Posteriormente, em 2017, a COP-23 debateu sobre a urgência de ações de mitigação à mudança do clima. Neste evento foi criado um livro de regras para implementar e monitorar o Acordo de Paris.

Em 2018, na Polônia, durante a COP-24 foi discutido o incentivo à utilização de energias renováveis e a redução do consumo de combustíveis fósseis, ademais foi aprovado que todas as nações deverão detalhar os esforços realizados para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O primeiro relatório deve ser apresentado até 2024. A COP-25, em 2019, foi sediada em Madri, após o Brasil ter retirada sua candidatura em receber o evento por solicitação do presidente eleito, abdicando seu papel mundial de um dos protagonistas perante o combate às mudanças de clima (AZEVEDO; COSTA; SANTOS, 2017; CARVALHO, 2018; LOPES, 2019).

Também no ano de 2015, na sede da ONU em Nova Iorque, chefes de Estado se reuniram para elaborar um conjunto de 17 objetivos e 169 metas universais centradas nas

peessoas, cujo teor emerge de consultas públicas, da sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo. Os temas estão compilados em um documento denominado Agenda 2030, no qual reconhecem a erradicação da pobreza como o maior desafio mundial e fator indispensável para o desenvolvimento sustentável. Os partícipes pretendem até 2030

acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais (ONU, 2018).

Esta Agenda se torna diferente e arrojada na medida em que, além de algumas prioridades conhecidas e debatidas para o alcance do desenvolvimento, como a erradicação da pobreza, a saúde, a educação e a segurança alimentar, contempla objetivos econômicos, sociais e ambientais e define meios de implementação considerando as especificidades de cada país.

Mediante resgate histórico desses eventos observa-se a existência de quatro grandes conferências mundiais com a temática ambiental cujo objetivo basilar girou em torno da discussão e o estabelecimento de metas para melhorar a relação entre homem e meio ambiente, Estocolmo, Rio 92, Rio+10 e Rio+20. Em meio a essas conferências aconteceram encontros específicos para tratar da Educação Ambiental, tais como Conferência de Educação da Universidade de Keele, Congresso de Nice, Encontro Internacional de Educação Ambiental, Conferência Intergovernamental de Tbilisi e Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental.

Além de resgatar o que foi realizado é preciso também refletir o que pode ser feito de modo urgente no sistema educacional especialmente em nível superior, visto que as conclusões retiradas dos diversos eventos apontam a educação como o principal artefato para o desenvolvimento sustentável.

Essa “reflexividade” da sociedade sobre seu próprio papel na geração dos riscos e danos ambientais e a forma como vem reagindo diante dos problemas causados é apontada por Jacobi (2005) como autocrítica. Esse fato vem se tornando orientativo nos estilos de vida coletivos e individuais contemporâneos.

Nesse contexto, o envolvimento dos educadores em todos os níveis torna-se fundamental na inserção da Educação Ambiental no cotidiano das instituições de ensino, orientando para um posicionamento crítico face à crise socioambiental tendo como horizonte a transformação de costumes e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental, reformando o modo de conhecimento, do pensamento e do ensino (MORIN; CIURANA;

MOTTA, 2003). Para contribuir com a tarefa a interdisciplinaridade é apontada por Floriani (2009) como caminho para a construção de uma epistemologia socioambiental aproximando, por meio do diálogo, as ciências da vida, da natureza e da sociedade.

Refletir de modo urgente sobre as práticas da sociedade, de ontem e de hoje, na perspectiva ambiental, e abordá-las no ensino pressupõe a compreensão da complexidade do mundo (MORIN, 2002), de modo interdisciplinar (FLORIANI, 2009), corroborando para a racionalidade ambiental (LEFF, 2015), um novo olhar sobre as relações homem, sociedade e natureza, o que reflete positivamente na emancipação e na construção da autonomia dos sujeitos envolvidos (FREIRE, 1996; 2001), no desenvolvimento de competências e na proposição de respostas para o futuro (PERRENOUD, 1999; 2013).

Há, portanto, a necessidade latente de internamente, em cada país, estados e municípios ecoar o que foi tratado nos grandes eventos internacionais em nível macro. Talvez a política de Educação Ambiental, cuja responsabilidade é de cada Estado, se efetivada na prática, venha a contribuir para dar maior concretude às discussões, levando o ser humano à conscientização do seu lugar no mundo e na natureza tendo como princípios a ética, o respeito e a solidariedade para com todas as formas de vida (BÓLLA; MILIOLI, 2011).

As propostas de medidas para reduzir o impacto das ações do homem sobre o meio ambiente vêm sendo discutidas e debatidas há décadas por sociedades de todo o globo. Os diversos eventos e acordos entre as nações confirmam a Educação Ambiental, balizada em uma metodologia holística e interdisciplinar, como necessária para a mudança de paradigmas com o propósito de formar uma nova concepção de mundo com valores e conhecimentos pautados no comprometimento ao meio ambiente e em condições favoráveis à vida, visto que a educação tradicional não atende mais aos anseios da nova sociedade.

No Brasil, o caminhar influenciado pela preocupação mundial de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável fez emergir a Lei nº 9.795/1999, corroborando com o cenário legal instituindo a política de Educação Ambiental, de modo oficial, no sistema escolar do país.

2.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Considerando os diversos encontros e movimentos ambientais mundiais, a inquestionabilidade da promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino para que o desenvolvimento sustentável ocorra de fato e em atendimento ao postulado na

Constituição (1988) para sua efetividade, no ano de 1999, para nortear as políticas públicas, o presidente da República do Brasil sancionou a Lei nº. 9.795, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a PNEA.

Conforme a lei, o MMA é o órgão responsável pela promoção da Educação Ambiental nos espaços não formais (fora da escola) e o MEC é o responsável pela Educação Ambiental no âmbito formal, desenvolvida em instituições de ensino. No MEC o ensino formal da Educação Ambiental está sob a responsabilidade da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental, vinculada à Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (SECAD/MEC). A SECAD/MEC apoia os sistemas de ensino e IES em ações e projetos que fortaleçam a PNEA e o ProNEA.

A lei conceitua Educação Ambiental como sendo os processos “por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

A PNEA tornou-se um instrumento político determinante para que as políticas públicas do país relacionadas à Educação Ambiental se configurem, em um campo intenso de disputas. Especificamente no contexto formal de ensino, há dificuldade de estruturar a Educação Ambiental em um território historicamente acirrado. De um lado aqueles favoráveis pela manutenção do *status quo* vigente em prol do capital e, de outro, pessoas dedicadas à educação crítica voltada para a transformação social.

O processo educativo não é um processo neutro e objetivo, destituído de valores, interesses e ideologias. Ao contrário, a educação é uma construção social repleta de subjetividade, de escolhas valorativas e de vontades políticas dotado de uma especial singularidade que reside em sua capacidade reprodutiva dentro da sociedade. Significa, portanto, uma construção social estratégica por estar diretamente envolvida na socialização e formação dos indivíduos e de sua identidade social e cultural. A educação, nesse sentido, pode assumir tanto um papel de conservação da ordem social, reproduzindo os valores, ideologias e interesses dominantes socialmente, como um papel emancipatório comprometido com a renovação cultural, política e ética da sociedade e com o pleno desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos que a compõem (LIMA, 2002, p. 8).

Depreende-se a partir do fragmento citado que, para o rompimento com o paradigma atual de uma prática educativa funcional fragmentada da realidade e com raízes profundas no capitalismo e na mercantilização com hábitos arraigados na racionalidade econômica de extrair, produzir, vender, comprar, descartar, formando ciclos viciosos que resultam em um crescimento exponencial de externalidades negativas, faz-se necessário por meio da Educação

Ambiental, enquanto processo de ensino transformador, desenvolver nos educandos a consciência e preocupação com o meio ambiente, com competências e motivações (PERRENOUD, 1999; 2013) para trabalhar na busca de soluções para os problemas atuais e prevenção de casos futuros.

Cabe salientar o contexto histórico da educação brasileira antes da promulgação da lei que instituiu a PNEA, vindo de uma concepção pedagógica produtivista com estreito vínculo ao desenvolvimento econômico do país, passando posteriormente a atender as demandas do mercado privado com a educação voltada para o desenvolvimento de competências, embora continuamente calcada em uma tendência produtivista.

A Educação Ambiental enquanto compreendida como um apêndice no currículo escolar estará submetida ao caráter produtivista implícito nas legislações e, de modo contrário, poderá se configurar como educação transformadora.

Isto é, a educação ambiental não contém, em si, possibilidades de transformação das relações das sociedades com o ambiente, produzidas no interior das complexas relações sociais que se expressam nas contradições do modo capitalista de produção. A transformação dessas relações – ambientais e sociais – se dá na prática social pelo enfrentamento dessas contradições, e, para isso, podem buscar na educação escolarizada – onde a EA tem que ser parte constituinte – os instrumentos culturais de formação humana crítica e reflexiva como conteúdos desse enfrentamento (JANKE, 2012, p. 179).

Ademais, a PNEA traz basicamente o que tem sido discutido em termos de Educação Ambiental, como por exemplo o entendimento de que as questões ambientais são valores inseparáveis no exercício da cidadania; a promoção da Educação Ambiental é de corresponsabilidade de todos os setores da sociedade; o enfoque holístico, interdisciplinar e transdisciplinar que deve pautar a Educação Ambiental abordando o meio ambiente em sua totalidade e ressaltar a interdependência entre o meio natural e os processos socioeconômicos, políticos e culturais.

Cabe destacar que a PNEA menciona que a Educação Ambiental não deve ser tratada como uma disciplina específica no currículo de ensino, dando um caráter transversal ao tema, deixando aberta a possibilidade como disciplina específica apenas no ensino superior. Explicita que nos cursos de formação técnico-profissional a Educação Ambiental deve ser incorporada como um conteúdo que contemple a ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. E nos cursos de formação de professores deve constar nos currículos, em todos os níveis e em todas as disciplinas (BRASIL, 1999).

Isso posto, há de se refletir sobre o motivo pelo qual a referida política faz essa distinção entre curso de formação técnico-profissional e formação de professores, tendo em

vista que a maioria dos docentes do ensino superior em cursos de formação profissional não dispõe de formação em pedagogia ou demais licenciaturas. Tanto que a própria PNEA para corrigir essa lacuna explicita: “Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental” (BRASIL, 1999).

Ademais, há de se considerar que promulgar uma lei ou instituir uma política pouco adianta se o discurso for meramente “cosmético”, apenas realimentando uma visão simplista ou reducionista da questão socioambiental, descontextualizada, pontual e desconectada com a prática social, pois não resulta em mudanças.

Em contraponto, se a abordagem for emancipatória pressupõe uma educação que transcende a preservação ambiental, promovendo atitudes críticas, reflexivas e politizadas. Para tanto, há de se considerar o educando como portador de direitos e deveres, o meio ambiente como bem público e o acesso a um ambiente saudável como um direito de cidadania. O que pressupõe a participação ativa da sociedade para dar concretude às ações (LIMA, 2002).

Assim, considerando o determinado pela Constituição (1988) que incumbe ao Poder Público a obrigatoriedade de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino; a PNMA que estabelece a participação na defesa do meio ambiente; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394, que prevê a abrangência curricular voltada para o conhecimento do mundo físico e natural e a preparação para o exercício da cidadania; e, a PNEA que coloca a Educação Ambiental como componente essencial da educação nacional passando a ser compreendida desde então como um processo; o MEC aprovou em 2012 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior. Os princípios que norteiam as DCNEAs são:

- I – totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- II – interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;
- III – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV – vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;
- V – articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;
- VI – respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o

valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária (BRASIL, 2012).

Observando-se os princípios norteadores das práticas de Educação Ambiental, destacam-se temáticas importantes de serem compreendidas, especialmente pelos professores, para que seja possível alcançar os objetivos pretendidos, que são:

- I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;
- II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;
- III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;
- IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;
- VI - fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;
- VII - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;
- VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;
- IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade (BRASIL, 2012).

Os princípios e objetivos traçados nas DCNEAs são amplos e remetem para o desenvolvimento do senso crítico em relação ao ambiente que se vive, relacionando aspectos socioambientais, de cidadania e evidenciando o caráter democrático. Esses compromissos devem estar contemplados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), das IES e seus respectivos cursos. É, pois, fundamental que professores, de todos os níveis de ensino, tenham acesso à política e às diretrizes e compreendam a Educação Ambiental como um processo educativo, com prática pedagógica interdisciplinar e que pressupõe a realização de um trabalho didático-pedagógico com fortes vínculos na realidade do educando.

Assim posto, sobre a Educação Ambiental não recai única e exclusivamente a responsabilidade de erradicar os problemas ambientais e sociais, mas a possibilidade de formar cidadãos reflexivos e críticos dotados de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que poderão influenciar, de modo individual e coletivo, o sistema social vigente e, na prática, enfrentar a temática ambiental em toda sua complexidade.

2.4 A PLURALIDADE TEÓRICA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No contexto global, a Educação Ambiental parece ser única, apesar de ser um campo de saberes e de práticas diversificadas. Para os profissionais e estudiosos da área, a Educação Ambiental é reconhecida por suas múltiplas facetas, composta por correntes político-pedagógicas, éticas e epistemológicas diversas (com possíveis interfaces entre elas) que acabam por definir suas concepções e práticas (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Os debates acerca das múltiplas dimensões pedagógicas que envolvem a Educação Ambiental iniciaram no findar do século XX mediante a constatação da complexidade das relações entre indivíduos, sociedade, educação e natureza. A consciência dessa complexidade exigiu reflexões e análises mais profundas a respeito das práticas educativas que envolviam a temática socioambiental. Para Sauvé (2005a, p. 317), “mais do que uma educa o ‘a respeito do, para o, no, pelo ou em prol do’ meio ambiente, o objeto da educa o ambiental   de fato, fundamentalmente, nossa rela o com o meio ambiente”.

No que tange às universidades, para Alencastro e Souza-Lima (2015), as a es envolvendo a tríade ensino, pesquisa e extensão em Educa o Ambiental, geralmente, não possuem bases teóricas consistentes. Os autores questionam quais fatos, reflexões, saberes, epistemologias e metodologias norteiam os professores no seu fazer docente para contribuir com a constru o do conhecimento neste campo.

Com uma visão ampliada das possibilidades que envolvem o campo pedagógico da Educa o Ambiental, em virtude da diversidade de autores, discursos e modos de conceber e praticar a a o educativa nessa  rea, Sauvé (2005b) sistematizou a pluralidade de proposi es teórico-metodológica da Educa o Ambiental em 15 correntes¹² divididas em dois grupos: a) tradicionais (dominantes nas primeiras décadas da Educa o Ambiental, entre os anos de 1970 e 1980) e b) recentes (após 1980). Ambos comungam a preocupa o com o meio ambiente e o reconhecimento do papel da educa o na melhoria da rela o entre os seres humanos e a natureza. Dentre as correntes tradicionais encontram-se a naturalista, conservacionista ou recursista, resolutiva, sist mica, científica, humanista e moral ou  tica.

A corrente naturalista está pautada na rela o com a natureza. Pode ser associada ao movimento de educa o para o meio natural e a educa o ao ar livre. As propostas pedagógicas reconhecem o valor da natureza, os recursos que ela proporciona e o saber que se pode obter dela. Os adeptos dessa corrente buscam a reconstru o da liga o entre os seres

¹² A no o de corrente na concep o de Sauvé (2005b) refere-se a uma maneira geral de conceber e praticar a Educa o Ambiental.

humanos e a natureza desenvolvendo habilidades cognitivas (aprender com coisas sobre a natureza), experienciais (viver na natureza e aprender com ela), afetivas, espirituais ou artísticas (associando a criatividade humana à da natureza). As estratégias didáticas mais usadas são: imersão, interpretação ambiental, jogos sensoriais e atividades de descoberta (SAUVÉ, 2005b; ALVES, 2006; ALENCASTRO, SOUZA-LIMA, 2015).

Para os adeptos da corrente conservacionista, o meio ambiente é visto como recursos. A Educação Ambiental conservacionista fomenta a consciência ambiental para que os recursos naturais não se esgotem e possam ser utilizados pelas gerações presentes e futuras. Exemplos: água, solo, energia e as plantas (principalmente as plantas comestíveis e medicinais) e os animais (pelo que pode ser obtidos deles), o patrimônio genético e o construído.

O enfoque didático está voltado para a preocupação com a administração do meio ambiente, gestão ambiental, educação para conservação, educação centrada nos Rs (redução, reutilização, reciclagem), educação para o consumo voltado para a conservação de recursos (conhecer a matéria-prima do produto; verificar se pode ser reutilizado ou reciclado). Os procedimentos adotados pelos docentes envolvem: código de comportamentos, auditoria ambiental e projeto de gestão e conservação (SAUVÉ, 2005b; ALVES, 2006; ALENCASTRO, SOUZA-LIMA, 2015).

Os adeptos da corrente resolutiva enxergam a crise ambiental como consequência de um conjunto de problemas e buscam informar as pessoas sobre a problemática ambiental. O enfoque didático consiste em desenvolver habilidades para resolução de problemas ambientais, por meio da identificação, pesquisa, diagnóstico e da situação problema, avaliação e escolha de soluções. São exemplos de procedimentos didáticos aplicados por esta corrente: estudos de casos: análise de situação problema e experiência de resolução de problemas associada a um projeto (SAUVÉ, 2005b; ALVES, 2006; ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015). Sauvé (2005b, p. 21) salienta que “a implementa o das soluçoes não está incluída nesta proposi o”.

Na corrente sist mica a compreensão das problemáticas ambientais   obtida por meio da observa o e análise do contexto e das rela oes estabelecidas, exigindo um novo olhar para o mundo-homem-natureza e, conseqüentemente, uma mudança de postura. O modelo pedagógico requer observa o de uma realidade (saída de campo), análise de seus componentes e rela oes, a fim de elaborar um modelo sist mico que permita chegar a uma compreensão da problemática e escolher soluçoes mais apropriadas. As estratégias didáticas

mais utilizadas são: estudos de casos com análise de sistemas ambientais (SAUVÉ, 2005b; ALVES, 2006; ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015).

As proposições da Educação Ambiental na corrente científica estão pautadas na observação e na experimentação, com uso do rigor científico. Está associada ao desenvolvimento de habilidades de experimentação científica e de conhecimentos em Ciências Ambientais. As estratégias didáticas mais usadas são: estudos de fenômenos, observação, demonstração, experimentação e atividade de pesquisa hipotético-dedutiva (SAUVÉ, 2005b; ALVES, 2006; ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015).

A corrente humanista dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, construída na confluência entre natureza e cultura. Os adeptos levam em consideração os aspectos e as relações dos elementos físicos naturais e humanos (dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas) e a capacidade do homem de transformar o meio ambiente. O enfoque didático considera o patrimônio natural e, também, o cultural. A cidade, a praça pública, os jardins cultivados, entre outros, são importantes para a Educação Ambiental na identificação das condições ambientais e resolução dos possíveis problemas.

A metodologia que prevalece é a indução, por meio do contato com as pessoas inseridas em contextos ambientais, objetivando conhecer seus modos de vida, as relações com o meio e desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao ambiente. São exemplos de estratégias didáticas adotadas: estudo do meio, itinerário ambiental e leitura de paisagem (SAUVÉ, 2005b).

A corrente moral/ética preza por fomentar valores ambientais éticos, individuais e coletivos, para construir comportamentos socialmente desejáveis no manejo dos recursos naturais. Como modelo pedagógico tem-se como estratégias a apresentação de um caso no qual haja confrontação de situações morais que levam o estudante a fazer suas próprias escolhas e justificá-las mediante análise de valores, definição de valores e crítica a valores sociais (SAUVÉ, 2005b; ALVES, 2006; ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015).

No âmbito das correntes mais recentes tem-se: holística, biorregionalista, práxica, crítica, feminista, etnográfica, ecoeducação e sustentabilidade (SAUVÉ, 2005b). O enfoque da corrente holística leva em conta as múltiplas dimensões das realidades socioambientais e a relação das pessoas com estas realidades. O objetivo desta corrente é a construção de um conhecimento orgânico do mundo e o envolvimento participativo das pessoas com o meio ambiente. Seu modelo pedagógico está pautado em projetos participativos de resoluções de problemas, em uma perspectiva proativa de desenvolvimento comunitário. A Educação Ambiental volta-se para a aprendizagem e o comprometimento com a natureza e demais seres.

Alguns dos procedimentos didáticos possíveis desenvolvidos por essa corrente são: estudo do meio, itinerário ambiental e leitura de paisagem (SAUVÉ, 2005b; ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015).

A corrente biorregionalista possui dois focos essenciais: 1) espaço geográfico e 2) identidade entre as comunidades. A Educação Ambiental biorregionalista está centrada no desenvolvimento de uma relação com o meio local ou regional, de um sentimento de pertencimento e no compromisso da valorização deste meio. Nesse tipo de Educação Ambiental é comum a constituição de projetos comunitários, criação de ecoempresas ou cooperativas com intuito de melhorar as questões ambientais e também de gerar renda para a comunidade local ou regional (SAUVÉ, 2005b).

Na corrente prático a ênfase está na aprendizagem durante a ação mediante reflexão contínua da ação. Não se trata de desenvolver *a priori* os conhecimentos e as habilidades com vistas a agir para resolver problemas ambientais, mas em pôr-se imediatamente em situação de ação e de aprender por meio do projeto e para o projeto, em uma dinâmica reflexiva e participativa. O enfoque didático dominante é a pesquisa-ação (SAUVÉ, 2005b; ALVES, 2006; ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015).

Na corrente crítica, o meio ambiente é objeto de transformação e lugar de emancipação. A Educação Ambiental emerge de projetos em uma perspectiva de emancipação e de libertação das alienações. Objetiva desconstruir as realidades socioambientais visando resolver os problemas. Centrada em uma pedagogia de projetos interdisciplinares para o desenvolvimento de um saber-ação, para a resolução de problemas locais e para o desenvolvimento local. Como exemplo de estratégias tem-se: análise de discurso, estudos de casos, debates e pesquisa-ação (SAUVÉ, 2005b; ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015).

A corrente feminista prega a necessidade de relações harmoniosas entre homens, mulheres e natureza para a realização de um projeto socioambiental. Opõe-se ao predomínio da racionalidade para resolver problemas ambientais e privilegia a intuição, a afetividade, o simbólico, espiritual ou artístico das realidades do meio ambiente. Os procedimentos didáticos mais aplicados são: estudos de casos, imersão e oficinas de criação (SAUVÉ, 2005b). O ecofeminismo destaca-se, “pois engendra uma ética de solicitude, atenção e zelo. [...] busca o fim de todas as formas de opressão e dominação e propõe um convívio no qual prevaleça a complementação, antecipando as bases para uma autêntica sustentabilidade” (ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015, p. 34).

A corrente etnográfica se preocupa com o caráter cultural das populações ou comunidades envolvidas em relação ao meio ambiente, não impondo visões de mundo. O objetivo da Educação Ambiental etnográfica adota projetos pedagógicos que identifiquem e dialoguem com diferentes formas de pensar e agir frente ao meio ambiente. São exemplos de estratégias didáticas adotadas os contos, narrações e lendas, estudos de casos e a imersão (SAUVÉ, 2005b).

Na corrente da ecoeducação o meio ambiente é o lugar onde há interação entre homem-natureza propício para o desenvolvimento pessoal. O objetivo do processo educativo dessa corrente é que os envolvidos aprendam por meio da experiência e da sua relação no mundo e com o mundo. Os projetos didáticos envolvem: relatos de vida, imersão, escuta sensível e alternância subjetiva/objetiva (SAUVÉ, 2005b).

E, por fim, a última corrente identificada por Sauvé (2005b)   a da sustentabilidade. Os adeptos dessa corrente tentam conciliar desenvolvimento e sustentabilidade, num esforço equitativo do econômico, social e ambiental. Objetiva promover um desenvolvimento econômico que respeite os aspectos socioambientais. Essa corrente propõe como estratégia a transforma o dos modelos de produ o de consumo da sociedade, em prol das gera es presentes e futuras. A Educa o Ambiental deve considerar os processos sociais atuais ligados ao fen meno da globaliza o, abordando o consumo sustentável, identidade social, práticas comerciais atuais, cidadania, aspectos culturais locais e regionais. As estratégias didáticas comumente aplicadas são: estudos de casos, experiências de resolu o de problemas e projeto de desenvolvimento sustentável (SAUVÉ, 2005b; ALVES, 2006; ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015).

A autora faz uma ressalva acerca do mapeamento das proposi es pedagógicas no campo da Educa o Ambiental ter sido desenvolvido observando o contexto norte-americano e europeu, portanto não apresenta de modo suficiente os trabalhos dos docentes da América Latina e de outras culturas. Ademais, frisa que seu trabalho não teve pretensão de encerrar os debates ou de enquadrar as práticas em uma ou em outra corrente (SAUVÉ, 2005b).

Cada corrente se distingue, por cento, por características particulares, mas podem se observar zonas de convergências. Por outro lado, a análise de proposi es específicas (programas, modelos, atividades, etc.) ou de relatos de interven o nos levam amiúde a constatar que eles integram características de duas ou três correntes. Finalmente, esta cartografia permanece como objeto de análise e de discussão por aperfeiçoar e cuja evolu o contínua a da trajetória da própria EA. Não tem a pretensão da profundidade, mas a de uma certa utilidade (SAUVÉ, 2005b, p. 39).

No contexto brasileiro, a Educa o Ambiental se constituiu sob influência de organismos internacionais e nacionais, associa es, movimentos ambientalistas, institui es

de ensino, dentre outros atores. Para Layrargues e Lima (2014), o campo da Educação Ambiental no Brasil compreende três macrotendências: a conservacionista, a pragmática e a crítica, as quais agregam correntes político-pedagógicas com abordagens teóricas e práticas diferenciadas.

De modo mais contundente, os debates sobre as correntes político-pedagógicas da Educação Ambiental no país tiveram início a partir dos anos de 1990. Nessa época a prática era fundamentalmente **conservacionista**, orientada pela conscientização ecológica. Os problemas ambientais decorriam da modernização e poderiam ser solucionados pela informação, pela educação sobre o meio ambiente e pelo desenvolvimento tecnológico (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Cabe lembrar a conjuntura adversa da época em termos políticos e econômicos, o contexto de cerceamento de liberdade democrática que marcou o país durante o período militar, além da forte mediação do Estado nesse processo. Um exemplo foi a publicação, pelo MEC, do livro “Ecologia - uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus”, utilizado por professores e alunos das escolas públicas, desconsiderando os avanços mundiais sobre a temática e limitando a Educação Ambiental a área das Ciências Biológicas.

A tendência da corrente conservadora da Educação Ambiental no Brasil tinha por características:

Concepção reducionista, fragmentada e unilateral da questão ambiental; Compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental; Tendência a sobrevalorizar as respostas tecnológicas diante dos desafios ambientais; Leitura comportamentalista e individualista da educação e dos problemas ambientais; Abordagem despolitizada da temática ambiental; Baixa incorporação de princípios e práticas interdisciplinares; Perspectiva crítica limitada ou inexistente; Separação entre as dimensões sociais e naturais da problemática ambiental; Banalização das noções de cidadania e participação que na prática são reduzidas a uma concepção liberal, passiva e disciplinar (LIMA, 2005, p. 129).

Lima (2009) atribui essas características da Educação Ambiental ao clima autoritário vigente à época e de subordinação ao governo - de perfil desenvolvimentista, tecnocrático e autoritário - que impedia o avanço na área. Este é o principal motivo de a Educação Ambiental no país ter seu *locus* inicial nos setores governamentais de meio ambiente, em detrimento aos órgãos educacionais, e o ensino voltado para a ecologia.

As características citadas por Lima (2005) da Educação Ambiental conservacionista influenciam os conteúdos e práticas educativas, acabam por reduzir a complexidade do problema e, conseqüentemente, interferem no modo que os sujeitos (individual e coletivo) compreendem e reagem perante as mazelas socioambientais. Ademais, como bem pontuou Layrargues e Lima (2014), se as soluções para os problemas estão reduzidas a informação, a

educação ecológica e a tecnologia, há um esvaziamento das dimensões políticas, sociais, culturais e éticas. O que desfavorece “iniciativas em defesa da qualidade de vida, a responsabilização dos verdadeiros agentes da degradação e a luta por direitos ambientais enquanto direitos de cidadania” (LIMA, 2002, p. 13).

A macrotendência **pragmática** é decorrente da hegemonia neoliberal, marcada pelo deslocamento do poder do Estado para as regras impostas segundo a economia de mercado, enfatizando privatizações estatais, industrialização acelerada, o consumo de bens eletrônicos como modelo de *status* e aceitação do meio. Essa macrotendência teve seu início no país nos anos de 1990-1992, durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito desde o golpe militar. A Educação Ambiental pragmática possui aderência às correntes voltadas para o desenvolvimento sustentável, para o consumo sustentável e para o gerenciamento dos resíduos.

Para Layrargues e Lima (2014), os adeptos da corrente pragmática poderiam realizar uma leitura crítica da realidade articulando outras dimensões (sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas), mas seguem uma tendência compensatória de corrigir problemas oriundos do sistema produtivo vigente: consumismo, obsolescência programada e descarte dos bens de consumo. Associados ao consumo sustentável com pautas voltadas para economia de energia e água, operam mudanças superficiais, tanto tecnológicas como comportamentais - o que Lima (2002, p. 7) denomina de “conservadorismo dinâmico” ou “modernização conservadora”.

Em razão de ter um discurso avalizado pelos órgãos governamentais e não governamentais, por ser divulgado amplamente nas mídias e, conseqüentemente, mais acessível ao público, o autor considera o conservadorismo dinâmico o maior obstáculo para uma Educação Ambiental transformadora, pois dá respostas equivocadas à população e retira dela a oportunidade e o direito de reação.

Se a empresa privada e o estado – ironicamente os principais geradores de riscos ambientais – já estão se ocupando do problema através da criação de organismos de gestão, conselhos, legislação, selos e mercadorias verdes, além de “programas de educação ambiental” ao cidadão só resta despreocupar-se e cuidar de sua vida privada (LIMA, 2002, p. 11).

No discurso neoliberal, a educação está voltada para atender as demandas do mercado, seja na preparação para o mercado de trabalho e/ou na transmissão e manutenção da ideologia dominante.

Esses modos de Educação Ambiental - conservadora e/ou pragmática - em que a transmissão de conhecimentos é reducionista, descontextualizada e sem considerar as causas e

consequências dos problemas vem ao encontro do que Freire (1987) denominou de educação bancária, no qual o professor é o detentor de conhecimento, portanto o centro do processo de aprendizagem, e os educandos são meros ouvintes e reprodutores do conhecimento depositado.

No início dos anos 1990, o Brasil passou pelo processo de redemocratização, os movimentos sociais foram retomados e a educação popular praticada pelos adeptos da pedagogia crítica e libertadora de Paulo Freire favoreceu o diálogo entre sindicatos, educadores e ambientalistas. “A educação ambiental passou a ser vista como um processo contínuo de aprendizagem em que indivíduos e grupos tomam consciência do ambiente por meio da produção e transmissão de conhecimentos, valores, habilidades e atitudes” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 65).

Nesse contexto, a criticidade vem ocupando espaço de outra macrotendência a qual agrupa as correntes de educação popular, emancipatória e transformadora. O pensar se volta para temáticas relevantes e polêmicas como a dominação do ser humano, acumulação de capital, desigualdades, injustiça socioambiental, cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito e transformação social. A intenção, no pensamento ambiental **crítico**, é fugir do reducionismo empobrecedor incorporando questões culturais e políticas da vida humana com seus valores, crenças e subjetividades.

Na ótica educativa, o enfrentamento dos desafios da era contemporânea exige abertura, inclusão, diálogo, novas possibilidades para dar conta de respostas além do conhecido.

Optar pela inércia e pela conservação do velho significa aprofundar os processos de crise que hoje vivenciamos. Por outro lado, embora a aventura transformadora suponha uma relativa dose de incerteza continua sendo a única que pode nos tirar da inércia e abrir possibilidade de uma renovação construtiva da ética, da cultura e das sociedades presentes (LIMA, 2002, p. 19).

Como afirma Leff (2001), a complexidade ambiental do mundo contemporâneo reconhece a crise atual da civilização, faz emergir suas origens e causas e fomenta pensamentos e ações voltados para a reconstrução de um mundo calcado em novas bases relacionais entre sociedade-natureza. Não é possível aprender algo novo sem mudança de pontos de vista e nem transformar uma realidade sem descobrir novidades sobre ela, portanto, aprendizado e mudança estão intrinsecamente relacionados (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Nesse contexto a interdisciplinaridade torna-se propulsora para a produção de novos conhecimentos, construção de novas utopias, exploração de alternativas para além das utilizadas, na medida em que assume um compromisso coletivo de transformação e não como

cosmético que implica o conservadorismo dinâmico (LIMA, 2002) ou de manutenção da prática conservadora (LEFF, 2015).

Exemplo comum de Educação Ambiental reprodutora do viés conservador de educação e sociedade são os programas de coleta seletiva de lixo nas escolas, nos quais o foco principal é a solução para o problema sem a contextualização e a discussão da comunidade escolar. O problema do lixo não é pensado em sua complexidade e totalidade. Mesmo que altere alguns hábitos da comunidade escolar, o ensino continua sendo pragmático e reprodutivista do modelo de sociedade vigente, uma pseudotransformação (LIMA, 2002; LOUREIRO, 2003).

Para a macrotendência crítica, não basta reformas pontuais, o objetivo está na transformação da sociedade, do conhecimento, das instituições, das relações sociais e políticas e dos valores éticos e culturais. A Educação Ambiental crítica tem forte compromisso com a transformação social, seu foco está em

Promover a compreensão dos problemas e conflitos socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográficas, históricas, biológicas, sociais e subjetivas; contribuir para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais; contribuir em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de vida, de relação com a natureza e de uso dos bens ambientais; formar uma atitude de sensibilidades éticas, estéticas e políticas perante as questões ambientais; provocar situações de aprendizagem e de participação na resolução de problemas socioambientais (ROSA, 2009, p. 18).

Para o debate ambiental faz-se necessário a compreensão político-ideológica dos mecanismos da reprodução social e que a relação homem-natureza é mediada por relações socioculturais e classes historicamente construídas. A abordagem pedagógica, portanto, necessita considerar os contextos sociais e a relação com a natureza, “afinal, a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. A causa constituinte da questão ambiental tem origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevaletentes” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 67).

Dessa forma, a macrotendência crítica enquanto práxis educativa interdisciplinar e transformadora possibilita a ação modificadora, individual e coletiva, considera a realidade visando superar as relações de dominação e de exclusão que caracterizam a sociedade contemporânea (LOUREIRO, 2003).

Em resumo, torna-se impossível uniformizar os pensamentos, discursos e ações que envolvem a Educação Ambiental, pois são livres, plurais e sofrem influências diversas. Mediante os autores observa-se no Brasil, basicamente, dois eixos de Educação Ambiental. O primeiro eixo é o conservador, que prima por garantir o *status quo* dos padrões sociais da

atualidade com mudanças superficiais, individuais e coletivas, de comportamentos e atitudes, ao passo que o segundo eixo é pautado na Educação Ambiental transformadora, que implica mudanças significativas, individuais e coletivas, na qual a abordagem educacional é integrada e não fragmentada, inclusiva e não seletiva, pautada no diálogo e não na intolerância.

Faz-se necessário a compreensão e o tratamento dos recursos naturais como bens coletivos e indispensáveis, de direito público e universal, às sociedades humanas e não humanas (LIMA, 2009). Nessa ótica, enquanto o meio ambiente for abordado como bem público, tanto o professor quanto o estudante e comunidade têm direitos e deveres de buscar continuamente um ambiente saudável.

Isso significa que a Educação Ambiental tem o compromisso com a transformação social e individual. Para tanto é preciso estar atento às “armadilhas” no sentido de deslocar as intenções educativas ao pragmatismo do mercado: formação de mão de obra, consumismo, utilização deliberada dos recursos naturais, entre outros aspectos que tendem a instrumentalizar a educação na medida em que reproduz a lógica econômica.

Contudo, não se pode atribuir à práxis educativa toda a responsabilidade de transformação na construção de uma nova sociedade em que a sustentabilidade seja a sua essência, visto ser um processo de aprendizagem com o outro e pelo outro, mediado pelo mundo¹³, tampouco subestimá-la (LOUREIRO, 2003).

A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. [...] A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo (FREIRE, 2001, p. 26).

São transformações gradativas de pensamentos e atitudes, conforme Leff (2015), da racionalidade econômica para a racionalidade ambiental, que muitas vezes não são vistas em um primeiro momento, mas são mudanças.

¹³ Referência à teoria de aprendizagem socioconstrutivista de Vygotsky, na qual a formação se dá na relação entre o sujeito e a sociedade a seu redor. Assim, o indivíduo modifica o ambiente e este o modifica de volta.

2.5 A PERCEPÇÃO COMO REFERÊNCIA AO MEIO AMBIENTE E À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação constitui um espaço social que abriga uma diversidade de práticas de formação de sujeitos, em que competem diferentes atores, cada qual com interesses particulares na ação educativa. Para não “reduzir toda a diversidade de projetos educativos a uma só ideia geral e abstrata de educação” é que adjetiva-se ao termo educação a palavra ambiental, “enquanto aspiração legítima, socio-historicamente situada, que sinaliza para o reconhecimento da importância de uma educação ambiental, na formação dos sujeitos contemporâneos” (CARVALHO; MUHLE, 2017, p. 17).

O pensamento crítico da educação, que rompe com o tecnicismo e faz uma opção pela construção social de conhecimentos experienciados pelos sujeitos em busca da emancipação e autonomia, cuja principal referência brasileira é Paulo Freire, ao encontrar a educação ambiental no espaço educativo, acrescenta àquela a formação de indivíduos capazes de compreender as relações sociedade-natureza, identificar, problematizar e intervir nos problemas e conflitos ambientais, além de estabelecer ligações entre o local e o global. Essa convergência da educação crítica com a educação ambiental segue a proposta da ação emancipatória no campo ambiental, encontrando nos debates que envolvem conflitos e justiça ambiental um espaço para aspirações de cidadania e reivindicações sociais e ambientais (CARVALHO; MUHLE, 2017).

Para uma educação ambiental crítica, a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado. As competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) aprimoradas e desenvolvidas sobretudo no ambiente universitário, especialmente as advindas da educação ambiental crítica, pautadas na cidadania e no meio ambiente, podem fomentar respostas a problemas contemporâneos, na medida em que o cidadão compreende que o seu bem-estar, o bem-estar da sua comunidade, do seu município dependem da responsabilidade coletiva. Nesta perspectiva, a formação está pautada nas relações indivíduo-sociedade. “As pessoas se constituem em relação com o mundo em que vivem com os outros e pelo qual são responsáveis juntamente com os outros” (CARVALHO; MUHLE, 2017, p. 20).

É por meio da articulação das competências e da convivência comunitária que as pessoas passam a (re) conhecer os problemas comuns, as alternativas e os potenciais do lugar onde vivem, possibilitando intervir sobre sua realidade, exercitando sua interpretação a partir

do seu próprio contexto e estimulando o pensar geográfico do espaço comum, bem como do desenvolvimento social, econômico, político, cultural e ambiental.

Refletir sobre a percepção que as pessoas possuem em relação ao meio ambiente e compreender suas realidades e maneiras de ver e sentir o mundo requer trilhar um caminho que possibilite, no mínimo, abordar temas como espaço, lugar, lar e afetividade. Nesta seara, o geógrafo Tuan (1980) abre novas abordagens as quais lhe conferem o título de fundador da geografia humanista - capaz de uma visão ampliada da natureza humana (daquilo que nos define) e suas relações pautadas na educação libertária da mente.

A abordagem de Tuan especifica melhor o mundo histórico-cultural, visto que procura compreender o ser-no-mundo, a natureza da experiência e o próprio sentido de ser, não o homem ou o mundo isolados. Para o autor, conhecer o mundo é conhecer a si, os próprios padrões de pensamentos, de atitudes, de valores e de comportamentos. Sem a autocompreensão, para entender a humanidade e a nossa essência, não se pode esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que são, também, problemas humanos.

Em uma tentativa de comparação entre a educação crítica de Paulo Freire e a educação libertária de Tuan, Brilhante (2016, p. 182) constata que “Freire faz da pedagogia um espaço para trocas afetivas, mas não se preocupa em aprofundar o papel dos laços afetivos no processo de aprendizado. Por outro lado, Tuan procura sistematizar esses elos, pois sabe o quanto eles são importantes para a formulação de processos de ensino”.

A teoria freiriana é marcada pela valorização do lugar e do entorno mais próximo do educando, valorizando o seu conhecimento prévio. Considera que antes de ser do mundo faz-se necessário ser de algum lugar. Nesse sentido, partindo da compreensão de que o educando pertence a uma realidade, a um contexto, busca expandir o conhecimento com outros lugares - do local, regional para o global.

Por outro lado, Tuan (1980) pauta-se nas diferenças de percepção que as pessoas têm em relação ao mundo. Os problemas e significados não têm o mesmo sentido e intensidade, porque as diferentes experiências, antecedentes socioeconômicos e aspirações mudam a forma como as pessoas sentem e veem o mundo.

A relação entre homem e natureza humana, tema central dos escritos de Tuan (1980), demonstra sua visão humanista e existencialista quando reconhece as necessidades biológicas comuns nos seres humanos e a concepção de mundo de que cada pessoa é diferente e qualquer compreensão só é possível a partir da experiência concreta. A realidade que nos cerca é apreendida por meio dos sentidos comuns (visão, audição, tato, olfato, paladar) e especiais (sentido de formas, de harmonia, de equilíbrio, de espaço, de lugar).

A partir do corpo e dos sentidos compreendemos e dotamos de sentido o espaço e o lugar e experienciamos o mundo. É a natureza humana que nos permite estudar o comportamento e a percepção, embora ambos sejam profundamente influenciados pela cultura e, por isso mesmo, diversificados, é a biologia que muitas vezes nos ancora em traços comuns. Mas também somos indivíduos únicos, uma vez que a experiência e a visão de mundo podem ser culturalmente influenciadas, mas não determinadas - são frutos da intencionalidade de cada pessoa (PÁDUA, 2013, p. 65).

Freire (1987) dizia que o homem aprende em comunhão mediatizado pelo mundo. Tuan (1980) considera que experienciar é aprender. A percepção é parte da experiência, assim o mundo percebido torna-se complexo e individual, embora o contexto histórico e o grupo cultural influenciem na percepção individual e coletiva. Essa é a geografia de Tuan, que visa encontrar os sentidos universais a partir das experiências particulares que, ao mesmo tempo, são comuns. Nesse contexto, a percepção ambiental possibilita a compreensão do eu e do outro, das relações de afetos e sentimentos e da relação com o ambiente, um diálogo com o eu, o outro e o ambiente, ressignificando sentidos.

Ao “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” Tuan (1980, p. 5) denominou de Topofilia, conceito que considera difuso, “mas vívido e concreto como experiência pessoal”. A percepção de um indivíduo em relação ao **lugar** onde vive ou a um lugar qualquer pode ser influenciada por diversos fatores, moldados tanto pelo meio social como pelo meio físico, sendo que em ambos essa percepção estará condicionada principalmente às experiências e vivências anteriores que cada indivíduo traz consigo. Portanto, “o termo topofilia associa sentimento com lugar” (TUAN, 1980, p. 129).

O **lugar** é o local onde a pessoa deposita significados e sentidos, como por exemplo segurança, cuidado, bem-estar, intimidade, emoções, personalidade, mas também pressupõe a rotina, a estabilidade, a limitação, o confinamento, ao passo que o **espaço** denota o futuro, o imprevisível, a amplitude, a liberdade, mas também a vulnerabilidade, o desconhecido, a insegurança. “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”. À medida que o espaço é conhecido e dotado de valor, ele se transforma em lugar (TUAN, 1983, p. 83). Nesse sentido, países, cidade, bairros e a casa são espaços até que a experiência e a apropriação do espaço os transformem em lugares (PÁDUA, 2013).

O sentido de **lar**, para Tuan (1983), é também relevante, enquanto ponto de partida e de chegada. Portanto, o mundo é organizado tendo o lar como centro, há nele uma marca que se torna inerente à memória e aguça os sentidos, tais como o olfato e o paladar. O **mundo**, por sua vez, possui maior escala que nos afeta pela visão e audição. O lar e o mundo são complementares e necessários para o ser humano. “No mundo e com o mundo nos

relacionamos, criamos valores e damos significados, o mundo nos reflete” (PÁDUA, 2013, p. 56).

Desta feita, o lugar está na comunidade (conforto, amizade, segurança). No lar nos permitimos ser vulneráveis. É do meu lugar que parto para experienciar o mundo, mas o lugar me enraíza, me prende. O espaço é universalizante, opressor, impessoal e ausente de solidariedade comunitária, o que permite o isolamento.

Portanto, conforme Pádua (2013), a realização de nossa natureza está no constante ir e vir entre o mundo e o lar. Almeja-se liberdade, possibilidades de expressão, da tecnologia, das grandes cidades, mas também espera-se segurança e o afeto dos que estão em nosso entorno.

A educação ambiental, portanto, não se esgota em uma definição conceitual única. Na contemporaneidade pode ser pensada nos movimentos do ir e vir no mundo que se cruzam, se rompem, se complementam e se reinventam e que se tornam concretos nas práticas, atos e comportamentos responsáveis ambientalmente.

É, pois, neste sentido que esta pesquisa se insere, com o foco da percepção do meio ambiente, tal como apregoadado por Tuan, como o mundo é percebido e estruturado a partir das experiências e vivências que cada um traz consigo.

2.6 AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: DAS BASES ÀS CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A fim de compreender o contexto da inserção da Educação Ambiental no ensino superior brasileiro, busca-se conhecer a legislação que regulamenta o sistema educacional do país, a LDB nº 9.394, em vigor desde o ano de 1996. O olhar se deteve na organização do ensino superior, sua categorização administrativa e acadêmica. A LDB faz referência aos diversos espaços em que se desenvolvem os processos formativos, como na família, na convivência, no trabalho, nos movimentos sociais, nas manifestações culturais e nas instituições de ensino.

A referida lei norteia a educação escolar que se desenvolve por meio das instituições de ensino formalizadas e determina a necessária vinculação ao mundo do trabalho e à prática social. Coloca a educação como dever da família e do Estado, pautada nas práticas de liberdade e solidariedade humana com finalidade do desenvolvimento do estudante para o exercício e qualificação para o trabalho. A educação escolar é composta pela educação básica

(infantil, fundamental e médio) e a educação superior (cursos sequenciais, graduação, pós-graduação e extensão) (BRASIL, 1996).

No que tange à educação básica, os currículos além da base nacional comum devem ser complementados com uma parte diversificada, contemplando características regionais e locais da sociedade, cultura e economia. Abrangendo, portanto, além do estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social, e política, especialmente do Brasil, o estudo da arte em suas expressões regionais (visuais, dança, música e teatro), o ensino da História do Brasil considerando as diferentes culturas e etnias que formam o povo brasileiro (especialmente a indígena, africana e europeia). Como temas transversais ao currículo a lei menciona os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção da violência contra a criança e ao adolescente.

A educação em nível superior ministrada em IES vem com o propósito de:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;**
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;**
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.**
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Destaca-se que as IES possuem estruturas organizacionais diferenciadas das demais entidades, uma vez que suas responsabilidades sociais, autonomia e ações diretas são definidas por lei (MENEGAT, 2006). No que tange à categoria administrativa, classificam-se em: a) instituições públicas, subdivididas em federais, estaduais ou municipais, entendidas como as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, sem cobrança

de matrícula ou mensalidade, e b) instituições privadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro.

As instituições privadas se enquadram ainda como: I) particulares, com finalidade de lucro, instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; II) **comunitárias**, sem finalidade lucrativa, constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III) confessionais, sem finalidade lucrativa, formadas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas, e IV) filantrópicas, sem finalidade lucrativa, prestam serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado (BRASIL, 1996, grifo nosso).

As IES podem ainda receber diferentes classificações conforme a categoria acadêmico-administrativa, a saber: universidade, centro universitário, faculdade e institutos federais. As universidades são instituições de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que conta com produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional. Além de apresentar requisitos mínimos de titulação acadêmica (um terço de mestres e doutores) e carga de trabalho do corpo docente (um terço em regime integral¹⁴).

Autônomas para criar cursos e sedes acadêmicas e administrativas, expedir diplomas, fixar currículos e número de vagas, firmar contratos, acordos e convênios, entre outras ações, respeitadas as legislações vigentes e a norma constitucional (BRASIL, 1996; BRASIL, 2018d). Pela sua natureza, constituem-se na sua organização com o tripé ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Os Centros Universitários são instituições que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento. Dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral. Não possuem o requisito da pesquisa e extensão institucionalizado (BRASIL, 2018d).

¹⁴ Tempo integral - docente contratado com 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes (BRASIL, 2018d).

As Faculdades não apresentam autonomia para conferir títulos e diplomas e não têm a função de promover a pós-graduação, pesquisa e extensão (BRASIL, 2018d). Já os Institutos Federais são unidades voltadas à formação técnica, com capacitação profissional em áreas diversas. Oferecem ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação (BRASIL, 2018d).

O Quadro 2 apresenta o panorama do ensino superior presencial do país por meio da Sinopse Estatística da Educação Superior divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017).

Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior, por classificação acadêmico-administrativa e localização (Capital e Interior)

Categoria administrativa	Instituições de Ensino Superior														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Pública	295	98	198	106	49	57	8	1	7	142	18	124	40	30	10
Federal	109	65	44	63	31	32	.	.	.	6	4	2	40	30	10
Estadual	123	33	91	39	18	21	1	1	.	84	14	70	.	.	.
Municipal	63	-	63	4	.	4	7	-	7	52	.	52	.	.	.
Privada	2.152	776	1.376	93	37	56	181	78	103	1.878	661	1.217	.	.	.
Total	2.447	874	1.574	199	86	113	189	79	110	2.020	679	1.341	40	30	10

Fonte: Adaptado de INEP (2017).

Conforme apresentado no Quadro 2, o Brasil possuía, em 2017, 2.447 IES. Destas, 2.152 encontram-se na categoria privada (88,94%), entre particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas, e 295 na categoria pública (12,06%), divididas em federais (4,45%), estaduais (5,04%) e municipais (2,57%). Este quadro demonstra a carência da oferta de instituições de ensino superior públicas mantidas pelo Estado, onerando a população na busca de qualificação.

2.6.1 Universidades Comunitárias

Na Idade Média foram constituídas as primeiras universidades conforme a concepção ocidental contemporânea. A pioneira foi a Universidade de Bolonha, seguida pela Universidade de Paris, nos anos de 1088 e 1150, respectivamente. Durante o século XIX esta categoria de IES emergiu com a consolidação da universidade moderna, composta por mestres e estudantes, e como instituição social foi constantemente influenciada pelas transformações históricas, passando a assumir novos contextos, configurações e funções na medida em que a sociedade renova suas expectativas e perspectivas em relação ao conhecimento e à educação superior. No complexo mundo contemporâneo, globalizado e interconectado, a universidade

pode ser vista por um prisma dicotômico no qual de um lado prima pelo desenvolvimento econômico e, do outro, luta por uma educação crítica orientada para a transformação social (FIOREZE, 2017).

No Brasil a expansão das universidades deu-se a partir da década de 1930, com a constituição das universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, entre outras. A reforma educacional, no governo de Getúlio Vargas, definiu o formato legal a ser seguido pelas IES, dando liberdade à iniciativa privada de constituir estabelecimentos próprios, sob a supervisão do governo.

A denominação Universidade Comunitária começou a ser difundida na década de 1980, com o intuito de criar um novo modelo incorporando as experiências das universidades confessionais e as iniciativas civis laicas e regionais, mantidas por fundações ou associações (CRUZ, 2008).

As Universidades Comunitárias expressam o sentido de instituições criadas pela própria comunidade em que estão inseridas ou pela sociedade civil de uma cidade ou região. São mantidas por fundações ou associações compostas por entidades de classe, associações civis, organizações não governamentais, cooperativas de professores, entre outros, e se caracterizam pela transparência administrativa, rotatividade nos cargos de direção e austeridade da gestão financeira. Não possuem alinhamento político ou ideológico e os representantes da sociedade civil que contribuíram para sua criação e organização geralmente possuem participação nos órgãos colegiados e conselhos superiores, colaborando na gestão. Suas atividades são realizadas, sem finalidade lucrativa, com estreito vínculo às demandas da comunidade e em prol do desenvolvimento local e regional (CRUZ, 2008; ZANIN, 2014).

Do ponto de vista legal, as ICES são classificadas pelo Código Civil Brasileiro como instituições privadas, gerando distorções de ordem conceitual e/ou legal. A Lei nº 12.881 de 2013 objetivou pôr fim a esses equívocos dispondo sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das ICES, pois até então eram tratadas pelo Estado ora como públicas, ora como privadas (LUCKMANN; CIMADON, 2015).

De acordo com a referida lei, as Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) são organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

I - estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; II - patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; III - sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a

qualquer título; b) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; IV - transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º; V - destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênere (BRASIL, 2013).

O foco das Universidades Comunitárias está no caráter coletivo e no benefício social gerado em detrimento do retorno financeiro ou patrimonial da instituição. Na conotação dada na referida lei, o patrimônio por si só tem sentido para cumprimento da missão institucional comunitária em prol do social e do coletivo (ZANIN, 2014). Posteriormente à publicação da lei das comunitárias as ICES passaram a ser reconhecidas como um modelo diferenciado de educação superior, cujas características são marcadas pela natureza pública de seus atos de origem, pela regionalidade de atuação e pelo seu comprometimento com o processo de desenvolvimento social de comunidades interioranas do país (LUCKMANN; CIMADON, 2015).

Logo a tríade ensino, pesquisa e extensão nos termos prescritos na Constituição (1988) colocam as universidades, especialmente as comunitárias, como instituições abertas à população no cumprimento de sua missão institucional comunitária. Por sua vez, a extensão universitária, enquanto processo educativo, cultural e científico que, de forma indissociável, articula o ensino e a pesquisa, realiza a partir da prática uma troca recíproca de saberes entre a academia e a sociedade, constituindo-se em um espaço importante para formação acadêmica e profissional dos educandos e professores e de autonomia e empoderamento comunitário.

Cabe, neste ponto, retomar a Educação Ambiental, pois, conforme Jacobi (2005), para que novas posturas (individuais e/ou coletivas) ocorram a partir do pensamento reflexivo da sociedade perante suas responsabilidades na geração dos riscos e agravos ambientais e a autocrítica que as leve à ação, pressupõe o necessário acesso à informação. Para tanto, o papel de indutor do poder público ao incrementar meios informativos e orientar conteúdos educacionais para ampliar a sensibilidade das pessoas face aos problemas ambientais denota o implemento de alternativas de participação social. Um dos caminhos pujantes é a extensão universitária.

A postura de dependência e de não responsabilidade da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação na gestão do meio ambiente, nas suas diversas dinâmicas (JACOBI, 2005, p. 9).

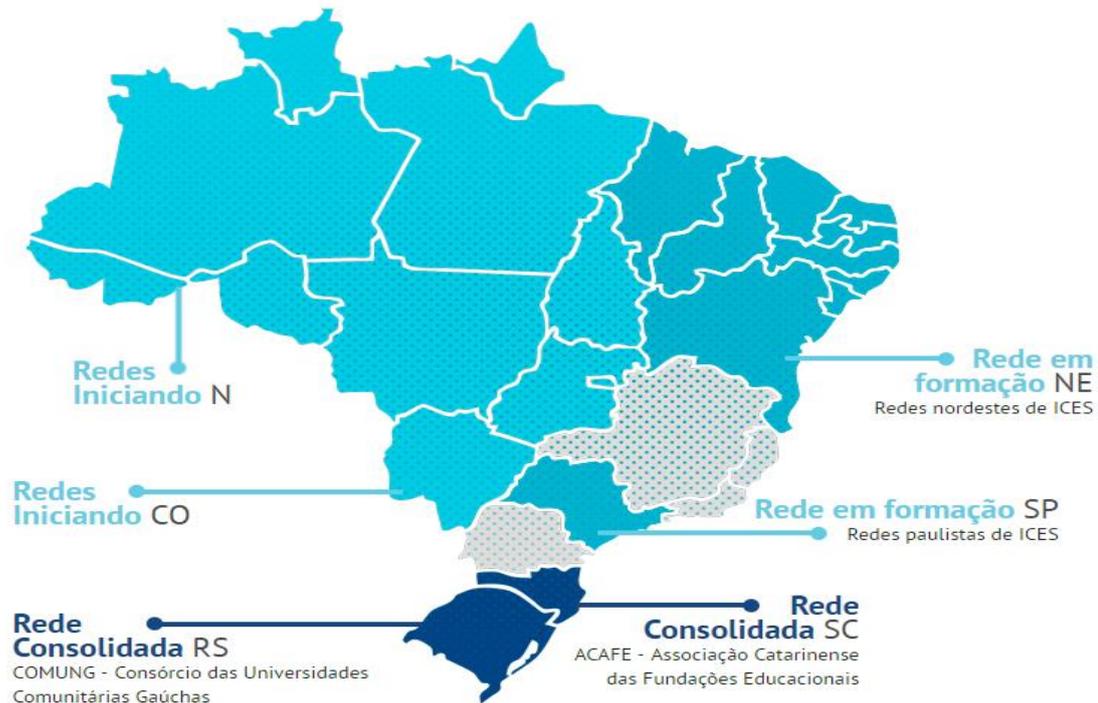
Nesse contexto, as práticas educativas devem estar voltadas para propostas pedagógicas interdisciplinares centradas na mudança de hábitos e atitudes, desenvolvimento de competências e participação dos estudantes e professores integrados com a comunidade em prol do comprometimento para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, as ICES estão integradas em redes temáticas e geográficas. Além da ABRUC há a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG).

Para promover, defender e consolidar as ICES no alcance de sua missão, desde 1995 a ABRUC participa e organiza eventos em todo o país defendendo as especificidades das instituições comunitárias e a função pública não estatal. Com sede em Brasília, a associação conta atualmente com 69 instituições de ensino filiadas (ABRUC, 2019).

Dentre os objetivos da ABRUC está o incentivo à formação de Redes Regionais de Instituições Comunitárias, valorizando a mobilidade de alunos e professores e promovendo ações articuladas. Além das duas Redes Regionais consolidadas, ACADE (em Santa Catarina) e COMUNG (no Rio Grande do Sul), a ABRUC trabalha na articulação para a multiplicação dessas entidades por todo o Brasil, como o caso das Redes em formação Paulistas e Nordestes, além de iniciativas embrionárias no Centro-Oeste e Norte, por acreditar que a partir da realidade local os debates serão mais articulados e a penetração nas comunidades será potencializada. A Figura 1 apresenta as redes regionais consolidadas e as que estão em formação.

Figura 1 - Redes Regionais ABRUC



Fonte: ABRUC (2019).

Conforme apresentado na Figura 1, os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem Redes Regionais consolidadas, o COMUNG e a ACAFE, respectivamente. No Rio Grande do Sul, desde 1993 várias tratativas foram firmadas por um grupo de instituições comunitárias com o propósito de viabilizar um processo integrativo que resultasse no fortalecimento individual das instituições e no conseqüente favorecimento da comunidade universitária do Rio Grande do Sul e da sociedade gaúcha.

Para estas Universidades a problemática do desenvolvimento de suas regiões é sempre um assunto de grande interesse: não apenas para efeitos de pesquisas acadêmicas, mas também porque sua própria existência está diretamente relacionada à dinâmica socioeconômica de suas respectivas regiões (LOBO; ETGES, 1997).

O COMUNG, oficialmente constituído no ano de 1996, vem realizando uma série de projetos das instituições, tais como o compartilhamento de experiências entre os seus representantes, intercâmbio de estudantes e professores, capacitação de funcionários e professores, interação de informações entre setores específicos como assessorias jurídicas, recursos humanos, assessorias de comunicação e bibliotecas, incentivos à promoção de atividades culturais e ações de inovação. O Consórcio abrange quase a totalidade dos municípios do Rio Grande do Sul, de modo geograficamente estratégico, possibilitando o

acesso ao ensino, pesquisa e extensão por meio das 15 instituições de ensino filiadas, construindo uma rede de educação, ciência e tecnologia (COMUNG, 2018).

Santa Catarina dispõe da Rede Regional ACAFE, uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 1974 por 16 fundações educacionais municipais. A rede é formada por universidades e centros universitários com o objetivo de promover o intercâmbio administrativo, técnico e científico entre as IES, na busca de soluções para problemas comuns nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração (ACAFE, 2018).

O Quadro 3 apresenta as IES filiadas à ACAFE, bem como o município onde está situada sua sede, a organização acadêmica e a categoria administrativa.

Quadro 3 - IES filiadas à ACAFE

Instituição	Sigla	Município Sede	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa
Centro Universitário Barriga Verde	UNIBAVE	Orleans	Centro Universitário	Privada sem fins lucrativos
Centro Universitário - Católica de Santa Catarina	Católica SC	Jaraguá do Sul	Centro Universitário	Privada sem fins lucrativos
Centro Universitário de Brusque	UNIFEBE	Brusque	Centro Universitário	Privada sem fins lucrativos
Centro Universitário Municipal de São José	USJ	São José	Centro Universitário	Pública Municipal
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí	UNIDAVI	Rio do Sul	Centro Universitário	Privada sem fins lucrativos
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	Florianópolis	Universidade	Pública Estadual
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	Caçador	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECÓ	Chapecó	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	Joinville	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade do Contestado	UNC	Mafra	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	Criciúma	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	Joaçaba	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	Lages	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	Tubarão	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	Itajaí	Universidade	Privada sem fins lucrativos
Universidade Regional de Blumenau	FURB	Blumenau	Universidade	Pública Municipal

Fonte: Adaptado de Brasil (2018e) e ACAFE (2018).

A ACAFE possui 16 instituições filiadas em atividade, sendo 11 universidades e cinco centros universitários. Em consulta ao e_MEC constatou-se que, das universidades, nove estão enquadradas na categoria administrativa “Privada sem fins lucrativos” e duas na categoria “Pública” (1 municipal e 1 estadual), conforme apresentado no Quadro 4. Dos centros universitários, quatro estão enquadrados na categoria administrativa “Privada sem fins lucrativos” e apenas um na categoria “Pública municipal” (BRASIL, 2018e).

A ACAFE tem por missão desenvolver o ensino, ciência, tecnologia e inovação pelo compartilhamento de ações e competências para assegurar o fortalecimento das IES associadas em prol da educação superior em Santa Catarina (ACAFE, 2018). A ACAFE mantém em seu quadro de associadas, conforme o cadastro no Sistema de Tramitação Eletrônica dos Processos de Regulação do Ministério da Educação (e-MEC), instituições que não estão enquadradas como comunitárias, a saber: Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE) em Orleans, Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), Centro Universitário Municipal de São José (USJ), Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). E as Universidades: Universidade do Contestado (UNC), Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Universidade Regional de Blumenau (FURB). (e-MEC, 2018). (APÊNDICE A).

As ICES gaúchas e catarinenses formam hoje um dos maiores sistemas de educação superior do sul do país com 31 instituições de ensino superior, em sua maioria universidades. A distribuição da educação superior pública em Santa Catarina está concentrada na Grande Florianópolis, com uma universidade federal e outra estadual, e apenas uma universidade federal tardiamente implantada no interior do estado. O Rio Grande do Sul é um dos estados que possui mais instituições em nível superior pública de origem estatal.

Nota-se que as instituições comunitárias ocuparam os espaços carentes de educação superior pública. Este fato denota, conforme apontado por Luckmann e Cimadon (2015), que a configuração espaço-regional da educação superior nesses dois estados especificamente não aconteceu aleatoriamente, mas por acreditar que as universidades podem e devem ultrapassar os limites geográficos de uma cidade e se inserir no contexto regional a serviço de seu desenvolvimento.

2.7 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE, EXIGÊNCIAS E MERCADO DE TRABALHO PARA O CONTADOR

Desde os primórdios da civilização humana as sociedades sentem necessidade de controlar seus bens, direitos e obrigações. A partir do momento em que passou a compreender a riqueza e não apenas conhecer sua existência, a Contabilidade foi reconhecida como Ciência que estuda e controla o patrimônio com a finalidade de fornecer informações para a tomada de decisão (SÁ, 2006).

O marco inicial para o ensino da Contabilidade no Brasil foi dado a partir das necessidades da família real portuguesa em controlar as contas públicas e as demandas que a permanência da corte no país proporcionou, tais como: abertura dos portos a outras nações (além de Portugal) e criação do Banco do Brasil, entre outras (REIS; SILVA, 2007).

A profissão foi regulamentada no ano de 1946, por meio do Decreto-lei nº 9.295, que estabeleceu as categorias profissionais de Contador e de técnico em contabilidade e a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) (BRASIL, 1946). Desde então, inúmeras leis e iniciativas foram implementadas até a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, por meio da Resolução nº 10, no ano de 2004, expedida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). De acordo com o documento, o curso de graduação em Ciências Contábeis deve oferecer condições para que o Contador seja apto a

- I – compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II – apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com plena utilização de inovações tecnológicas;
- III – revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (BRASIL, 2004).

A resolução prevê ainda que as instituições de ensino estabeleçam a organização curricular por meio de Projetos Pedagógicos (PP) que considerem dentre outras informações o perfil profissional desejado para o egresso relacionado às competências; os componentes curriculares; os sistemas de avaliação; formas de estágio curricular, atividades complementares, monografias e projetos de iniciação científica, dentre outros aspectos. No PP são estabelecidos os objetivos gerais do curso, carga horária, formas de avaliação e integração entre teoria e prática, modos de interdisciplinaridade e outros elementos necessários para o seu desenvolvimento.

Ressalta-se neste campo a discussão em torno do desenvolvimento de competências¹⁵ profissionais (conhecimentos, habilidades e atitudes) como elemento fundamental para a formação dos estudantes de Ciências Contábeis. O tema se insere na agenda de discussões na área do conhecimento na qual a profissão vem se destacando, em nível nacional e internacional. É também promissor devido à nova ordem que se encontra no cenário mundial, especialmente no mundo do trabalho, que está em busca de profissionais não somente qualificados e capacitados para o ofício, mas que tenham atitudes, princípios, valores e consciência de seu papel na sociedade.

2.7.1 As Competências do Contador na Sociedade Contemporânea

Desde as sociedades primitivas com controles rudimentares do patrimônio, passado pela exigência de boa caligrafia e conhecimento da língua portuguesa e francesa, até os dias atuais, com a globalização das economias e a internacionalização das normas de contabilidade, há um aprimoramento da profissão, exigindo do Contador o desenvolvimento de competências e uma nova postura profissional.

O campo de atuação da Contabilidade envolve pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades econômicas, com ou sem finalidade lucrativa, sendo atribuição básica do Contador produzir informações úteis para as tomadas de decisões. Nesse sentido pode atuar como: auditor interno, perito, consultor, *controller*, planejador tributário, auditor independente, analista financeiro, Contador de custos, atuário, empresário contábil, Contador ambiental, investigador de fraudes, professor, pesquisador, parecerista, conferencista, Contador público, agente fiscal de renda, arbitragem e outros serviços afins.

Embasado neste vasto campo de atuação, observam-se inúmeras opções para o exercício profissional e trabalho em prol da sociedade. Cabe então avaliar quais as expectativas demandadas pelo sujeito enquanto profissional e, também, pela sociedade em

¹⁵ Para a compreensão do termo competência cita-se Perrenoud (1999, p. 10), que a define como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. O pensamento do autor centra-se em utilizar, interagir ou mobilizar os recursos cognitivos, incluindo os conhecimentos (e não o conhecimento por si só), para enfrentar uma situação. Embora reconheça o interesse puramente econômico nos discursos das competências no meio universitário, tendo em vista que o desenvolvimento individual eleva a produtividade nos mercados globalizados e forma trabalhadores qualificados e adaptáveis, o autor busca um consenso nas ciências da educação e nas ciências do trabalho, redefinindo anos mais tarde o conceito de competência como “o poder de agir com eficácia em uma situação, mobilizando e combinando, em tempo real e de modo pertinente, os recursos intelectuais e emocionais”. Os recursos referem-se aos recursos externos, tais como documentos, ferramentas, computadores, cooperação, e aos recursos internos, como saberes, habilidades e atitudes; e mobilização está relacionada à ação (PERRENOUD, 2013, p. 45).

geral e qual formação deve receber para atender essas exigências, identificando os conhecimentos necessários, as habilidades e atitudes indispensáveis (GUIMARÃES, 2014). Assim, para lançar luz às exigências mercadológicas para a profissão, apresenta-se um retrospecto de pesquisas realizadas sobre as competências da atualidade necessárias para o exercício da profissão.

Luiz e Schmidt Neto (2008) realizaram um levantamento com Contadores na cidade de Joinville/SC e concluíram que o Contador enquanto trabalhador do conhecimento é um profissional moderno com capacidades de produzir, criar e gerar resultados positivos, fazendo a diferença em uma organização.

Pires (2008) apresenta em sua pesquisa os conhecimentos necessários ao Contador na visão da Federação Internacional dos Contadores como sendo: a) conhecimento de contabilidade e finanças e áreas afins; b) conhecimentos organizacionais e de negócios e c) conhecimentos de Tecnologia da Informação (TI). Em relação às habilidades a autora menciona: a) Habilidades intelectuais - a solução de problemas, tomada de decisão e para o julgamento de situações complexas; b) Habilidades técnicas e funcionais - habilidades gerais e específicas da contabilidade; c) Habilidades pessoais - autogerenciamento, iniciativa, ética, adaptar às mudanças, entre outras; d) Habilidades interpessoais e de comunicação - interação com outras áreas do conhecimento, receber e transmitir informações, tomar decisões, trabalhar em equipe, interagir com pessoas de cultura diferente, falar e ouvir; e) Habilidades organizacionais e de gerenciamento de negócios - conhecimento de planejamento estratégico, habilidade de organizar e delegar tarefas, motivar e desenvolver pessoas, liderança, entre outras.

Pires, Ott e Damacena (2009) pesquisaram o perfil do Contador requerido pelo mercado de trabalho por meio de análise de anúncios de ofertas de emprego publicados no jornal Zero Hora e no *site Manager*. O estudo revelou que a região metropolitana de Porto Alegre demanda, principalmente, por profissionais com capacidade para atuar na área contábil e fiscal dotados de habilidades e atitudes.

Machado *et al.* (2010), em um estudo realizado nas cem maiores empresas catarinenses, buscaram identificar as competências exigidas ao *controller*. O resultado da pesquisa relacionou aspectos como: visão estratégica e de processos, raciocínio lógico e planejamento como competências profissionais, indicando a valorização de profissionais visionários. As competências pessoais mais citadas na pesquisa estavam relacionadas aos valores empresariais, como ética, honestidade, integridade, além de flexibilidade, liderança e saber trabalhar sob pressão.

Giroto (2010) ao buscar compreender o que a sociedade e o mundo do trabalho esperam dos Contadores observou a escassez de profissionais competentes para atender às exigências do mercado tendo em vista o fortalecimento da economia brasileira, a crescente participação das empresas no mercado internacional, o avanço da tecnologia, entre outros aspectos específicos da área, tais como a internacionalização das normas contábeis.

Mondardo, Cittadin e Ritta (2011) realizaram um estudo com os Contadores filiados ao Sindicato dos Contabilistas de Criciúma e Região (SINDICONT) no qual constataram a importância da formação continuada e complementar. As habilidades pontuadas foram: saber ouvir e escrever, capacidade de tomar decisões, liderança, espírito para inovar, planejar, e por fim, como atitude, os pesquisados identificaram como prioritárias: dedicação, responsabilidade, pontualidade, ética e responsabilidade social.

Dias Filho (2011) observou a urgência de adaptações no currículo dos cursos de Ciências Contábeis para se ajustar às necessidades globais, mesmo considerando aspectos regionais, pois o Contador precisa de uma formação eclética para atender demandas de várias regiões e países. Aponta que o domínio de outras línguas, das políticas econômicas, da legislação internacional e o conhecimento de diferentes culturas não é mais diferencial competitivo e sim condição necessária ao desenvolvimento das atividades profissionais. Acrescenta como atividade mais recente ao Contador o envolvimento com questões ligadas à preservação ambiental, visto que as empresas deverão ser obrigadas a ampliar evidenciações que deem conta de sua relação com o meio ambiente.

A partir dos estudos percebe-se o aprimoramento no perfil do Contador, não apenas nas questões técnicas e de conhecimentos científicos, mas também em termos de habilidades e atitudes. A regulamentação da profissão, imposições de organismos internacionais, as exigências da LDB e seus efeitos nas resoluções e pareceres de instituições de ensino nacionais, além das mudanças advindas da globalização, abertura de mercados e a internacionalização das normas contábeis, exigiram da profissão e do profissional uma nova postura.

Ademais, a Contabilidade, para além das questões financeiras, econômicas e fiscais, apresenta relevante função social ao demonstrar informações relativas aos impactos socioambientais e esforços empresariais para evitar sua ocorrência. O Contador não pode ficar alheio a esse processo, pois se trata de primar pela responsabilidade social corporativa e respeitar os usuários internos e externos da empresa, para tanto é fundamental ter o domínio da Contabilidade Ambiental, contribuindo com ações para solucionar problemas dessa natureza. Nessa perspectiva, há reflexos na formação do Contador na medida em que há

necessidade de desenvolver um leque de competências com vistas a atingir o perfil desejado ao mundo do trabalho calcado na égide produtivista e para a sociedade que se almeja: justa, ética e responsável.

2.7.2 A Contabilidade Ambiental e o Contexto Profissional

A Contabilidade Ambiental busca identificar, mensurar e esclarecer fatos que estejam relacionados com o meio ambiente evidenciando a situação patrimonial da empresa; permitindo o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água; fornecendo informações para a tomada de decisão e contribuindo para as políticas públicas (RIBEIRO, 2010; TINOCO; KRAEMER, 2011).

Os gestores das entidades ao se depararem com problemas ambientais passaram a se preocupar com a imagem da organização e investir na redução dos impactos ambientais provocados por suas atividades (YAMAGUCHI, 2011). Diante disso, passaram a requerer informações da Contabilidade que os ajudassem nessas questões, porém os Contadores de modo geral não se encontravam aptos para esse trabalho. A fim de apresentar respostas, Contadores, institutos de pesquisa, organismos profissionais e órgãos de governo de vários países começaram a estudar o assunto, com o objetivo de contribuir ou aprimorar procedimentos e metodologias da contabilidade (FERREIRA, 2006).

Gray e Bebbington (2001) impulsionaram estudos sobre a Contabilidade Ambiental desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas sobre Contabilidade Ambiental (CSEAR), criado em 1991. Segundo os autores, a Contabilidade Ambiental está fundamentada em três princípios de ecologia: a) cada entidade está conectada com todo o ambiente; b) tudo tem um destino; c) nada é obtido de graça.

A Contabilidade se dedica a estudar o patrimônio das entidades (bens, direitos e obrigações), apresenta-se como artefato gerencial útil para conhecer qualitativa e quantitativamente os impactos ambientais provocados pelas atividades empresariais, bem como os efeitos das decisões no seu gerenciamento (YAMAGUCHI, 2011). A Contabilidade Ambiental torna-se, portanto,

relevante e imprescindível para a mensuração dos ônus decorrentes de impactos no meio ambiente decorrentes das atividades econômicas, bem como para a avaliação de alternativas operacionais e tecnológicas voltadas para o desenvolvimento sustentável (CALLADO; CALLADO, 2007, p. 121).

As principais abordagens da Contabilidade Ambiental encontram guarida na Contabilidade Financeira, Gerencial, Sistema de Informações Contábeis, Teoria da Contabilidade, Contabilidade de Custos, Ética Geral e Profissional, Contabilidade Tributária e Auditoria (GREY; BEBBINGTON, 2001). Sob este prisma, a Contabilidade Ambiental vem anulando barreiras e paradigmas na medida em que incorpora o desenvolvimento social e ambiental e oportuniza para a gestão empresarial a divulgação, por meio das demonstrações contábeis, de suas ações relativas ao uso responsável dos recursos ambientais, bem como dá transparência às políticas que utilizam ao impactar o meio ambiente e os objetivos que pretendem alcançar, mesmo que suas ações sofram pressões da sociedade e do Estado. Atuando desta forma a empresa evidencia o respeito ao meio ambiente, à comunidade na qual está inserida e aos seus *stakeholders*. Assim, a Contabilidade torna-se estratégica na medida em que se converte em elo de comunicação entre as empresas e a sociedade (CARNEIRO; DE LUCA; OLIVEIRA, 2008).

Das Demonstrações Contábeis tem-se: o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado. O Balanço Patrimonial envolve contas de ativo (bens e direitos) e de passivo (obrigações). Ao incorporar os elementos ambientais ao Balanço Patrimonial tem-se os ativos ambientais, que são os bens e direitos da empresa relacionados às atividades de gerenciamento ambiental, e os passivos ambientais, que correspondem às obrigações empresariais realizadas para a preservação e proteção do meio ambiente (YAMAGUCHI, 2011).

Em relação à Demonstração do Resultado, tem-se as receitas, as despesas e os custos. As receitas ambientais dizem respeito aos recursos auferidos pela empresa mediante a venda de subprodutos ou de materiais reciclados, além da redução dos custos e despesas em razão da gestão do meio ambiente, como por exemplo: redução do consumo de energia e água (YAMAGUCHI, 2011). As despesas ambientais são todos os dispêndios do período direcionados ao meio ambiente e os custos ambientais envolvem os gastos com preservação e recuperação do meio ambiente relacionados com a atividade produtiva da empresa (RIBEIRO, 2010; TINOCO; KRAEMER, 2011).

O demonstrativo contábil que apresenta maior evidenciação da gestão socialmente responsável, por meio de dados econômicos, sociais e ambientais, sobre as práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é o Balanço Social (BS). Foi criado originalmente na França no ano de 1977, por cobrança da sociedade francesa, para que as organizações investissem mais na preservação do meio ambiente, com eco no Brasil a partir da década de 1990 (RIBEIRO, 2010).

O Balanço Social tem como finalidade: a) revelar a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade; b) evidenciar as contribuições à qualidade de vida da população; c) abranger o universo das interações sociais entre os *stakeholders*; d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias; e) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade; f) contribuir para a implantação e manutenção de processos de qualidade; g) medir os impactos das informações apresentadas no BS perante a comunidade; h) verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão; i) servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários e j) evidenciar os objetivos e as políticas administrativas, agregando ao resultado econômico os resultados sociais (KROETZ, 2000).

Os principais modelos utilizados pelas organizações brasileiras são: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Ethos e Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). O Balanço Social discorre sobre quatro vertentes: 1) o balanço ambiental, que demonstra a postura da empresa em relação aos recursos naturais e o impacto das suas ações no meio ambiente; 2) o balanço de recursos humanos, que evidencia o perfil dos empregados e/ou associados (idade, sexo, formação escolar, remuneração e benefícios recebidos na empresa, dentre outros); 3) os benefícios e a contribuição à sociedade em geral, que evidencia as ações e práticas voltadas diretamente à população, tais como: contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados, entre outros, e 4) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que discrimina o que a empresa agregou de riqueza à sociedade onde está inserida (SANTOS, 2003; IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2009).

A evidenciação por parte das empresas das informações não apenas econômicas, mas também sociais e ambientais, além de identificar e alocar os custos ambientais, permitir o controle de recursos, oportunizar a contínua correção das ações ambientais e melhorar a imagem institucional, torna-se um instrumento eficaz de gestão. Conforme menciona Yamaguchi (2011, p. 88), “a contabilidade não vai resolver os problemas ambientais, mas em face da sua capacidade de fornecer informações, pode alertar para a gravidade do problema vivenciado pela organização, ajudando-a dessa forma a buscar soluções”. O grande desafio que se apresenta para a Contabilidade Ambiental é a qualidade e a fidedignidade dessas informações, visto não haver uma regra a ser seguida, recaindo a responsabilidade para a empresa de divulgar o que julga ser interessante ao seu público.

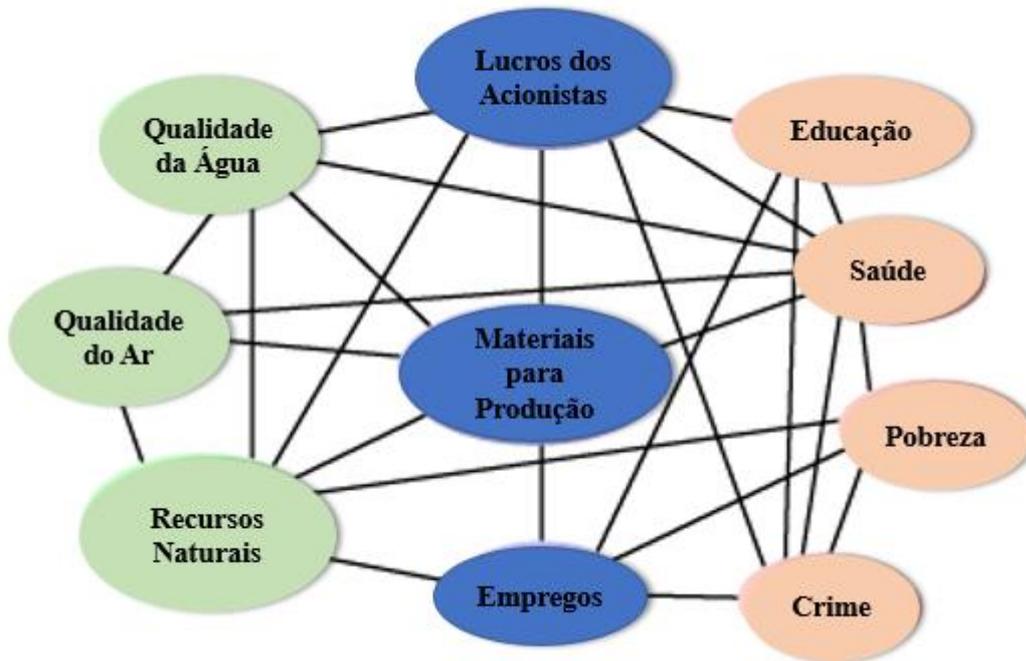
2.8 O DESAFIO DE MENSURAR

Partindo dos conceitos de Contabilidade e Contabilidade Ambiental apresentados e considerando a essencialidade para a gestão, em razão dos procedimentos de evidenciação, mensuração, registro, análise e transparência dos fatos e demonstrações contábeis para o aprimoramento do desempenho econômico, social e ambiental, faz com que as Ciências Contábeis sejam referência no desenvolvimento, monitoramento e análise de instrumentos apropriados que representem quantitativamente e/ou qualitativamente o desempenho das instituições privadas e públicas. Dowbor (2007) constata que o uso de indicadores para mensurar o desenvolvimento sustentável dá à Contabilidade uma nova oportunidade de ser útil também como instrumento de cidadania, na medida em que oferece aos interessados a oportunidade de avaliar as iniciativas dos diversos atores públicos e privados.

A terminologia Desenvolvimento Sustentável e/ou Ecodesenvolvimento vem sendo constantemente repensada e reavaliada com dificuldade de consenso (CALLADO; CALLADO, 2007; SACHS, 2009; IBGE, 2017). Similarmente desafiador é criar instrumentos para mensurar a sustentabilidade, visto que se podem constatar os “impactos ambientais decorrentes de atividades e a interação com o bem-estar humano, com a economia e com o meio ambiente [...] mas não se conhece especificamente o impacto dessa interação” (VAN BELLEN, 2004, p. 4).

Os indicadores de sustentabilidade diferem-se dos indicadores de desenvolvimento econômico, social e ambiental porque refletem a interconexão dessas três dimensões, como demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Interações entre meio ambiente, economia e a sociedade



Fonte: *Sustainable Measures* (2020).

Conforme a Figura 2, toda a base de recursos naturais são matérias-primas para o processo produtivo, estes por sua vez são necessários para a manutenção de empregos e retorno aos acionistas. Os empregos (ou a ausência dele) afetam a taxa de pobreza que tem relação com a criminalidade. A qualidade do ar e da água usados na produção de bens de consumo afetam a saúde e também o lucro dos acionistas (maiores despesas). A qualidade do ar ou exposição a materiais tóxicos afetam a produtividade do trabalhador. Observa-se a necessidade de visão integrada do mundo na elaboração de indicadores que deem concretude aos vínculos entre sociedade, economia e ambiente de uma comunidade (SUSTAINABLE MEASURES, 2020).

Dada a relevância no campo das políticas públicas, a utilização de indicadores é um caminho para mensurar e compreender o processo de construção do desenvolvimento sustentável em nível global, nacional, regional e local. Esses indicadores devem ser vistos “como um meio para o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam do que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto do que o exame individual de cada indicador” (IBGE, 2017).

A motivação política para o desenvolvimento de sistemas de indicadores sociais emergiu após a segunda guerra mundial com o reconhecimento das desigualdades geradas dando origem aos indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita*. As críticas a

estes indicadores se dão pelo fato de não distinguir o que é produtivo ou destrutivo, citando como exemplo os resultados econômicos oriundos da educação e cultura que são contabilizados positivamente do mesmo modo que os resultados provenientes de guerra ou acidentes ambientais. A histeria da mídia a cada elevação do PIB age na contramão da realidade com os altos índices de desemprego e as desigualdades econômicas, deixando as pessoas confusas e mal informadas, fato que desvia o foco principal que é a qualidade de vida da sociedade. “Pessoas desinformadas, naturalmente, não participam” (DOWBOR, 2007, p. 10).

A constatação de que o crescimento econômico não provoca, por si só, uma evolução no nível da qualidade de vida da população levou à busca de novos indicadores capazes de refletir a melhoria do bem-estar da população. A partir de 1990, em contraponto ao PIB (indicador puramente econômico de desenvolvimento), Amartya Sen e Mahub ul Haq, colaborativamente, criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH apresentou-se como uma maneira nova de aferir o desenvolvimento para além da dimensão econômica, incluindo fatores sociais, que deixam de ser vistos como um meio para assegurar objetivos econômicos, passando a ser reconhecido como um meio para melhorar a qualidade de vida das pessoas (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005; DOWBOR, 2007).

Desde a Conferência Rio 92 realizada no Brasil, e a recomendação do capítulo 40 da Agenda 21 Global, de necessidade de elaboração de indicadores do desenvolvimento sustentável para balizar decisões em todos os níveis (global, nacional, regional e local) que a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas iniciou em 1995 um projeto para a construção de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável com a participação de especialistas.

Como resultado, chegou-se a uma estrutura composta pelas vertentes: ambiental, social, econômica e institucional, capaz de contemplar questões comuns a todos os países e regiões, em um total de 57 indicadores que foram publicados no documento intitulado *Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies*. O documento vislumbra apoiar futuros trabalhos em desenvolvimento de indicadores que corrijam distorções geradas por uma avaliação exclusivamente econômica por meio do PIB (VAN BELLEN, 2004; DOWBOR, 2007; MALHEIROS *et al.*, 2008).

No caso brasileiro, a Agenda 21 foi desencadeada por um processo de planejamento participativo e com *status* de plano nacional de desenvolvimento sustentável, tornando-se subsídio fundamental à formulação de políticas públicas. No âmbito local muitos municípios

tomaram a iniciativa de elaborar suas Agendas 21, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória (1996), Joinville (1998), Florianópolis e Jaboticabal (2000), Ribeirão Preto (2003), entre outros (MALHEIROS *et al.*, 2008).

Outra iniciativa de destaque no Brasil são os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitindo, a partir das dimensões ambiental, social, econômica e institucional, acompanhar a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro e fornecer informações para que a sociedade possa decidir os rumos que o Brasil deve tomar (IBGE, 2017).

No âmbito regional, Siedenberg (2003) afirma que os indicadores sociais permitem análises e comparações inter e intra-região, mas dificilmente serão suficientemente abrangentes para medir o processo de desenvolvimento de uma região em toda sua amplitude, tendo em vista aspectos não quantificáveis ou de difícil mensuração que necessitam ser levados em consideração, como por exemplo miséria e bem-estar. Para minimizar essa deficiência faz-se necessário relacionar e combinar um maior número de indicadores para evitar interpretações e conclusões errôneas.

Van Bellen (2004) ressalta que os indicadores são úteis para os tomadores de decisão, pois podem ser utilizados para a construção de políticas e planejamentos, além de cumprir outras funções, tais como: a) função de análise – contribuindo na interpretação dos dados; b) função de comunicação – possibilitando a compreensão com conceitos de sustentabilidade dos tomadores de decisão e auxiliando no estabelecimento de metas e nas suas avaliações; c) função de aviso e mobilização – oferecendo transparência às informações por meio de publicações anuais ou relatórios e d) função de coordenação – integrando dados de diferentes áreas coletados por agências distintas. Ademais, o autor reforça a importância da participação popular na escolha de indicadores.

Arregui (2012) ressalta que é por meio das experiências da participação popular na construção de indicadores que eles ganham uma dimensão sociopolítica.

O percurso permite vislumbrar um mosaico de aspectos que, no geral, permanecem ocultos para as contas econômicas nacionais: ora porque são capazes de revelar as desigualdades, inseguridades e precariedades, ora porque integram nas análises o papel e o tempo das atividades de cuidado, da solidariedade, do lazer e das atividades domésticas, ora porque analisam o papel e a importância dos vínculos sociais, do pertencimento e das redes de proximidade, bem como os aspectos relativos ao patrimônio natural e cultural (ARREGUI, 2012, p. 546-547).

Para Sachs (2009), toda a cidade é um ecossistema, portanto seus recursos devem ser valorizados em benefício da população, não havendo espaço para degradação, desperdício ou

mau uso, ao contrário, as cidades devem enriquecer o seu ecossistema, por meio de uma administração responsável que promova ações para a redução de consumo de energia, água e que favoreçam a inserção social, dentre outras. O autor concorda com a dificuldade de mensurar essas informações devido às estatísticas serem mascaradas por diferentes critérios e exemplifica sua tese reafirmando que o desenvolvimento não pode ser reduzido apenas a crescimento econômico (que remete ao crescimento do PIB e à acumulação de capital), faz-se necessário utilizar outros critérios, como por exemplo a quantidade de pessoas que têm moradia, emprego decente e possibilidades reais do habitante daquela região exercitar a sua cidadania.

Essas práticas devem ser articuladas, combinadas e conciliadas em um planejamento participativo entre Estado, mercado e comunidade. Para que isso aconteça precisa de um Estado “renovado, planejador e visionário”. O que requer: 1º) articulação de espaços de desenvolvimento do nível local ao transnacional; 2º) parcerias entre os atores interessados e 3º) sintonia de metas sociais, ambientais, econômicas, via planejamento estratégico e gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade (SACHS, 2009).

Portanto, antes de elaborar indicadores para balizar as políticas públicas faz-se necessário verificar o que a sociedade considera como suas riquezas e bens comuns. O envolvimento dos cidadãos legitima o processo, agrega conhecimentos próximo da realidade e qualifica antes de quantificar. Do contrário, “a riqueza de todo esse processo de construção ficará reduzida ao impasse entre as lógicas do mundo dos especialistas e as do mundo dos cidadãos” (ARREGUI, 2012, p. 548).

2.9 ASPECTOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS MESORREGIÕES CATARINENSES

Santa Catarina é o menor Estado da região sul do Brasil, com 95,7 mil km² (aproximadamente 1% do território nacional), e possui mais de 6 milhões de habitantes (equivalente a 3% da população brasileira). A projeção populacional do Estado para o ano de 2030 é de que ultrapasse 8 milhões de pessoas. A população é majoritariamente constituída por catarinenses (81,9%), o restante advém de outros Estados, principalmente Rio Grande do Sul e Paraná. Essa característica receptora aliada a sua formação histórica, apoiada na imigração de povos europeus, faz com que a população residente seja em sua maioria branca (85,30%) e concentrada nas cidades (84%) (SFE, 2018; IBGE, 2019).

O estado começou a ser povoado em 1637, com a chegada dos bandeirantes. Em 1739 passou a ser o posto português mais avançado da América do Sul (SANTA CATARINA, 2018). Fugindo da invasão francesa comandada por Napoleão Bonaparte, a família real portuguesa e sua corte chegaram ao Brasil, no ano de 1808. Foi nessa época que Santa Catarina, cujo litoral era habitado por índios da tribo Carijós, entrou na rota dos navegadores europeus.

A fuga da Família Real portuguesa para o Brasil impulsionou a ocupação dos campos do sul. Logo que chegou ao país, Dom João VI publicou a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, com o título: Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos gerais de Curitiba e Guarapuava, declarando guerra aos indígenas (BRIGHENTI, 2012).

Políticas governamentais, no final do século XIX, contribuíram para que Santa Catarina recebesse imigrantes de origem alemã, italiana, polonesa, austríaca, árabe, eslava e espanhola. Os alemães, em sua maioria, se instalaram na região do Vale do Itajaí e Norte; os italianos no Sul e no Vale do Itajaí e os poloneses no Planalto Norte (GOULART FILHO, 2002).

A formação econômica catarinense durante os anos de 1880 a 1945 foi composta pelas indústrias madeireira, alimentar e têxtil no Vale do Itajaí, carbonífera na região Sul e de extração de erva mate no Norte. No período de 1945 a 1962 ocorreu a diversificação do setor madeireiro para a produção de papel e o de alimentos para a agroindústria, os setores têxtil e carbonífero foram ampliados, e novos segmentos surgiram, como o metalmeccânico, cerâmico e plástico. A partir de 1962, também por políticas de incentivo ao crédito, investimentos em energia e transporte, o polo industrial catarinense passou a ser conduzido por médias e grandes empresas nos setores de alimentos, eletrometalmeccânico, cerâmico, têxtil-vestuário, papel e celulose, madeireiro, carbonífero, moveleiro, plástico, porcelanas e cristais (GOULART FILHO, 2002).

Atualmente o Estado possui 295 municípios distribuídos, conforme a divisão política estabelecida no IBGE, em seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí (SFE, 2018). Os municípios integrantes de cada mesorregião encontram-se no Apêndice B.

Segundo o IBGE (2019), o Estado ocupa o 6º lugar no país em relação ao PIB, com R\$ 256,7 bilhões, contribuindo com 4,1% no PIB nacional. A mesorregião do Vale do Itajaí é a que contribui com maior participação no PIB catarinense (29,23%), seguida das mesorregiões Norte (21,26%), Oeste (17,39%), Grande Florianópolis (15,56%), Sul (11,39%) e Serrana (5,08%). O Quadro 4 apresenta o PIB, o PIB *per capita* e o PIB por setores

econômicos de Santa Catarina, bem como o percentual de participação de cada setor no Valor Adicionado Bruto no ano de 2016.

Quadro 4 - PIB, PIB *per capita* e PIB setorial de Santa Catarina em 2016

Município	Santa Catarina	
	R\$	%
Produto Interno Bruto (2016)		
PIB a preços correntes	256.662.000.000,00	100
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	38.842.000.000,00	15,13
PIB <i>per capita</i>	37.140,47	
Valor adicionado bruto a preços correntes	217.820.000.000,00	100
Agropecuária	15.005.000.000,00	6,89
Indústria	59.098.000.000,00	27,13
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	112.284.000.000,00	51,55
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	31.433.000.000,00	14,43

Fonte: IBGE (2019).

A economia catarinense está pautada em um diversificado modelo produtivo cuja variedade cultural, empreendedora, tecnológica, climática e de relevo são seus principais atributos. Nota-se, a partir do Quadro 4, que dentre os setores econômicos, em 2016, o setor de serviços obteve maior participação no PIB (65,98%), seguido pela indústria (27,13%) e agropecuária (6,89%).

O setor primário abrange a agricultura em sentido restrito (lavoura), pecuária, caça, pesca, bem como a extração de minerais e de madeira. Logo compreende todas as atividades de exploração direta dos recursos naturais de origem vegetal, animal e mineral, não implicando uma agregação de valor via industrialização¹⁶.

O setor secundário, ou indústria em geral, compreende todas as atividades de transformação de bens e divide-se em três subsectores: 1) indústria da construção civil; 2) indústria de serviços públicos (geração e distribuição de energia elétrica, beneficiamento e

¹⁶ O agronegócio não está incluso no setor primário. O agronegócio refere-se ao conjunto de atividades relacionadas à produção, industrialização e comercialização de produtos agrícolas.

distribuição de água à população, produção e distribuição de gás encanado) e 3) indústria manufatureira, inclusive a relacionada ao agronegócio como, por exemplo: as fábricas de papel e celulose, os frigoríficos, entre outras. O setor terciário, ou de serviços em geral, refere-se a todas as demais atividades econômicas que se caracterizam por não produzirem bens materiais e sim prestarem serviços (ALMEIDA; SILVA; ANGELO, 2013).

O setor primário (agropecuário) catarinense, conforme apresentado no Quadro 4, contribuiu em 2016 com 6,89% do PIB estadual, correspondente a 4,8% do PIB nacional. Esse setor representa a base econômica da maioria dos municípios catarinenses, embora seja a atividade mais dispersa, possui maior expressão no Oeste e no Planalto Norte do Estado. O Estado tem destaque na produção nacional de carne suína, maçã, cebola, frango, arroz, fumo, erva-mate, pinhão e carpas. A produção leiteira também está em rápida expansão por conta do processo tecnológico que vem sendo agregado (SEF, 2018). O Quadro 5 apresenta os principais produtos do setor agrícola em cada mesorregião catarinense e seus respectivos municípios.

Quadro 5 – Principais produtos do setor agrícola de Santa Catarina por mesorregião

Mesorregiões	Principais municípios	Características produtivas
Oeste	Chapecó, Joaçaba, Concórdia, São Miguel do Oeste, Campos Novos, Xanxerê	Aves, suínos, soja e maçã
Norte	Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Mafra, Rio Negrinho, Porto União	Pecuária extensiva e leiteira, arroz, hortaliças, fruticultura e silvicultura
Serrana	Lages, São Joaquim, Urubici, Alfredo Wagner, Urupema, Bom Retiro	Extrativismo madeireiro, reflorestamento, soja, alho e maçã
Vale do Itajaí	Blumenau, Itajaí, Brusque, Rio do Sul, Indaial, Timbó	Fumo, arroz, cebola, banana, madeira e leite
Grande Florianópolis	Florianópolis, São José, Biguaçu, Angelina, Antônio Carlos, Anitápolis	Banana, laranja, uva, cebola, fumo, tomate e leite
Sul Catarinense	Criciúma, Tubarão, Laguna, Turvo, Meleiro, Urussanga	Fumo, arroz, fruticultura, mandioca e ovos

Fonte: Portal da Economia de Santa Catarina (2019).

Observa-se por meio do Quadro 5 que na mesorregião Oeste o destaque está na produção de aves, suínos, soja e maçã. Esta é a principal região agrícola do Estado, com predomínio da pequena propriedade e destaque para a produção animal e lavoura temporária.

A mesorregião Norte detém pequenos, médios e grandes estabelecimentos agrícolas, especialmente nas atividades de pecuária extensiva e leiteira, orizicultura, olericultura, fruticultura e silvicultura.

Na mesorregião Serrana, com médias e grandes propriedades agrícolas, a base econômica foi pautada pela pecuária extensiva e a extração de madeira. Atualmente o reflorestamento tornou-se importante por fornecer matéria-prima para as indústrias de papel e celulose e também de móveis, juntamente com a produção de soja, alho e maçã. A produção agrícola encontrada no Vale do Itajaí está voltada para o fumo, arroz, cebola, banana, madeira e leite. Muitos dos produtos são beneficiados pelas agroindústrias estabelecidas nessa região. A mesorregião da Grande Florianópolis, embora seja a menor do Estado, está voltada para a produção de banana, laranja, uva, cebola, fumo, tomate e leite. No Sul Catarinense a agricultura é direcionada para culturas temporárias e de produtos de origem animal, tais como fumo, arroz, fruticultura, mandioca e ovos (FACHINELLO; SANTOS FILHO, 2010).

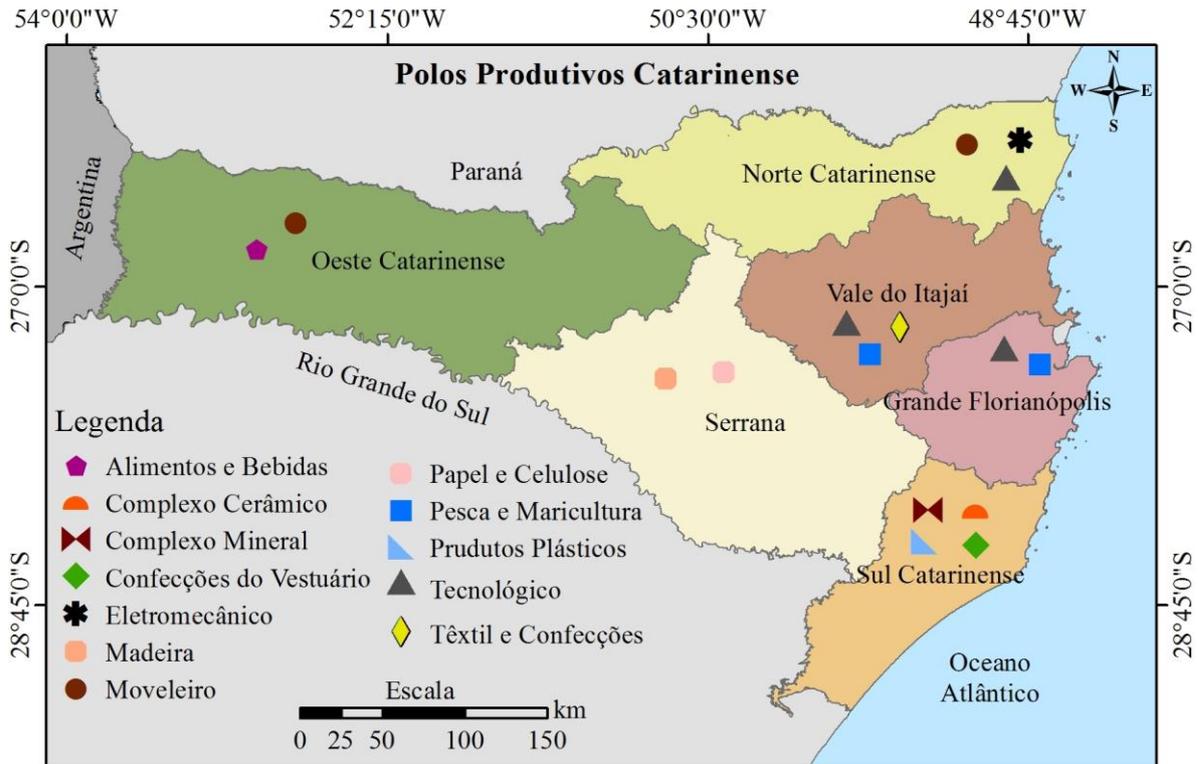
O setor secundário (industrial) é o segundo maior da economia do estado, com 27,13% do PIB, que correspondeu em 2016 a 5,2% da produção industrial do país. Em Santa Catarina esse setor está distribuído em diversos polos, com maior concentração no Litoral Norte e no Vale do Itajaí, com setores expressivos de metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, vestuário, mobiliário, cristais, têxtil e naval.

No Sul, especialmente no município de Criciúma, se destacam os setores cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos, enquanto na Grande Florianópolis a ênfase está no segmento tecnológico. A região Serrana tem forte aptidão para a indústria madeireira. No Oeste encontram-se grande parte das indústrias de móveis e de alimentos, com destaque para Chapecó na indústria alimentar com a produção de suínos e frango (SEF, 2018).

O setor terciário (serviço) é o maior do Estado, com participação de 65,98% do PIB, o que correspondeu a 3,6% dos serviços produzidos no Brasil. Em Santa Catarina a maior concentração do setor está localizada nas regiões litorâneas, como é o caso da região da Grande Florianópolis com a administração pública do Estado, os serviços de saúde e educação, comércio, serviços financeiros e turísticos.

Cabe salientar que na mesorregião Norte o município de Joinville é referência no comércio e na mesorregião do Vale do Itajaí o município de Itajaí se destaca nos serviços portuários e o de Blumenau em diversas modalidades. A Figura 3 apresenta os principais polos produtivos de Santa Catarina alocados por regiões.

Figura 3 - Polos produtivos catarinenses



Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal SIRGAS 2000
Documentação: SEBRAE (2010) e IBGE (2015).
Fonte: Elaboração LabPGT/UNESC (2018).

Conforme apresenta a Figura 3, a Grande Florianópolis se destaca pelo complexo tecnológico. A mesorregião Norte é polo metalmeccânico e moveleiro. O Oeste concentra suas atividades na agroindústria, setor de bebidas e móveis. A mesorregião Serrana é proeminente pelo complexo madeireiro, papel e celulose. O Sul se destaca pelo complexo cerâmico, mineral, químico e de confeções de artigos do vestuário. No Vale do Itajaí predomina a indústria têxtil e de vestuário.

O Quadro 6 apresenta um *ranking* com a posição dos cinco municípios que mais contribuíram com a formação do PIB catarinense, distribuídos pelos setores primário, secundário e terciário e a mesorregião em que estão inseridos.

No setor primário os municípios com maior contribuição no PIB estadual são: Campos Novos (2,01%), Canoinhas (1,67%), São Joaquim (1,57%), Antônio Carlos (1,56%) e Itaiópolis (1,48%). No setor secundário: Joinville (12,25%), Blumenau (7,04%), Itajaí (3,84%), Jaraguá do Sul (3,42%) e Chapecó (3,15%). No setor terciário: Florianópolis (9,98%), Joinville (9,59%), Itajaí (6,82%), Blumenau (6,65%) e São José (4,78%).

Quadro 6 – *Ranking* dos municípios catarinenses conforme setores econômicos e a participação no PIB estadual

Setores	Ranking	Município	Mesorregião	Participação PIB Estadual (%)
TERCIÁRIO (37,82%)	1	Florianópolis	Grande Florianópolis	9,98
	2	Joinville	Norte	9,59
	3	Itajaí	Vale do Itajaí	6,82
	4	Blumenau	Vale do Itajaí	6,65
	5	São José	Grande Florianópolis	4,78
SECUNDÁRIO (29,70%)	1	Joinville	Norte	12,25
	2	Blumenau	Vale do Itajaí	7,04
	3	Itajaí	Vale do Itajaí	3,84
	4	Jaraguá do Sul	Norte	3,42
	5	Chapecó	Oeste	3,15
PRIMÁRIO (8,29%)	1	Campos Novos	Serrana	2,01
	2	Canoinhas	Norte	1,67
	3	São Joaquim	Serrana	1,57
	4	Antônio Carlos	Grande Florianópolis	1,56
	5	Itaiópolis	Norte	1,48

Fonte: Adaptado SEF (2018).

Observa-se por meio do Quadro 6 que os cinco primeiros municípios que mais contribuem com o PIB catarinense são do setor terciário (37,82%), seguido do secundário (29,70%) e primário (8,29%). Ademais, observa-se que a mesorregião Norte é destaque no PIB catarinense (28,41%) nos três setores econômicos distribuídos nos municípios de Joinville (terciário e secundário), Jaraguá do Sul (secundário), Canoinhas e Itaiópolis (primário).

No que diz respeito à educação, o Estado ocupa a 3ª colocação conforme o Índice dos Desafios da Gestão Estadual divulgado em 2017. O índice é calculado com base em indicadores de diversas áreas, tais como: educação, saúde, segurança, infraestrutura, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, juventude, condições de vida e institucional e o *Ranking* de Competitividade, criado pelo Centro de Liderança Pública.

O Estado também configura na 3ª colocação no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2015, calculado a partir de variáveis que buscam mensurar os níveis de longevidade, educação e renda, ficando atrás apenas de São Paulo e do Distrito Federal (SEF, 2018). Esses indicadores denotam melhor posição em termos de educação se comparado com o país e, também, com os demais estados do sul, conforme apresenta o Quadro 7.

Quadro 7 – Percentual da taxa de frequência líquida escolar no ano 2019

Região	Sem instrução de pessoas de 25 anos ou mais	Ensino fundamental		Ensino médio	Ensino superior
		6 a 10 anos, nos anos iniciais	11 a 14 anos, nos anos finais	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	6,90%	96,10%	86,70%	69,30%	25,20%
Paraná	5,90%	96,80%	90,50%	73,20%	31,00%
Santa Catarina	3,20%	95,70%	91,50%	76,10%	32,50%
Rio Grande do Sul	2,70%	95,50%	86,20%	66,70%	30,20%

Fonte: IBGE (2019).

Conforme se observa no Quadro 7, em Santa Catarina o atendimento à população com menos de 10 anos nas séries iniciais do fundamental está na média dos Estados do Sul do país, superior nos anos finais (entre 11 a 14 anos), ampliando a diferença no ensino médio e superior. Se comparado às taxas brasileiras, com exceção do ensino fundamental nos anos iniciais, Santa Catarina também está em evidência neste quesito (IBGE, 2019).

Os cursos superiores mais procurados em Santa Catarina no ano de 2016 foram Administração, Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia, Engenharia de Produção, Engenharia Civil e Psicologia (SFE, 2018).

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), a média dos municípios catarinenses, em 2018, foi de aproximadamente 60%, o que corresponde a um nível “médio baixo” de sustentabilidade de acordo com a classificação da FECAM. Para calcular o IDMS, o sistema considera quatro dimensões: 1) sociocultural, econômica, ambiental e político institucional. Os resultados médios estão representados no Quadro 8.

Quadro 8 – IDMS de Santa Catarina

IDMS - SANTA CATARINA					
Dimensão/Subdimensão	2012	2014	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Média	58,30%	60,90%	60,80%	59,60%	-1,97%
Dimensão Sociocultural	70,80%	70,40%	72,30%	71,60%	-0,97%
Dimensão Econômica	56,00%	57,30%	57,20%	55,20%	-3,50%
Dimensão Ambiental	48,60%	47,80%	48,00%	48,00%	0,00%
Dimensão Político Institucional	59,20%	68,60%	66,90%	65,20%	-2,54%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 8 que Santa Catarina, nos anos analisados, mantém constantemente o nível “médio baixo” na classificação de sustentabilidade, apesar da redução de 1,97% de 2016 para 2018, afetado principalmente pela Dimensão Econômica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo por base a questão norteadora e os objetivos do estudo que visam compreender o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses filiadas à ABRUC, neste capítulo apresenta-se a trajetória percorrida, os procedimentos adotados, o local e sujeitos envolvidos na pesquisa.

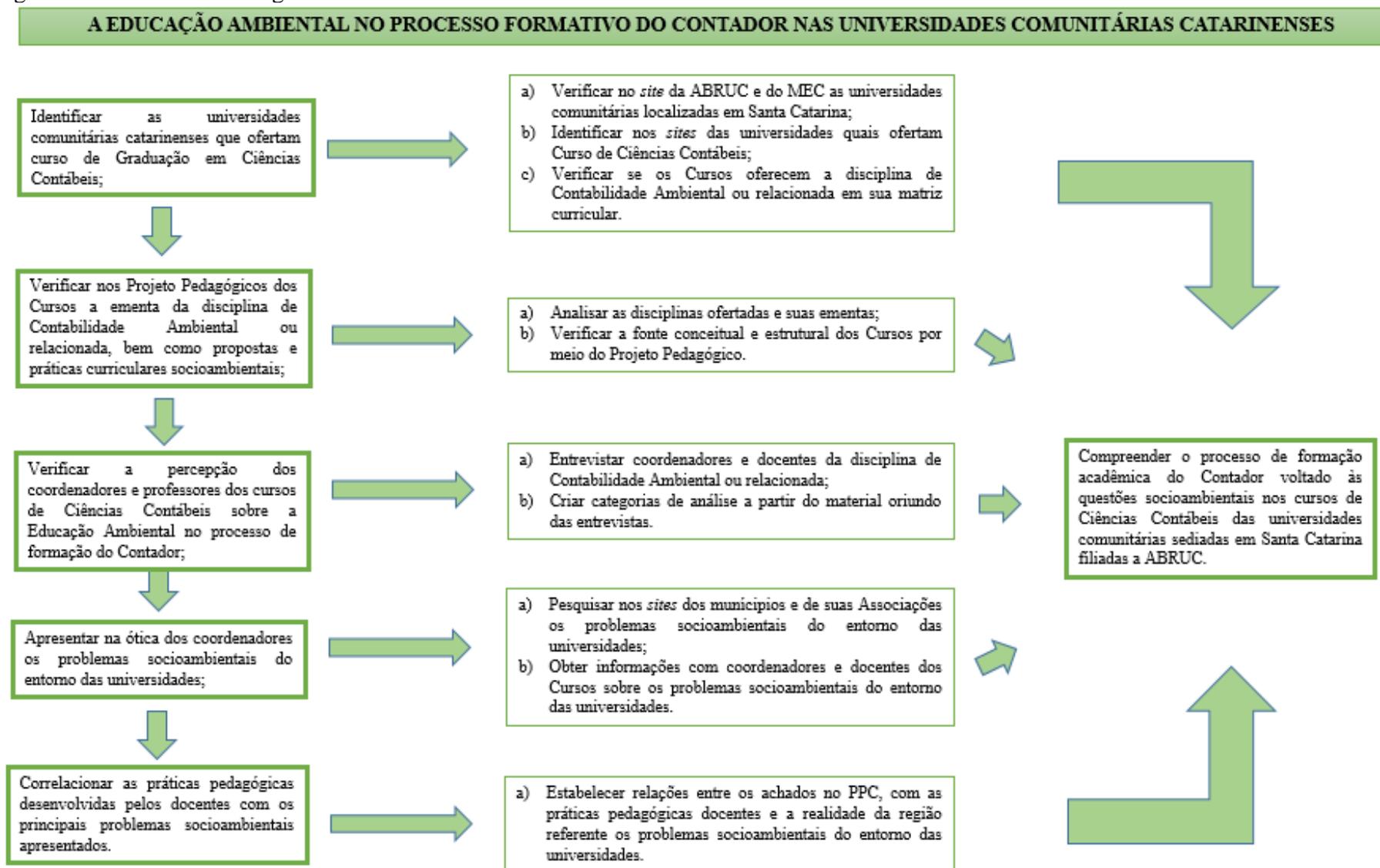
3.1 INTRODUÇÃO

Não há fórmula mágica e nem um modelo único de fazer pesquisa. E sendo a pesquisa fruto da produção humana, não há, também, pesquisa perfeita. O importante, nas etapas de elaboração, é o tema que move o pesquisador, especialmente se emergir de suas vivências e/ou experiências (RICHARDSON, 1999; GOLDENBERG, 2004).

Seguindo as orientações dos autores, a trajetória acadêmica percorrida até então envolve diretamente o ser e o fazer de docente em uma universidade comunitária na qual mantém-se vínculo empregatício em tempo integral e, como tal, o envolvimento nas atividades indissociáveis que ela pressupõe de ensino, pesquisa e extensão. Além do desdobramento para aliar a gestão de Curso com a ministração das aulas, especificamente, a disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social no Curso de Ciências Contábeis. É, pois, nesse contexto que emergem as inquietações e angústias, vivências e experiências que provocam e motivam diariamente o desenvolvimento desta pesquisa.

Assim, com intuito de demonstrar os desafios e abrangência deste estudo apresenta-se, sintetizado na Figura 4, o Roteiro Metodológico delineado, com vistas a alcançar os objetivos da pesquisa, considerando também o suporte teórico estudado.

Figura 4 - Roteiro Metodológico



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Baseada nesse Roteiro Metodológico, sintetizado na Figura 4, procura-se explicar os procedimentos metodológicos para atingir os objetivos propostos e responder a questão de pesquisa.

3.2 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Dada a abordagem da questão problema da pesquisa de desvelar como ocorre o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses, a pesquisa pautada nos métodos qualitativos mostra-se mais adequada para os propósitos do estudo.

Richardson (1999) afirma que os estudos que empregam esta metodologia têm por objetivo descrever e analisar o problema para então compreender e classificar processos ou fenômenos vividos pelos grupos sociais e contribuir no processo de mudança, além de possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos, dada a mínima distância do ambiente natural construído pelos sujeitos e suas interações com a realidade. A escolha da abordagem qualitativa se deu, principalmente, pela possível obtenção de dados subjetivos e das peculiaridades da temática pesquisada.

O estudo possui etapas que demandam de pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Triviños (1987) destaca que a pesquisa exploratória permite um aprofundamento dos estudos do pesquisador e a escolha de técnicas adequadas, buscando antecedentes para, posteriormente, definir sobre as questões que necessitam maior atenção à investigação e o próprio planejamento da pesquisa descritiva.

O método utilizado nessa tipologia de pesquisa envolve, além do levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que dominam o assunto estudado, pesquisas de campo e análise que estimulem a compreensão do tema. Na pesquisa descritiva o foco principal é conhecer as especificidades de uma comunidade e descrever a realidade, os fenômenos e fatos, exigindo do pesquisador a coleta de inúmeras informações que envolvem o objeto de estudo (TRIVIÑOS, 1987).

Neste estudo, a pesquisa do tipo exploratória é utilizada para identificar os problemas socioambientais do entorno das universidades comunitárias catarinenses, na ótica dos coordenadores. A pesquisa descritiva contribui na descrição sobre os cursos de Ciências Contábeis das universidades comunitárias catarinenses, seus respectivos projetos pedagógicos

e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes envolvendo os problemas socioambientais do contexto local e regional.

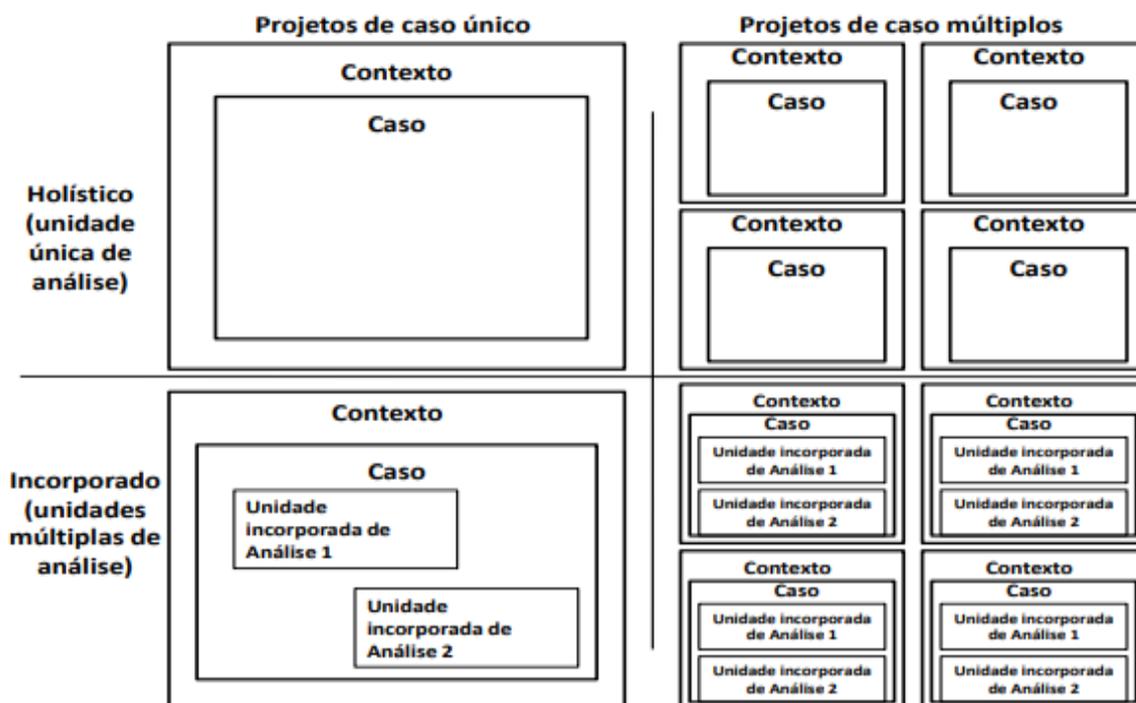
Em relação às estratégias, o estudo se caracteriza como documental e estudo de caso. Para Silva e Grigolo (2002) a pesquisa documental é uma técnica que consiste em selecionar, tratar e interpretar informações de documentos ou registros e, posteriormente, tentar extrair conclusões que possam ser úteis para o estudo. A PNEA, as DCNEAs, o PDI, o PPC e os planos de ensino dos docentes que ministram ou desenvolvem projetos envolvendo a temática socioambiental, sempre que disponibilizados, são utilizados como documentos para embasar o estudo.

O estudo de caso para Yin (2005) representa uma estratégia de pesquisa quando o pesquisador deseja compreender certos fenômenos contemporâneos complexos, preservando suas características holísticas e significativas da vida real. O autor apresenta quatro variantes de projetos de estudo de caso, os quais são:

- 1) projetos (holísticos) de caso único;
- 2) projetos (incorporados) de caso único;
- 3) projetos (holísticos) de casos múltiplos e
- 4) projetos (incorporados) de casos múltiplos.

Os estudos de caso único e de casos múltiplos refletem situações de projetos diferentes, podendo existir unidades de análise unitárias ou múltiplas. No que tange à escolha entre projeto holístico ou incorporado há de se considerar o fenômeno a ser estudado. O projeto holístico é recomendado quando “não é possível identificar nenhuma subunidade lógica e quando a teoria em questão subjacente ao estudo de caso é ela própria de natureza holística” (YIN, 2005, p. 65). Quanto ao projeto incorporado, ele é adequado quando o estudo de caso, único ou múltiplos casos, envolve subunidades de análise. A Figura 5 demonstra essa classificação.

Figura 5 - Tipos de Projetos para Estudo de Caso



Fonte: Yin (2005, p. 61).

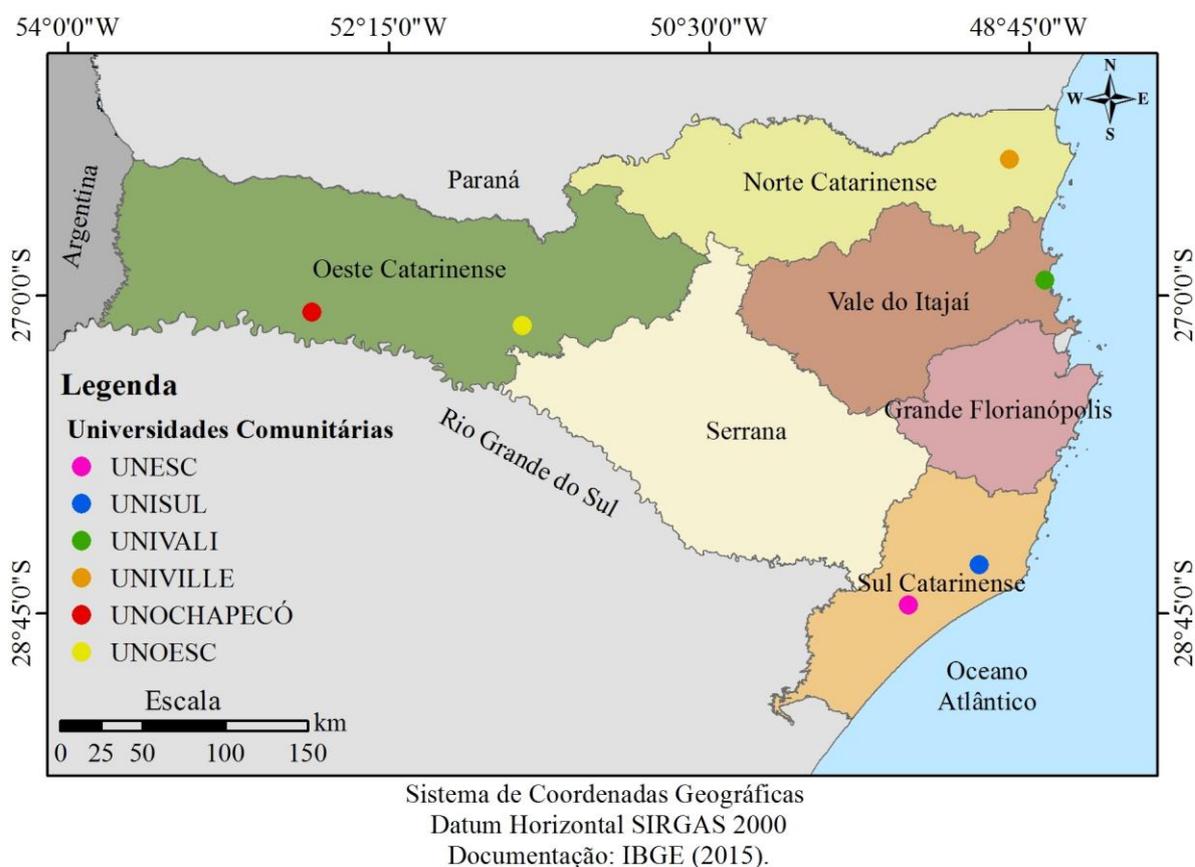
Levando-se em consideração as orientações do autor, utiliza-se nesta pesquisa a estratégia nº 3 – projetos (holísticos) de casos múltiplos, no qual cada caso tem um propósito específico no contexto global da investigação, convocando uma compreensão holística (particular) da situação.

3.2 LÓCUS DA PESQUISA

Para compor a comunidade de interesse da pesquisa, inicialmente verificou-se no sítio eletrônico da ABRUC quais universidades catarinenses mantinham filiação com a associação e, posteriormente, para comprovar se a IES é, legalmente, cadastrada como comunitária verificou-se junto ao sistema e-MEC a classificação nessa categoria administrativa. A ABRUC (2018) possui 11 universidades catarinenses em seu quadro de filiadas; destas, seis estão cadastradas no e-MEC como Universidades Comunitárias. Para fins do estudo optou-se por considerar a instituição de ensino e o município que acolhe sua sede¹⁷. A Figura 6 apresenta as Universidades Comunitárias *lócus* do estudo.

¹⁷ Com exceção da Unoesc, em que a pesquisa foi realizada no *campi* de Chapecó, distante 163,8 km de Joaçaba, município do *campi* sede.

Figura 6 - Universidades Comunitárias catarinenses filiadas à ABRUC e cadastradas no e-MEC como comunitárias



Fonte: Elaboração LabPGT/UNESC (2018).

A Figura 6 apresenta as universidades catarinenses filiadas à ABRUC e cadastradas no e-MEC na categoria administrativa comunitária, as quais são: 1) Unesc, cuja sede está localizada em Criciúma, cujo município integra a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), na mesorregião Sul; 2) Unisul em Tubarão, município filiado à Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), na mesorregião Sul; 3) Univali em Itajaí, município integrante da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), na mesorregião do Vale do Itajaí; 4) Univille, cuja sede está localizada no município de Joinville, pertencente à Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), na mesorregião Norte; 5) Unochapecó, com sede em Chapecó, município pertencente à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), na mesorregião Oeste, e 6) Unoesc, sediada em Joaçaba, município integrante da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), na mesorregião Oeste, conforme Quadro 9.

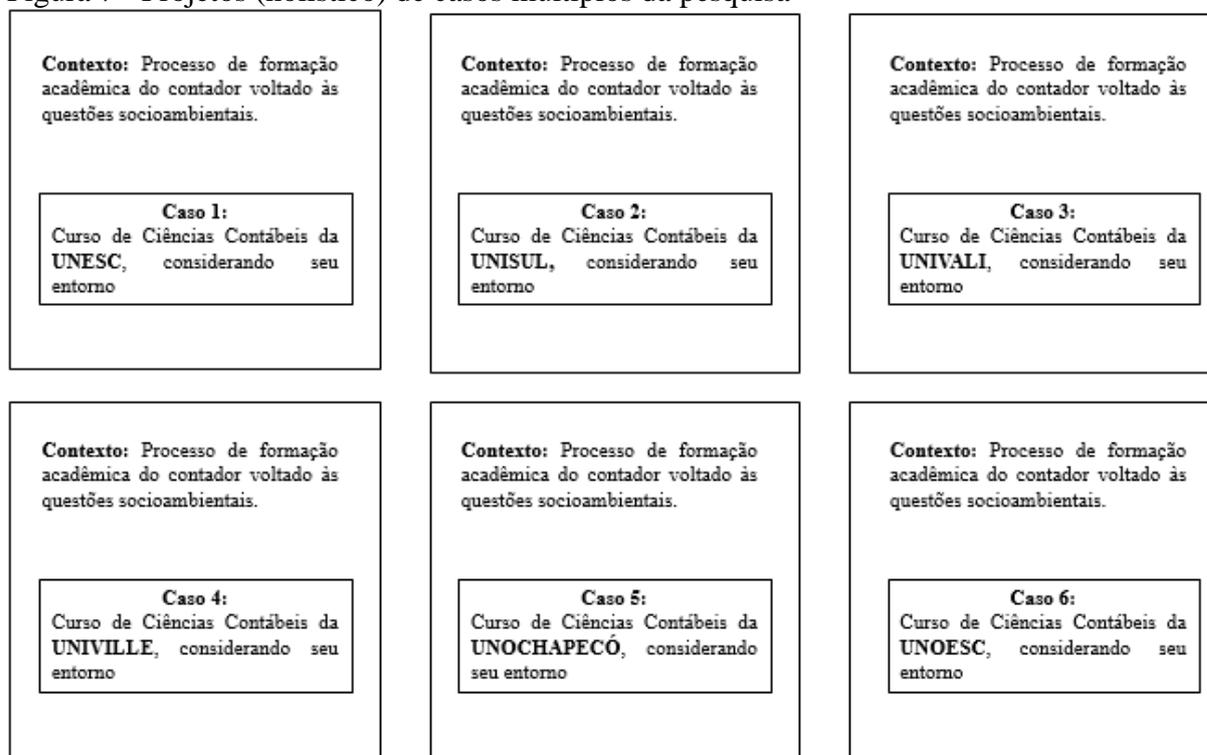
Quadro 9 – Universidades Comunitárias Catarinenses, Municípios Sede, Associação Municipal e a Mesorregião

Universidade comunitária	Município Sede	Associação Municipal	Mesorregião
UNESC	Criciúma	AMREC	Sul Catarinense
UNISUL	Tubarão	AMUREL	Sul Catarinense
UNIVALI	Itajaí	AMFRI	Vale do Itajaí
UNIVILLE	Joinville	AMUNESC	Norte Catarinense
UNOCHAPECÓ	Chapecó	AMOSC	Oeste Catarinense
UNOESC	Joaçaba	AMMOC	Oeste Catarinense

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A estratégia de pesquisa projetos (holísticos) de casos múltiplos deste estudo está sintetizada na Figura 7.

Figura 7 - Projetos (holístico) de casos múltiplos da pesquisa



Fonte: Adaptado de Yin (2005).

Conforme apresentado na Figura 7, no projeto (holístico) de casos múltiplos realizado neste estudo o contexto é o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nas universidades catarinenses filiadas à ABRUC e cadastradas no e-MEC como comunitárias. Os casos são os cursos de Ciências Contábeis dessas instituições considerando seu contexto local e regional. O objeto particular de análise diz respeito à disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada.

Como componentes de um projeto de pesquisa que envolve estudos de caso, Yin (2005) menciona a necessidade de cinco etapas necessárias, a saber: 1) as questões do estudo,

2) as proposições do estudo, 3) as unidades de análise, 4) a lógica que une os dados às proposições e 5) os critérios para interpretar as constatações. Os componentes desta pesquisa estão apresentados no Quadro 10.

Quadro 10 - Componentes da pesquisa

Componentes		Papel na Pesquisa	Questões
1	Questões de estudo	Norte para as diretrizes da pesquisa. O Estudo de caso está relacionado às questões do tipo "como" e "por quê".	Como ocorre o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses filiadas ABRUC?
2	Proposições de estudo	As proposições servem como direcionadores da atenção para algo a ser examinado no escopo do estudo. Para um estudo exploratório em vez de proposições o ideal é apresentar a finalidade e os critérios a serem explorados.	1) Universidades Comunitárias que ofertam curso de Graduação em Ciências Contábeis. 2) PDI, PPCs, disciplinas e ementas. 3) Contexto local e regional. 4) Entrevistas com os coordenadores e professores. 5) Problemas socioambientais do entorno das universidades.
3	Unidades de análise	Conforme a definição do caso. Neste estudo: projetos (holísticos) de casos múltiplos	Caso 1: Curso de Ciências Contábeis da UNESC e seu contexto local e regional. Caso 2: Curso de Ciências Contábeis da UNISUL e seu contexto local e regional. Caso 3: Curso de Ciências Contábeis da UNIVALI e seu contexto local e regional. Caso 4: Curso de Ciências Contábeis da UNIVILLE e seu contexto local e regional. Caso 5: Curso de Ciências Contábeis da UNOCHAPECÓ e seu contexto local e regional. Caso 6: Curso de Ciências Contábeis da UNOESC e seu contexto local e regional.
4	Lógica dos dados	Prenunciam as etapas de análise de dados.	Serão apresentadas na discussão dos resultados.
5	Critérios para interpretação		

Fonte: Adaptado de Yin (2005).

O Quadro 10 apresenta os componentes desta pesquisa conforme as orientações de Yin (2005) indicando as diretrizes da pesquisa, finalidade e os critérios a serem explorados e os casos que se pretende estudar.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As informações necessárias para o desenvolvimento deste estudo foram obtidas pela coleta de dados primários e secundários. Os dados primários são aqueles que nunca antes foram coletados e têm o propósito de atender as especificidades do estudo. Os dados secundários são aqueles que já foram coletados e estão disponíveis aos interessados.

Neste estudo, o instrumento para a produção de dados consiste em entrevistas semiestruturadas (dados primários), a partir das especificações de um tópico guia (Apêndices C e D), conforme orientação de Bauer e Gaskell (2008)¹⁸. Os entrevistados, de modo geral, dividem-se em três grupos:

- (a) os coordenadores dos Cursos de Ciências Contábeis;
- (b) professores que ministram a disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada e
- (c) professores responsáveis por projetos de pesquisa/extensão relacionados ao tema.

O material produzido nas entrevistas foi gravado, mediante a concordância do entrevistado, e transcrito com o intuito de buscar a fidedignidade do conteúdo das falas. Posteriormente elaboraram-se quadros de análise e a partir de seus conteúdos e suas relações com os objetivos da pesquisa construíram-se as categorias de análise.

Os dados secundários utilizados dizem respeito às legislações que envolvem a Educação Ambiental nas IES, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses objetos de estudo, bem como os planos de ensino dos professores que ministram a disciplina Contabilidade Ambiental ou correlata e os projetos de pesquisa e extensão relacionados ao tema, se disponibilizados.

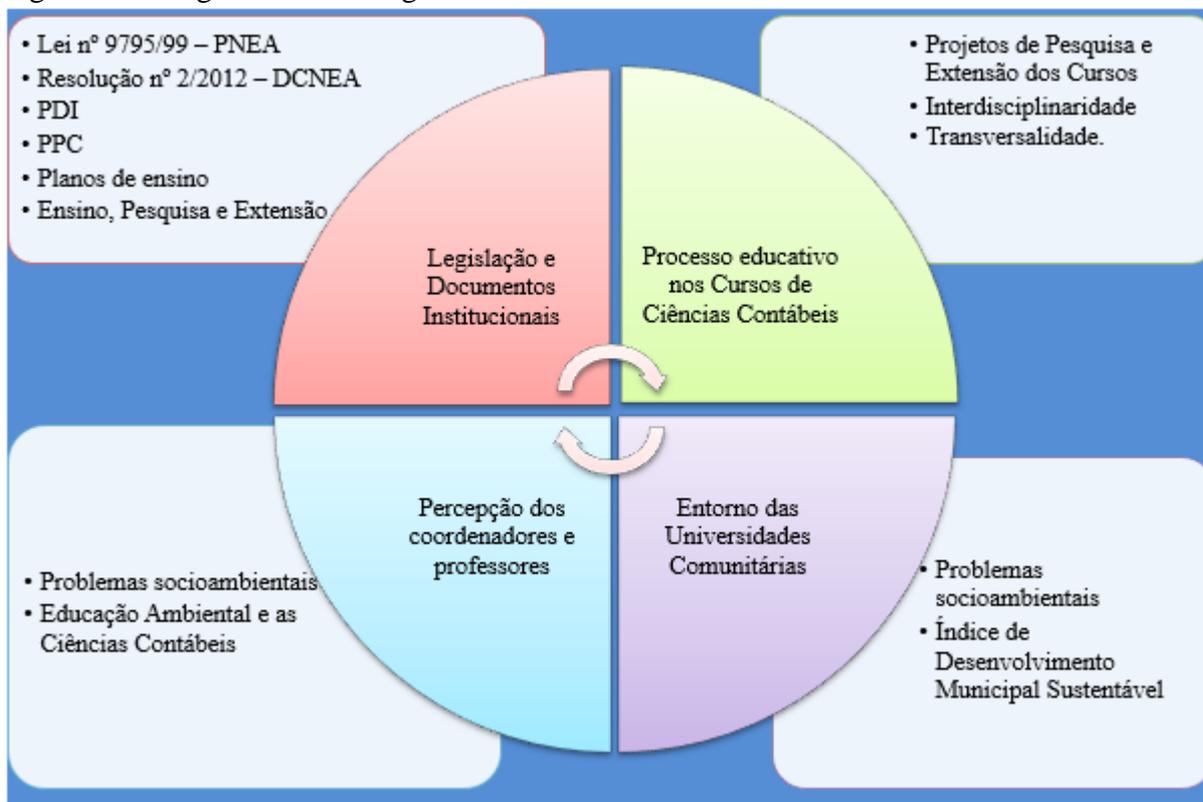
Gomes (2004, p. 80) menciona que a análise e interpretação de informações geradas pela pesquisa qualitativa devem ser encaminhadas “tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social”. Bauer e Gaskell (2008) afirmam que a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa é procurar sentidos e compreensão dos mundos da vida dos entrevistados. As etapas a serem seguidas, de acordo com os autores, envolvem: a) decompor o material a ser analisado; b) distribuir as partes em categorias; c) descrição do resultado de categorização (expondo os achados encontrados na análise); d) fazer inferências dos resultados e e) interpretar os resultados à luz da fundamentação teórica adotada.

Assim sendo, a interpretação dos resultados, a partir da perspectiva qualitativa, busca descobrir outros pontos de vista sobre o assunto abordado, além do entendimento do entrevistador, visto que, inquestionavelmente, as percepções de mundo são diferentes para cada sujeito em razão das suas próprias vivências e experiências vinculadas a uma construção social (TUAN, 1980; MORAES, 1999).

¹⁸ Cabe salientar que, o tópico guia foi submetido anteriormente à um pré-teste com professores colegas da autora, os quais possuíam conhecimento e autoridade sobre o tema da pesquisa.

A Figura 8 apresenta as categorias (unidades de análise) e subcategorias elencadas a partir das leituras e entrevistas realizadas:

Figura 8 - Categorias e subcategorias de análise



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A Figura 8 apresenta as quatro unidades de análise, a saber: legislação e documentos institucionais (PNEA, DCNEA, PDI, PPC, planos de ensino e ensino, pesquisa e extensão), processo educativo (projetos de pesquisa e extensão, interdisciplinaridade e transversalidade), entorno universitário (problemas socioambientais e o Índice de Desenvolvimento Sustentável) e a percepção dos coordenadores e professores (problemas socioambientais e Educação Ambiental e as Ciências Contábeis).

Ademais, para a análise dos dados seguiu-se também a recomendação de Yin (2005) para estudo de casos múltiplos em realizar uma síntese de casos cruzados. Essa técnica de análise examina se os casos parecem compartilhar perfis semelhantes e merecem ser considerados replicações do mesmo tipo de caso geral ou se os perfis podem ser suficientemente diferentes, de modo que os casos merecem ser considerados casos contrastantes. Como forma de apresentação dos resultados foi elaborado um relatório contendo a narrativa dos casos pesquisados em seções separadas, além de uma específica, apresentando a análise e os resultados de casos cruzados.

Assim, portanto, neste estudo a tipologia descritiva contribuiu na descrição dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses, dos seus respectivos projetos pedagógicos e nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes envolvendo os problemas socioambientais do contexto local e regional. A pesquisa exploratória foi utilizada para identificar os problemas socioambientais do entorno das Universidades Comunitárias objeto de estudos, na ótica dos coordenadores.

Com o intuito de apresentar, mesmo que modo estático, o panorama do desenvolvimento sustentável dos municípios onde estão localizadas as Universidades e os municípios de seu entorno, a pesquisa fez uso dos índices gerados pelo Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS), cuja metodologia foi desenvolvida no âmbito da FECAM. O IDMS visa auxiliar a gestão pública catarinense no processo de planejamento e avaliação de políticas públicas com vistas a elevar o patamar de desenvolvimento sustentável dos municípios (FECAM, 2019).

O IDMS emprega como referência os conceitos de Sachs (2009) para o desenvolvimento sustentável com olhar pautado em quatro dimensões: sociocultural, econômica, ambiental e política. O IDMS¹⁹ é calculado a partir do resultado da média aritmética de cada uma dessas quatro dimensões que, por sua vez, subdividem-se em subdimensões, indicadores e variáveis, como mostra a Figura 9.

¹⁹ A metodologia de cálculo dos IDMS, que serviu de base para o panorama do desenvolvimento sustentável dos municípios em que estão sediadas as universidades, refere-se ao ano de 2018. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/1261308_Metodologia_2018.pdf. De modo geral para classificar os municípios em relação ao seu nível de sustentabilidade, tanto no índice geral, quando nas dimensões, subdimensões, indicadores e variáveis, foi utilizada a regra de Amartya Sen ao criar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que vai de zero a um. No caso do IDMS, o valor resultante mostrará a distância existente entre a realidade municipal e o nível máximo de eficácia esperado para todo o sistema. Quanto mais próximo de 1 for o valor do IDMS, maior será a sustentabilidade do município, levando-se em consideração as dimensões enfocadas e os parâmetros previamente definidos. Quanto mais próximo de zero, mais esforço terá que ser feito pelos gestores municipais para construir uma realidade local mais sustentável (FECAM, 2019).

Figura 9 – Hierarquia dos componentes do IDMS



Fonte: FECAM (2019).

Conforme apresentado na Figura 9, a “Dimensão” corresponde às categorias do desenvolvimento sustentável: sociocultural, econômico, ambiental e político-institucional. A “Subdimensão” diz respeito às subáreas que compõem cada dimensão. O “Indicador” por sua vez é uma ferramenta que capta aspectos da realidade e a “Variável” é conjunto de valores municipais. O IDMS agrupa os municípios considerando o nível de eficiência obtido em relação aos parâmetros definidos (FECAM, 2019). A Figura 10 apresenta como o SIDMS classifica os municípios, as mesorregiões e o Estado de Santa Catarina de acordo com o seu respectivo índice de desenvolvimento sustentável.

Figura 10 - Classificação dos municípios conforme o IDMS

Valor do IDMS	Classificação
Maior ou igual a 0,875	ALTO
Maior ou igual a 0,750 e menor do que 0,875	MÉDIO ALTO
Maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,750	MÉDIO
Maior ou igual a 0,500 e menor do que 0,625	MÉDIO BAIXO
Menor do 0,500	BAIXO

Fonte: FECAM (2019).

A Figura 10 apresenta os parâmetros para classificação dos municípios, segundo seu nível de desenvolvimento sustentável: Alto (maior ou igual a 87,5%), Médio Alto (maior ou

igual a 75% e menor do que 87,5%), Médio (maior ou igual a 62,5% e menor do que 75%), Médio Baixo (maior ou igual a 50% e menor do que 62,5%) e Baixo (menor que 50%) (FECAM, 2019).

Por fim, como estratégia, para a pesquisa documental foi consultado a PNEA, as DCNEA, o PDI, o PPC e os planos de ensino e projetos de pesquisa e extensão dos docentes disponibilizados. O estudo de casos múltiplos foi realizado nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias UNESC, UNISUL, UNIVALI, UNIVILLE, UNOCHAPECÓ e UNOESC. Para a apresentação dos resultados foi elaborado um relatório contendo a narrativa dos vários casos estudados e, por fim, os dados foram analisados mediante a síntese de casos cruzados.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa apresentou algumas limitações durante seu processo de construção. Nesse sentido vale destacar:

a) a dificuldade em relação ao agendamento das entrevistas com os coordenadores e professores de cada um dos Cursos. Além da negativa da coordenação de um dos Cursos em conceder a entrevista, fato que exigiu a alteração na metodologia adotada em um dos casos de estudo;

b) a ausência de documentos institucionais como PDI, PPC e planos de ensino nos sítios de algumas Universidades Comunitárias para uma leitura anterior às entrevistas, bem como a negativa ao acesso destes documentos durante a visita;

c) a mudança de metodologia no cálculo do IDMS no *site* da FECAM durante o tempo da pesquisa e

d) a dificuldade em encontrar obras com mais informações dos problemas socioambientais das regiões estudadas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO (HOLÍSTICO) DE CASOS MÚLTIPLOS - RELATÓRIOS

Este capítulo apresenta o relatório contendo, separadamente, a narrativa de cada caso pesquisado realizado nos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses filiadas à ABRUC e cadastradas no e-MEC como comunitárias, as quais são: Caso 1) Unesc, com sede no município de Criciúma, o qual integra a AMREC, na mesorregião Sul; 2) Unisul, localizada em Tubarão, município filiado à AMUREL, também na mesorregião Sul; 3) Univali, com sede em Itajaí, município integrante da AMFRI, na mesorregião do Vale do Itajaí; 4) Univille, cuja sede está localizada no município de Joinville, pertencente à AMUNESC, na mesorregião Norte; 5) Unochapecó, cuja sede está em Chapecó, município pertencente à AMOSC, na mesorregião Oeste, e 6) Unoesc, sediada em Joaçaba, município integrante da AMMOC, na mesorregião Oeste.

O relatório tem como contexto dos estudos de caso o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais. Os casos referem-se aos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses considerando seu contexto local e regional. O objeto particular de análise diz respeito à disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada.

As unidades de análise do estudo englobam a legislação, como por exemplo a PNEA e as DCNEAs; os documentos institucionais como o PDI, o PPC e o Ensino, Pesquisa e Extensão; o processo educativo envolvendo pesquisa e extensão, interdisciplinaridade e transversalidade; o entorno universitário no que diz respeito a problemas socioambientais e as percepções atinentes à temática, tais como a educação ambiental e as Ciências Contábeis. Para a unidade de análise referente ao entorno universitário buscou-se também o aporte dos índices gerados pelo SIDMS desenvolvido pela FECAM para subsidiar a gestão pública dos municípios de Santa Catarina no processo de planejamento e avaliação de políticas com vistas a elevar o patamar de desenvolvimento sustentável.

4.1 RELATÓRIO DO CASO 1: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

O Caso 1 trata do Curso de Ciências Contábeis da Unesc – *campus* Criciúma e seu entorno.

4.1.1 O Curso de Ciências Contábeis da Unesc – *campus* Criciúma

O Curso de Ciências Contábeis da Unesc – *campus* Criciúma, ofertado na modalidade presencial, teve seu início em setembro de 1975. Em sua missão declara o compromisso de “formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento econômico, social e ambiental” (UNESC, 2019, p. 12).

Para tanto, o Curso oferece aos estudantes alguns diferenciais que auxiliam o desenvolvimento de competências, como por exemplo: corpo docente composto por especialistas, mestres e doutores, dois Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPQ: Núcleo de Estudos Contábeis (NECON) e Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional (NEGEO), Trabalho de Conclusão de Curso, Processo Interdisciplinar Orientado, Estágios Supervisionados, Supervisão Prática de Estágios, Atividades de Formação Complementar e Atividades Práticas Específicas, Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), além da infraestrutura composta por salas de aula com projetores multimídia, quadros de vidro, condicionadores de ar, laboratórios de informática e o Centro de Práticas Contábeis (CPC), munido de *softwares* para o ensino da contabilidade pública e de empresas privadas.

Como referencial pedagógico o Curso conta com a matriz curricular nº 5 (carga horária total de 3.000 horas), em vigor desde o 2º semestre de 2009, atendendo os campos interligados de formação básica, formação profissional e formação teórico-prática, em consonância com a Resolução CNE/CES nº. 10/2004 e a Proposta Nacional Curricular do CFC descrita por Carneiro (2008) (GUIMARAES, 2014). No 2º semestre de 2019 possuía 414 estudantes matriculados e 31 docentes. O perfil desejado para o aluno egresso enseja:

- Dominar as técnicas contábeis compatíveis com o exercício profissional;
- Enfrentar desafios;
- Acompanhar e se adaptar às mudanças;
- Relacionar-se com outros grupos, profissionais ou não;
- Apresentar, transferir, receber e analisar informações;
- Expor e defender ponto de vista técnico-científico, sob forma verbal, escrita ou visual;
- Ordenar e delegar tarefas em equipes multidisciplinares e exercer liderança;
- Motivar e promover o desenvolvimento de seus colaboradores;
- Ser empreendedor com condições de relacionar-se com os diversos segmentos da sociedade;
- Agir com ética e responsabilidade social e assumir papel de agente transformador com pleno exercício profissional e de cidadania;
- Disposição para manter-se profissionalmente atualizado, face às mudanças que diariamente afetam o mundo dos negócios, e via de regra, a atividade contábil; e

– Agir com respeito, ética e cidadania no desempenho de sua profissão (UNESC, 2019).

A matriz curricular em vigor possui duração mínima de nove semestres, sendo ofertada no período noturno. Possui uma estrutura curricular inovadora, desvinculada da rigidez hierárquica de disciplinas e pré-requisitos, com oferta de disciplinas de Núcleo Comum, a qual privilegia o processo ensino-aprendizagem, primando pela acessibilidade pedagógica (UNESC, 2019).

4.1.2 Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)

A Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) é uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) sob o CNPJ nº 83.661.074/0001-04, cuja origem remonta ao ano de 1968, em decorrência de um movimento da comunidade regional que culminou com a realização do 1º Seminário de Estudos Pró-Implantação do Ensino Superior no Sul Catarinense, evento que contou com a participação de educadores, políticos, lideranças da comunidade e da imprensa. No mesmo ano, a FUCRI obteve a aprovação de seu estatuto por meio do Decreto nº 204 da Prefeitura Municipal de Criciúma (GUIMARÃES, 2014).

A instituição foi credenciada no MEC em fevereiro de 1970, e em 1997, por meio da Resolução nº 35 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), foi homologado o processo de transformação em Universidade (GUIMARÃES, 2014). Nessa época a missão institucional se constituía em “Promover o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida”, cuja justificativa era o fato de a Universidade estar inserida em uma região degradada pela exploração mineral do carvão (UNESC, 2017a).

Em outubro de 2014 teve sua origem comunitária reconhecida por meio da Portaria nº 635/Seres/MEC. O último ato de credenciamento da IES se deu em julho de 2016, por meio da Portaria nº 723/MEC. Caracteriza-se como Universidade privada sem fins lucrativos, comunitária, com sede na Avenida Universitária, nº 1.105, Bairro Universitário, município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina (UNESC, 2017b; BRASIL, 2018e). A Figura 11 apresenta a vista panorâmica da Unesc – *campus* Criciúma.

Figura 11 – Vista panorâmica da Unesc – *campus* Criciúma



Fonte: Unesc (2017a).

Em virtude de sua identidade de Universidade Comunitária, visando atender às demandas regionais, a Unesc oferta suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio do Colégio Unesc, cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em quatro áreas do conhecimento: 1) Ciências, Engenharias e Tecnologias; 2) Ciências Sociais Aplicadas; 3) Humanidades, Ciências e Educação; 4) Ciências da Saúde (UNESC, 2017a). O Quadro 11 apresenta a identidade visual da Unesc, bem como a missão, visão e valores que norteiam suas práticas.

Quadro 11 – Diretrizes da Unesc

Identidade visual	
Missão	Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida.
Visão	Ser reconhecida como uma Universidade Comunitária, de excelência na formação profissional e ética do cidadão, na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, com compromisso socioambiental.
Valores	Gestão democrática, participativa, transparente e descentralizada; Qualidade, coerência e eficácia nos processos e nas ações; Racionalidade na utilização dos recursos; Valorização e capacitação dos profissionais; Justiça, equidade, harmonia e disciplina nas relações de trabalho; Compromisso socioambiental; Respeito à biodiversidade, à diversidade étnico-ideológico-cultural e aos valores humanos.

Fonte: Adaptado de Unesc (2017a).

A Unesc, em 2014, alterou seu planejamento estratégico em razão de decisões institucionais que promoveram sua migração para o sistema federal de educação. Em 2015 e 2016 alinhou suas ações estratégicas para atender as novas demandas do cenário da educação superior ancoradas em quatro perspectivas, as quais são: 1) crescimento sustentável; 2) posicionamento frente à sociedade; 3) processos internos e 4) pessoas, organização e infraestrutura (UNESC, 2017b).

Nesse contexto apresenta em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) os princípios filosóficos e pedagógicos que balizam suas ações na tradução literal do que compreende como sociedade ideal que busca, por meio do ensino, pesquisa e extensão, tornar concreta: “uma sociedade democrática, igualitária, centrada no desenvolvimento humano, com um desenvolvimento social justo e ecologicamente integral, com novas e diferentes formas de participação do cidadão, que sobreponha os interesses coletivos aos individuais” (UNESC, 2017a, p. 22). Descreve que a sociedade ideal age conscientemente em relação ao uso apropriado dos recursos naturais visando satisfazer as necessidades básicas atuais sem prejuízo às demais gerações. Para tanto a Unesc deve ser

aberta e comunitária, com qualidade de ensino e educação integral, ou seja, uma educação que contribua para a formação de profissionais capazes de atuar como agentes de transformação e construção da sociedade a partir de outros princípios e valores. Que sejam cidadãos íntegros, em todas as suas dimensões: espiritual, mental, física e cultural; com valores humanos essenciais como: ética, criticidade, autenticidade, criatividade, honestidade, sinceridade e compromisso com o bem comum. Profissionais com competências, capazes de preservar o conhecimento historicamente acumulado e de construir novos conhecimentos por meio da pesquisa e da prática reflexiva (UNESC, 2017a, p. 22).

A IES possuía em 2018 aproximadamente 13 mil alunos em seus cursos de graduação, especialização, mestrados e doutorados, além do Colégio Unesc. A infraestrutura é composta por, aproximadamente, 190 mil m² de área construída, 170 salas de aulas, 300 salas de apoio e laboratórios equipados com tecnologia de ponta e monitorados por profissionais capacitados. Ademais, dispõe de espaços reservados às atividades práticas, como laboratórios de informática, laboratórios específicos, clínica de fisioterapia, ambulatórios e consultórios médicos, clínica de psicologia e de odontologia, centro de eventos e ginásios, piscina, duas bibliotecas, dentre outros espaços (UNESC, 2017a).

A administração da Unesc é exercida pelo Conselho Universitário e as câmaras deliberativas: Câmara de Ensino de Graduação, Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Câmara de Administração e Finanças (UNESC, 2017a).

4.1.3 Contexto local da Unesc

A sede da Unesc está localizada no município de Criciúma, no litoral sul de Santa Catarina, mesorregião do Sul Catarinense. Os primeiros habitantes da área foram os índios Tupi-Guarani, Carijós e Xoklengs, que deram o nome à cidade. O município foi ocupado pelos europeus, em especial os italianos, devido à política de imigração brasileira, no século XIX. A política imigratória visou suprir a mão de obra nas lavouras de café e ocupar os locais vazios do país. Os imigrantes que vieram para Santa Catarina recebiam pequenos lotes de terra para ser cultivado em troca de pagamento em espécie ou serviços prestados ao governo como abertura de estradas, construção de pontes ou prédios públicos. Posteriormente à chegada dos italianos vieram os poloneses, alemães, portugueses, africanos e árabes (BALTHAZAR, 2001; SILVA, 2012).

Inicialmente a principal atividade econômica do município foi a agricultura e pecuária. O excedente da produção era comercializado nas cidades vizinhas, especialmente Urussanga e Araranguá. Neste trajeto surgiram os primeiros estabelecimentos comerciais. Com a descoberta do carvão mineral, em 1913, a atividade carvoeira tornou-se a principal atividade econômica da cidade.

Devido à primeira guerra mundial a importação do carvão foi interrompida, o que obrigou as indústrias e companhias de navegação a adquirir o carvão criciunense. Com o fim da guerra o Brasil retomou o consumo do carvão estrangeiro por ter mais qualidade. Posteriormente, em razão da crise de 1929, o Governo Federal criou leis que favoreceram a

exploração no país. O carvão era escoado da mina em carros de bois, sem proteção aos mineiros, envolvendo também mulheres e crianças (BALTHAZAR, 2001).

A inauguração do trecho Criciúma-Tubarão da Estrada de Ferro Teresa Cristina, em 1919, marcou definitivamente a economia da cidade e região, servindo ao escoamento da produção mineral e ao transporte de cargas e passageiros. O trabalho nas minas prejudicava a saúde não só dos envolvidos na extração do carvão, mas também de todos os moradores da cidade devido ao ambiente insalubre. Exposição à poeira do carvão e aos rejeitos da pirita contaminavam o ar, a água e o solo.

A partir do século XX, a atividade passou a sofrer declínio, com fechamento de minas, falência e privatização de empresas. Paralelamente, a partir de 1970, também por incentivos governamentais, o parque industrial se diversificou para outros segmentos como cerâmica, têxtil, metalurgia e química, com reflexos positivos no setor da construção civil (SILVA, 2012).

O município de Criciúma, conforme o IBGE (2019), possui 235,063 km² com uma população de 192.308 habitantes residentes, segundo o Censo realizado em 2010, resultando uma densidade demográfica de 815,87 habitantes por km² (IBGE, 2019).

O Quadro 12 apresenta o PIB total do município, que mostra a capacidade produtiva de sua economia, somando os valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um período e a sua distribuição setorial, além do PIB *per capita*, que divide o valor do PIB anual pelo total da população.

Quadro 12 - PIB, PIB *per capita* e PIB setorial de Criciúma em 2016

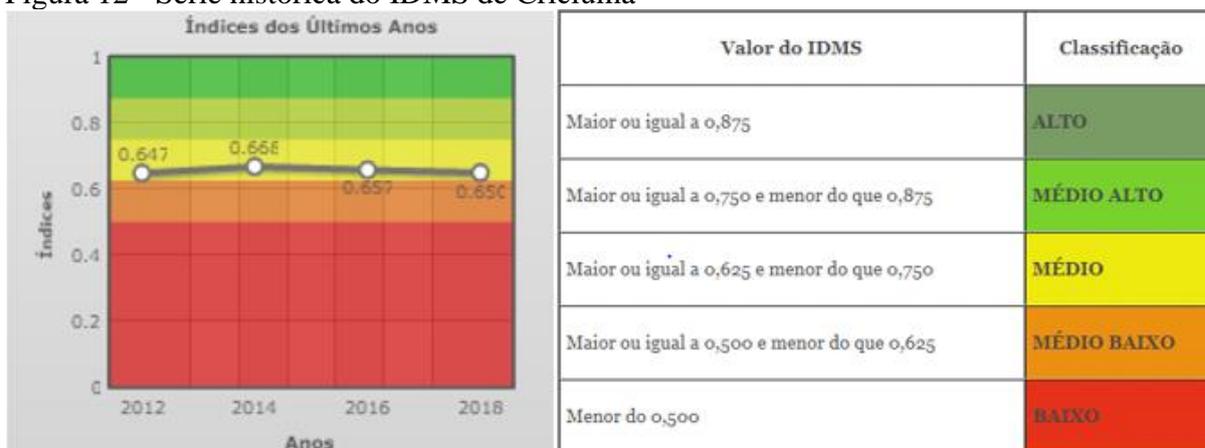
Município	CRICIÚMA		
	R\$	%	Ranking Estadual
Produto Interno Bruto (2016)			
PIB a preços correntes	6.895.489.780,00	100	8°
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	856.808.010,00	12,43	9°
PIB <i>per capita</i>	32.968,64		94°
Valor adicionado bruto a preços correntes	6.038.681.770,00	100	8°
Agropecuária	36.919.530,00	0,61	150°
Indústria	1.667.864.260,00	27,62	8°
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3.472.721.620,00	57,51	7°
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	861.176.360,00	14,26	7°

Fonte: IBGE (2019) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

No que diz respeito à distribuição setorial o setor serviços possui o maior peso, representando, em 2016, 57,51% do Valor Adicionado Bruto, ocupando a 7ª posição no *ranking* estadual. Em seguida a maior contribuição está no setor industrial, com 27,62% do Valor Adicionado Bruto, ficando em 8º lugar do estado, conforme apresentado no Quadro 15.

O IDMS de Criciúma, em 2018, era de 65,00%, representando, conforme classificação do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDEMS), um nível “médio” de sustentabilidade. A Figura 12 apresenta a série histórica do IDMS de Criciúma desde o ano de 2012 até 2018, bem como a classificação do nível de sustentabilidade, ilustrada por cores.

Figura 12 - Série histórica do IDMS de Criciúma



Fonte: FECAM (2019).

Observa-se na Figura 12 que o município de Criciúma, nos anos analisados, sempre esteve no nível “médio” na classificação de sustentabilidade. Dentre as dimensões que compõem o IDMS, a **Dimensão Sociocultural** avalia importantes subdimensões como educação, saúde, cultura e habitação. Conforme apresentado no Quadro 13, o município de Criciúma apresentou um decréscimo de 1,56% neste quesito se comparados os últimos dois anos (2016-2018).

Quadro 13 - IDMS de Criciúma, Dimensão Sociocultural

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Sociocultural	77,10%	75,90%	-1,56%
Subdimensão Educação	80,40%	78,80%	-1,99%
Subdimensão Saúde	68,10%	67,70%	-0,59%
Subdimensão Cultura	79,40%	75,80%	-4,53%
Subdimensão Habitação	91,30%	91,30%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 13 que a queda no nível de sustentabilidade no período 2016-2018 no que tange à Dimensão Sociocultural deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Cultura. Nesta Subdimensão, que envolve a estrutura de gestão para promoção da cultura; infraestrutura cultural; iniciativas da sociedade e recursos investidos na cultura, o município apresentou um decréscimo de 4,53% em seu desempenho.

As variáveis que contribuíram para o resultado foi: a) investimento em cultura *per capita* que considera o valor alocado em despesa por função em cultura em relação à população estimada do respectivo ano no município, com uma queda de 55,58% e b) investimento em cultura sobre a Receita Corrente Líquida que considera o total de despesas orçamentárias por função classificadas como Cultura sobre a Receita Corrente Líquida²⁰, com queda de 73,02% (FECAM, 2019).

Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Educação, que contempla os indicadores de acesso e permanência escolar; desempenho; infraestrutura escolar e qualidade de ensino, Criciúma sofreu um decréscimo de 1,99%, em seu processo de desenvolvimento sustentável, permanecendo no nível “médio alto”.

Conforme consta no relatório da FECAM (2019), a principal variável que contribuiu para esse resultado foi: Unidade Escolares com Estruturas Mínimas Adequadas, que considera a existência de estruturas mínimas nas escolas para assegurar o bom funcionamento de suas aulas e proporcionar aprendizado de qualidade para seus alunos, que reduziu em 23,08% de 2016 para 2018. As estruturas consideradas para análise são: acesso à internet; alimentação; banheiros dentro do prédio da escola; biblioteca; energia elétrica (rede pública, gerador e outros); laboratório de informática; quadra de esportes (coberta ou descoberta); rede pública de água; rede pública de esgoto ou fossa séptica; sala dos professores (FECAM, 2019).

Com relação à Subdimensão Saúde, que tem por base os indicadores cobertura de atenção básica; fatores de risco e proteção; morbidade e mortalidade, o município de Criciúma teve um decréscimo de 0,59% para o período 2016-2018, permanecendo do nível de sustentabilidade “médio”. Em relação a esta Subdimensão, a principal variável que colaborou para este resultado foi a Cobertura de Vacinas²¹, a qual considera a taxa de cobertura de vacinas do município, que em 2018 obteve uma queda de 47,31% em relação a 2016 (FECAM, 2019).

No tocante à Subdimensão Habitação, que avalia a estrutura de gestão para políticas habitacionais e a qualidade habitacional, identificou-se que Criciúma manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (91,30%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

²⁰ A Receita Corrente Líquida é entendida como o somatório das receitas tributárias de um Governo, referentes às contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais (FECAM, 2019).

²¹ A importância da vacinação, segundo o Ministério da Saúde, está vinculada à atenção básica com a saúde, como cuidado preventivo de promoção e de proteção da saúde (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Criciúma no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio alto” de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural (75,90%), composto pelas subdimensões: a) Educação (78,80% - nível “médio alto”); b) Saúde (67,70% - nível “médio”); c) Cultura (75,80% - nível “médio”) e d) Habitação (91,30% - nível “alto”), conforme apresenta a Figura 13.

Figura 13 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Criciúma



Fonte: FECAM (2019).

Outra dimensão que compõe o IDMS é a **Dimensão Econômica**, composta apenas pela Subdimensão Economia, a qual compreende os indicadores relacionados ao nível de renda, dinamismo econômico e agregação de valor econômico. Conforme apresentado no Quadro 14, o município de Criciúma obteve um crescimento de 2,78% em seu processo de desenvolvimento nesta dimensão, passando do nível de sustentabilidade “médio baixo” para “médio”, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 14 - IDMS de Criciúma, Dimensão Econômica

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Econômica	61,10%	62,80%	2,78%
Subdimensão Economia	61,10%	62,80%	2,78%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que contribuíram para o aumento do nível de sustentabilidade da Dimensão Econômica de Criciúma entre os anos de 2016 e 2018 foram: a) ISS *per capita*, que calcula o valor arrecadado em Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) com o objetivo de avaliar a riqueza dos municípios de acordo com a sua arrecadação por habitante para auxiliar na gestão municipal. Criciúma aumentou sua arrecadação neste imposto em 21,11% no período; b) crescimento do PIB, que considera a evolução dos agregados econômicos e mensura a formação de riqueza dos municípios, que aumentou em 13,64% entre 2016 e 2018 (FECAM, 2019).

A **Dimensão Ambiental** é composta apenas pela Subdimensão Meio Ambiente, a qual compreende os indicadores relacionados à cobertura de saneamento básico, gestão ambiental e preservação ambiental. Conforme apresentado no Quadro 15, o município de Criciúma manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (62,40%), permanecendo no nível “médio” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Quadro 15 - IDMS de Criciúma, Dimensão Ambiental

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Ambiental	62,40%	62,40%	0,00%
Subdimensão Meio Ambiente	62,40%	62,40%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que merecem atenção nesta Subdimensão em Criciúma envolvem, de acordo com a FECAM (2019), a inexistência da Agenda 21 Local e o percentual de áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias (44,50%).

A **Dimensão Político Institucional** avalia importantes subdimensões como finanças públicas, gestão pública e participação social. Conforme apresentado no Quadro 16, o município de Criciúma apresentou um decréscimo de 14,37% neste quesito, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 16 - IDMS de Criciúma, Dimensão Político Institucional

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Político Institucional	62,20%	59,10%	-14,37%
Subdimensão Finanças Públicas	64,00%	62,00%	-3,13%
Subdimensão Gestão Pública	72,30%	72,30%	0,00%
Subdimensão Participação Social	49,70%	42,10%	-15,29%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 16 que a queda no nível de sustentabilidade entre os anos de 2016 e 2018 em Criciúma no que tange à Dimensão Político Institucional deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Participação Social. Nessa Subdimensão que envolve a participação eleitoral e a representatividade de gêneros o município apresentou um decréscimo de 15,29% em seu desempenho, mantendo o nível baixo de sustentabilidade. A

principal variável que contribuiu para esse resultado foi a participação da população nos pleitos eleitorais, que retrocedeu 35,51% (FECAM, 2019).

Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Finanças Públicas, que contempla os indicadores de capacidade de receita; estímulo ao investimento e saúde financeira, Criciúma sofreu um decréscimo de 3,13% em seu processo de desenvolvimento sustentável, permanecendo no nível “médio”.

Conforme consta no relatório da FECAM (2019), as principais variáveis que contribuíram para esse resultado foram: a) investimento público sobre a Receita Corrente Líquida, que identifica o percentual de investimento de Criciúma sobre sua receita corrente, com redução de 36,10% no período e b) investimento público *per capita*, que evidencia a capacidade de investimento do município por habitante, também com redução de 5,24% de 2016 para 2018.

No tocante à Subdimensão Gestão Pública, que avalia a articulação de Criciúma com o exterior; a capacidade de planejamento; a gestão financeira; o governo eletrônico e a qualidade do quadro funcional, identificou-se que Criciúma manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (72,30%), permanecendo no nível “médio” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Criciúma no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio baixo” de sustentabilidade na Dimensão Político Institucional (59,10%), composto pelas subdivisões: a) Finanças Públicas (62,00% - nível “médio baixo”); b) Gestão Pública (72,30% - nível “médio”) e c) Participação Social (42,10% - nível “baixo”), conforme apresenta a Figura 14.

Figura 14 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Criciúma



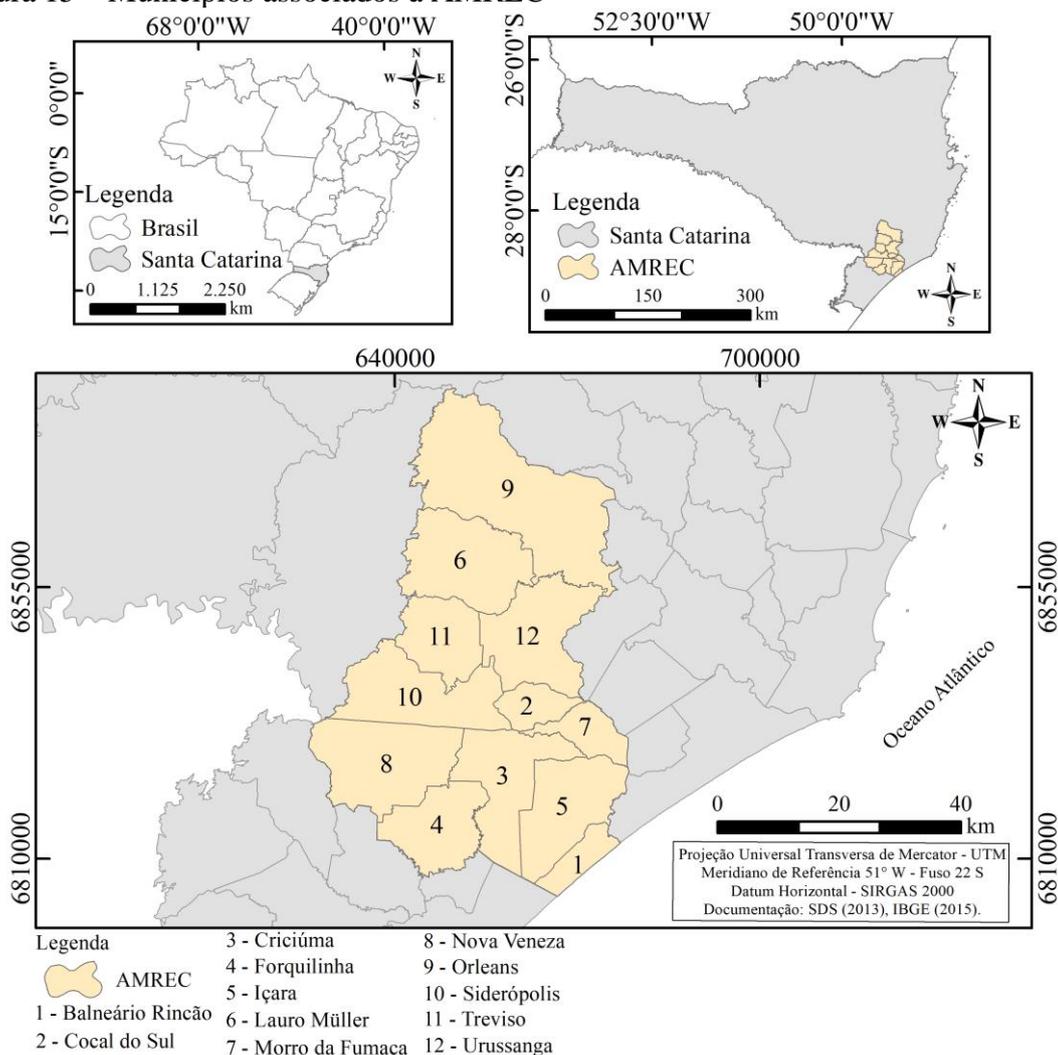
Fonte: FECAM (2019).

4.1.4 Contexto Regional da Unesc

A sede da Unesc está localizada na cidade de Criciúma, um dos municípios que integram a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) juntamente com Balneário Rincão, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

A AMREC, com sede em Criciúma, foi fundada em 1983 e é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza civil, que visa “ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, além de promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental” (AMREC, 2019). A Figura 15 apresenta a localização dos municípios associados à AMREC.

Figura 15 – Municípios associados à AMREC



Fonte: Elaboração LabPGT/UNESC (2020).

Os municípios da região carbonífera do sul catarinense estão localizados entre a serra e o mar. Os municípios de Orleans, Lauro Müller, Treviso, Siderópolis e Nova Veneza fazem divisa com a serra catarinense, propiciando um inverno rigoroso. A posição estratégica desses municípios permite a observação da paisagem privilegiada da serra e da exuberância da Mata Atlântica. Em alternativa, há também a proximidade com o mar por meio do Balneário Rincão, com temperatura ideal para o verão (PIERI; LADWING, 2016).

O município de Criciúma ocupa o 1º lugar no *ranking* dos mais populosos da AMREC e o 5º lugar no *ranking* Estado²², conforme dados extraídos do Censo (2010) (IBGE, 2019). Criciúma, devidamente contextualizado anteriormente, caracteriza-se por sua vocação de cidade polo industrial, especialmente confecção, plástico e descartáveis, metalmecânico, construção civil, além de ser conhecida como a Capital Brasileira do Carvão e do Revestimento Cerâmico.

No setor primário destaca-se o cultivo de arroz, ovos, frango e fumo, especialmente nos municípios de Lauro Müller, Orleans e Treviso. No setor terciário o destaque está no comércio. O Quadro 17 demonstra a população dos municípios que integram a AMREC, bem como a riqueza gerada na região.

²² De acordo com o Censo (2010), os quinze municípios catarinenses mais populosos são: Joinville (515.288); Florianópolis (421.240); Blumenau (309.011); São José (209.804); Criciúma (192.308); Chapecó (183.530); Itajaí (183.373); Lages (156.727); Jaraguá do Sul (143.123); Palhoça (137.334); Balneário Camboriú (108.089); Brusque (105.503); Tubarão (97.235); São Bento do Sul (74.801); Caçador (70.762) (IBGE, 2019).

Quadro 17 - População, PIB e PIB *per capita*, municípios da AMREC

Município	População (Censo 2010)	PIB (2016)	PIB <i>per capita</i> (2016)
Santa Catarina	6.248.436	256.661.000.000,00	37.140,00
Balneário Rincão	12.403	217.234.750,00	17.788,63
Forquilha	22.548	713.564.430,00	27.917,23
Morro da Fumaça	16.126	591.439.370,00	34.043,59
Siderópolis	12.998	399.197.380,00	28.973,54
Cocal do Sul	15.159	600.462.480,00	36.835,93
Içara	58.833	1.886.220.140,00	34.931,30
Nova Veneza	13.309	727.937.720,00	49.675,02
Treviso	3.527	203.791.890,00	53.292,86
Criciúma	192.308	6.895.489.780,00	32.968,64
Lauro Müller	14.367	318.897.850,00	21.156,89
Orleans	21.393	844.620.920,00	37.394,12
Urussanga	20.223	736.250.510,00	34.909,93

Fonte: IBGE (2019).

Em análise da situação do PIB e do PIB *per capita* dos municípios integrantes da AMREC, por meio do Quadro 17, constata-se que Criciúma, apesar de, em 2016, possuir o maior PIB dentre os municípios da Região Carbonífera, ocupava a 7ª colocação quando se trata do PIB *per capita*. Em contraponto, Treviso, que possuía o menor PIB, se configurou com o melhor PIB *per capita* da AMREC, no período.

Os IDMS dos anos de 2016 e 2018 dos municípios integrantes da AMREC, bem como o percentual de evolução, estão apresentados no Quadro 18:

Quadro 18 - Evolução do IDMS, municípios da AMREC

IDMS	2016	2018	Evolução 2016/2018 (%)
SANTA CATARINA	61,10%	60,00%	-1,80%
MESORREGIÃO SUL CATARINENSE	61,40%	59,90%	-2,44%
AMREC	67,60%	66,00%	-2,37%
Balneário Rincão	0,00%	0,00%	0,00%
Cocal do Sul	72,00%	70,40%	-2,22%
Criciúma	65,70%	65,00%	-1,07%
Forquilha	65,80%	64,10%	-2,58%
Içara	63,60%	62,60%	-1,57%
Lauro Müller	66,10%	64,70%	-2,12%
Morro da Fumaça	63,00%	61,30%	-2,70%
Nova Veneza	69,20%	67,50%	-2,46%
Orleans	67,90%	65,60%	-3,39%
Siderópolis	64,90%	61,90%	-4,62%
Treviso	76,60%	76,20%	-0,52%
Urussanga	68,90%	66,90%	-2,90%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Conforme apresenta o Quadro 18, em 2018, com exceção de Morro da Fumaça e Siderópolis, que decaíram na escala de classificação de sustentabilidade de “médio” para “médio baixo”, os demais municípios integrantes da AMREC mantiveram-se na mesma classificação durante o período. Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Nova Veneza, Orleans e Urussanga se mantiveram no nível “médio” e Treviso no nível “médio alto”, mas todos os municípios que estão localizados no entorno da Unesc apresentaram uma involução no IDMS para o biênio. O município que apresentou o menor decréscimo foi Treviso (0,52%) e o maior foi Siderópolis (4,62%).

4.1.5 Entrevista com o ex-coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Unesc – campus Criciúma (Coordenador do Curso – CS1)

O ex-coordenador²³ do Curso de Ciências Contábeis da Unesc atua como docente desde 1987. Possui mestrado em *Gestión de Negocios Y Formación Profesional Latinoamericana* pela Universidad de Ciencias Empresariales Y Sociales da Argentina e em Desenvolvimento Socioeconômico pela Unesc. É especialista em Administração Universitária e Administração Financeira pela Unesc. É graduado em Ciências Contábeis pela Escola

²³ No Caso 1 optou-se por realizar a entrevista com o ex-coordenador do Curso de Ciências Contábeis tendo em vista que a pesquisadora está exercendo a função de coordenadora atualmente.

Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA) e em Desenho e Plástica pela Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma (FACIECRI), ambas mantidas pela Fundação Educacional de Criciúma.

Ao ser questionado sobre disciplinas específicas ou transversais que abordam a temática ambiental no Curso, relatou que a disciplina **Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Ambiental**, inclusa na matriz curricular no 2º semestre de 2004, foi a primeira ao abordar a temática ambiental no Curso de Ciências Contábeis e, pelo que tem conhecimento, foi pioneira em relacionar a Contabilidade com as questões ambientais nos Cursos de Ciências Contábeis do país. A inclusão da disciplina na matriz, segundo o coordenador, não teve origem na legislação, nem em razão da Lei nº 9.795/1999, nem das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Contábeis nº 10/2004. Sua inclusão no currículo do Curso se deu por motivação pessoal.

A inclusão da disciplina se deu em função de um convencimento que eu tinha de que o profissional da nossa área, assim como os profissionais das outras áreas como Administração, Engenharias, etc., também deveriam se preocupar com o meio ambiente. Eu achava estranho porque um Contador que atua nas organizações, partindo do pressuposto de um Contador com foco de gestão (não de um Contador que fica sentado fazendo registro), como ele não ia orientar os usuários da Contabilidade também sobre a importância do meio ambiente, da responsabilidade social. Porque o planeta é um só e todas as profissões tem que cuidar disso. Se a gente estragar a nossa casa, ficaremos sem moradia! (Coordenador do Curso – CS1).

Relata que a designação dada à disciplina teve a intenção de abranger não só a Contabilidade para evidenciar o aspecto técnico dos registros e procedimentos contábeis dos atos e fatos que envolvem o meio ambiente nas atividades organizacionais, mas também o Meio Ambiente e a Responsabilidade Social justamente para discutir os reflexos das atividades humanas no meio ambiente e refletir sobre a postura do Contador a partir desses estudos.

A ideia da disciplina, conforme o coordenador, é de possibilitar ao egresso do Curso, futuro Contador, uma formação completa, não apenas tecnicista no sentido de registrar e apresentar as demonstrações contábeis, visto que todas as organizações, de um jeito ou de outro, algumas mais que outras, vivem em função da exploração de recursos, para transformação em produtos.

A visão é holística, porque no momento em que se discute meio ambiente, tem que discutir todas as possibilidades que podem afetá-lo. O Contador de uma mineradora, por exemplo, não basta apenas cumprir a legislação, tem todos os reflexos sociais relacionados, a empresa vai ter que demonstrar o que faz e o que não faz. Mas o Contador precisa ter essa consciência, caso contrário não vai se importar, vai meramente ignorar! Assim como todo mundo joga lixo em qualquer lugar, abre a janela do carro e joga lixo na rua, mesmo sendo só um papelzinho... mas se milhares

jogarem papeizinhos na rua, serão toneladas de papeizinhos que vão entupir bueiros, expulsando camundongos, ratos e ratazanas, que acabam gerando doenças, dando custo para a saúde, o que afeta o Estado com a necessidade de políticas públicas... é uma cadeia de eventos! Então o Contador tem que ter essa consciência. Tudo bem, a empresa está retirando minério, e o que está fazendo com o rejeito? Age de forma adequada? Se o Contador atua na gestão ele tem que saber conversar, não pode ser o “carinha” lá no canto. Eu entendo Contabilidade como uma Ciência, mas não impede como pessoa, interagir, ser agente transformador. O que é ser agente transformador se não tem consciência do que fazer? (Coordenador do Curso – CS1).

O coordenador afirma que nas universidades a maior parte dos cursos de graduação em Ciências Contábeis não discute essas questões, alguns oferecem a disciplina apenas como optativa, e questiona: “Sendo optativa e o aluno não cursar, quem vai refletir sobre o assunto? Será que o conteúdo está distribuído de forma transversal no currículo? E a formação dos docentes que não tiveram esse conhecimento? É raríssimo quem se importa. A maioria faz o trivial porque não incomoda. Vai depender muito mais da formação pessoal”.

Questionado sobre os problemas ambientais do entorno da Unesc, ele menciona problemas locais como a mineração e as atividades provenientes da indústria de transformação, além dos rios poluídos, da água e do lixo, os quais considera como problemas globais.

4.1.6 Entrevista com docente do Curso de Ciências Contábeis da Unesc – *campus Criciúma*

Antes de iniciar, diferentemente dos demais casos que serão narrados neste capítulo, faz-se prudente e necessário esclarecer que a docente do Curso de Ciências Contábeis da Unesc que ministra a disciplina de interesse deste caso é, ao mesmo tempo, a pesquisadora. Sujeito que pesquisa e sujeito pesquisado (objeto) estão unidos. Portanto, peço licença para, neste espaço em específico, valer-me do uso da primeira pessoa do singular para narrar, a meu modo, como se dá o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais no curso de Ciências Contábeis da Unesc. Apoio-me na afirmação de Scherre (2015) de que é possível fundir sujeito-objeto desde que eu construa um caminho metodológico condizente com meus processos de aprendizagem, minhas buscas formativas e que assumo a responsabilidade na minha formação e investigação.

Ministro no Curso de Ciências Contábeis da Unesc as disciplinas **Contabilidade Introdutória I e II, Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social e Trabalho de Conclusão de Curso**. Sou docente titular desde 2005, especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior e mestra em Educação, ambos cursados na Unesc.

Atualmente curso concomitantemente a especialização em Gestão Administrativa e Processos Organizacionais na Educação Superior (modalidade a distância) e o doutorado em Ciências Ambientais, também pela Unesc. A experiência acadêmica concentra-se na área de Contabilidade Ambiental, Sustentabilidade, Ensino e Pesquisa em Contabilidade.

O Curso de Ciências Contábeis da Unesc tem em seu DNA a marca da sustentabilidade declarada em sua missão de formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Lembro que em uma das vezes que revisamos o PPC, no ano de 2010, um estudante da 4ª fase que cursava a disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social sugeriu a inclusão da palavra “ambiental” na missão do Curso. Fiquei ao mesmo tempo emocionada e envergonhada com o fato. Emocionada porque, de certo modo, o estudante havia compreendido e internalizado a importância do Contador para a sustentabilidade, e envergonhada por não ter, eu mesma, feito essa sugestão, sendo a professora titular da disciplina.

A disciplina **Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social** é ofertada na 4ª fase e faz parte da matriz curricular desde o ano de 2004. Ela foi inserida no currículo antes mesmo da divulgação da Resolução nº 10/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Contábeis, a qual nada prevê, em específico, sobre a Contabilidade e o Meio Ambiente. O conteúdo da disciplina no Curso engloba questões relativas a educação ambiental, a gestão ambiental e as principais demonstrações contábeis voltadas à Contabilidade Social. O Quadro 19 apresenta o objetivo geral e a ementa da disciplina.

Quadro 19 - Objetivo Geral e Ementa da (s) disciplina (s) com a temática ambiental ofertada (s) no Curso de Ciências Contábeis da Unesc – *campus* Criciúma

Disciplina	Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social
Objetivo Geral	Desenvolver a percepção da inter-relação entre Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, na perspectiva de acompanhar contextos de desafios e mudanças sociais.
Ementa	Responsabilidade Social das Organizações, Contabilidade Social, Balanço Social: custo e benefício, Demonstração do Valor Adicionado, Gestão Ambiental, Relação entre a Contabilidade e Meio Ambiente, Mensuração, Legislação e Relatórios, Custos de Natureza ambiental, Métodos contábeis aplicados, Auditoria ambiental e Tópicos especiais e/ou interdisciplinares.

Fonte: Acervo do curso (2019).

Para ministrar a disciplina tenho a preocupação de levar para as discussões em sala de aula, antes de abordar os conteúdos, o contexto histórico socioambiental de Criciúma e região, especialmente das cidades de origem dos estudantes, para dar sentido ao aprendizado.

Para essa tarefa convido outros professores, com maior experiência na área socioambiental, para contribuir com palestras ou atividades relacionadas ao tema. Cito como exemplo uma ocasião, no 1º semestre de 2017, em que convidei uma professora doutora em Ciências Biológicas para conversar com os alunos sobre os problemas ambientais da região e fornecer ideias para que eles pudessem organizar uma exposição, naquele semestre.

A professora convidada, antes de levar os alunos para conhecer o laboratório de Ciências Biológicas e mostrar os materiais didáticos que ela utilizava nas aulas, tais como maquetes, animais taxidermizados e jogos lúdicos, realizou uma dinâmica com os alunos questionando-os sobre suas origens e as lembranças que tinham do lugar onde nasceram ou cresceram. A partir dos relatos dos alunos ela foi trazendo à pauta demandas das cidades, do bairro, histórico das construções, edificações em áreas mineradas e/ou próximas a rios poluídos, parques e praças, bairros com histórico de violência e drogas. A professora demonstrou propriedade em suas falas, dignas de quem de fato transitava por esses espaços.

A exposição a que me refiro é realizada semestralmente desde 2014 sob a alcunha de “Conhecer para Preservar”. Tem por objetivo instigar nos estudantes do Curso a produção criativa a partir da realidade local e regional, possibilitando a construção de novos paradigmas para o desenvolvimento de cidadãos socioambientalmente críticos, além de sensibilizar a comunidade acadêmica quanto à importância da relação harmoniosa entre sociedade e natureza no processo de transformação e reconstrução do espaço geográfico.

A cada semestre apresento para a turma temáticas que estejam em evidência nos noticiários de jornais e revistas de grande repercussão nacional e/ou internacional para que eles escolham, dentre as opções, o que gostariam de pesquisar para organizar e produzir a exposição. Dependendo do número de turmas e de alunos desenvolvemos mais de uma temática. As pesquisas realizadas previamente para dar suporte à exposição e à exibição dos materiais no evento são avaliadas por mim e correspondem a uma nota, com peso 10, na disciplina.

Considero a Exposição “Conhecer para Preservar” uma possibilidade de estabelecer vínculos entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tripé inerente ao ensino universitário e que contribui com o alcance do perfil desejado ao aluno egresso do Curso, especialmente no que diz respeito a apresentar, transferir, receber e analisar informações; expor e defender ponto de vista técnico-científico, sob forma verbal, escrita ou visual; enfrentar desafios; ser criativo; relacionar-se com grupos, profissionais ou não; exercer liderança; ordenar e delegar tarefas em equipes; agir com ética e responsabilidade social assumindo papel de agente transformador com pleno exercício profissional e de cidadania.

Proponho a exposição na expectativa de estimular nos estudantes o hábito da leitura, pesquisa e reflexão crítica sobre as temáticas abordadas; motivar a investigação e a resolução de problemas vinculados ao meio ambiente; desenvolver a habilidade de trabalhar em grupo; oportunizar o trabalho interdisciplinar; promover o conhecimento do tema de forma contextualizada e socializar os resultados das pesquisas e das experiências vivenciadas com a comunidade acadêmica. As temáticas abordadas na Exposição Conhecer para Preservar de 2014 até 2019 foram compiladas e estão retratadas no Quadro 20.

Quadro 20 – Temas da Exposição Conhecer Para Preservar

Data	Tema da exposição
2º sem 2014	Tema: Ambiente natural, ambiente degradado, ambiente antropizado. Exposição fotográfica.
1º sem 2015	Tema: Crise hídrica, energética e descarte de resíduos. Exposição de pôsteres, maquetes e filmes na X Semana do Meio Ambiente e Valores Humanos da Unesc.
2º sem 2015	Tema: Empreendedorismo social. Exposição de pôsteres e mesa-redonda com 16 empreendedores sociais.
1º sem 2016	Tema 1: Dengue, zyka e chicungunya. Tema 2: Acidente ambiental provocado pela mineradora Samarco em Mariana / Minas Gerais. Exposição de pôsteres, maquetes e filmes na XI Semana do Meio Ambiente e Valores Humanos da Unesc.
2º sem 2016	Tema 1 – Frase de Victor Hugo: "É triste pensar que a natureza fala e que o gênero humano não a ouve". Tema 2 – Frase de Chico Xavier: "Ambiente limpo não é o que mais se limpa e sim o que menos se suja". Tema 3 – Frase de Mahatma Gandhi; "Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome". Exposição de pôsteres, painéis e maquetes.
1º sem 2017	Tema 1: Balanço Social. Tema 2: Demonstração do Valor Adicionado. Exposição de pôsteres e maquetes.
2º sem 2017	Tema: Obsolescência programada. Exposição de pôsteres, maquetes e filmes.
1º sem 2018	Tema: Objetivos de desenvolvimento sustentável. Exposição de pôsteres, maquetes e filmes.
2º sem 2018	Tema: Práticas de sustentabilidade ambiental das organizações localizadas nas regiões da AMREC e AMESC, a partir do olhar dos estudantes. Exposição de pôsteres, maquetes e filmes.
1º sem 2019	Tema: Mariana e Brumadinho: duas faces da mesma moeda. Exposição de pôsteres, maquetes e filmes na XIV Semana do Meio Ambiente e Valores Humanos da Unesc.
2º sem 2019	Tema: Amazônia: quem desmata, mata. Exposição de pôsteres, maquetes e filmes.

Fonte: Acervo do curso (2019).

A PNMA serve de subsídio para trabalhar com os alunos o conceito do meio ambiente como sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, mas o faço buscando a reflexão, em sala, sobre os processos sociais que levaram ao atual cenário de

esgotamento ambiental; o comportamento e a responsabilidade de cada indivíduo e, principalmente, que somos parte integrante desse meio.

A temática socioambiental também é contemplada, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, na disciplina Sociologia, ministrada na 3ª fase. Então, acredito que esse viés contribui para que todo semestre um ou dois trabalhos de conclusão de curso sejam elaborados contemplando o assunto. Embora a DCN para Ciências Contábeis não coloque a Contabilidade Ambiental como componente curricular, trabalhamos com a transversalidade do tema conforme prescreve a PNEA, mas damos ênfase na disciplina **Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social** abordando a responsabilidade social corporativa, as duas demonstrações contábeis de cunho social e ambiental - Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado -, destacando seus objetivos, apresentando os modelos de diversas empresas, discutindo a veracidade das informações, as questões de gênero, raça, faixa etária e classe que apresentam, e por fim a importância da gestão ambiental nas empresas e como a Contabilidade pode contribuir no contexto empresarial.

Acredito que o Contador formado no Curso de Ciências Contábeis da Unesc terá uma postura diferenciada nos locais onde atuará. Atualmente, o foco gerencial foi agregado às competências desejadas para os Contadores e estamos *pari e passu* com a gestão das empresas nas tomadas de decisão. E não poderia ser diferente, a Contabilidade é uma ciência social com aplicabilidade gerencial que tem como objetivo principal fornecer informações para o processo decisório mediante formulação de estratégias pautadas em análises do cenário macroambiental (ambiente demográfico, econômico e político; ambiente tecnológico e ambiente sociocultural). E o reflexo disso são ações mais conscientes, em nível individual e empresarial.

Meu maior desafio é “regionalizar” o conteúdo do ementário e as bibliografias utilizadas. As demonstrações contábeis que estudamos são elaboradas por grandes empresas de capital aberto que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial criado pela Brasil, Bolsa, Balcão ([B]³) (antiga Bovespa), como por exemplo: Natura, Weg, Santander, Braskem, Renner, Vale, Fibria, dentre outras.

Utilizo, nos trabalhos em sala de aula, as empresas integrantes do ISE por vários motivos: o índice permite comparar a performance das empresas sobre o aspecto da sustentabilidade, baseado no equilíbrio econômico, social e ambiental; as empresas partícipes do ISE obrigatoriamente divulgam a Demonstração do Valor Adicionado que é parte integrante do Balanço Social, assim, estudamos as duas demonstrações contábeis voltadas para o tripé da sustentabilidade, e os alunos conseguem fazer o intercâmbio com os assuntos

tratados na disciplina Mercado de Capitais. Mas o principal motivo é, justamente, a ausência de publicação dessas demonstrações por parte das empresas locais e regionais.

Na classe debatemos os motivos pelos quais as empresas de pequeno e médio porte existentes na região não divulgam aos *stakeholders* suas ações voltadas para a sustentabilidade e, repetidas vezes, chegamos ao mesmo resultado empírico: por não ser compulsório, as demonstrações não são elaboradas; necessita da participação de vários setores da empresa (departamento pessoal, contábil e tecnologia da informação, dentre outros), o que dá mais trabalho para sua elaboração; o Contador dedica a maior parte do seu tempo para atender o fisco e o desconhecimento do Contador sobre o assunto.

As bibliografias que utilizo são as publicadas por autores da área da Contabilidade Ambiental. Ainda não utilizo textos de autores locais, mas pretendo utilizá-los.

Quadro 21 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social

Referências	
Básicas	CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. Contabilidade Ambiental. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e gestão ambiental. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2011. TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo. Editora Atlas S.A. – 2010 (Livro Digital)
Complementares	BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006. FERREIRA, Araceli Cristina de Souza; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (Org). Contabilidade ambiental e relatórios sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003. RIBEIRO, Maísa de Souza. Contabilidade ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

Fonte: Acervo do curso (2019).

No âmbito da produção científica, o grupo de pesquisa NECON tem uma linha de atuação que trata sobre o Terceiro Setor e Responsabilidade Social e, pouco a pouco, estamos inserindo estudos na área de Contabilidade Ambiental, Sustentabilidade, Logística Reversa, dentre outros temas. Alguns trabalhos de conclusão de curso também abordam essas temáticas. As iniciativas estão gerando publicações em livros e revistas e participações em eventos científicos, como por exemplo o Encontro Internacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente promovido pela Universidade de São Paulo (USP).

4.2 RELATÓRIO DO CASO 2: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNISUL E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

O Caso 2 (CS2) trata do Curso de Ciências Contábeis da Unisul – campus Tubarão e seu entorno.

4.2.1 O Curso de Ciências Contábeis da Unisul – *campus* Tubarão

O Curso de bacharelado em Ciências Contábeis da Unisul – *campus* Tubarão, oferecido na modalidade presencial, teve seu início em março de 1972. Possui carga horária mínima de 3.000 horas, integralizadas em oito semestres. Tem por objetivo geral “formar profissionais e pesquisadores capazes de contribuir fortemente para o contínuo aperfeiçoamento da qualidade de vida da sociedade brasileira e para a competitividade de seus agentes econômicos, por meio da geração de informações contábeis e da disseminação de conhecimentos nas áreas de mensuração, reconhecimento e evidência contábil e de modelos de gestão econômica” (UNISUL, 2020a). Nesse contexto, o egresso do Curso deve apresentar as seguintes características:

- Capacidade gerencial e empreendedora;
- Habilidade para apreender novas qualificações;
- Organização e gestão de empresas;
- Habilidade para identificar oportunidades;
- Criatividade e responsabilidade funcional;
- Capacidade para prever tendências políticas e econômicas;
- Habilidade para provocar mudanças no meio com o qual se relacione;
- Especialização e autoaperfeiçoamento.

Ademais, são desejadas habilidades administrativas, interpessoais e intelectuais, com intuito de planejar, tomar decisões, liderar equipes, delegar tarefas, compreender os sistemas de informação da contabilidade, calcular e interpretar números, aprender a aprender, dentre outras.

4.2.2 Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

A Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) é uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina sob o CNPJ nº

86.445.293/0001-36. A história da Unisul inicia em 1964, com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de SC.

A Unisul foi credenciada no MEC em outubro de 1967 e, posteriormente, em novembro de 2014 teve sua origem comunitária reconhecida por meio da Portaria nº 683/Seres/MEC (BRASIL, 2019). O último ato de recredenciamento da IES se deu em março de 2018, por meio da Portaria nº 197/MEC. Caracteriza-se como Universidade comunitária, privada sem fins lucrativos, com sede na Avenida José Acácio Moreira, nº 787, Bairro Dehon, município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina (BRASIL, 2018e). A Figura 16 apresenta a vista panorâmica da Unisul – *campus* Tubarão.

Figura 16 – Vista panorâmica da Unisul – *campus* Tubarão



Fonte: Unisul (2020a).

A universidade se organizou de modo multicampi²⁴ “orientada para a produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento, por intermédio da pesquisa, do ensino e da extensão, em todos os níveis e áreas de conhecimento, nas modalidades presencial e a distância” (UNISUL, 2019a). O Quadro 22 apresenta a identidade visual da Unisul, bem como sua missão, visão e valores que norteiam suas práticas.

²⁴ Conta com três *campi*: Tubarão, Grande Florianópolis e Unisul Virtual, e suas respectivas Unidades Universitárias: Araranguá, Braço do Norte e Içara, e unidades universitárias Pedra Branca e Florianópolis, além de mais de 100 polos de educação a distância (UNISUL, 2020a).

Quadro 22 - Diretrizes da Unisul

Diretrizes	
Identidade visual	
Missão	Promover educação, em todos os níveis e modalidades, para formar integralmente e ao longo da vida cidadãos competentes, comprometidos com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, contribuindo para a melhoria da vida em sociedade.
Visão	Ser uma Universidade Comunitária de vanguarda, empreendedora e global, reconhecida pela ampliação do acesso à educação de qualidade e por contribuir com o desenvolvimento sustentável, em Santa Catarina e no País, em parceria com o Estado e outras organizações.
Valores	Foco nos estudantes, nos professores e nos colaboradores; Respeito às pessoas, ao meio ambiente e à cultura; Compromisso com a excelência; Atitude empreendedora; Integração comunitária.

Fonte: Adaptado de Unisul (2020a).

O investimento no trabalho cooperativo, baseado em formas inovadoras de pensamentos e ações visando ao desenvolvimento das pessoas, da sociedade e da instituição, são eixos norteadores da gestão (UNISUL, 2020a). A IES possuía no ano de 2017 aproximadamente 26 mil alunos distribuídos em seus *campi* nos mais de 116 cursos superiores, 57 cursos de pós-graduação *lato sensu* e sete cursos de pós-graduação *stricto sensu* (UNISUL, 2020a). O PDI da Unisul não está disponível no sítio eletrônico da instituição.

A administração universitária é exercida por dois órgãos: Conselho Universitário (deliberativo) e Reitoria (executivo). O Conselho Universitário possui natureza normativa, deliberativa, jurisdicional e consultiva, em assuntos de planejamento e administração geral e em matéria de ensino, pesquisa e extensão. A Reitoria é um órgão colegiado, executivo central, consultivo e de assessoria do Reitor que tem por competência planejar, superintender, coordenar e avaliar todas as atividades da Unisul. No âmbito dos cursos, a administração é conduzida pelos órgãos: Núcleo Docente Estruturante (deliberativo), Coordenação de Curso (executivo) e Colegiado de Curso (consultivo) (UNISUL, 2020b).

Os cursos são organizados em quatro principais áreas de formação: Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços; Educação, Humanidades e Artes; Saúde e Bem-estar Social e Produção, Construção e Agroindústria (UNISUL, 2020a).

4.2.3 Contexto Local da Unisul

A sede da Unisul está localizada no município de Tubarão, situado no sul do Estado na mesorregião Sul. A cidade é cortada pela BR-101 no sentido sudoeste-nordeste, principal via de ligação, e no sentido oeste-leste é cortada pelo rio Tubarão, importante escoadouro de mercadorias durante os séculos XIX e XX. O povoamento de Tubarão se iniciou em 1774, graças a uma miscigenação de etnias com o predomínio da portuguesa, brasileira, africana e, posteriormente, em torno de 1875, com a chegada dos imigrantes italianos.

A vocação econômica agrícola (principalmente a farinha de mandioca), mesmo sendo de baixa produtividade, tinha seu excedente exportado, via porto de Laguna, para o mercado interno brasileiro, para a América Latina e Europa, ao passo que os suprimentos inexistentes eram importados, dando entrada pelo porto de Laguna, subindo o rio Tubarão (SCHNEIDERS, 2012, PREFEITURA DE TUBARÃO, 2020).

No século XIX, o carvão encontrado nas cabeceiras do rio Tubarão (atualmente próximo ao município de Lauro Müller) atraíram empresários nacionais e estrangeiros para a exploração e, posteriormente, a construção da estrada de ferro para conectar a região aos portos de Laguna e Imbituba. Este empreendimento, por meio da associação de capital privado nacional e estrangeiro e o poder público, originou a *The Tubarão Coal Mining Company* e a *The Donna Thereza Christina Railway Company Limited* (ZANELATTO; GOULARTI FILHO, 2014).

Segundo os autores, entre os anos de 1917 e 1922 foram criadas no sul de Santa Catarina cinco companhias carboníferas: a Companhia de Mineração Barro Branco, a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, a Companhia Carbonífera Urussanga S.A, a Companhia Carbonífera Próspera S.A. e a Companhia Ítalo-Brasileira Ltda. As duas primeiras pertenciam ao Grupo Henrique Lage, que além da exploração do carvão investiu no transporte ferroviário, portuário e marítimo, pois eram obstáculos que dificultavam o escoamento do carvão. O Grupo construiu também o prolongamento da Estrada de Ferro Donna Thereza Christina de Tubarão-Criciúma, posteriormente estendida até Araranguá, nos anos de 1919 e 1927, respectivamente. Após 1930 os incentivos governamentais foram ampliados, contribuindo com a constituição de novas companhias mineradoras (ZANELATTO; GOULARTI FILHO, 2014).

Em 1945 a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) instalou em Tubarão uma extensão de sua empresa, ligando o beneficiamento de carvão à exportação. Este fato melhorou a economia do município, criando empregos, atraindo novos moradores e

investidores em várias áreas produtivas, especialmente o comércio. A construção do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda foi iniciada na década de 1960, gerando e distribuindo energia elétrica a partir da queima do carvão. Na década de 1980, com a crise da economia brasileira (falta de crédito internacional e perda de capacidade de autofinanciamento das empresas), os serviços públicos essenciais para a infraestrutura, como transporte, energia, telecomunicações), petróleo e saneamento básico, foram comprometidos, refletindo na economia de Tubarão (MEDEIROS, 2006).

A cidade de Tubarão é conhecida também por seu parque cerâmico, pela indústria do vestuário e a prestação de serviços educacionais, especialmente por sediar a Unisul, que contribuiu como propulsora do desenvolvimento urbano, incrementando especialmente o mercado imobiliário devido à demanda dos estudantes por moradia (MEDEIROS, 2006; SCHNEIDERS, 2012).

O município de Tubarão, conforme o IBGE (2019), possui 301,484 km², com uma população de 97.235 habitantes residentes conforme o Censo realizado em 2010, resultando em uma densidade demográfica de 322,23 habitantes por km² (IBGE, 2019).

O Quadro 23 apresenta o PIB total do município, que mostra a capacidade produtiva de sua economia, somando os valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um período e a sua distribuição setorial, além do PIB *per capita*, que divide o valor do PIB anual pelo total da população.

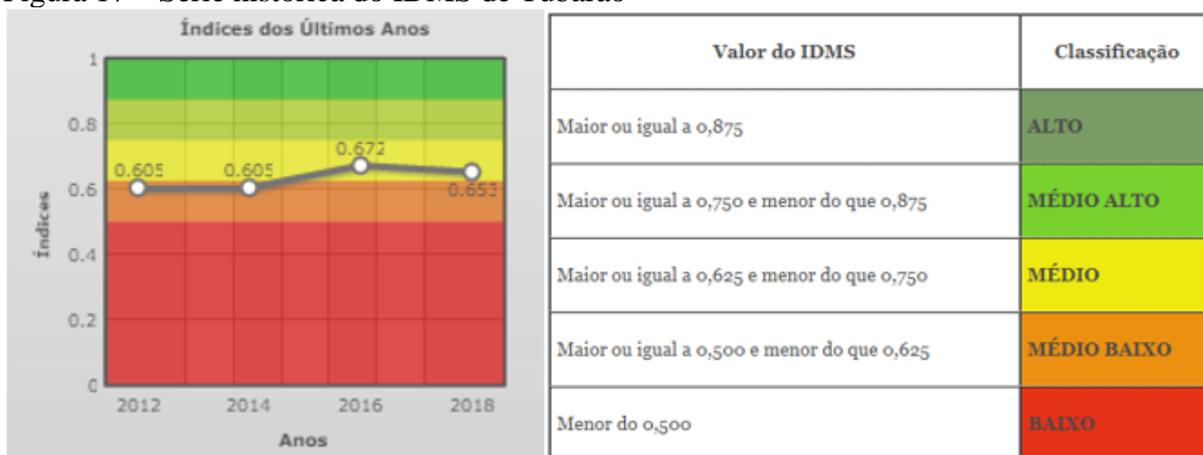
Quadro 23 - PIB, PIB *per capita* e PIB setorial de Tubarão em 2016.

Município	Tubarão		
	R\$	%	Ranking Estadual
Produto Interno Bruto (2016)			
PIB a preços correntes	3.411.278.780,00	100	14°
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	369.736.240,00	10,84	17°
PIB <i>per capita</i>	32.903,90		98°
Valor adicionado bruto a preços correntes	3.041.542.540,00	100	13°
Agropecuária	53.756.910,00	1,77	91°
Indústria	637.823.040,00	20,97	21°
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.931.463.020,00	63,50	13°
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	418.499.570,00	13,76	13°

Fonte: IBGE (2019) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

No que diz respeito à distribuição setorial, o setor serviços possui o maior peso, representando, em 2016, 63,50% do Valor Adicionado Bruto, seguido da indústria, com 20,97%, conforme apresentado no Quadro 23. O IDMS de Tubarão, em 2018, era de 65,30%, representando, conforme classificação do SIDEMS, um nível “médio” de sustentabilidade. A Figura 17 apresenta a série histórica do IDMS de Itajaí desde o ano 2012 até 2018, bem como a classificação do nível de sustentabilidade, ilustrada por cores.

Figura 17 – Série histórica do IDMS de Tubarão



Fonte: FECAM (2019).

Observa-se na Figura 17 que o município de Tubarão, nos anos analisados, vem permeando entre os níveis “médio baixo” e “médio” na classificação de sustentabilidade, apesar de ter tido uma involução de 2,83% de 2016 para 2018.

Dentre as dimensões que compõem o IDMS, a **Dimensão Sociocultural** avalia importantes subdimensões como educação, saúde, cultura e habitação. Conforme apresentado no Quadro 24, o município de Tubarão apresentou um decréscimo de 1,96% neste quesito se comparados os últimos dois anos (2016-2018).

Quadro 24 – IDMS de Tubarão, Dimensão Sociocultural

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Sociocultural	79,80%	79,90%	0,13%
Subdimensão Educação	78,70%	82,10%	4,32%
Subdimensão Saúde	79,60%	77,50%	-2,64%
Subdimensão Cultura	70,10%	62,70%	-10,56%
Subdimensão Habitação	95,40%	95,40%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 24 que o aumento no nível de sustentabilidade no período 2016-2018 no que tange à Dimensão Sociocultural deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Educação, que contempla os indicadores de acesso e permanência escolar; desempenho; infraestrutura escolar e qualidade de ensino. Tubarão registrou um acréscimo de 0,13% em seu processo de desenvolvimento sustentável, permanecendo no nível “médio alto”. Conforme consta no relatório da FECAM (2019), a principal variável que contribuiu

para este resultado foi o crescimento do percentual de Docentes com Curso Superior, tanto nos anos iniciais, que aumentou 46,30%, do Ensino Médio (32,99%) e dos anos finais (25,96%) no ano de 2018 (FECAM, 2019).

Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Cultura, que envolve a estrutura de gestão para promoção da cultura; infraestrutura cultural; iniciativas da sociedade e recursos investidos na cultura, o município apresentou um decréscimo de 10,56% em seu desempenho. As variáveis que contribuíram para o resultado foram: a) investimento em cultura sobre a receita corrente líquida, com uma queda de 74,52% e b) investimento em cultura *per capita*, que considera o valor alocado em despesa por função em cultura em relação à população estimada do respectivo ano no município, com uma queda de 53,79% (FECAM, 2019).

Com relação à Subdimensão Saúde, que tem por base os indicadores cobertura de atenção básica; fatores de risco e proteção; morbidade e mortalidade, o município de Tubarão teve um decréscimo de 2,64% para o período 2016-2018, permanecendo no nível de sustentabilidade “médio alto”. Em relação a esta Subdimensão, as principais variáveis que colaboraram para este resultado foram: a) Taxa de Mortalidade Infantil, que aumentou 8,98%, e b) Mortalidade por Doenças do Sistema Nervoso, que aumentou 7,22% de 2016 para 2018 (FECAM, 2019).

No tocante à Subdimensão Habitação, que avalia a estrutura de gestão para políticas habitacionais e a qualidade habitacional, identificou-se que Tubarão manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (95,40%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Tubarão no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio” de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural (65,30%), composto pelas subdimensões: a) Educação (82,10% - nível “médio alto”); b) Saúde (77,50% - nível “médio alto”); c) Cultura (62,70% - nível “médio”) e d) Habitação (95,40% - nível “alto”), conforme apresenta a Figura 18.

Figura 18 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Tubarão



Fonte: FECAM (2019).

Outra dimensão que compõe o IDMS é a **Dimensão Econômica**, composta apenas pela Subdimensão Economia, a qual compreende os indicadores relacionados ao nível de renda, dinamismo econômico e agregação de valor econômico. Conforme apresentado no Quadro 25, o município de Tubarão, embora tenha permanecido no nível “médio baixo” de sustentabilidade, apresentou um decréscimo de 2,91% em seu processo de desenvolvimento sustentável nesta dimensão, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 25 - IDMS de Tubarão, Dimensão Econômica

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Econômica	61,80%	60,00%	-2,91%
Subdimensão Economia	61,8%	60,00%	-2,91%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que contribuíram para o decréscimo do nível de sustentabilidade da Dimensão Econômica de Tubarão entre os anos de 2016 e 2018 foram: a) crescimento do PIB, que considera a evolução dos agregados econômicos e mensura a formação de riqueza dos municípios, que decaiu 31,94%, e b) ISS *per capita*, que considera a arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) por habitante do município, que retrocedeu 4,27% no período (FECAM, 2019).

A **Dimensão Ambiental** é composta apenas pela Subdimensão Meio Ambiente, a qual compreende os indicadores relacionados à cobertura de saneamento básico, gestão ambiental e preservação ambiental. Conforme apresenta o Quadro 26, o município de Tubarão manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (65,10%), permanecendo no nível “médio” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Quadro 26 – IDMS de Tubarão, Dimensão Ambiental

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Ambiental	65,10%	65,10%	0,00%
Subdimensão Meio Ambiente	65,10%	65,10%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que merecem atenção nesta Subdimensão em Tubarão envolvem, de acordo com a FECAM (2019), o percentual de áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias (32,40%) e a Agenda 21 Local, que ainda está em processo de elaboração e/ou implementação.

A **Dimensão Político Institucional** avalia importantes subdimensões, como finanças públicas, gestão pública e participação social. Conforme apresentado no Quadro 27, o município de Tubarão apresentou um decréscimo de 2,77% neste quesito, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 27 – IDMS de Tubarão, Dimensão Político Institucional

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Político Institucional	62,10%	56,20%	-2,77%
Subdimensão Finanças Públicas	61,90%	52,90%	-14,54%
Subdimensão Gestão Pública	76,20%	76,20%	0,00%
Subdimensão Participação Social	48,20%	40,60%	-15,77%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 27 que a queda no nível de sustentabilidade entre os anos de 2016 e 2018 em Tubarão no que tange à Dimensão Político Institucional deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Participação Social, que envolve a participação eleitoral e a representatividade de gêneros. O município apresentou um decréscimo de 15,77% em seu desempenho, mantendo o nível “baixo” de sustentabilidade. A principal variável que contribuiu para esse resultado foi a participação da população nos pleitos eleitorais, que retrocedeu 35,93% (FECAM, 2019).

Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Finanças Públicas, que contempla os indicadores de capacidade de receita; estímulo ao investimento e saúde financeira, Tubarão sofreu um decréscimo de 14,54% em seu processo de desenvolvimento sustentável, mantendo o nível “médio baixo”. Conforme consta no relatório da FECAM

(2019), as principais variáveis que contribuíram para esse resultado foram: a) investimento público sobre a Receita Corrente Líquida, que identifica o percentual de investimento do município de Tubarão sobre a sua receita corrente, com uma redução de 62,95% no período, e b) Receita comprometida com folha de pessoal, que considera a relação entre despesas com pessoal e a receita corrente líquida no âmbito do poder executivo de Tubarão, que sofreu uma redução de 62,92% do ano de 2016 para 2018 (FECAM, 2019).

No tocante à Subdimensão Gestão Pública, que avalia a articulação de Tubarão com o exterior; a capacidade de planejamento; a gestão financeira; o governo eletrônico e a qualidade do quadro funcional, identificou-se que Tubarão manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (76,20%), permanecendo no nível “médio alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Tubarão no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio baixo” de sustentabilidade na Dimensão Político Institucional (56,20%), composto pelas subdivisões: a) Finanças Públicas (52,90% - nível “médio baixo”); b) Gestão Pública (76,20% - nível “médio alto”) e c) Participação Social (40,60% - nível “baixo”), conforme apresenta a Figura 19.

Figura 19 – Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Tubarão



Fonte: FECAM (2019).

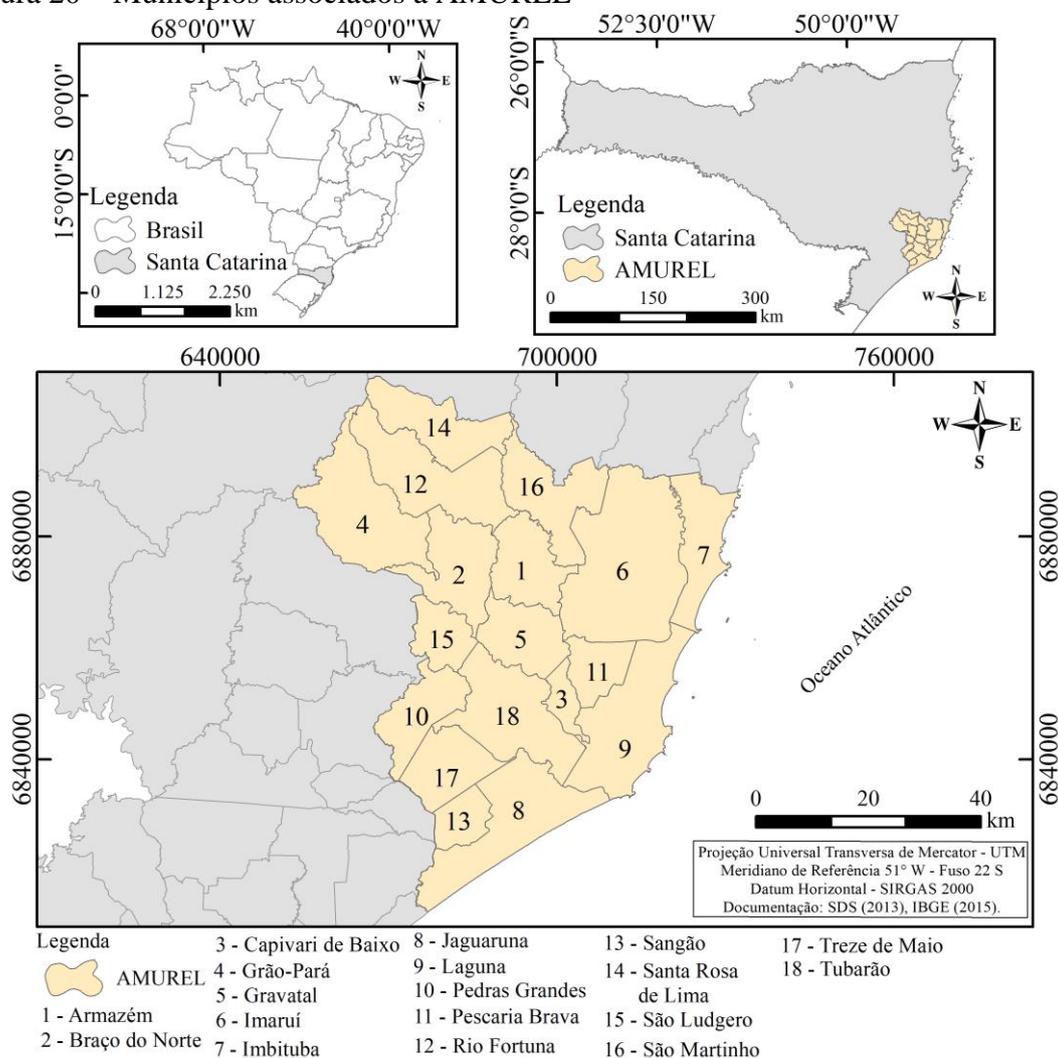
4.2.4 Contexto Regional da Unisul

A sede da Unisul está localizada na cidade de Tubarão, que integra a Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL) juntamente com Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão-Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho e Treze de Maio.

A AMUREL, com sede em Tubarão, foi fundada em 1970 com o objetivo de “ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios,

prestando-lhes assistência técnica” (AMUREL, 2020). A Figura 20 apresenta a localização dos municípios associados à AMUREL.

Figura 20 – Municípios associados a AMUREL



Fonte: Elaboração LabPGT/UNESC (2020).

Na região da AMUREL, as atividades de maior valor adicionado são: a geração e fornecimento de energia elétrica e a fabricação de artefatos de madeira. Destacam-se as empresas de revestimentos cerâmicos, atividades de fabricação de artigos diversos de madeira, inclusive o mobiliário, várias indústrias de matérias plásticas e dos demais setores.

Os municípios de Tubarão e Laguna ocupam o *ranking* dos mais populosos do Estado, 13º e 27º lugar, respectivamente, conforme o Censo (2010). Tubarão é o mais populoso dentre os municípios integrantes da AMUREL, devidamente contextualizado anteriormente, caracteriza-se por sua vocação ligada à área cerâmica, estâncias termais e

passageio turístico ferroviário com locomotivas a vapor e cidade universitária (PREFEITURA DE TUBARÃO, 2020).

A economia de Laguna caracteriza-se, basicamente, na pesca e no turismo. A produção de camarão, siri e pescados é destaque na cidade histórica e praiana. Além do Carnaval, que atrai os turistas por ser considerado o melhor do sul do país, Laguna apresenta belíssimas praias, movimentando o setor turístico (PREFEITURA DE LAGUNA, 2020). O Quadro 28 demonstra a população dos municípios que integram a AMUREL, bem como a riqueza gerada na região.

Quadro 28 – População, PIB, e PIB *per capita*, municípios da AMUREL

Município	População (Censo 2010)	PIB (2016)	PIB <i>per capita</i> (2016)
Santa Catarina	6.248.436	256.661.000.000,00	37.140,00
Armazém	7.753	165.971.540,00	19.685,87
Grão-Pará	6.223	198.423.790,00	30.493,90
Imbituba	40.170	1.363.534.670,00	31.256,53
Pedras Grandes	4.107	133.309.450,00	32.940,10
Sangão	10.400	249.348.070,00	20.777,27
São Martinho	3.209	76.538.060,00	23.791,75
Braço do Norte	29.018	1.014.689.430,00	31.503,29
Gravatal	10.635	202.884.950,00	17.933,79
Jaguaruna	17.290	454.690.930,00	23.615,40
Pescaria Brava	9.980	82.645.860,00	8.341,33
Santa Rosa de Lima	2.065	45.590.950,00	11.612,57
Treze de Maio	6.876	142.710.290,00	20.151,13
Capivari de Baixo	21.674	637.360.600,00	26.576,62
Imaruí	11.672	173.529.060,00	16.139,24
Laguna	51.562	784.105.090,00	17.431,53
Rio Fortuna	4.446	230.832.930,00	50.246,61
São Ludgero	10.993	588.389.710,00	46.373,72
Tubarão	97.235	3.411.278.780,00	32.903,90

Fonte: IBGE (2019).

Observa-se por meio do Quadro 28 que Tubarão, dentre os municípios da AMUREL, possuía em 2016 o maior PIB, ao passo que ocupava a quarta colocação quando se trata do PIB *per capita*.

Os IDMS dos anos de 2016 e 2018 dos municípios integrantes da AMUREL, bem como o percentual de evolução, estão apresentados no Quadro 29:

Quadro 29 – Evolução do IDMS, municípios da AMUREL

IDMS	2016	2018	Evolução 2016/2018 (%)
SANTA CATARINA	61,10%	60,00%	-1,80%
MESORREGIÃO SUL CATARINENSE	61,40%	59,90%	-2,44%
AMUREL	60,90%	59,50%	-2,30%
Armazém	61,80%	57,90%	-6,31%
Braço do Norte	68,40%	67,90%	-0,73%
Capivari de Baixo	61,60%	58,20%	-5,52%
Grão-Pará	60,00%	57,90%	-3,50%
Gravatal	61,20%	58,10%	-5,07%
Imaruí	51,50%	49,60%	-3,69%
Imbituba	66,50%	66,70%	0,30%
Jaguaruna	55,50%	52,00%	-6,31%
Laguna	57,50%	55,80%	-2,96%
Pedras Grandes	59,30%	56,90%	-4,05%
Pescaria Brava	0,00%	0,00%	0,00%
Rio Fortuna	63,20%	61,80%	-2,22%
Sangão	51,70%	53,00%	2,51%
Santa Rosa de Lima	65,50%	66,70%	1,83%
São Ludgero	68,30%	66,90%	-2,05%
São Martinho	62,30%	61,90%	-0,64%
Treze de Maio	56,20%	55,60%	-1,07%
Tubarão	67,20%	65,30%	-2,83%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Conforme apresenta o Quadro 29, em 2018, com exceção de Imaruí, que decaiu na escala de classificação de sustentabilidade de “médio baixo” para “baixo”, e Rio Fortuna, que caiu de “médio” para “médio baixo”, os demais municípios integrantes da AMUREL mantiveram-se na mesma classificação durante o período. Braço do Norte, Imbituba, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e Tubarão se mantiveram no nível “médio” e Armazém, Capivari de Baixo, Grão-Pará, Gravatal, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Sangão, São Martinho, Treze de Maio no nível “médio baixo”.

Embora Imbituba, Sangão e Santa Rosa de Lima tenham mantido a mesma classificação de sustentabilidade no período, apresentaram um pequeno aumento no nível de sustentabilidade. Os demais municípios que estão localizados no entorno da Unisul apresentaram involução no IDMS para o biênio. O município que apresentou o menor decréscimo foi São Martinho (0,64%) e o maior foi Armazém (6,31%).

4.2.5 Entrevista com a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unisul – *campus* Tubarão (Coordenadora do Curso – CS2)

A coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unisul – *campus* Tubarão atua como docente titular da instituição desde 2001. Está cursando doutorado em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina, possui mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, especialização em Planejamento Tributário pela Unisul e graduação em Ciências Contábeis, também pela Unisul.

Logo no início da entrevista a coordenadora explicou que o Curso de Ciências Contábeis da Unisul possui realidades distintas visto ser ofertado em diversos *campi* e unidades, além da Unisul Virtual. Explicou que os projetos pedagógicos dão conta de matrizes pautadas em certificações estruturantes e complementares. Em cada certificação há Unidades de Aprendizagem que são as disciplinas. A certificação direciona para determinada área. As certificações estruturantes são as obrigatórias, com conteúdos determinados nas Diretrizes Curriculares nº 10/2004, ao passo que as certificações complementares são específicas conforme a região.

Atualmente, em Tubarão, o foco regional do Curso de Ciências Contábeis está na construção civil - atividade imobiliária na qual os alunos cursam duas Unidades de Aprendizagem, de 120 horas cada, com disciplinas e conteúdos voltados para a temática. A certificação que trata da questão ambiental é disponibilizada no 6º semestre, denominada: Análise das Demonstrações Contábeis: Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Nesta certificação há uma Unidade de Aprendizagem, de 60 horas, denominada “Informações Socioambientais”, ofertada virtualmente, que trata sobre responsabilidade socioambiental e as suas formas de divulgação pautadas em indicadores.

O objetivo desta Unidade de Aprendizagem é analisar as informações do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado e não elaborá-las²⁵. A coordenadora entregou o plano de ensino da disciplina, no qual pode-se constatar a ementa e o objetivo geral, apresentados no Quadro 30.

²⁵ A elaboração das demonstrações contábeis é tratada na Unidade de Aprendizagem “Contabilidade Comercial”, ofertada no 4º semestre.

Quadro 30 - Ementa da(s) disciplina(s) com a temática ambiental ofertada(s) na Unisul

Disciplina	Informações Socioambientais
Objetivo geral	Reconhecer a responsabilidade que uma empresa ou organização tem com a sociedade e com o meio ambiente. Realizar o Plano de contas nas operações socioambientais. Registrar as operações socioambientais. Elaborar Demonstrativos contábeis e relatórios gerenciais. Interpretar indicadores socioeconômicos do desempenho sustentável.
Ementa	Responsabilidade socioambiental. Plano de contas nas operações socioambientais. Registro das operações socioambientais. Demonstrativos contábeis e relatórios gerenciais. Gestão ambiental. Indicadores socioeconômicos do desempenho sustentável.

Fonte: Acervo do curso (2019).

As referências utilizadas pelo professor para lecionar a disciplina Informações Socioambientais constam no Quadro 31.

Quadro 31 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Informações Socioambientais

Referências	
Básicas	GOMES, Sonia Maria da Silva; GARCIA, Cláudio Osnei. Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013. NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. Gestão socioambiental estratégica: dados eletrônicos. Porto Alegre: Bookman, 2008. VELLANI, Cassio Luiz. Contabilidade e responsabilidade social: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011.
Complementares	ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2013. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. FIELD, Barry C; FIELD, Martha K. Introdução à economia do meio ambiente. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa. Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2013. TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

Fonte: Acervo do curso (2019).

Perante o questionamento sobre a disciplina ser comum a outros cursos da área, a coordenadora relatou que na Unisul de Tubarão é específica para o curso, mas na unidade de Braço do Norte a disciplina Informações Socioambientais é comum para os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Direito, isto porque em Braço do Norte o projeto pedagógico dá ênfase na gestão ambiental. Contou que pretendem mudar o foco do projeto pedagógico, alegando que a formação para o exercício profissional demanda de outros conhecimentos para melhor atender as demandas do mundo do trabalho.

Serei bem sincera: a gente vai mudar! Achamos que foi dado muita ênfase a questão ambiental e o mercado, na minha opinião, caminha noutro sentido. É algo importante, não pensamos em excluir. Tem que ficar uma Unidade de Aprendizagem voltada para a questão ambiental, mas penso que a formação do Contador necessita primeiro de outros aspectos como a gestão, controladoria, gestão estratégica, tributária (que é essencial). Acho que esse perfil o mercado requer mais. Essa visão é também compartilhada pelo professor coordenador do Curso de Administração (Coordenadora do Curso – CS2).

Cabe salientar que a entrevistada participou das discussões para a elaboração do projeto pedagógico que elegeu a gestão ambiental como basilar do Curso de Ciências Contábeis em Braço do Norte mas, segundo ela, na época era apenas professora, não coordenadora, e hoje, na prática, percebe que a ênfase não deveria ser essa.

Em relação aos motivos que levaram à inserção da disciplina Informações Socioambientais na matriz curricular do Curso, a coordenadora explicou que foi por necessidade de mercado e não apenas por exigência legal.

O Contador precisa ter um pouco de conhecimento sobre Contabilidade Ambiental e responsabilidade social. Temos que formar um Contador sustentável. A sustentabilidade envolve não somente aspectos econômicos e financeiros (que ainda é nosso olhar maior), mas também sociais e ambientais. Precisamos de profissionais responsáveis socialmente e ambientalmente. Vejo que a questão legal fica em segundo plano (Coordenadora do Curso – CS2).

Ao tratar dos projetos de extensão no âmbito do curso a coordenadora cita ações específicas, como o Calouro Solidário, que recolhe resíduos e/ou lixos eletrônicos para dar destino correto. Mas é no âmbito institucional que há maior oferta. A Unisul de Tubarão oferece o Programa de Desenvolvimento Local, composto por um conjunto de projetos de extensão que objetivam promover o desenvolvimento equilibrado de uma comunidade, incentivar o empreendedorismo local, melhorando as condições de vida dos habitantes, utilizando as instituições públicas e privadas da comunidade como meio para atingir a população.

Esse programa é direcionado aos alunos bolsistas do Artigo 170 e do Programa de Auxílio ao Acadêmico Carente da Unisul, os quais devem cumprir 20 horas semestrais na atividade. Na área socioambiental a coordenadora citou três projetos específicos: a) Acolhida ao Migrante: Diversidade, Responsabilidade e Inclusão, que objetiva auxiliar no processo de inserção social, cultural, laboral e produtiva dos migrantes internacionais residentes na região de Tubarão, Santa Catarina; b) Educação Ambiental Comunitária, que visa implantar um projeto de educação ambiental que oportunize a mudança de atitudes e práticas pessoais na escola, em casa e na comunidade, levando à modificação do comportamento social em relação ao meio ambiente, e c) Empreendedorismo e Inovação: estratégias para o desenvolvimento regional com sustentabilidade que objetiva desenvolver competências essenciais em empreendedorismo e inovação como estratégias de contribuição ao desenvolvimento regional com sustentabilidade.

No âmbito da pesquisa, as iniciativas são de professores vinculados ao Curso, como o Grupo de Pesquisa em Controladoria, mas as produções enviadas para eventos ou

publicação em revistas e livros não são frutos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Segundo a coordenadora, é algo que precisa ser fomentado.

Quando questionada acerca dos principais problemas socioambientais do entorno da Unisul *campi* Tubarão, a coordenadora frisou que a matriz curricular não tem viés na questão ambiental, mas acredita que os principais problemas estão relacionados às operações da Engie Brasil Energia que afetam, em especial, as fontes hídricas do rio Tubarão, próximo ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.

Como conclusão afirmou que há necessidade de formar Contadores sustentáveis preocupados não só na parte financeira e econômica das empresas, mas também na socioambiental. E questiona: se não tivermos empresas e pessoas preocupadas ambientalmente e socialmente, o que será de nós? De nossos filhos? Da geração que está vindo?

4.3 RELATÓRIO DO CASO 3: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVALI E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

O Caso 3 (CS3) trata do Curso de Ciências Contábeis da Univali – *campus* Itajaí e seu entorno.

4.3.1 O Curso de Ciências Contábeis da Univali – *campus* Itajaí

O Curso de bacharelado em Ciências Contábeis da Univali – *campus* Itajaí, oferecido na modalidade presencial, teve seu início em março de 1979. Possui carga horária mínima de 3.000 horas, integralizadas em oito semestres. Tem por objetivo geral “promover a formação de bacharéis em Ciências Contábeis, capacitados ao estudo e controle do patrimônio gerando informações para o processo decisório das organizações” (UNIVALI, 2019c). Os objetivos específicos estão assim delineados:

- a) desencadear processo participativo que possibilite o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, técnicas, valores profissionais e éticos para o exercício responsável da profissão contábil;
- b) desenvolver uma postura de constante aprimoramento profissional, mediante estímulo à manutenção de uma atitude de aprender constantemente;

c) estimular o espírito empreendedor e a participação no processo decisório das organizações;

d) desenvolver consciência crítica frente ao estágio atual da profissão e a capacidade de investigar novos métodos e técnicas para melhorar a qualidade das informações geradas pelo sistema contábil.

Nesse contexto, o egresso do Curso deve pautar pela ética e pela responsabilidade social, ser competente e dominar os conhecimentos para atuar em equipes multidisciplinares com intuito de desenvolver, implantar e realizar a manutenção de sistemas de informações contábeis e gerenciais visando suprir o gerenciamento organizacional. Ademais, ser empreendedor a fim de contribuir para a continuidade das organizações. O PPC apresenta as competências desejadas para compor o perfil profissiográfico delineado para o egresso do Curso:

- Conhecer e utilizar a linguagem contábil;
- Conhecer o sistema empresa, contribuindo na tomada de decisão;
- Desenvolver, implantar e analisar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
- Executar trabalhos de auditoria e perícia contábil;
- Utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico na solução de problemas;
- Articular, motivar e liderar equipes multidisciplinares para a captação de dados, geração e disseminação de informações contábeis;
- Ter domínio de conhecimentos necessários para atuação no desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informações contábeis e gerenciais visando suprir o gerenciamento empresarial;
- Fomentar senso ético-profissional associado à responsabilidade social;
- Desenvolver habilidade para atuação em equipes multidisciplinares;
- Desenvolver potencial empreendedor a fim de contribuir para a continuidade das organizações (UNIVALI, 2019c).

A matriz curricular prima pela flexibilização dos currículos, possibilitando a criação de novos espaços de aprendizagem, articulando a teoria com a prática, permitindo a interface entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de profissionais críticos para compreender as relações entre produção e trabalho (UNIVALI, 2019c).

4.3.2 Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

A Universidade do Vale do Itajaí (Univali) é uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Universidade do Vale do Itajaí sob o CNPJ nº 84.307.974/0001-02. Sua história remonta a uma forte campanha de mobilização popular em defesa da interiorização do ensino superior em Santa Catarina, na década de 1960 (período em que não havia IES fora da capital).

A Univali foi credenciada no MEC em maio de 1965 e, posteriormente, em outubro de 2014 teve sua origem comunitária reconhecida por meio da Portaria nº 630/Seres/MEC (UNIVALI, 2019a). O último ato de credenciamento da IES se deu em agosto de 2018, por meio da Portaria nº 764/MEC. Caracteriza-se como Universidade pública, não estatal, comunitária, filantrópica e sem fins lucrativos, de natureza beneficente, de assistência social, de direito privado, com sede na Rua Uruguai, nº 458, Centro, município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina (BRASIL, 2018e). A Figura 21 apresenta a vista panorâmica da Univali.

Figura 21 – Vista panorâmica da Univali



Fonte: Univali (2019b).

Devido a sua política de atuação e estrutura multicampi²⁶ atende a comunidade promovendo o crescimento local e global por meio da produção e socialização do conhecimento pelo tripé indissociável universitário: ensino, pesquisa e extensão (UNIVALI, 2019b). O Quadro 32 apresenta a identidade visual da Univali, bem como sua missão, visão e valores que norteiam suas práticas.

²⁶ Além da sede no município de Itajaí, a Univali está presente nas cidades de Balneário Camboriú, Biguaçu, Florianópolis, Piçarras, São José e Tijucas.

Quadro 32 - Diretrizes da Univali

Diretrizes	
Identidade visual	
Missão	Produzir e socializar o conhecimento pelo ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo parcerias solidárias com a comunidade, em busca de soluções coletivas para problemas locais e globais, visando à formação do cidadão crítico e ético.
Visão	Ser reconhecida como Universidade de excelência na atividade de ensino, no desenvolvimento e na divulgação de pesquisas e na gestão criativa e empreendedora de projetos sociais.
Valores	Respeito ao pluralismo de ideias, o compromisso social com o desenvolvimento regional e global, a produção e uso da tecnologia a serviço da humanização, a ética no relacionamento e a formação e profissionalização de vanguarda.

Fonte: Adaptado de Univali (2019b).

A responsabilidade social, a inclusão social, a preservação do meio ambiente e da memória cultural são os eixos norteadores da gestão, seja por meio das ações éticas que pautam a governança corporativa da IES ou por suas relações com a comunidade interna e externa. Como exemplo, tem-se os relatórios e certificações da responsabilidade social, tais como: o Relatório de Responsabilidade Social/Balanco Social da Univali, o qual evidencia à sociedade a síntese das ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pela instituição; o Selo Social de Itajaí²⁷, que consiste em um programa da prefeitura municipal que reconhece os investimentos organizacionais na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde se inserem, dentre outros (UNIVALI, 2019a).

A IES possui aproximadamente 25 mil alunos distribuídos em seus *campi* nos mais de 60 cursos superiores, 40 cursos de especialização/aperfeiçoamento, 11 mestrados e seis doutorados, além do Colégio de Aplicação da Univali. A infraestrutura é composta por: 170 mil m² de área construída, 485 salas de aulas, 950 salas de apoio e laboratórios equipados com tecnologia de ponta e monitorados por profissionais capacitados. Ademais, dispõe de espaços reservados às atividades práticas, como clínicas, agências, escritórios, teatro, auditórios, ginásios de esporte e quadras poliesportivas, piscina e 11 bibliotecas (UNIVALI, 2019b).

²⁷ O Programa Selo Social é uma estratégia para estimular o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do reconhecimento de entes públicos, empresas e organizações públicas e privadas da sociedade civil organizada e pessoas físicas, as quais realizam investimentos sociais internos e externos em prol da sociedade. Objetiva reconhecer e valorizar publicamente as iniciativas de organizações em geral que promovam o desenvolvimento socioeconômico de seus funcionários, colaboradores ou da comunidade na qual está inserida. A certificação das organizações no Programa Municipal Selo Social consiste em um documento, que as reconhece como socialmente responsáveis, e para tanto baseia-se na avaliação dos investimentos promovidos pelas empresas de acordo com os 17 ODS. A certificação pelo Selo Social representa um importante diferencial para as organizações na criação de vínculo entre marca, produto ou serviço com desenvolvimento sustentável. O reconhecimento como organização socialmente responsável é fator de peso cada vez mais reconhecido pelos consumidores e apoiadores (SELO SOCIAL, 2019).

O PDI da Univali, elaborado para o período de 2017-2021, traz fortes elementos vocacionais da instituição quando elenca suas ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento socioeconômico regional, em consonância com sua missão, visão e valores apresentados no Quadro 32.

Conforme descrito no PDI, a inserção regional da Univali abrange, geograficamente, os municípios localizados ao longo do litoral centro-norte catarinense. A caracterização socioeconômica do Vale do Itajaí e das regiões “**de abrangência imediata da instituição** é de fundamental importância na definição do foco de ofertas e das ações, bem como na aplicabilidade de resultados delas decorrentes”. As áreas voltadas para a **pesca, atividades portuárias e indústria naval, turismo e gastronomia, indústria têxtil e vestuário, e construção civil** são apontadas no documento como principais segmentos da economia regional, que pautam o cotidiano institucional (UNIVALI, 2019a, p. 14, grifo nosso).

A administração geral da instituição é exercida pelo Conselho Universitário, composto pela Câmara de Ensino e Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. O Conselho Universitário é o órgão máximo consultivo, deliberativo e jurisdicional em assuntos acadêmicos (ensino, pesquisa, extensão e cultura), administração universitária e estabelecimento de políticas institucionais. No âmbito dos cursos, a gestão é conduzida pelo Colegiado de Curso (órgão consultivo) e pela Coordenação de Curso (órgão executivo).

Atualmente, devido a um recém-direcionamento institucional²⁸, os cursos foram divididos em Escolas conforme áreas do conhecimento, as quais são: Escola de Negócios; Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidade; Escola de Educação; Escola de Ciências da Saúde; Escola de Ciências Jurídicas e Escola do Mar, Ciência e Tecnologia. O Quadro 33 apresenta esta divisão.

²⁸ Eleição de novo presidente da Fundação e da Univali para o quadriênio 2018-2022. <https://www.univali.br/noticias/Paginas/novo-reitor-da-univali-e-em-empossado-em-itajai.aspx>.

Quadro 33 - Escolas conforme área do conhecimento

Escolas por áreas do Conhecimento	Cursos de Graduação – <i>campus Itajaí</i>
Escola de Negócios	Administração; Ciências Contábeis ; Comércio Exterior; Gestão Portuária; Logística.
Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidade	Fotografia; Jornalismo; Produção Audiovisual; Publicidade e Propaganda; Relações Públicas.
Escola de Educação	História (Licenciatura); Letras Habilitação em Língua Portuguesa e Respektivas Literaturas (Licenciatura); Matemática (Licenciatura); Pedagogia (Licenciatura).
Escola de Ciências da Saúde	Biomedicina; Educação Física (Bacharelado); Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Nutrição; Odontologia; Psicologia.
Escola de Ciências Jurídicas	Direito; Relações Internacionais.
Escola do mar, Ciências e Tecnologia	Ciências Biológicas; Ciências da Computação; Construção Naval; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Civil; Engenharia de Computação; Engenharia de Produção; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Oceanografia; Sistemas para <i>Internet</i> .

Fonte: Adaptado de Univali (2019b, grifo nosso).

Conforme apresentado no Quadro 33, o Curso de Ciências Contábeis integra a Escola de Negócios juntamente com os cursos de Administração, Comércio Exterior, Gestão Portuária e Logística.

O PDI faz menção a projetos realizados em parceria entre a Escola de Negócios e a Escola do Mar, Ciência e Tecnologia, voltados para o desenvolvimento regional, como por exemplo para a atividade pesqueira, tendo em vista a vocação de Itajaí de maior desembarque pesqueiro do país e, por extensão, setores ligados a essa área que se configuram como segmentos estratégicos para a região por reunir atividades como extração de recursos, alimentos, portos, transporte marítimo e construção naval (UNIVALI, 2019a).

Outra iniciativa desenvolvida por professores e estudantes integrantes dos cursos de graduação da Escola de Negócios é o Projeto Unibem, voltado para o suporte à gestão de organizações da sociedade civil organizada, organizações governamentais e não governamentais oferecendo propostas para sanar as deficiências ou realizar inovações buscando a autonomia e a sustentabilidade (UNIVALI, 2019a).

Há ainda a participação nos projetos: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - que objetiva à promoção da economia solidária e ao desenvolvimento do empreendedorismo voltado à autogestão; Projeto Univali Faz - que reúne alunos bolsistas do artigo 170 em atividades voluntárias de cunho comunitário, administrativo e social - e a Capacitação de Gestores Públicos e Lideranças sobre os desafios e oportunidades da gestão socioambiental contemporânea. Este último tem foco nos desafios globais (mudança climática, riscos socioambientais), novas iniciativas e tendências (economia verde e a

governança ambiental) e sua adaptação à realidade local em questões como a gestão de uso e ocupação do solo (UNIVALI, 2019a).

4.3.3 Contexto Local da Univali

A sede da Univali está localizada no município de Itajaí, no litoral norte de Santa Catarina, mesorregião do Vale do Itajaí. A cidade que foi colonizada por portugueses no século XVIII e, posteriormente, por alemães e italianos no século XIX, possui forte ligação com a navegação e atualmente dispõe de um dos maiores complexos portuários do Brasil. A vocação do município para a pesca vem desde a época do Brasil colônia, devido a ordem de D. João VI em 1820 para que famílias tradicionais de pescadores portugueses viessem para o litoral catarinense com o intuito de colonizá-lo, fato que coloca Itajaí como a capital brasileira da pesca (PREFEITURA DE ITAJAÍ, 2019).

Atualmente, conforme dados da Prefeitura Municipal de Itajaí (2019), a cidade possui, aproximadamente,

50 empresas beneficiadoras que produzem mais de um milhão de latas de sardinha e atum por dia. São 250 armadores e uma frota de 500 barcos que respondem por 20% da produção brasileira de pescados, estimada em 500 mil toneladas ao ano. A produção pesqueira de Itajaí está concentrada na captura do atum, da sardinha e do camarão. Cerca de 15 mil pessoas trabalham direta e indiretamente na indústria da pesca na cidade.

As primeiras referências ao Porto de Itajaí datam do ano de 1816, com estudos para melhorias em 1905, e posteriormente em 1930, com a construção efetiva do porto. No início do século XX houve um decréscimo no comércio de madeira, fato que modificou os rumos do Porto de Itajaí para exportações de têxteis, motores elétricos, azulejos, produção frutífera e de alimentos frigorificados fabricados no oeste catarinense (SOARES, 2009).

A área portuária, do porto público, continua basicamente a mesma desde a sua inauguração, mas agora já inserida dentro da malha urbana da cidade. Como o porto especializou-se nos últimos anos na movimentação de contêineres, que exige amplas áreas retroportuárias, a Superintendência do Porto de Itajaí vem adquirindo, através de indenizações, as propriedades adjacentes às atuais instalações portuárias (SOARES, 2009).

O Porto de Itajaí conta com o único píer turístico da região sul do Brasil, que possui alfândega permitindo a atracação de navios de cruzeiros marítimos internacionais, além de atender navios de passageiros de grande porte, que buscam a região para fins turísticos, tanto para o município de Itajaí como de Balneário Camboriú (SOARES, 2009; PREFEITURA DE ITAJAÍ, 2019).

Itajaí, além de ser uma cidade portuária e universitária por abrigar a sede da Univali, é também uma cidade turística com belas praias e duas grandes festas tradicionais: a Festa Nacional do Colono e a Marejada, que ocorrem nos meses de julho e outubro, respectivamente (PREFEITURA DE ITAJAÍ, 2019).

O município de Itajaí, conforme o IBGE (2019), possui 288,402 km², o que representa 0,3034% da superfície total do Estado de Santa Catarina, com uma população de 183.373 habitantes residentes conforme o Censo realizado em 2010, resultando uma densidade demográfica de 636,11 habitantes por km² (IBGE, 2019).

O Quadro 34 apresenta o PIB total do município, que mostra a capacidade produtiva de sua economia, somando os valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um período e a sua distribuição setorial, além do PIB *per capita*, que divide o valor do PIB anual pelo total da população.

Quadro 34 - PIB, PIB *per capita* e PIB setorial de Itajaí em 2016

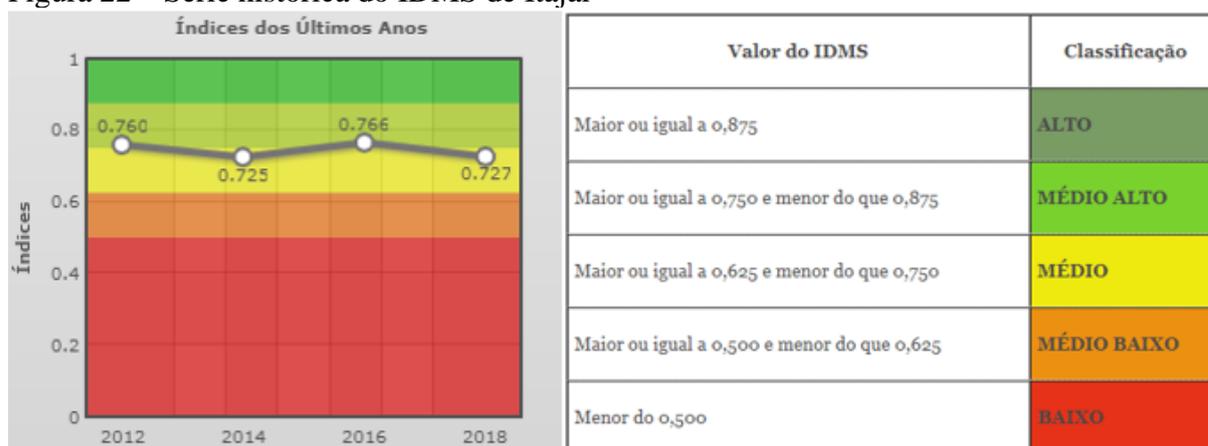
Município	Itajaí		
	R\$	%	Ranking Estadual
Produto Interno Bruto (2016)			
PIB a preços correntes	19.279.898.810,00	100	2°
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	6.579.416.580,00	34,13	1°
PIB <i>per capita</i>	92.266,86		3°
Valor adicionado bruto a preços correntes	12.700.482.230,00	100	3°
Agropecuária	105.579.430,00	0,83	25°
Indústria	2.322.444.050,00	18,29	4°
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	9.079.536.950,00	71,49	3°
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.192.921.800,00	9,39	4°

Fonte: IBGE (2019) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

No que diz respeito à distribuição setorial o setor serviços possui o maior peso, representando, em 2016, 71,49% do Valor Adicionado Bruto. A arrecadação de impostos, se considerada, torna-se o segundo item de maior relevância na composição do PIB municipal de Itajaí (34,13%), conforme apresentado no Quadro 34.

O IDMS de Itajaí, em 2018, era de 72,07%, representando, conforme classificação do SIDEMS, um nível “médio” de sustentabilidade. A Figura 22 apresenta a série histórica do IDMS de Itajaí desde o ano 2012 até 2018, bem como a classificação do nível de sustentabilidade, ilustrada por cores.

Figura 22 – Série histórica do IDMS de Itajaí



Fonte: FECAM (2019).

Observa-se na Figura 22 que o município de Itajaí, nos anos analisados, vem permeando entre os níveis “médio alto” e “médio” na classificação de sustentabilidade, apesar de ter tido uma involução de 5,09% de 2016 para 2018, regredindo a patamares inferiores ao ano de 2012.

Dentre as dimensões que compõem o IDMS, a **Dimensão Sociocultural** avalia importantes subdimensões como educação, saúde, cultura e habitação. Conforme apresentado no Quadro 35, o município de Itajaí apresentou um decréscimo de 1,96% neste quesito se comparados os últimos dois anos (2016-2018).

Quadro 35 - IDMS de Itajaí, Dimensão Sociocultural

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Sociocultural	76,70%	75,20%	-1,96%
Subdimensão Educação	75,40%	74,80%	-0,80%
Subdimensão Saúde	75,20%	73,80%	-1,86%
Subdimensão Cultura	81,70%	74,30%	-9,06%
Subdimensão Habitação	82,40%	82,40%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 35 que a queda no nível de sustentabilidade no período 2016-2018 no que tange à Dimensão Sociocultural deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Cultura. Nesta Subdimensão que envolve a estrutura de gestão para promoção da cultura; infraestrutura cultural; iniciativas da sociedade e recursos investidos na cultura, o município apresentou um decréscimo de 9,06% em seu desempenho. A variável que contribuiu para o resultado foi: a) investimento em cultura *per capita* que considera o valor alocado em despesa por função em cultura em relação à população estimada do respectivo ano no município, com uma queda de 23,02% (FECAM, 2019).

Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Educação, que contempla os indicadores de acesso e permanência escolar; desempenho; infraestrutura escolar e qualidade de ensino, Itajaí sofreu um decréscimo de 0,80%, em seu processo de desenvolvimento sustentável, decaindo do nível “médio alto” para o nível “médio”.

Conforme consta no relatório da FECAM (2019), as principais variáveis que contribuíram para esse resultado foram: a) Distorção Idade-Série referente ao Ensino Médio, que expressa o percentual de estudantes que estão cursando séries inferiores às recomendadas para a sua idade no ensino médio, que decaiu 14,94% em 2018; b) Unidades Escolares com Estruturas Mínimas Adequadas, que considera a existência de estruturas mínimas nas escolas para assegurar o bom funcionamento de suas aulas e proporcionar aprendizado de qualidade para seus alunos, que reduziu em 22,41% de 2016 para 2018. As estruturas consideradas para análise são: acesso à internet; alimentação; banheiros dentro do prédio da escola; biblioteca; energia elétrica (rede pública, gerador e outros); laboratório de informática; quadra de esportes (coberta ou descoberta); rede pública de água; rede pública de esgoto ou fossa séptica; sala dos professores (FECAM, 2019).

Ainda na Subdimensão Educacional, cabe registrar o resultado do indicador Qualidade de Ensino, mais especificamente a variável que registra o percentual de docentes com curso superior lecionando no ensino médio. O município de Itajaí possuía, em 2018, 25,40% dos docentes do ensino médio com curso superior, ao passo que em 2016 detinha apenas 14,70%, portanto, apresentou uma evolução de 72,79% no período, mas está muito aquém do considerado ideal pela FECAM (2019) para a parametrização do índice (100%). Este apontamento se dá especialmente pelo fato de o município sediar uma universidade comunitária como a Univali, que oferece um grande portfólio de cursos superiores.

Com relação à Subdimensão Saúde, que tem por base os indicadores cobertura de atenção básica; fatores de risco e proteção; morbidade e mortalidade, o município de Itajaí teve um decréscimo de 1,86% para o período 2016-2018, decaindo do nível de

sustentabilidade “médio alto” para o nível “médio”. Em relação a esta Subdimensão, a principal variável que colaborou para este resultado foi a Cobertura de Vacinas, a qual considera a taxa de cobertura de vacinas do município que em 2018 obteve uma queda de 27,39% em relação a 2016 (FECAM, 2019).

No tocante à Subdimensão Habitação, que avalia a estrutura de gestão para políticas habitacionais e a qualidade habitacional, identificou-se que Itajaí manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (82,40%), permanecendo no nível “médio alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Itajaí no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio alto” de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural (75,20%), composto pelas subdimensões: a) Educação (74,80% - nível “médio”); b) Saúde (73,80% - nível “médio”); c) Cultura (74,30% - nível “médio”) e d) Habitação (82,40% - nível “médio alto”), conforme apresenta a Figura 23.

Figura 23 – Nível de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Itajaí



Fonte: FECAM (2019).

Outra dimensão que compõe o IDMS é a **Dimensão Econômica**, composta apenas pela Subdimensão Economia, a qual compreende os indicadores relacionados ao nível de renda, dinamismo econômico e agregação de valor econômico. Conforme apresentado no Quadro 36, o município de Itajaí, embora tenha permanecido no nível “médio alto” de sustentabilidade, apresentou um decréscimo de 3,08% em seu processo de desenvolvimento sustentável nesta dimensão, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 36 - IDMS de Itajaí, Dimensão Econômica

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Econômica	81,20%	78,70%	-3,08%
Subdimensão Economia	81,20%	78,70%	-3,08%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que contribuíram para o decréscimo do nível de sustentabilidade da Dimensão Econômica de Itajaí entre os anos de 2016 e 2018 foram: a) crescimento do PIB, que considera a evolução dos agregados econômicos e mensura a formação de riqueza dos municípios, que decaiu 49,40%; b) evolução dos empregos formais, que caiu 11,11%; c) evolução dos estabelecimentos empresariais, que retrocedeu 16,43%, e d) remuneração média dos trabalhadores formais, que sofreu involução de 13,06% (FECAM, 2019).

A **Dimensão Ambiental** é composta apenas pela Subdimensão Meio Ambiente, a qual compreende os indicadores relacionados à cobertura de saneamento básico, gestão ambiental e preservação ambiental. Conforme apresentado no Quadro 37, o município de Itajaí manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (67,40%), permanecendo no nível “médio” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Quadro 37 - IDMS de Itajaí, Dimensão Ambiental

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Ambiental	67,40%	67,40%	0,00%
Subdimensão Meio Ambiente	67,40%	67,40%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que merecem atenção nesta Subdimensão em Itajaí envolvem, de acordo com a FECAM (2019), o percentual de áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias (36,40%) e a Agenda 21 Local, que ainda está em processo de elaboração e/ou implementação.

A **Dimensão Político Institucional** avalia importantes subdimensões, como finanças públicas, gestão pública e participação social. Conforme apresentado no Quadro 38, o município de Itajaí apresentou um decréscimo de 14,29% neste quesito, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 38 - IDMS de Itajaí, Dimensão Político Institucional

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Político Institucional	81,20%	69,60%	-14,29%
Subdimensão Finanças Públicas	98,70%	76,50%	-22,49%
Subdimensão Gestão Pública	94,30%	94,30%	0,00%
Subdimensão Participação Social	44,90%	35,70%	-20,49%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 38 que a queda no nível de sustentabilidade entre os anos de 2016 e 2018 em Itajaí no que tange à Dimensão Político Institucional deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Finanças Públicas, que contempla os indicadores de capacidade de receita; estímulo ao investimento e saúde financeira. Nesta Subdimensão Itajaí sofreu um decréscimo de 22,49% em seu processo de desenvolvimento sustentável, caindo do nível “alto” para o “médio alto”. Conforme consta no relatório da FECAM (2019), a principal variável que contribuiu para esse resultado foi o investimento público *per capita*, que evidencia a capacidade de investimento do município de Itajaí por habitante, com uma redução de 37,27% no período.

No tocante à Subdimensão Gestão Pública, que avalia a articulação de Itajaí com o exterior; a capacidade de planejamento; a gestão financeira; o governo eletrônico e a qualidade do quadro funcional, identificou-se que Itajaí manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (94,30%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Participação Social, que envolve a participação eleitoral e a representatividade de gêneros, o município apresentou um decréscimo de 20,49% em seu desempenho, mantendo o nível “baixo” de sustentabilidade. A principal variável que contribuiu para este resultado foi a participação da população nos pleitos eleitorais, que retrocedeu 51,10% (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Itajaí no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio” de sustentabilidade na Dimensão Político Institucional (69,60%), composto pelas subdivisões: a) Finanças Públicas (76,50% - nível “médio alto”); b) Gestão Pública (94,30% - nível “alto”) e c) Participação Social (35,70% - nível “baixo”), conforme apresenta a Figura 24.

Figura 24 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Itajaí



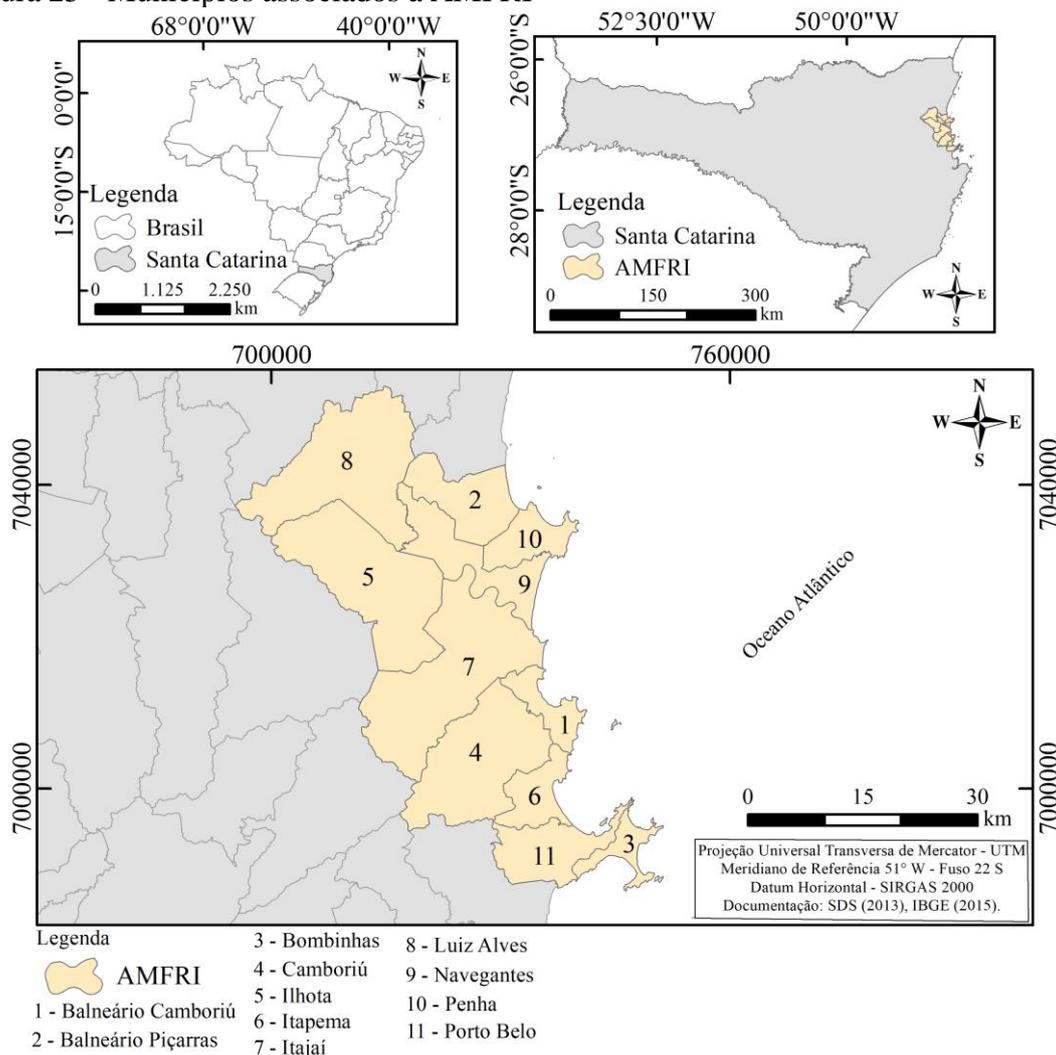
Fonte: FECAM (2019).

4.3.4 Contexto Regional da Univali

A sede da Univali está localizada na cidade de Itajaí, que integra a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) juntamente com Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

A AMFRI, com sede em Itajaí, foi fundada em 1973 com o objetivo de “promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental e de ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios que a compõe” (AMFRI, 2019). A Figura 25 apresenta a localização dos municípios associados à AMFRI.

Figura 25 - Municípios associados à AMFRI



Fonte: Elaboração LabPGT/UNESC (2020).

Conforme apresentado na Figura 25, dos 11 municípios da AMFRI, oito deles situam-se no litoral, costeando o Oceano Atlântico: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Itapema, Itajaí, Navegantes, Penha e Porto Belo.

Os municípios de Itajaí e Balneário Camboriú ocupam o *ranking* dos mais populosos do Estado, 7º e 11º lugar, respectivamente, conforme os dados extraídos do Censo realizado em 2010 (IBGE, 2019). Os principais fatores que atraem pessoas para estes municípios são: a) investimentos públicos e privados em infraestrutura; b) oportunidade de trabalho; c) qualidade de vida (AMFRI, 2019).

Itajaí é o mais populoso dentre os municípios integrante da AMFRI, devidamente contextualizado anteriormente, caracteriza-se por sua vocação ligada à economia do mar e cidade universitária. Balneário Camboriú caracteriza-se, basicamente, por três polos econômicos: construção civil, setor imobiliário e turismo. O setor da construção civil

apresenta demanda constante na venda de imóveis, especialmente apartamentos, tendo em vista que este tipo de investimento apresenta garantia no retorno. A cidade reúne a maior concentração de empreendimentos residenciais de luxo do país. As principais atrações turísticas são as praias, com o destaque para o Parque Unipraias, o Cristo Luz, o circuito de arvorismo, o zoológico e uma vida noturna agitada. O município possui boa infraestrutura para receber seus turistas, tendo a maior infraestrutura hoteleira do estado.

A tríade construção civil, turismo e setor imobiliário levaram ao incremento do processo migratório e ao adensamento populacional, e é na orla marítima que a tríplice atua de forma decisiva, pois a qualidade cênica natural, atrelada ao valor imobiliário, leva ao adensamento e à verticalização, portanto, a artificialização da paisagem natural (DEVITTE; SOUZA; RADATZ, 2018).

No setor terciário o destaque está no comércio. As indústrias e a produção agrícola são praticamente inexpressivas no contexto econômico. O incremento populacional traz grandes desafios aos gestores em razão de maior demanda por serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e transporte.

Por meio do Quadro 39 observa-se a população dos municípios da AMFRI, conforme o IBGE (2019), além de apresentar a riqueza gerada na região.

Quadro 39 – População, PIB e PIB *per capita*, municípios da AMFRI

Município	População (Censo 2010)	PIB (2016)	PIB <i>per capita</i> (2016)
Santa Catarina	6.248.436	256.661.000.000,00	37.140,00
Balneário Camboriú	108.089	4.930.413.000,26	37.429,03
Balneário Piçarras	17.078	594.464.000,32	27.970,84
Bombinhas	14.293	592.965.000,85	32.847,65
Camboriú	62.361	1.210.738.000,67	15.807,64
Ilhota	12.355	632.436.000,42	46.244,25
Itajaí	183.373	19.279.898.000,82	92.266,86
Itapema	45.797	1.580.758.000,91	26.725,94
Luiz Alves	10.438	538.209.000,63	44.253,38
Navegantes	60.556	3.286.545.000,87	43.841,66
Penha	25.141	625.237.000,39	20.660,81
Porto Belo	16.083	883.655.000,96	44.755,67

Fonte: IBGE (2019).

Observa-se por meio do Quadro 39 que a riqueza gerada na região é concentrada, destacando-se especialmente o município de Itajaí, seguido de Ilhota, Porto Belo, Luiz Alves, Navegantes e Balneário Camboriú com PIB *per capita* maior que o nível de catarinense.

Os IDMS dos anos de 2016 e 2018 dos municípios integrantes da AMFRI, bem como o percentual de evolução, estão apresentados no Quadro 40:

Quadro 40 – Evolução do IDMS, municípios da AMFRI

IDMS	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
SANTA CATARINA	61,10%	60,00%	-1,80%
MESORREGIÃO VALE DO ITAJAÍ	64,60%	63,30%	-2,01%
AMFRI	68,50%	66,50%	-2,92%
Balneário Camboriú	68,80%	66,80%	-2,91%
Balneário Piçarras	65,00%	62,40%	-4,00%
Bombinhas	76,10%	74,80%	-1,71%
Camboriú	66,40%	63,70%	-4,07%
Ilhota	61,30%	57,60%	-6,04%
Itajaí	76,60%	72,70%	-5,09%
Itapema	70,80%	68,70%	-2,97%
Luiz Alves	60,20%	58,90%	-2,16%
Navegantes	75,80%	73,80%	-2,64%
Penha	62,00%	61,70%	-0,48%
Porto Belo	73,10%	69,80%	-4,51%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Conforme apresenta o Quadro 40, em 2018, com exceção de Bombinhas, Itajaí e Navegantes, que decaíram na escala de classificação de sustentabilidade de “médio alto” para “médio”, e Balneário Piçarras, que decaiu de “médio” para “médio baixo”, os demais municípios integrantes da AMFRI mantiveram-se na mesma classificação durante o período. Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema e Porto Belo se mantiveram no nível “médio” e Ilhota, Luiz Alves e Penha no nível “médio baixo”, mas todos os municípios que estão localizados no entorno da Univali apresentaram uma involução no IDMS para o biênio. O município que apresentou o menor decréscimo foi Penha (0,48%) e o maior foi Ilhota (6,04%).

4.3.5 Entrevista com o coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Univali – *campus* Itajaí (Coordenador do Curso – CS3)

O coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Univali – *campus* Itajaí atua como docente titular da instituição desde 1996. Possui mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas, especialização em Ciências Contábeis pela Univali e graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Durante a entrevista, ao ser questionado sobre a existência de disciplinas específicas que abordam a temática ambiental, pode-se constatar pelo relato que o Curso está passando por processos internos de mudanças devido a: a) novo direcionamento institucional que

distribuiu os cursos em Escolas conforme áreas do conhecimento²⁹; b) ampliação da oferta de cursos na modalidade a distância e c) além das disciplinas específicas da área, a criação dos Núcleos Integrados de Disciplinas (NID), dividido em três formatos, 1) institucional presencial; 2) institucional digital e 3) escola presencial.

O NID Institucional Presencial é composto por disciplinas presenciais compartilhadas por estudantes de diferentes cursos da Univali; o NID Institucional Digital inclui disciplinas ministradas na modalidade a distância compartilhada por estudantes dos diversos cursos da instituição e, por fim, o NID Escola Presencial composto por disciplinas presenciais compartilhadas por estudantes dos cursos da Escola do Conhecimento à qual estes estão vinculados.

Nesse contexto, em relação à temática ambiental, o coordenador explicou que havia, naquele momento, duas matrizes sendo ofertadas concomitantemente. Na matriz em extinção (nº 8) há a oferta, no 7º período, da disciplina obrigatória **Responsabilidade Social**, com quatro créditos e carga horária de 60 horas. Com o plano de ensino em mãos, sublinhou os conteúdos da ementa para demonstrar que não constava na disciplina nenhum indício de conteúdo ou bibliografias relacionados com problemas ambientais locais ou regionais. O Quadro 41 apresenta o objetivo geral e a ementa da disciplina.

Quadro 41 - Objetivo Geral e Ementa da(s) disciplina(s) com a temática ambiental ofertada(s) na Univali

Disciplina	Responsabilidade Social
Objetivo Geral	Compreender os diversos aspectos que envolvem a responsabilidade social e ambiental nas organizações, incluindo as políticas de educação ambiental, as relações étnico-raciais e direitos humanos, identificando o Balanço Socioambiental como um importante instrumento de gestão social, para viabilizar ações, projetos e programas socioambientais nas organizações e a implementação efetiva do Balanço Socioambiental.
Ementa	Aspectos conceituais e evolução histórica. Responsabilidade ambiental. Políticas de educação ambiental. Relações étnico-raciais no Brasil. Empreendedorismo social. <i>Marketing</i> social. Projetos sociais. Responsabilidade social do Contador e das organizações. Balanço Social como instrumento da gestão social: conceitos, modelos e prática. Legislação e auditoria em Balanço Social.

Fonte: Acervo do curso (2019).

O Quadro 42 apresenta a lista de referências utilizadas na disciplina Responsabilidade Social.

²⁹ Conforme Quadro 33.

Quadro 42 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Responsabilidade Social

Referências	
Básicas	ASHLEY, P. A; QUEIROZ, A. ética e responsabilidade social nos negócios. SP: Saraiva, 2005. BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J.E.R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. SP: Saraiva, 2012.KROETZ, C.E.S. Balanço Social: teoria e prática. SP: 2000. SILVA, C.A.T. Balanço Social: teoria e prática. SP: Atlas, 2001. TINOCO, J.E.P. Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. SP: Atlas, 2001.
Complementares	BRASIL, Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira africana. Brasília: Ministério da Educação, 2013. DIAS, R. <i>Marketing</i> ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. SP: Atlas, 2007. GOLDSTEIN, I.S. Responsabilidade Social: das grandes corporações ao terceiro setor. SP: Ática, 2007.KOTLER, P. <i>Marketing</i> social: estratégias para alterar o comportamento público. RJ: Campus,1992. MELO NETO; F. P. FROES, C. Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. RJ: Qualitymark, 2001. ZARPELON, M. I. Gestão e responsabilidade social: Com ISO 26.000, sustentabilidade, modelo ETHOS e MEG. RJ: Qualitymark, 2011.

Fonte: Acervo do curso (2019).

Ao analisar as referências básicas e complementares utilizadas na disciplina, o coordenador verificou que:

1 – As estratégias utilizadas nas aulas para a ministração dos conteúdos durante o semestre são as mesmas em todos os encontros: aula expositiva com uso de projetor multimídia privilegiando a participação dos alunos nos debates e discussões sobre os temas abordados;

2 – Não havia na ementa e nos conteúdos a menção a DVA;

3 – Nenhuma das referências utilizadas abordava temáticas locais e/ou regionais.

Sobre a ausência do conteúdo DVA, a pesquisadora ponderou que, provavelmente, a demonstração poderia estar sendo ensinada juntamente com o conteúdo que trata o Balanço Social, pois é parte integrante deste relatório. Menção que foi acatada prontamente pelo coordenador.

Sobre a razão da inserção dessa disciplina na matriz curricular, o coordenador relatou que a disciplina faz parte da matriz há cerca de oito anos visando atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. A pesquisadora lembrou que não há menção dessa obrigatoriedade no referido documento. Mediante essa ponderação, confessou não se recordar dos motivos específicos para a inserção da disciplina no currículo do Curso, mas que provavelmente o MEC exigiu a abordagem deste conteúdo em algum momento posterior: “Certamente as justificativas estão registradas em ata de reunião do colegiado e, também, do núcleo docente estruturante na qual ocorreu a sugestão de

inserção da disciplina e o devido aceite pela maioria dos presentes” (Coordenador do Curso - CS3).

Infere-se que a lembrança do coordenador está relacionada ao atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e ao instrumento de renovação de reconhecimento do curso, pois mencionou a possibilidade legal de ofertar a disciplina específica ou como tema transversal. Frisou que “a Univali considera o tema relevante para todos os cursos” e que delega, a cada um, a opção de abordar o assunto, transversalmente ou em disciplina específica. Esta fala vem ao encontro do citado no PPC de Ciências Contábeis da Univali – *campus* Itajaí.

A Univali incorpora a seus princípios e valores educativos a dimensão ambiental, entendendo-a como substrato sobre o qual o conhecimento emerge em suas múltiplas faces. [...] adota posturas firmes e amplas de adesão a esta causa, congrega número significativo de professores pesquisadores em campo, partícipes de programas e projetos (governamentais e da iniciativa privada) voltados à conservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais da região e do país. [...] A Educação Ambiental está, portanto, incorporada ao PPC de todas as graduações na Univali não somente por se tratar de condição essencial ao cumprimento da legislação, mas principalmente porque o ambiente das IES favorece e dissemina a importância desse tipo de conhecimento – reconhecido como fundamental. No âmbito das matrizes curriculares, efetiva-se de duas maneiras: pela inserção de disciplinas específicas; ou como tema transversal, integrante das demais disciplinas na matriz curricular, conforme o curso (UNIVALI, 2019c, p. 11).

O coordenador fez questão de mencionar que o Colegiado do Curso optou por ter na matriz curricular uma disciplina específica sobre o tema por entender a importância da Educação Ambiental para o exercício profissional do Contador. Mas explicou que na nova matriz (nº 9) essa disciplina não será mais ofertada. Em seu lugar passará a ser ministrada a disciplina **Meio Ambiente e Sustentabilidade**, ofertada como obrigatória no 3º período, com quatro créditos e carga horária de 60 horas, na modalidade a distância por meio do NID Institucional Digital. Portanto, a disciplina é compartilhada com diversos cursos da IES, devendo abordar a temática de modo comum.

O coordenador, após solicitar a impressão da ementa da disciplina **Meio Ambiente e Sustentabilidade** para a secretária, apresentou-a: Crescimento e desenvolvimento econômico; Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Práticas de Sustentabilidade e Objetivos de desenvolvimento sustentável. E frisou:

Está vendo? Os conteúdos são genéricos para atender diversos cursos!
Por causa disso, nos comprometemos com a professora que ministra a disciplina **Responsabilidade Social**, na matriz que será extinta, que os conteúdos específicos para o Contador como o Balanço Social e a DVA serão contemplados no currículo novo em outras disciplinas (Coordenador do Curso - CS3).

Questionou-se em quais disciplinas o Balanço Social e a DVA poderiam ser abordados. Em resposta o coordenador citou como exemplo as disciplinas de Contabilidade Intermediária ou a Contabilidade Avançada, cujas ementas estão sendo reformuladas, discutidas e aprovadas ao avançar dos semestres.

Quando indagado sobre o reflexo de abordar questões ambientais na formação do Contador, o coordenador evidenciou a preocupação com o meio ambiente e o legado que será deixado para as próximas gerações. Ponderou que essa questão deve permear todas as profissões e não apenas a contabilidade, e complementou:

No caso do Contador, que tem alguns instrumentos na mão para fazer uma melhor divulgação de como as empresas estão interagindo com o meio ambiente, é mais importante ainda. Ele pode contribuir na elaboração do Balanço Social e na demonstração que apresenta a distribuição dos recursos gerados pela empresa através da DVA. Eu vejo uma importância enorme!

Sobre os principais problemas socioambientais do entorno da Univali, o coordenador de imediato respondeu: “O que é jogado no Rio Itajaí-Açu, embora haja uma enorme fiscalização”. Reafirmou, tal como descrito no PDI, que o polo pesqueiro é a vocação da cidade e tudo o que dele emana: logística, serviços, entre outros. “O porto é muito movimentado. Atende não só Santa Catarina, mas também outros Estados, tanto para exportação como importação”. Mencionou que o desmatamento já foi um problema, “mas que agora está bem mais controlado”. Na sua avaliação,

a preocupação ambiental hoje em dia é tratada desde a educação básica, especialmente a questão do lixo e da separação dele para outros fins. Há uma mudança na visão das crianças para essas questões. Meus filhos de 9 e 14 anos são um exemplo: já cheguei a ser repreendido por eles porque misturei um lixo orgânico com não orgânico (Coordenador do Curso - CS3).

Em relação à existência de projetos de pesquisa e/ou extensão no Curso sobre a temática ambiental e o envolvimento com problemas locais e/ou regionais, o coordenador mencionou duas dificuldades para implementar tais práticas pedagógicas. A primeira delas é de que há poucos docentes dedicados à pesquisa no Curso e a segunda diz respeito à dificuldade de envolver os estudantes em projetos dessa envergadura, visto que a maioria dos alunos do Curso trabalha durante o dia, o que compromete a dedicação.

Segundo o coordenador, há uma professora, “doutora em Administração e mestre em Ciências Contábeis, que é campeã em projetos de pesquisa. Temos muitas pesquisas com alunos bolsistas do artigo 170 e 171 que certamente trabalham com questões ambientais e de empreendedorismo social porque a professora também leciona empreendedorismo” (Coordenador do Curso - CS3).

Ressaltou como diferencial do Curso e, certamente, com possibilidades de pesquisas na área ambiental, a disciplina **Trabalho Técnico Científico de Conclusão de Curso**, oferecida nos 7º e 8º períodos. Explicou que no TCC é elaborado um Plano de Negócios e um artigo científico, ambos fundamentados teoricamente. O TCC no currículo novo será de 240 horas e na matriz em extinção 300 horas.

O aluno simula as situações do cotidiano da Contabilidade, iniciando com um Plano de Negócios, porque entendemos que a maioria dos Contadores quando recebe um cliente que deseja abrir uma empresa, ele simplesmente abre e fim. Nós queremos formar um Contador que se preocupe se essa empresa vai ter futuro ou não. Então ao elaborar o Plano de Negócios o aluno vai simulando a parte de custos, previsão de vendas, entre outras questões, para depois constituir a empresa e trabalhar com ela

O aluno é levado a fazer um projeto de pesquisa coletando dados externos, pois não são aceitos projetos baseados apenas em bibliografia. Este fato denota a existência de muitos trabalhos na área de meio ambiente, como na área de empreendedorismo, fiscal, tributária, departamento de pessoal, auditoria, dentre outros (Coordenador do Curso - CS3).

Explicou que para facilitar o acompanhamento e a correção dos artigos por parte dos docentes é facultado aos alunos a elaboração do trabalho em grupos de no máximo cinco alunos. Ademais, mencionou que o TCC contempla várias tarefas e, portanto, a alocação de professores se dá conforme a quantidade de alunos matriculados, em média um professor para cada oito alunos.

O coordenador mencionou que dentre os professores da disciplina de TCC há duas doutoras (uma em Administração e outra em Educação). Foi nítida a intenção do coordenador em relacionar a presença de professores doutores - com experiência em pesquisa científica em nível de *stricto sensu* - na orientação de trabalhos com qualidade e rigor científico que posteriormente são encaminhados para publicação em revistas ou enviados para eventos científicos da área.

Com esses projetos e artigos científicos temos muitas publicações em revistas e eventos. A professora responsável pelo TCC também trabalha no mestrado e no doutorado de Administração da Univali, então ela desenvolve um trabalho muito próximo com os alunos. Não só ela, a professora de Metodologia também ajuda, é outra doutora, em Educação, além dos outros professores que estão alocados no TCC. Todos são responsáveis pela condução dos artigos. Com isso acabamos tendo muitas publicações, dos alunos e dos professores, porque os professores também participam (Coordenador do Curso - CS3).

Citando o curso de Ciências Contábeis como o maior produtor de artigos publicados dentre os demais cursos integrantes da Escola de Negócios, o coordenador traçou um paralelo das disciplinas de TCC (1 e 2) com as disciplinas de Estágio realizadas nos demais cursos da

área. E demonstrou a preocupação com a necessidade de uma visão global, sistêmica e interdisciplinar na formação do Contador.

Então, se olharmos aqui nos cursos das Ciências Sociais Aplicadas, agora Escola de Negócios, o Curso de Ciências Contábeis é o que mais tem publicação. Fato inédito! Não é o Curso de Administração. Lá o trabalho final é o Estágio. No Curso de Comércio Exterior também. O nosso não.

Eu não quis deixar na mão da empresa o que fazer no final de curso, isso é ideia lá de trás (fazendo referência a um passado não muito distante). Porque eu levo um aluno para um estágio e a empresa o coloca em um setor específico, neste caso ele só vê recursos humanos ou só parte fiscal ou até funções alheias a contabilidade.

Então, **o nosso TCC é presencial, não é fora!** O aluno tem que estar aqui nas segundas e terças-feiras, caso contrário reprova por falta. As aulas são no laboratório, se eles têm alguma dúvida, o professor para por alguns momentos com as atividades e dá uma aula explicando o assunto que não foi compreendido (Coordenador do Curso - CS3, grifo nosso).

No término da entrevista o coordenador menciona que os artigos científicos iniciados no 7º período (TCC 1) são concluídos e defendidos perante uma banca examinadora no 8º período (TCC 2). Em seguida, conduz a pesquisadora até o laboratório onde são ministradas as disciplinas práticas para conversar com a professora responsável pelo TCC, pois acredita que com ela haverá informações pertinentes para a pesquisa.

4.3.6 Entrevista com docente(s) do Curso de Ciências Contábeis da Univali – *campus*

Itajaí

A professora (Professora 1 – CS3) ministra as disciplinas **Trabalho Técnico Científico de Conclusão de Curso (1 e 2)**, e também da disciplina **Empreendedorismo** é docente titular da Univali desde 2001. Possui doutorado em Administração e Turismo pela Univali, mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Fundação Universidade Regional de Blumenau e duas graduações: Estudos Sociais pela Universidade de Ijuí e Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí. A experiência acadêmica concentra-se na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos temas relacionados a contabilidade, empreendedorismo e educação.

Quando questionada sobre a elaboração de TCCs contemplando a temática socioambiental, a professora comentou que há artigos que abordam a sustentabilidade de empresas da região. Citou como exemplo três produções científicas: 1) Análise do Balanço Social da Univali; 2) Sustentabilidade Ambiental e Responsabilidade Social: estudo em

escritórios de contabilidade de Itajaí; 3) Desenvolvimento sustentável de universidades: um estudo comparativo entre Brasil e Venezuela.

Todos os semestres têm projetos de TCC na área ambiental, inclusive publicados e premiados. É difícil semestre que não encaminhamos nossos artigos para eventos, congressos e revistas. Os professores estimulam e orientam para ampliar participação em eventos ou publicação do artigo, mas vai muito do nosso empenho (Professora 1 – CS3).

A professora reforçou que os TCCs são fundamentados teoricamente, com prevalência para a aplicação de questionários e visitas *in loco* nas empresas da região. “Neste semestre tem alunos analisando as indústrias de pesca da região de Itajaí. São elas as causadoras dos maiores impactos ambientais daqui, por conta dos resíduos. A fiscalização é grande, mas ainda tem muito a ser trabalhado”.

Quando questionada sobre a importância do conhecimento de aspectos socioambientais para o Contador, a professora comentou ser um campo fértil para a atuação profissional. Segundo ela, são poucas as empresas que divulgam suas ações voltadas ao meio ambiente e à comunidade. Para exemplificar a carência de iniciativas empresariais nessa área, mencionou o Programa Selo Social da prefeitura municipal de Itajaí, e a Univali é a única empresa do município a receber o maior número de selos.

Ainda é pouco! Eu vejo que os balanços sociais são pouco divulgados pelo Contador. A Univali, por exemplo, é a única empresa de Itajaí que conseguiu obter os 17 selos do Programa Selo Social, tudo com ações sociais descritas no Balanço Social da instituição. Portanto, para outras empresas isso é pouco divulgado, há muito que fazer ainda. É um campo fértil para o Contador trabalhar (Professora 1 – CS3).

Ainda sobre esse assunto, a professora mencionou que seria importante se mais disciplinas no currículo tratassem de aspectos socioambientais: “Eu sinto falta. Os alunos ao chegar aqui no TCC poderiam ter um conhecimento mais amplo. É tudo muito dentro das caixinhas, das disciplinas. A gente trabalha muito bem aqui. Eles fazem trabalhos riquíssimos com Balanço Social, mas poderia ter mais integração”. Mas compreende que essa deficiência se dá por conta de que há muitos conteúdos específicos inerentes à contabilidade para serem ministrados em pouco tempo, embora “um texto poderia ser estudado ou outra atividade poderia ser realizada, de modo integrado, para contemplar essas questões”, afirmou.

Em relação às atividades de extensão, a professora apresentou o projeto FAZER O BEM FAZ BEM – SEJA A DIFERENÇA, desenvolvido na disciplina **Empreendedorismo** ministrada no Curso de Ciências Contábeis, em parceria com a disciplina **Recursos Humanos** do Curso de Administração. Os objetivos do projeto são: a) envolver professores, alunos e a

comunidade em geral, incentivando-os a colocar em prática estratégias para estimular o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e b) potencializar a responsabilidade social na contribuição para um mundo melhor e mais justo.

O projeto consiste no planejamento de ações para arrecadação de recursos financeiros para uma entidade não governamental. Os alunos participam desde a criação do *slogan* para a campanha, venda de camisetas alusivas até a prestação de contas do projeto. Posteriormente, os estudantes, em grupos, redigem um relatório sobre o projeto e a sua relação com os ODS. Em 2019/1 os benefícios foram revertidos para a Associação Desportiva Clube Roda Solta, que atende residentes na região de Itajaí portadores de deficiência física. O Quadro 43 foi apresentado pela professora exemplificando os ODS estudados e contemplados no projeto.

Quadro 43 - Projeto Fazer o Bem Faz Bem – Seja a Diferença

ODS	Meta	Ações
ODS 10: Redução das desigualdades	Até 2030, reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.	1 - Planejamento. 2 - Execução do Plano: Fazer contato com a instituição; Vender as camisetas; Entrega do valor arrecadado. 3 - Socialização das ações em sala de aula.
ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes	Até 2030, promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	

Fonte: Dados da pesquisa com base no acervo da Professora I – CS3 (2019).

A professora explicou que durante o desenvolvimento do projeto os alunos estudaram que os ODS tiveram sua origem durante a realização da Conferência das Nações Unidas que tratou sobre o desenvolvimento sustentável, que essa Conferência foi realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, no ano de 2012, e aprenderam o significado de cada um dos 17 ODS propostos pela ONU com intuito de acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade.

Posteriormente ao estudo, os participantes do projeto FAZER O BEM FAZ BEM – SEJA A DIFERENÇA foram desafiados a relacionar o objetivo do projeto educativo com os ODS, resultando na proposta dos ODS 10 e 16, os quais têm por foco a redução das desigualdades e promoção da paz, justiça e instituições eficazes, conforme apresentado no Quadro 43.

4.4 RELATÓRIO DO CASO 4: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVILLE E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

O Caso 4 (CS4) trata do Curso de Ciências Contábeis da Univille – *campus* Joinville e seu entorno.

4.4.1 O Curso de Ciências Contábeis da Univille – *campus* Joinville

O Curso de Ciências Contábeis da Univille – *campus* Joinville, oferecido na modalidade presencial, teve seu início em março de 1971. Possui carga horária de 3.000 horas, integralizadas em nove semestres. Tem por missão “Promover a formação humanística e profissional em Ciências Contábeis com ensino, pesquisa e extensão de referência para a sociedade” (UNIVILLE, 2015).

O Projeto Pedagógico do Curso ao delinear o perfil profissional do seu egresso contextualiza o momento atual de profundas modificações na área contábil e trabalha na perspectiva de mudar culturalmente a profissão a partir de seus alunos, para que o Contador deixe de apenas informar os atos e fatos que envolvem o patrimônio para atuar, de forma participativa, nas decisões de uma empresa. Cita a predominância da atividade econômica industrial na região e, portanto, o direcionamento do perfil profissional para esse segmento, mas reconhece o crescimento regional nas áreas de comércio e serviço (especialmente o turismo e a tecnologia da informação), demandando esforços do Curso para atender também esses setores (UNIVILLE, 2015).

Nesse sentido, declara como objetivo principal do Curso “formar cidadãos-profissionais na área de Ciências Contábeis capazes de acompanhar as grandes transformações mundiais, por meio de uma formação generalista, e de exercer suas atribuições de Contador com competência e plena consciência da responsabilidade e ética perante a sociedade e as organizações que a integram” (UNIVILLE, 2015). Os objetivos específicos estão assim delineados:

- a) proporcionar aos acadêmicos sólida formação básica e teórica voltada para o conhecimento das grandes mudanças da sociedade atual;
- b) instrumentalizar os futuros bacharéis em Ciências Contábeis para o domínio de metodologias e técnicas indispensáveis ao exercício da profissão.

A matriz curricular observa as especificidades da área ao mesmo tempo que contempla o caráter generalista a que o Curso se propõe. Assim, além das disciplinas pertinentes às Ciências Contábeis, o Curso oferece disciplinas de outras ciências como formação básica (Direito, Psicologia, Metodologia, entre outras) (UNIVILLE, 2015).

4.4.2 Universidade da Região de Joinville (Univille)

A Universidade da Região de Joinville (Univille) é uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Universidade Educacional da Região de Joinville (FURJ) sob o CNPJ nº 84.714.682/0001-94. Sua origem está ligada ao desenvolvimento econômico da região por meio da adoção de estratégias de interiorização do ensino do terceiro grau através de estabelecimentos isolados, criados e mantidos como autarquias municipais e que após foram transformados em Fundações Educacionais (UNIVILLE, 2017).

A Univille foi credenciada no MEC em julho de 1967 e, posteriormente, em outubro de 2014 teve sua origem comunitária reconhecida por meio da Portaria nº 676/Seres/MEC (BRASIL, 2018e). Caracteriza-se como Universidade privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Paulo Malschitzki, nº 10, *Campus* Universitário - Zona Industrial, município de Joinville, no Estado de Santa Catarina (BRASIL, 2018e). A Figura 26 apresenta a vista panorâmica da Univille – *campus* Joinville.

Figura 26 – Vista panorâmica da Univille – *campus* Joinville

Fonte: Univille (2016).

A Univille dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville e São Bento do Sul. A Univille oferece para a comunidade educação básica por meio dos Colégios da Univille, 41 cursos de graduação nas áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Biológicas e da Saúde. Ademais, oferta 22 cursos de pós-graduação *lato sensu* e seis *stricto sensu*. Como Universidade comunitária, desenvolve programas e projetos de pesquisa e extensão considerando sua identidade regional e as demandas da região. O Quadro 44 apresenta a identidade visual da Univille, bem como sua missão, visão e valores que norteiam suas práticas.

Quadro 44 – Diretrizes da Univille

Diretrizes	
Identidade visual	
Missão	Promover formação humanística e profissional de referência para a sociedade atuando em ensino, pesquisa e extensão e contribuir para o desenvolvimento sustentável.
Visão	Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.
Valores	Cidadania: Autonomia, comprometimento, motivação, bem-estar e participação democrática responsável promovem o desenvolvimento pessoal e social. Integração: Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum. Inovação: Competência para gerar e transformar conhecimento científico em soluções sustentáveis para os ambientes interno e externo contribui para o desenvolvimento socioeconômico. Responsabilidade socioambiental: Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio ambiental favorecem a melhoria da qualidade de vida.

Fonte: Adaptado de Univille (2016).

O PDI da Univille, elaborado para o período de 2017-2021, apresenta dentre outros elementos o plano estratégico da IES de desenvolvimento institucional por meio da gestão do ensino, da pesquisa e da extensão com foco na qualidade com inovação, considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, conforme apresentado na Figura 27 (UNIVILLE, 2017).

Figura 27 - Síntese da estratégia da Univille para o período de 2017-2026



Fonte: Univille (2016).

A estratégia proposta, conforme a Figura 27, está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, enfatizando o compromisso com a

qualidade, com a inovação e com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão (UNIVILLE, 2017). Conforme descrito no PDI, a inserção regional da Univille abrange, geograficamente, os municípios localizados na mesorregião norte catarinense (UNIVILLE, 2017).

A FURJ tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração e como executivo a Presidência, da qual faz parte a diretoria administrativa. O órgão fiscalizador é o Conselho Curador. A presidência da FURJ é composta por presidente, vice-presidente e diretoria administrativa. Os cargos de presidente e vice-presidente da FURJ são exercidos respectivamente pelo reitor e vice-reitor da Univille. A FURJ é mantenedora da Univille e do Inovaparc. A administração geral da Univille é composta pelo Conselho Universitário (órgão deliberativo), que dispõe de quatro câmaras consultivas, a saber: Câmara de Ensino, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, Câmara de Extensão e Câmara de Gestão (UNIVILLE, 2017).

Nos cursos de graduação a administração é organizada pelo Colegiado (órgão deliberativo), Coordenação (órgão executivo) e Núcleo Docente Estruturante (órgão consultivo). O PDI não faz menção a programas e projetos específicos de pesquisa e extensão universitária, mas descreve detalhadamente o compromisso da Univille com a sociedade e a necessidade de aproximação e observação de seu entorno. De acordo com o documento, a perspectiva é buscar e compartilhar um conhecimento reflexivo sobre o mundo contemporâneo e atuar levando em consideração a “responsabilidade socioambiental no que diz respeito à inclusão social, ao desenvolvimento sustentável, à melhoria da qualidade de vida, à inovação social e ao respeito aos direitos humanos” (UNIVILLE, 2017, p. 101).

4.4.3 Contexto Local da Univille

A sede da Univille está localizada no município de Joinville, no norte de Santa Catarina, mesorregião Norte. Há mais de 5 mil anos a região era habitada por povos sambaquianos³⁰, mais tarde a ocupação do território se deu pelos índios carijós. O processo colonizador de Joinville, a partir de 1851, foi marcado pela diversidade étnica, sobretudo portugueses, alemães, suíços, noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas, franceses e italianos.

³⁰ Essa denominação se dá em razão dos sítios pré-históricos formados pela ação de grupos humanos (comunidades de caçadores e coletores) que após se alimentarem de moluscos e outros animais de pequeno porte amontoavam as cascas e ossos em uma mesma área, formando os sambaquis. Segundo Lopes (2011), a distância temporal entre os sambaquianos, os índios e os colonizadores é grande para se considerar uma influência cultural, no entanto, seus vestígios marcam forte presença na paisagem urbana de Joinville.

Inicialmente a economia era baseada na extração de erva-mate e madeira, além da produção de couro, louça, sapatos, móveis e cigarros. No final do século XIX foram constituídas as primeiras indústrias metalúrgicas e têxteis. Atualmente concentra grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. É a maior cidade do estado e concentra expressiva parcela das atividades econômicas e administrativas da região.

A BR-101, que interliga o estado do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, atravessa a cidade, o que contribui para a formação e manutenção do polo industrial e prestador de serviços de Joinville, possibilita o crescimento econômico e populacional do município por conta da movimentação de cargas no país, acesso aos grandes portos e geração de empregos. Em contraponto, esse crescimento compromete o planejamento urbano de modo sustentável da cidade, haja vista a ocupação de áreas, antes grandes manguezais, a construção sobre os rios e suas áreas de várzea, causando transtornos a cada chuva mais forte (LOPES, 2011).

Joinville destaca-se também pelos eventos artísticos, culturais e de negócios que atraem um número significativo de turistas, tais como o Festival de Dança, considerado o maior do mundo, a Festa das Flores, Feira de Metalurgia e a Feira de Supermercadas (SCALABRINI; DALONSO, 2018).

O Município de Joinville, conforme o IBGE (2019), possui 1.127,95 km, com população de 515.288 habitantes residentes, conforme o Censo realizado em 2010, resultando uma densidade demográfica de 457,58 habitantes por km² (IBGE, 2019).

O Quadro 45 apresenta o PIB total do município, que mostra a capacidade produtiva de sua economia, somando os valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um período e a sua distribuição setorial, além do PIB *per capita*, que divide o valor do PIB anual pelo total da população.

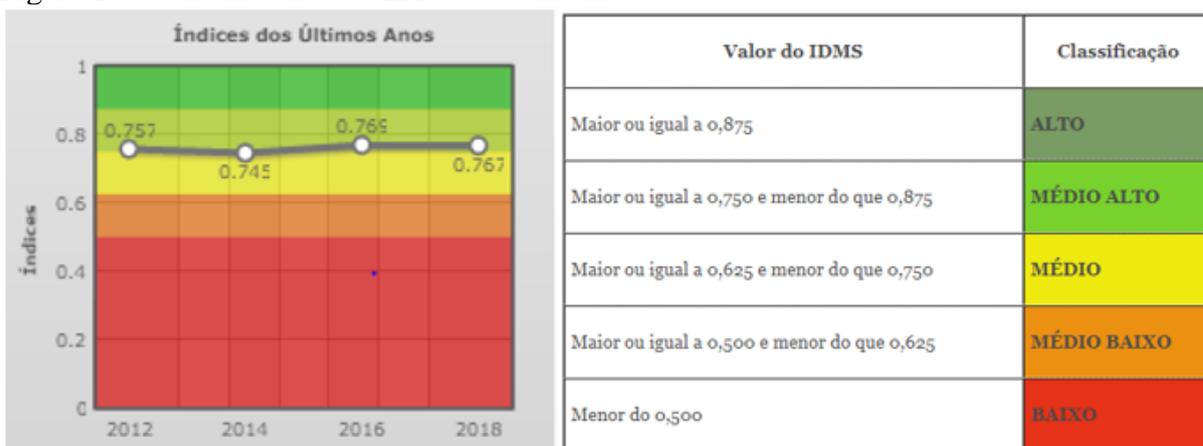
Quadro 45 - PIB, PIB *per capita* e PIB setorial de Joinville em 2016.

Município	Joinville		
Produto Interno Bruto (2016)	R\$	%	Ranking Estadual
PIB a preços correntes	25.217.353.750,00	100	1°
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	4.805.941.590,00	19,06	2°
PIB <i>per capita</i>	44.268,54		30°
Valor adicionado bruto a preços correntes	20.411.412.160,00	100	1°
Agropecuária	83.680.560,00	0,41	47°
Indústria	6.855.650.950,00	33,59	1°
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	10.871.191.960,00	53,26	2°
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2.600.888.690,00	12,74	1°

Fonte: IBGE (2019) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

No que diz respeito à distribuição setorial na composição do PIB municipal, Joinville tem o setor de serviços como destaque (53%), seguido da indústria (34%), conforme apresentado no Quadro 45. O IDMS de Joinville, em 2018, era de 76,70%, representando, conforme classificação do SIDEMS, um nível “médio alto” de sustentabilidade. A Figura 28 apresenta a série histórica do IDMS de Joinville desde o ano 2012 até 2018, bem como a classificação do nível de sustentabilidade, ilustrada por cores.

Figura 28 - Série histórica do IDMS de Joinville



Fonte: FECAM (2019).

Observa-se na Figura 28 que o município de Joinville, nos anos analisados, vem permeando entre os níveis “médio alto” e “médio” na classificação de sustentabilidade. Dentre as dimensões que compõem o IDMS, a **Dimensão Sociocultural** avalia importantes subdimensões como educação, saúde, cultura e habitação. Conforme apresentado no Quadro

46, o município de Joinville apresentou avanço de 0,37% no nível de sustentabilidade neste quesito se comparados os últimos dois anos (2016-2018).

Quadro 46 - IDMS de Joinville, Dimensão Sociocultural

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Sociocultural	80,90%	81,20%	0,37%
Subdimensão Educação	83,60%	85,20%	1,91%
Subdimensão Saúde	71,80%	71,10%	-0,97%
Subdimensão Cultura	90,00%	88,80%	-1,33%
Subdimensão Habitação	91,10%	91,10%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Esse pequeno aumento no nível de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural (0,37%) deu-se, principalmente, em razão da **Subdimensão Educação**, que contempla os indicadores de acesso, permanência, desempenho e infraestrutura escolar, além da qualidade de ensino. Conforme consta no relatório da FECAM (2019), nesta Subdimensão Joinville avançou em seu processo de desenvolvimento sustentável, mas manteve-se no nível “médio alto” de sustentabilidade.

A principal variável que contribuiu para esse resultado positivo foi o percentual de docentes com curso superior lecionando em todos os níveis de ensino, especialmente no ensino médio, que registrou um aumento de 70,07% no período (FECAM, 2019). Cabe salientar que este resultado, embora positivo, ainda está aquém do considerado ideal pela FECAM (100%). Este apontamento se dá especialmente pelo fato de o município sediar uma universidade comunitária como a Univille, que oferece um grande portfólio de cursos superiores.

Com relação à Subdimensão Saúde, que tem por base os indicadores cobertura de atenção básica; fatores de risco e proteção; morbidade e mortalidade, o município de Joinville teve um decréscimo de 0,97% para período 2016-2018, mantendo-se no nível de sustentabilidade “médio”. Em relação a esta Subdimensão, a principal variável que colaborou para este resultado negativo foi a taxa de Cobertura de Vacinas do município que, em 2018, teve uma queda de 31,14% em relação a 2016 (FECAM, 2019).

Na Subdimensão Cultura, que envolve a estrutura de gestão para promoção da cultura; infraestrutura cultural; iniciativas culturais da sociedade e recursos investidos na

cultura, o município apresentou um decréscimo de 1,33% em seu desempenho, mas manteve-se no nível “alto” de sustentabilidade. A principal variável que contribuiu para o resultado negativo foi: a) investimento em cultura sobre a Receita Corrente Líquida, que considera o total de despesas orçamentárias por função classificadas como Cultura sobre a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL é entendida como o somatório das receitas tributárias de um Governo, referentes às contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais. Joinville apresentou queda de 42,10% desses investimentos no período (FECAM, 2019).

No tocante à Subdimensão Habitação, que avalia a estrutura de gestão para políticas habitacionais e a qualidade habitacional, identificou-se que Joinville manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (91,10%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Joinville no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio alto” de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural (81,20%), composto pelas subdimensões: a) Educação (85,20% - nível “médio alto”); b) Saúde (71,10% - nível “médio”); c) Cultura (88,80% - nível “alto”) e d) Habitação (91,10% - nível “alto”), conforme apresenta a Figura 29.

Figura 29 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Joinville



Fonte: FECAM (2019).

Outra dimensão que compõe o IDMS é a **Dimensão Econômica**, composta apenas pela Subdimensão Economia, a qual compreende os indicadores relacionados ao nível de renda, dinamismo econômico e agregação de valor econômico. Conforme apresentado no Quadro 47, o município de Joinville, embora tenha permanecido no nível “médio” de sustentabilidade, apresentou um decréscimo de 3,47% em seu processo de desenvolvimento sustentável nesta dimensão, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 47 - IDMS de Joinville, Dimensão Econômica

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Econômica	72,10%	69,60%	-3,47%
Subdimensão Economia	72,10%	69,60%	-3,47%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

A principal variável que contribuiu para o decréscimo do nível de sustentabilidade da Dimensão Econômica de Joinville entre os anos de 2016 e 2018 foi a evolução dos estabelecimentos empresariais, que retrocedeu 12,64%. A variável Evolução dos Estabelecimentos Empresariais tem por objetivo medir o grau de dinamismo econômico dentro dos municípios pela ótica do aumento da atividade empresarial, que acarreta na evolução de outras variáveis do mesmo indicador e também no desenvolvimento sustentável do município (FECAM, 2019).

A **Dimensão Ambiental** é composta apenas pela Subdimensão Meio Ambiente, a qual compreende os indicadores relacionados à cobertura de saneamento básico, gestão ambiental e preservação ambiental. Conforme apresentado no Quadro 48, o município de Joinville manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (86,20%), permanecendo no nível “médio alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Quadro 48 - IDMS de Joinville, Dimensão Ambiental

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Ambiental	86,20%	86,20%	0,00%
Subdimensão Meio Ambiente	86,20%	86,20%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que merecem atenção nesta Subdimensão em Joinville envolvem, de acordo com a FECAM (2019), a Agenda 21 Local, que ainda está em processo de elaboração e/ou implementação e o percentual de domicílios particulares com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica (58%).

A **Dimensão Político Institucional** avalia importantes subdimensões, como finanças públicas, gestão pública e participação social. Conforme apresentado no Quadro 49, o município de Joinville apresentou um crescimento de 1,90% neste quesito, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 49 - IDMS de Joinville, Dimensão Político Institucional

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Político Institucional	68,40%	69,70%	1,90%
Subdimensão Finanças Públicas	61,20%	58,60%	-4,25%
Subdimensão Gestão Pública	95,60%	95,60%	0,00%
Subdimensão Participação Social	50,80%	58,70%	15,55%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 49 que a evolução no nível de sustentabilidade entre os anos de 2016 e 2018, em Joinville, no que tange à Dimensão Político Institucional deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Participação Social, que envolve a participação eleitoral e a representatividade de gêneros o município apresentou um acréscimo de 15,55% embora tenha permanecido no nível ‘médio baixo’ de sustentabilidade. A principal variável que contribuiu para esse resultado foi a participação da população nos pleitos eleitorais, que aumentou em 34,88% (FECAM, 2019).

Joinville, na Subdimensão Finanças Públicas, que contempla os indicadores de capacidade de receita; estímulo ao investimento e saúde financeira, sofreu um decréscimo de 4,25% em seu processo de desenvolvimento sustentável, mantendo o nível “médio baixo”. Conforme consta no relatório da FECAM (2019), a principal variável que contribuiu para esse resultado foi o investimento público sobre a receita corrente líquida, que reduziu 59,93% no período (FECAM, 2019).

No tocante à Subdimensão Gestão Pública, que avalia a articulação de Joinville com o exterior; a capacidade de planejamento; a gestão financeira; o governo eletrônico e a qualidade do quadro funcional, identificou-se que o município manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (95,60%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Joinville no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio” de sustentabilidade na Dimensão Político Institucional (69,70%), composto pelas subdivisões: a) Finanças Públicas (58,60% - nível “médio baixo”); b) Gestão Pública (95,60% - nível “alto”) e c) Participação Social (58,70% - nível “médio baixo”), conforme apresenta a Figura 30.

Figura 30 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Joinville



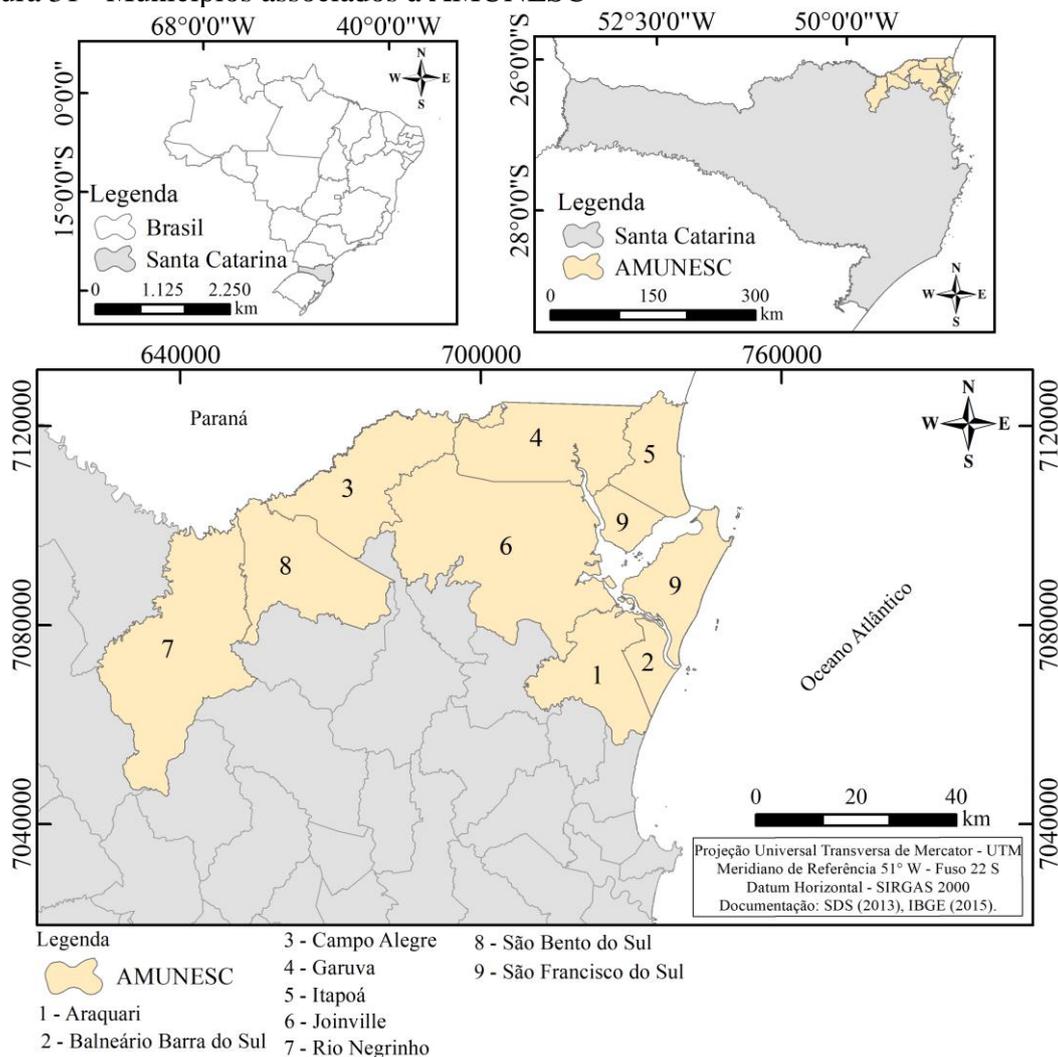
Fonte: FECAM (2019).

4.4.4 Contexto Regional da Univille

A sede da Univille está localizada na cidade de Joinville, um dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), juntamente com Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul.

A AMUNESC, com sede em Joinville, foi fundada em 1973 com o objetivo de “Promover, com base na ética e na independência político partidária, o município como unidade autônoma de governo. Fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços de qualidade, aprimorar a qualidade de vida de seus munícipes e fomentar o desenvolvimento local, com o objetivo de se alcançar uma sociedade democrática e a valorização da cidadania” (AMUNESC, 2019). A Figura 31 apresenta a localização dos municípios associados à AMUNESC.

Figura 31 - Municípios associados à AMUNESC



Fonte: Elaboração LabPGT/UNESC (2020).

Joinville ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos municípios mais populosos de Santa Catarina, conforme o Censo (2010). Encontra-se localizado geograficamente em uma posição estratégica, entre as capitais dos estados do sul do país, Curitiba no Paraná e Florianópolis em Santa Catarina. Considerada importante polo econômico, é uma das cidades mais industrializadas do estado e com maior oportunidades de trabalho. Outros fatores que atraem pessoas a morar em Joinville são as diversas instituições de ensino superior e as inúmeras opções culturais que a cidade oferece, como a Escola de Teatro Bolshoi, o Festival de Dança e os museus temáticos. Ademais, a proximidade da cidade a praias turísticas como Itajaí, Balneário Camboriú e São Francisco do Sul é, também, atrativo para que muitas pessoas escolham viver em Joinville (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2019).

A segunda cidade mais populosa da AMUNESC, São Bento do Sul, é conhecida como capital nacional dos móveis, e se destaca também nos setores cerâmico e tecelagem. É

cidade-sede de grandes empresas como a Oxford, Rudnick e Buddemeyer (PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, 2019).

O Quadro 50 apresenta a população dos municípios da AMUNESC e a riqueza gerada pela região.

Quadro 50 – População, PIB e PIB *per capita*, municípios da AMUNESC

Município	População (Censo 2010)	PIB (2016)	PIB <i>per capita</i> (2016)
Santa Catarina	6.248.436	256.661.000.000,00	37.140,00
Araquari	24.810	3.203.652.190,00	94.595,10
Garuva	14.761	662.680.270,00	38.676,33
Rio Negrinho	39.846	997.255.620,00	23.848,09
Balneário Barra do Sul	8.430	176.150.430,00	17.487,39
Itapoá	14.763	617.180.460,00	32.918,05
São Bento do Sul	74.801	2.650.867.100,00	32.369,89
Campo Alegre	11.748	388.132.800,00	32.339,01
Joinville	515.288	25.217.353.750,00	44.268,54
São Francisco do Sul	42.520	3.593.648.610,00	72.367,97

Fonte: IBGE (2019).

Observa-se por meio do Quadro 50 que a riqueza gerada na região da AMUNESC possui alta concentração no município de Joinville. Em relação ao PIB *per capita*, o destaque está no município de Araquari, 2,5 vezes maior que o nível estadual. Os IDMS dos anos de 2016 e 2018 dos municípios integrantes da AMUNESC, bem como o percentual de evolução, estão apresentados no Quadro 51:

Quadro 51 – Evolução do IDMS, municípios da AMUNESC

IDMS	2016	2018	Evolução 16/18 (%)
SANTA CATARINA	61,10%	60,00%	-1,80%
MESORREGIÃO NORTE CATARINENSE	62,30%	61,70%	-0,96%
AMUNESC	66,30%	66,10%	-0,30%
Araquari	61,20%	62,30%	1,80%
Balneário Barra Sul	61,40%	58,20%	-5,21%
Campo Alegre	63,40%	62,90%	-0,79%
Garuva	64,70%	63,00%	-2,63%
Itapoá	67,50%	70,60%	4,59%
Joinville	76,90%	76,70%	-0,26%
Rio Negrinho	64,20%	63,70%	-0,78%
São Bento do Sul	66,60%	64,60%	-3,00%
São Francisco do Sul	72,00%	71,20%	-1,11%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Conforme apresenta o Quadro 51, em 2018, todos os municípios integrantes da AMUNESC mantiveram-se na mesma classificação durante o período. Joinville se manteve no nível “médio alto”, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul se mantiveram no nível “médio” e Araquari, Balneário Barra Sul no nível “médio baixo”. Mas, com exceção de Araquari e Itapoá, todos os demais municípios que estão localizados no entorno de Univille apresentaram uma involução no IDMS para o biênio. O município que apresentou o menor decréscimo foi Joinville (0,26%) e o maior foi Balneário Barra Sul (5,21%).

4.4.5 Entrevista com o coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Univille – *campus* Joinville (Coordenador do Curso – CS4)

O coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Univille – *campus* Joinville atua como docente titular da instituição desde 2001. Possui mestrado em Administração Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, especialização em Gestão estratégica pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação e graduação em Ciências Contábeis pela Univille.

Durante a entrevista, ao ser questionado sobre a existência de disciplinas específicas que abordam a temática ambiental, o professor relatou que tanto no 3º quanto no 4º ano do Curso o aluno elege duas das seguintes disciplinas para cursar: Contabilidade de Agronegócio, Contabilidade de Empresas I e II, Contabilidade Imobiliária, Contabilidade das

Entidades sem Fins Lucrativos, Mercado de Capitais e Contabilidade Ambiental. De acordo com o PPC, as disciplinas eletivas buscam complementar e enriquecer a formação do estudante de Ciências Contábeis na medida em que possibilitam a flexibilidade e autonomia da matriz curricular e diversificam o aprendizado pessoal e profissional (UNIVILLE, 2015). Segundo o coordenador, a disciplina Contabilidade Ambiental é pouco escolhida e, atualmente, não há docente no Curso com expertise para ministrá-la.

Eu estou aqui há 18 anos e posso dizer que nesse período apenas duas vezes essa disciplina foi eleita, tanto que hoje, não tenho professor para ministrá-la. Se por acaso no próximo ano os alunos escolherem essa disciplina como sendo uma eletiva vou ter que buscar alguém no mercado. Não temos na casa um professor que tenha todo o conhecimento para lecionar essa disciplina, lembrando que tem leis específicas para as questões ambientais que são muito rígidas! (Coordenador do Curso – CS4).

Com intuito de reforçar a dificuldade em encontrar um professor que dê conta dos conteúdos da disciplina de Contabilidade Ambiental, o coordenador cita o ocorrido na Vale como exemplo. “Quem é que vai fazer um trabalho na Contabilidade Ambiental que possa retratar todos os impactos que a empresa teve, não somente o impacto físico, mas também o humano nas suas demonstrações contábeis? Então, está faltando mesmo!” (Coordenador do Curso – CS4).

A disciplina eletiva Contabilidade Ambiental possui 36 horas teóricas e 36 horas práticas, perfazendo 72 horas-aula. O Quadro 52 apresenta a ementa da disciplina.

Quadro 52 – Ementa da(s) disciplina(s) com a temática ambiental ofertada(s) na Univille

Disciplina	Contabilidade Ambiental
Ementa	Princípios fundamentais da contabilidade aplicados ao meio ambiente. Plano de Contas. Ativo, Passivo e Demonstração do Resultado Ambiental. Registro de eventos ambientais. Contingências ambientais. Utilização dos recursos naturais. Exaustão. Documentação.

Fonte: Acervo do curso (2019).

O Quadro 53 apresenta a lista de referências utilizadas na disciplina Contabilidade Ambiental.

Quadro 53 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Contabilidade Ambiental

Referências	
Básicas	CARVALHO, M. S. Contabilidade ambiental e relatórios sociais. SP: Atlas, 2012. COSTA, C. A. G. Contabilidade Ambiental. SP: Atlas, 2012. PEREIRA, M. E. Contabilidade e gestão ambiental. SP: Atlas, 2011.

Fonte: Acervo do curso (2019).

Ao observar a ausência dos conteúdos Balanço Social e DVA na ementa a pesquisadora questionou se o conteúdo estava sendo ministrado em outra disciplina. O

coordenador confirmou que esse conteúdo é evidenciado na disciplina Teoria da Contabilidade, no 1º ano, de forma genérica, demonstrando a importância do Balanço Social com foco na inserção das minorias no ambiente empresarial (idosos, negros, mulheres e pessoas com deficiência), mais os aspectos ambientais e treinamentos para que os impactos sejam evitados.

Sinalizou que esses assuntos são citados em praticamente todas as demais disciplinas de modo transversal ao longo do curso, inclusive nas próprias disciplinas de Contabilidade. “Os professores alertam: Ó, dentro do Ativo Intangível tem toda a parte ambiental! ... mas repito, não existe uma preparação específica demonstrando os impactos ambientais ou toda a parte ambiental *versus* leis *versus* o que o Contador deve fazer nesse processo”.

Um exemplo é o estudo que fizemos utilizando o exemplo da empresa Tupy na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis. Estudamos seus números e acabamos falando também da parte ambiental, do minério de ferro, para onde ele vai, como será colocado dentro de um aterro, o aterro foi embargado. Comentamos também isso, mas o foco é análise de como isso impactará a empresa, inclusive na sua imagem (Coordenador do Curso – CS4).

Sobre a vocação industrial de Joinville e, recentemente, o crescimento dos segmentos de comércio e prestação de serviços, o coordenador comentou que durante muitos anos a indústria foi o segmento que impulsionou a economia de Joinville, como por exemplo a Tupy, Tigre, Docol, Dohler, Whirlpool, Schulz, “que de alguma forma contribuíram para o entendimento de que a parte ambiental é forte”, mas que ultimamente a inovação e as empresas *startups* estão aparecendo como oportunidade de negócios.

A Contabilidade Ambiental aparece de forma transversal no currículo do Curso de Ciências Contábeis da Univille, como diz a lei. Em várias disciplinas: Teoria da Contabilidade, Custos e a eletiva Contabilidade Ambiental, que depende da curiosidade ou necessidade do aluno.

Ao ser questionado sobre projetos de pesquisa e extensão na área ambiental, o coordenador afirmou que hoje não há ninguém no Curso que pesquise o assunto ou tenha projetos de extensão. Comenta que o Curso de Direito está atento a esse nicho de mercado e por meio da disciplina Direito Ambiental leva seus alunos para desenvolver projetos de extensão. Comentou:

Uma falha da gente. Estou três anos na coordenação e percebo mais coisas do que quando estava apenas como professor. Isso é uma lacuna enorme! Falamos muito de Contabilidade Ambiental, mas pouco se entende do que ela realmente é e qual sua importância. Isso poderia ser um referencial para o Curso. Então é preciso buscar alguém que tenha *know how* na área, trazer pra cá e fomentar a parte de pesquisa e extensão, inclusive oferecendo projetos de consultoria para as empresas a partir da

compreensão de sua atuação e a relação com o meio ambiente: no caso Tupy a situação do minério, da Dohler a situação dos tecidos e como fazem para tirar a tintura, para onde vai esse produto? (Já vimos algumas vezes no rio uma parte vermelha, uma parte azul), como contabilizam?. Nem o TCC a gente incentiva pesquisar nessa área. É um erro! (Coordenador do Curso – CS4).

Segundo o coordenador, o reflexo de abordar o meio ambiente no Curso de Ciências Contábeis é essencial, visto que cada vez mais fala-se em sustentabilidade, em empresas sustentáveis e

falar sem ter a Contabilidade Ambiental de forma adequada, na sua mente e na sua prática, eu acho meio hipócrita! Mas a sustentabilidade tem que estar ligada com o processo de retorno. Nenhuma empresa, nem ninguém, fará algo para o meio ambiente se não tiver retorno. Nós somos assim. Somos capitalistas. Então temos que levar para o aluno que, se ele fizer a contabilidade adequada, de acordo com as regras e normas contábeis, trará retorno adequado para a empresa. Se ele enxergar isso como um diferencial, começará a investir em trabalhos na área ambiental, buscando mais informações a respeito. Essa é minha visão (Coordenador do Curso – CS4).

4.5 RELATÓRIO DO CASO 5: CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNOCHAPECÓ E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

O Caso 5 (CS5) trata do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó – *campus* Chapecó e seu entorno.

4.5.1 O Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó – *campus* Chapecó

O Curso de bacharelado em Ciências Contábeis da Unochapecó – *campus* Chapecó, oferecido na modalidade presencial, teve seu início em fevereiro de 1974. Possui carga horária mínima de 3.000 horas, integralizadas em oito semestres, conforme matriz curricular. No PPC consta que o Curso tem por objetivo geral

formar profissionais qualificados com expressivo domínio das funções contábeis, criativos, com espírito investigativo, visão crítica da realidade, capazes de implementar e gerir sistemas de informações e de controle gerenciais, exercendo com ética e proficiência as atribuições inerentes à sua formação, prescritas na legislação relativa ao exercício profissional (UNOCHAPECÓ, 2019c).

Os objetivos específicos estão assim delineados:

a) formar profissionais com sólida formação teórico-metodológica por meio do aprofundamento das matrizes do conhecimento que embasam a profissão, consoante aos avanços científicos, tecnológicos e sociais da área contábil;

b) estimular o pensamento crítico, buscando sempre que possível o vínculo dos conteúdos trabalhados com o contexto político, econômico, social e cultural de nossa sociedade e região;

c) capacitar o universitário para o exercício profissional competente nas diversas áreas de atuação da contabilidade;

d) formar profissionais com autonomia intelectual com domínio de conhecimentos técnico-científicos e culturais, com habilidade para o trabalho coletivo e interdisciplinar, requisitos que integram a capacidade para a superação de questões problemáticas que se colocam cotidianamente em seu espaço de atuação profissional e de sua vida;

e) fomentar atividades que desenvolvam o espírito empreendedor do futuro profissional;

f) desenvolver práticas metodológicas que priorizem ações de responsabilidade social, profissionais e corporativas;

g) aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis.

O Curso visa à formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, a qualificação para o exercício profissional embasada no rigor científico e intelectual e nos princípios humanos e éticos. O PPC apresenta as competências desejadas para compor o perfil profissiográfico delineado para o egresso do Curso:

I – compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II – apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III – revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (UNOCHAPECÓ, 2019c).

O documento registra que a origem do perfil delineado para o egresso emerge das demandas do mundo do trabalho, com intuito de atender à necessidade regional circundante à IES no que tange ao campo profissional.

4.5.2 Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

A Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) é uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste) sob o CNPJ nº 82.804.642/0001-08. Criada por Lei Municipal de Chapecó em 1971, possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de assistência social e comunitária.

A Unochapecó foi credenciada no MEC em julho de 1970 e, posteriormente, em outubro de 2014 teve sua origem comunitária reconhecida por meio da Portaria nº 629/Seres/MEC. O último ato de credenciamento da IES se deu em agosto de 2019, por meio da Portaria nº 1.327/MEC. Sua sede está localizada na Servidão Anjo da Guarda, nº 295-D, Bairro EFAPI, município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina (BRASIL, 2018e). A Figura 32 apresenta a vista panorâmica da Unochapecó – *campus* – Chapecó.

Figura 32 – Vista panorâmica da Unochapecó – *campus* Chapecó



Fonte: Unochapecó (2019a).

Sua origem teve aporte advindo das lideranças locais que buscavam ofertar educação à população regional. Atualmente está localizada em diferentes *campi*³¹, contribuindo com o desenvolvimento do oeste catarinense (UNOCHAPECÓ, 2019a). O Quadro 54 apresenta a identidade visual da Unochapecó, sua missão, visão e valores.

³¹ Além da sede no município de Chapecó, a Unochapecó está presente nas cidades de Campo Erê, Biguaçu, Catanduvás, Descanso, Florianópolis, São Lourenço do Oeste e Xaxim.

Quadro 54 - Diretrizes da Unochapecó

Diretrizes	
Identidade visual	
Missão	Produzir e difundir conhecimento, contribuindo com o desenvolvimento regional sustentável e a formação profissional cidadã.
Visão	Ser referência como universidade comunitária, democrática, inovadora, empreendedora e internacionalizada, reconhecida pela sua qualidade acadêmica no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo soluções transformadoras com a sociedade.
Valores	Ética; Transparência; Equidade; Prestação de Contas; Conformidade; Respeito à diversidade cultural; Pluralidade e Integridade.

Fonte: Adaptado de Unochapecó (2019a).

A Unochapecó declara em seu Estatuto que os eixos norteadores da gestão estão pautados na formação profissional cidadã, na gestão democrática, participativa e eficiente, no compromisso com o desenvolvimento regional, na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na garantia de meios de acesso e permanência na Unochapecó, no pluralismo, autonomia, interdisciplinaridade, na avaliação institucional permanente e na diversidade. (UNOCHAPECÓ, 2019b).

A IES possui aproximadamente 9.200 mil alunos distribuídos em seus *campi* nos mais de 40 cursos superiores, 41 cursos de especialização/aperfeiçoamento e sete mestrados. A infraestrutura é composta por 68 mil m² de área (UNOCHAPECÓ, 2019a).

O PDI da Unochapecó, para o período de 2019-2023, define como região de abrangência da Unochapecó os municípios da macrorregião Oeste de SC e também parte dos municípios próximos da divisa com os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Aponta como setores estratégicos de Chapecó a fabricação de produtos alimentícios, metalmecânico, comércio varejista, transporte rodoviário de cargas, tecnologia da informação e construção civil.

Destaca o polo agroindustrial, a exportação de produtos alimentícios e industrializados de natureza animal (Capital Latino-Americana de produção de aves e centro brasileiro de pesquisas agropecuárias) e o crescente número de *startups* de produção tecnológica. O PDI descreve que o crescimento populacional em Chapecó tem provocado impactos ambientais, como: implantação de loteamentos sem planejamento; aumento da geração de resíduos sólidos sem correta separação e destino; rede de esgoto domiciliar insuficiente acarretando poluição nos mananciais, córregos, rios e riachos (UNOCHAPECÓ, 2019d).

A administração geral da instituição é exercida pelo Conselho Universitário, composto pelo Reitor (presidente), três Vice-reitores, 16 representantes docentes (no mínimo um por área do conhecimento), o presidente do Diretório Central dos Estudantes, um representante discente por área do conhecimento e cinco representantes do pessoal técnico administrativo. O Conselho Universitário é a instância superior em matéria acadêmica, administrativa, financeira e disciplinar, de natureza normativa, consultiva e deliberativa. No âmbito dos cursos, a gestão é conduzida pelo Colegiado de Curso (órgão consultivo) e pela Coordenação de Curso (órgão executivo). As áreas do conhecimento estão divididas em: Ciências Exatas e Ambientais; Ciências Humanas e Jurídicas; Ciências da Saúde; Ciências Sociais Aplicadas (UNOCHAPECÓ, 2019b).

4.5.3 Contexto Local da Unochapecó

A sede da Unochapecó está localizada no município de Chapecó, na região Oeste de Santa Catarina, mesorregião Oeste. O processo de ocupação da região oeste catarinense e da cidade de Chapecó, habitada originalmente pelos índios Kaingang, foi cercada de disputas litigiosas territoriais, inicialmente entre Argentina e Brasil (1869-1895) e, posteriormente, pelos estados do Paraná e Santa Catarina (1890-1916), que deram origem à Guerra do Contestado (1912-1916).

Com o intuito de ocupar as terras de Chapecó, a companhia Colonizadora Bertaso e Maia Ltda atraiu descendentes de europeus que residiam no Rio Grande do Sul para o município. A migração se deu por diversos motivos, especialmente pela dificuldade de terras produtivas no estado gaúcho e pelo seu valor elevado. A maioria dos colonizadores de origem alemã, italiana e polonesa imprimiram um novo perfil socioeconômico para a região, “que saiu do modo de produção extremamente vinculado à cultura de subsistência para o modelo mercantil” (VILLELA, 2014).

O município de Chapecó, na atualidade, sedia as principais empresas processadoras e exportadoras de suínos, aves e derivados do Brasil, sendo reconhecida internacionalmente. O setor metal-mecânico está surgindo como alternativa de desenvolvimento e vem se especializando na produção de equipamentos para frigoríficos. Possui diversos eventos que atraem milhares de visitantes todos os anos, como por exemplo a Festa do Frango e do Peru e a Exposição-Feira Agropecuária, Comercial e Industrial.

Chapecó, conforme o IBGE (2019), possui 624,846 km², com uma população de 183.530 habitantes residentes, conforme o Censo realizado em 2010, resultando uma densidade demográfica de 293,15 habitantes por km² (IBGE, 2019).

O Quadro 55 apresenta o PIB total do município, que mostra a capacidade produtiva de sua economia, somando os valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um período e a sua distribuição setorial, além do PIB *per capita*, que divide o valor do PIB anual pelo total da população.

Quadro 55 - PIB, PIB *per capita* e PIB setorial de Chapecó em 2016

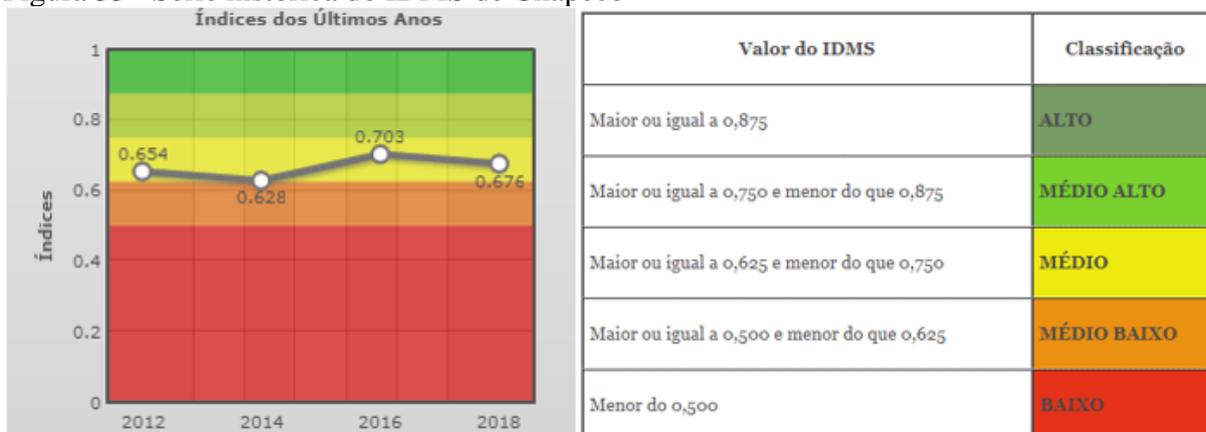
Município	Chapecó		
Produto Interno Bruto (2016)	R\$	%	Ranking Estadual
PIB a preços correntes	8.317.903.390,00	100	6°
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	1.046.233.100,00	12,58	7°
PIB <i>per capita</i>	39.693,55		46°
Valor adicionado bruto a preços correntes	7.271.670.290,00	100	6°
Agropecuária	223.220.400,00	3,07	6°
Indústria	1.937.686.370,00	26,65	5°
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	4.179.369.590,00	57,47	6°
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	931.393.930,00	12,81	6°

Fonte: IBGE (2019) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Na economia, Chapecó se destaca por ser o município com maior arrecadação de impostos de Santa Catarina. No que diz respeito ao PIB preços correntes, Chapecó ocupa a sexta colocação no *ranking* estadual. No que tange à distribuição do valor adicionado dentre as atividades econômicas, o setor de serviços é o que se destaca em Chapecó, sendo responsável pela sexta posição no cenário estadual (57,47%).

O IDMS de Chapecó, em 2018, era de 67,60%, representando, conforme classificação do SIDEMS, um nível “médio” de sustentabilidade. A Figura 33 apresenta a série histórica do IDMS de Chapecó desde o ano 2012 até 2018, bem como a classificação do nível de sustentabilidade, ilustrada por cores.

Figura 33 - Série histórica do IDMS de Chapecó



Fonte: FECAM (2019).

Observa-se na Figura 33 que o município de Chapecó, nos anos analisados, vem permeando entre os níveis “médio baixo” e “médio” na classificação de sustentabilidade, apesar de ter tido uma involução de 3,84% de 2016 para 2018.

Dentre as dimensões que compõem o IDMS, a **Dimensão Sociocultural** avalia importantes subdimensões, como educação, saúde, cultura e habitação. Conforme apresentado no Quadro 56, o município de Chapecó apresentou um decréscimo de 1,53% neste quesito se comparados os últimos dois anos (2016-2018).

Quadro 56 - IDMS de Chapecó, Dimensão Sociocultural

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Sociocultural	81,20%	79,90%	-1,60%
Subdimensão Educação	82,00%	80,80%	-1,47%
Subdimensão Saúde	76,40%	74,80%	-2,09%
Subdimensão Cultura	84,40%	82,80%	-1,90%
Subdimensão Habitação	90,90%	90,90%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 56 que a queda no nível de sustentabilidade no período 2016-2018 no que tange à Dimensão Sociocultural deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Saúde. Nesta Subdimensão, que envolve a cobertura da atenção básica; os fatores de risco e proteção; morbidade e mortalidade, mesmo o município apresentando um decréscimo de 2,09% em seu desempenho manteve-se no nível de sustentabilidade “médio

alto”. A variável que contribuiu para o resultado foi: a) a taxa de cobertura de vacinas do município, que decaiu 42,59% no período (FECAM, 2019).

Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Educação, que contempla os indicadores de acesso e permanência escolar; desempenho; infraestrutura escolar e qualidade de ensino, Chapecó sofreu um decréscimo de 1,47% em seu processo de desenvolvimento sustentável, permanecendo no nível “médio alto”.

Conforme consta no relatório da FECAM (2019), as principais variáveis que contribuíram para esse resultado foram: a) Unidades Escolares com Estruturas Mínimas Adequadas, que considera a existência de estruturas mínimas nas escolas para assegurar o funcionamento de suas aulas e proporcionar aprendizado de qualidade para seus alunos, que reduziu em 22,37% de 2016 para 2018.

As estruturas consideradas para análise são: a) acesso à internet; alimentação; banheiros dentro do prédio da escola; biblioteca; energia elétrica (rede pública, gerador e outros); laboratório de informática; quadra de esportes (coberta ou descoberta); rede pública de água; rede pública de esgoto ou fossa séptica; sala dos professores; b) Docentes com Curso Superior – Ensino Médio, variável que corresponde à relação percentual entre o número de docentes com curso superior e o total de professores no Ensino Médio, que reduziu aproximadamente 45% no período.

Neste item, ressalta-se que o município de Chapecó possuía, em 2016, 43,30% dos docentes do ensino médio com curso superior, ao passo que em 2018 deteve apenas 23,40%, muito aquém do considerado ideal pela FECAM (2019) para a parametrização do índice (100%). Este resultado não condiz com um município que dispõe de duas Universidades Comunitárias com condições de formar professores, a Unochapecó e a Unoesc.

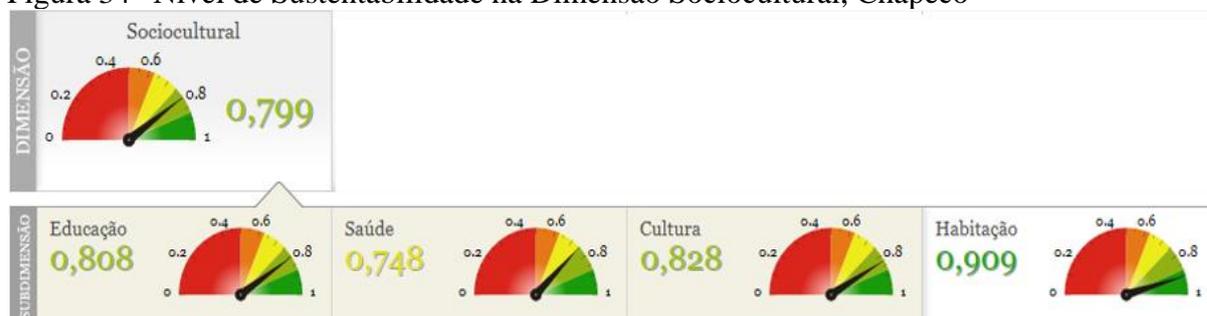
Outra variável que chama atenção é o abandono escolar no ensino médio. Em 2016, de acordo com a FECAM (2019), nenhum estudante concluiu o ano letivo, em 2018 este índice, embora tenha sofrido uma leve melhora (15,10% dos estudantes concluíram o ano letivo no ensino médio), ainda está muito aquém do ideal, o que coloca o município no nível “baixo” de sustentabilidade.

Em relação à Subdimensão Cultura, que envolve a estrutura de gestão para promoção da cultura; infraestrutura cultural; iniciativas da sociedade e recursos investidos na cultura, o município apresentou um decréscimo de 1,09% em seu desempenho. A principal variável que contribuiu para o resultado foi: Investimento em Cultura sobre a Receita Líquida, que considera o total de despesas orçamentárias por função, classificadas como Cultura sobre a Receita Corrente Líquida, que decaiu 43,28% no período (FECAM, 2019).

No tocante à Subdimensão Habitação, que avalia a estrutura de gestão para políticas habitacionais e a qualidade habitacional, identificou-se que Chapecó manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (90,90%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Chapecó no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio alto” de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural (79,90%), composto pelas subdimensões: a) Educação (80,80% - nível “médio alto”); b) Saúde (74,80% - nível “médio”); c) Cultura (82,80% - nível “médio alto”) e d) Habitação (90,90% - nível “alto”), conforme apresenta a Figura 34.

Figura 34 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Chapecó



Fonte: FECAM (2019).

Outra dimensão que integra o IDMS é a **Dimensão Econômica**, composta apenas pela Subdimensão Economia, a qual compreende os indicadores relacionados ao nível de renda, dinamismo econômico e agregação de valor econômico. Conforme apresentado no Quadro 57, o município de Chapecó apresentou um decréscimo de 4,61% em seu processo de desenvolvimento sustentável nesta dimensão, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 57 - IDMS de Chapecó, Dimensão Econômica

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Econômica	67,20%	64,10%	-4,61%
Subdimensão Economia	67,20%	64,10%	-4,61%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que contribuíram para o decréscimo do nível de sustentabilidade da Dimensão Econômica de Chapecó entre os anos de 2016 e 2018 foram: a) crescimento do PIB, que considera a evolução dos agregados econômicos e mensura a formação de riqueza dos municípios, que decaiu 94,86%; b) evolução dos estabelecimentos empresariais, que

retrocedeu 29,94%, e c) remuneração média dos trabalhadores formais sofreu involução de 10,55%, embora tenha tido leve evolução dos empregos formais no exercício em relação ao exercício anterior (6,61%). (FECAM, 2019).

A **Dimensão Ambiental** é composta apenas pela Subdimensão Meio Ambiente, a qual compreende os indicadores relacionados à cobertura de saneamento básico, gestão ambiental e preservação ambiental. Conforme apresentado no Quadro 58, o município de Chapecó manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (64,50%), permanecendo no nível “médio” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Quadro 58 - IDMS de Chapecó, Dimensão Ambiental

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Ambiental	64,50%	64,50%	0,00%
Subdimensão Meio Ambiente	64,50%	64,50%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que merecem atenção nesta Subdimensão em Chapecó envolvem, de acordo com a FECAM (2019), a inexistência da Agenda 21 Local, o percentual de domicílios particulares com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica (37,10%) e o percentual de domicílios atendidos pela rede pública de água (68,70%).

A **Dimensão Político Institucional** avalia importantes subdimensões, como finanças públicas, gestão pública e participação social. Conforme apresentado no Quadro 59, o município de Chapecó apresentou um decréscimo de 9,49% neste quesito, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 59 - IDMS de Chapecó, Dimensão Político Institucional

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Político Institucional	68,50%	62,00%	-9,49%
Subdimensão Finanças Públicas	66,10%	56,20%	-14,98%
Subdimensão Gestão Pública	89,10%	89,10%	0,00%
Subdimensão Participação Social	51,20%	42,70%	-16,60%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 59 que a queda no nível de sustentabilidade entre os anos de 2016 e 2018, em Chapecó, no que tange à Dimensão Político Institucional, deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Participação Social, que envolve a participação eleitoral e a representatividade de gêneros. O município apresentou um decréscimo de 16,60%, decaindo do nível “médio baixo” de sustentabilidade para “baixo”. A principal variável que contribuiu para este resultado foi a participação da população nos pleitos eleitorais, que retrocedeu 35,71% (FECAM, 2019).

Chapecó, na Subdimensão Finanças Públicas, que contempla os indicadores de capacidade de receita; estímulo ao investimento e saúde financeira, sofreu um decréscimo de 14,98% em seu processo de desenvolvimento sustentável, decaindo do nível “médio” para “médio baixo”. Conforme consta no relatório da FECAM (2019), as principais variáveis que contribuíram para este resultado foram: a) receita comprometida com folha de pessoal, 73,30% superior a 2016, e b) investimento público sobre a receita corrente líquida, que foi de apenas 11,30% em 2018 (49% menor que em 2016) (FECAM, 2019).

No tocante à Subdimensão Gestão Pública, que avalia a articulação de Chapecó com o exterior; a capacidade de planejamento; a gestão financeira; o governo eletrônico e a qualidade do quadro funcional, identificou-se que o município manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (89,10%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Sobre o comprometimento com gastos de pessoal no município de Chapecó em 2018, observa-se uma desconformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida popularmente como Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (BRASIL, 2000). Esta Lei, em seu art. 19, determina que o limite máximo de despesa com pessoal³² no poder executivo municipal não pode exceder a 54% da Receita Corrente Líquida. Chapecó ultrapassou em 26,7% do permitido, o que contribuiu para o nível “médio baixo” de sustentabilidade nesta dimensão.

Em resumo, o município de Chapecó no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio baixo” de sustentabilidade na Dimensão Político Institucional (62,00%),

³² A Lei de Responsabilidade Fiscal compreende como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência (BRASIL, 2000).

composto pelas subdivisões: a) Finanças Públicas (56,20% - nível “médio baixo”); b) Gestão Pública (89,10% - nível “alto”) e c) Participação Social (42,70% - nível “baixo”), conforme apresenta a Figura 35.

Figura 35 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Chapecó



Fonte: FECAM (2019).

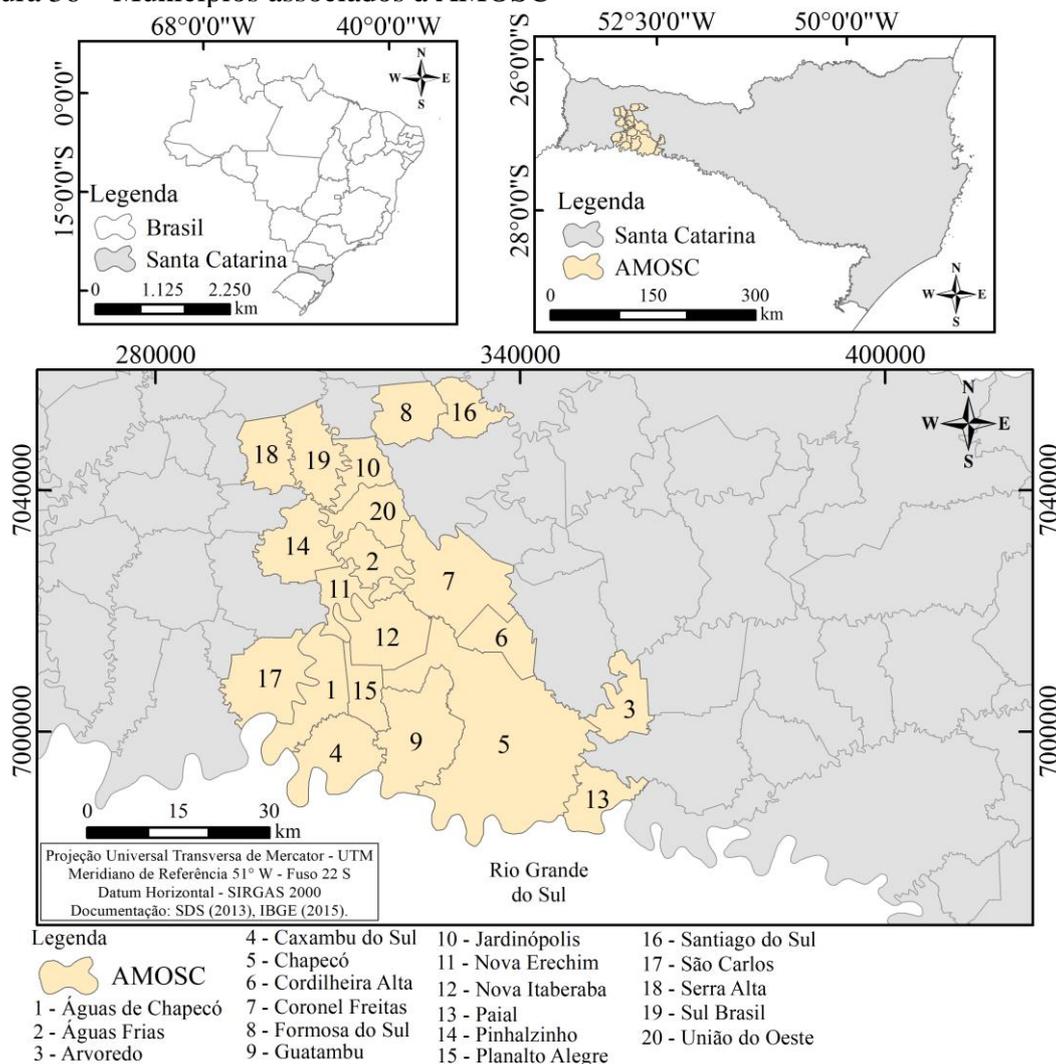
4.5.4 Contexto Regional da Unochapecó

A sede da Unochapecó está localizada na cidade de Chapecó, um dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) juntamente com Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo³³, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste (AMOSC, 2019).

A AMOSC, com sede em Chapecó, foi fundada em 1968 com o propósito de defender os interesses institucionais dos municípios filiados (AMOSC, 2019). A Figura 36 apresenta a localização dos municípios associados à AMOSC.

³³ O município de Arvoredo foi filiado na AMOSC no ano de 2015 e o de Paial em 2018.

Figura 36 – Municípios associados à AMOSC



Fonte: Elaboração LabPGT/UNESC (2020).

A AMOSC mantém-se exclusivamente com recursos dos municípios consorciados. A associação tem por objetivos: a) defesa institucional, ampliação e fortalecimento da capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, com a promoção da modernização administrativa municipal; b) mobilização para a atuação conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo regional; c) coordenação e estabelecimento conjunto de medidas e políticas públicas visando ao desenvolvimento integrado da microrregião; d) participação em convênios e contratos de interesse dos associados; e) promoção de iniciativas para elevar as condições de bem estar socioeconômico da comunidade; f) execução e elaboração de projetos, planos, programas e prestação de serviços técnicos especializados; g) cooperação intermunicipal e intergovernamental, com ações de colaboração na divulgação das normas e exigências técnicas e legais dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira aos municípios associados; h) reivindicação e gestão de recursos técnicos e financeiros do Estado e da União, mediante acordos, convênios ou contratos; i) reivindicação

para a descentralização de serviços públicos estaduais e federais, de interesse dos municípios associados; j) estímulo e promoção do intercâmbio técnico-administrativo; k) elaboração, proposição de estudos e levantamentos socioeconômicos e políticos regionais (AMOSC, 2019).

O município mais populoso da AMOSC é Chapecó, que ocupa também a 6ª posição no *ranking* estadual (IBGE, 2019). A cidade, considerada a Capital Latino-Americana de Produção de Aves e Centro Brasileiro de Pesquisas Agropecuárias, é também grande exportadora de produtos alimentícios industrializados de natureza animal, ocupando lugar de destaque na economia catarinense.

O Quadro 60 apresenta a população dos municípios que integram a AMOSC, conforme o Censo (2010) e a riqueza gerada na região.

Quadro 60 - População, PIB e PIB *per capita*, municípios da AMOSC

Município	População (Censo 2010)	PIB (2016)	PIB <i>per capita</i> (2016)
Santa Catarina	6.248.436	256.661.000.000,00	37.140,00
Águas de Chapecó	6.110	100.876.660,00	15.732,48
Águas Frias	2.424	87.691.340,00	36.583,79
Arvoredo	2.260	91.584.260,00	40.416,71
Caxambu do Sul	4.411	108.931.310,00	27.654,56
Chapecó	183.530	8.317.903.390,00	39.693,55
Cordilheira Alta	3.767	188.245.250,00	44.261,76
Coronel Freitas	10.213	258.007.030,00	25.381,90
Formosa do Sul	2.601	51.699.520,00	20.179,36
Guatambu	4.679	241.491.160,00	50.990,53
Jardinópolis	1.766	45.596.160,00	27.650,79
Nova Erechim	4.275	161.263.470,00	33.568,58
Nova Itaberaba	4.267	107.964.250,00	24.882,29
Paial	1.763	36.184.260,00	22.516,65
Pinhalzinho	16.332	942.606.520,00	49.338,21
Planalto Alegre	2.654	54.974.030,00	19.473,62
Santiago do Sul	1.465	32.108.970,00	23.944,05
São Carlos	10.291	291.354.360,00	26.395,58
Serra Alta	3.285	109.435.320,00	33.092,02
Sul Brasil	2.766	82.175.710,00	31.764,87
União do Oeste	2.910	57.062.360,00	21.532,97

Fonte: IBGE (2019).

Observa-se por meio do Quadro 60 que a riqueza gerada na região não é concentrada, destacando-se especialmente Guatambu e Pinhalzinho, seguido de Cordilheira Alta, Arvoredo e Chapecó com PIB *per capita* maior que o nível catarinense.

Os IDMS dos anos de 2016 e 2018 dos municípios integrantes da AMOSC, bem como o percentual de evolução, estão apresentados no Quadro 61:

Quadro 61 - Evolução do IDMS, municípios da AMOSC

IDMS	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
SANTA CATARINA	61,10%	60,00%	-1,80%
MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	59,60%	58,70%	-1,51%
AMOSC	60,20%	59,40%	-1,33%
Águas de Chapecó	48,40%	48,10%	-0,62%
Águas Frias	56,60%	57,30%	1,24%
Arvoredo	57,30%	57,90%	1,05%
Caxambu do Sul	59,60%	57,00%	-4,36%
Chapecó	70,30%	67,60%	-3,84%
Cordilheira Alta	67,40%	64,90%	-3,71%
Coronel Freitas	62,10%	59,10%	-4,83%
Formosa do Sul	63,60%	62,60%	-1,57%
Guatambu	56,20%	53,30%	-5,16%
Jardinópolis	59,40%	59,30%	-0,17%
Nova Erechim	69,80%	69,30%	-0,72%
Nova Itaberaba	58,60%	59,90%	2,22%
Paial	60,00%	61,40%	2,33%
Pinhalzinho	65,80%	62,80%	-4,56%
Planalto Alegre	58,90%	57,70%	-2,04%
Santiago do Sul	55,80%	55,40%	-0,72%
São Carlos	65,00%	65,10%	0,15%
Serra Alta	59,50%	60,50%	1,68%
Sul Brasil	55,50%	56,60%	1,98%
União do Oeste	55,10%	52,80%	-4,17%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Conforme o Quadro 61, em 2018, com exceção de Formosa do Sul e Pinhalzinho, que decaíram na escala de classificação de sustentabilidade de “médio” para “médio baixo”, os demais municípios integrantes da AMOSC mantiveram-se na mesma classificação de 2016, inclusive Águas de Chapecó, que permaneceu com nível “baixo”. Dos 20 municípios que estão localizados no entorno da Unochapecó, 13 apresentaram uma involução no IDMS para o biênio. O município que apresentou o menor decréscimo foi São Carlos (0,31%) e o maior foi Coronel Freitas (4,83%).

4.5.5 Entrevista com a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó – campus Chapecó (Coordenador do Curso – CS5)

A coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó – campus Chapecó atua como docente titular da instituição desde 2012. Possui mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e graduação em Ciências Contábeis pela Unochapecó.

Antes de iniciar a entrevista, a coordenadora questionou a pesquisadora se havia um roteiro contendo as perguntas que seriam formuladas, o que foi respondido positivamente. Ela então solicitou o roteiro e mencionou que gostaria de responder as questões na sequência que se apresentava, o que foi prontamente aceito.

O primeiro questionamento abordava a existência de disciplina específica ou conteúdos transversais que abordam a temática ambiental. A coordenadora fez o seguinte esclarecimento:

Sim, nós temos duas disciplinas. A primeira delas é institucional, ministrada no 3º semestre: Responsabilidade Socioambiental está focada na educação ambiental. E a nossa (do Curso) chama-se Responsabilidade Social Corporativa, ofertada no 5º semestre, com foco empresarial na qual trabalhamos com os Relatórios de Sustentabilidade, Balanço Social, Indicadores, entre outros conteúdos relacionados ao tema, ambas com 02 créditos (Coordenadora do Curso - CS5).

Portanto, constatou-se que há duas disciplinas sendo oferecidas na matriz curricular vigente: **Responsabilidade Socioambiental** e **Responsabilidade Social Corporativa**, ambas obrigatórias, com dois créditos e carga horária de 40 horas cada, sendo ofertadas no 3º e no 5º semestre, respectivamente.

A coordenadora explicou que as duas disciplinas são realizadas presencialmente. O Curso realizado integralmente na modalidade de Ensino a Distância (EAD) está separado do ensino presencial, e o Curso presencial é totalmente ministrado presencialmente. Comentou a possibilidade de os alunos matriculados no Curso presencial cursarem alguma disciplina isolada no Curso EAD em caso de necessidade, mas são exceções.

Dando continuidade, mencionou que o docente que ministra a disciplina institucional não necessariamente possui formação em Ciências Contábeis ou nas áreas correlatas, e por essa razão os conteúdos estão voltados para algo de interesse das demais áreas, como a educação ambiental e os diversos eventos que envolvem o tema, ao passo que a disciplina ofertada pelo Curso trata das demonstrações específicas do Contador, como o Balanço Social,

DVA e sua participação no contexto empresarial. O Quadro 62 apresenta o objetivo geral e as ementas das disciplinas.

Quadro 62 – Objetivo Geral e Ementa da(s) disciplina(s) com a temática ambiental ofertada(s) na Unochapecó

Disciplina	Responsabilidade Socioambiental
Objetivo geral	Indisponível por se tratar de disciplina institucional.
Ementa	Histórico, definição e objetivos da educação ambiental. Metodologias e epistemologias da Educação Ambiental: interdisciplinaridade e transversalidade. A crise socioambiental e civilizatória: causa e cenários, atuais e futuros. Responsabilidade e gestão ambiental pública e privada. A formação do sujeito ecológico. Reflexão sobre responsabilidade social e ambiental no Brasil e no mundo.
Disciplina	Responsabilidade Social Corporativa
Objetivo geral	Desenvolver projetos de responsabilidade socioambiental em organizações de distintos segmentos econômicos.
Ementa	A responsabilidade socioambiental e a função empresarial. Elaboração e avaliação de projetos de responsabilidade socioambiental empresarial. Responsabilidade socioambiental e o planejamento estratégico. Práticas corporativas de responsabilidade socioambiental. Relatórios de Sustentabilidade. Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado.

Fonte: Acervo do curso (2019).

A disciplina Responsabilidade Socioambiental oferecida em todos os cursos da Unochapecó objetiva atender o MEC e a Responsabilidade Social Corporativa busca atender as prerrogativas do mercado de trabalho para o Contador. “O Contador precisa ser bom não só na contabilidade, ele tem que ter outros conhecimentos, como um pouco de direito, da contabilidade ambiental para fazer os relatórios, da psicologia para saber trabalhar com pessoas” (Coordenadora do Curso - CS5).

Cabe salientar que, em análise da matriz atual, observou-se que a disciplina Estrutura das Demonstrações Contábeis também contempla em sua ementa a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social.

O Quadro 63 apresenta as Referências utilizadas na disciplina Responsabilidade Social Corporativa.

Quadro 63 - Referências utilizadas na disciplina Responsabilidade Social Corporativa

Referências	
Básicas	ASHLEY, P. A. Ética e responsabilidade social nos negócios. SP: Saraiva, 2003. BARBIERI, J.C.; Gestão ambiental empresarial. Conceitos, modelos e instrumentos. SP: Saraiva, 2004. FERREIRA, A.C.S. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. SP: Atlas, 2011.
Complementares	FERREIRA, A.C.S; SIQUEIRA, J.R.M; GOMES, M. Z. (Org.). Contabilidade ambiental e relatórios sociais. 2. ed. SP: Atlas, 2012. KROETZ, C.E.S. Balanço Social: teoria e prática. SP: Atlas, 2000. RIBEIRO, M.S. Contabilidade ambiental. SP: Saraiva, 2006. SILVA, C.A.T; FREIRE, F. S. (Org.). Balanço Social: teoria e prática. SP: Atlas, 2001. TINOCO, J.E.P. Balanço Social e o relatório de sustentabilidade. SP: Atlas, 2010.

Fonte: Acervo do curso (2019).

No que diz respeito à extensão, o curso desenvolve a extensão por meio do Projeto Ciências Contábeis em Ação, que visa auxiliar as organizações e a comunidade em geral a analisar, interpretar e utilizar ferramentas de controle financeiro, contábil e patrimonial, visando melhores práticas na gestão econômica, social e ambiental. A coordenadora explicou que cada período (turma) tem uma ação diferenciada. Uma turma trabalha o Projeto Calouros em Ação, voltado para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, outra turma abraça a causa da campanha do CRC junto a crianças e idosos, outra a reciclagem de lixo, ou ações na APAE, entre outros.

O principal motivo de mantermos vivo esse projeto dentro do curso, é pensando em tornar nossos alunos pessoas melhores, para que eles se formem seres humanos melhores. Queremos que eles tenham a sensibilidade de olhar para o lado, para as pessoas que precisam e não só aqui dentro da universidade, mas lá fora também. Tem dado muito certo, mudou o perfil dos nossos alunos, sensibilizou mais para a questão social. Estamos bem contentes (Coordenadora do Curso - CS5).

Em relação às pesquisas, a coordenadora comentou que a Unochapecó oferece mestrado em Ciências Contábeis, com oferta da disciplina Contabilidade Ambiental, o que proporciona vários artigos e dissertações na área. No Curso de Ciências Contábeis há, também, uma linha de pesquisa em Contabilidade Ambiental, que oportuniza a elaboração de vários TCCs. Os professores lecionam em ambos os cursos, alinhando as pesquisas do *stricto sensu* com as da graduação.

A pesquisadora comentou que ao consultar o currículo *lattes* da entrevistada observou que havia várias produções na área e questionou se as pesquisas são aplicadas buscando contribuir nas resoluções de problemas das empresas locais. A resposta foi afirmativa, mas a coordenadora explicou que na maior parte dos trabalhos o olhar está nos relatórios das empresas listadas na Bovespa, objetivando identificar suas práticas e tentar

alinhar com as das empresas locais, sugerindo a aplicabilidade do modelo pesquisado em suas práticas.

“Já tentamos pesquisar regionalmente, mas como as empresas locais não divulgam suas ações fica difícil. Acho que vai demorar um pouquinho mais” (Coordenadora do Curso - CS5). Essa dificuldade encontrada fez com que a coordenadora estabelecesse uma parceria com a ACIC, que acabou sendo institucionalizada pela universidade, para criar o Prêmio ACIC/Unochapecó de Sustentabilidade UNOCHAPECÓ-ACIC, premiando empresas com melhores práticas sociais e ambientais.

Ao ser questionada sobre os principais problemas socioambientais do entorno da universidade, a coordenadora relatou que não há um problema específico grave. As empresas e cooperativas agropecuárias (frango e suíno) têm respeitado o meio ambiente e os trabalhadores.

Por fim, para a coordenadora o reflexo de abordar a questão ambiental no currículo formativo do Contador é importante especialmente para a sustentabilidade, que é um tema discutido mundialmente, e o Contador está diretamente envolvido por trabalhar nas empresas que, em grande parte, são responsáveis pelos impactos ambientais.

Penso que o social e o ambiental estão ligados. Quando a gente vê empresas dando um jeitinho de jogar rejeitos no rio, quando não respeitam a saúde do trabalhador...é complicado! Precisamos sensibilizar nossos alunos que estarão diretamente nas empresas para provocar seus superiores e proprietários acerca da sustentabilidade, além de emitir os relatórios e utilizá-los como forma boa de *marketing*, para mostrar que a empresa é sustentável, que cuida do meio ambiente e das pessoas e assim vai ajudar na valorização da marca, tornando o ciclo virtuoso (Coordenadora do Curso - CS5).

4.6 RELATÓRIO DO CASO 6 (CS6): CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNOESC E SEU CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

O Caso 6 (CS6) trata do Curso de Ciências Contábeis da Unoesc – *campus* Joaçaba e seu entorno.

4.6.1 O Curso de Ciências Contábeis da Unoesc – *campus* Chapecó

O Curso de bacharelado em Ciências Contábeis da Unoesc – *campus* Chapecó, oferecido na modalidade presencial foi reconhecido pelo MEC em 1978. Possui carga horária mínima de 3.300 horas, integralizadas em oito semestres. O curso promove amplo conhecimento na área, com conteúdos específicos e práticos, por meio de estágios, visitas

técnicas e atividades em laboratório com o objetivo de tornar o profissional capaz de compreender as dinâmicas do mercado nacional e internacional, gerando informações confiáveis para a tomada de decisão (UNOESC, 2019a).

Possui sua matriz curricular dividida em componentes específicos do curso; componentes de outros cursos; componentes *mix* (parte presencial e parte digital); estudo dirigido digital; componentes que complementam a formação em qualquer curso da IES; componentes que complementam a formação em qualquer curso de área afim; atividades complementares abertas; estágio curricular e trabalho de conclusão de curso, conforme apresenta a Figura 37.

Figura 37 – Componentes da Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da Unoesc



Fonte: Unoesc (2019a).

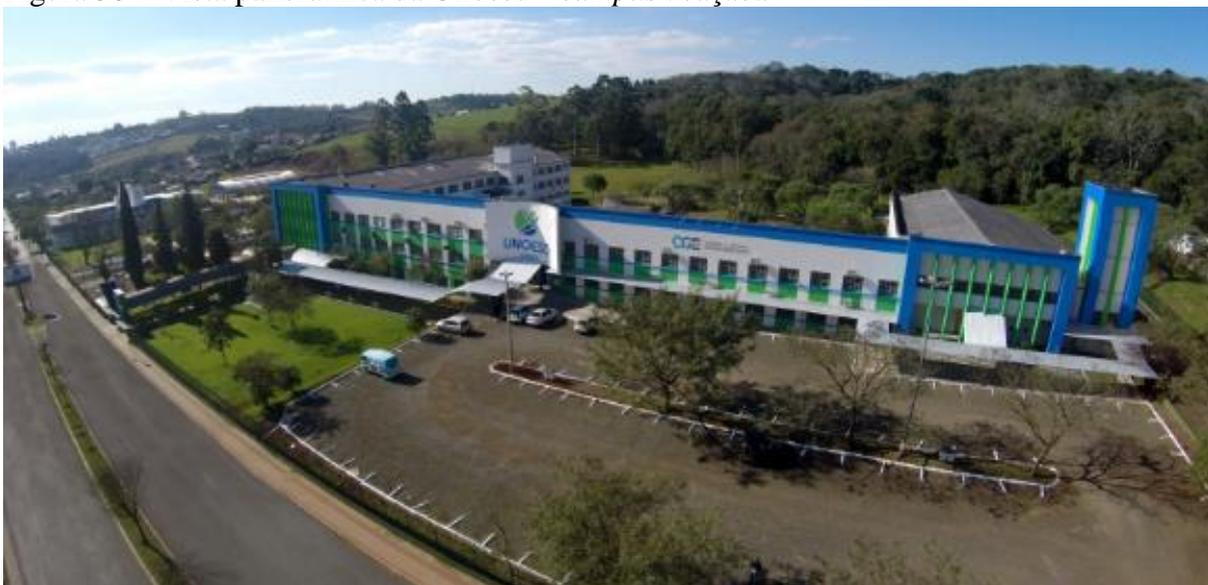
4.6.2 Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

A Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) é uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina sob o CNPJ nº 84.592.369/0001-20 (BRASIL, 2018e). A ideia de criação da Unoesc teve origem na década de 1960 em razão da demanda regional. Na época, a educação superior era ofertada em pequenas instituições isoladas em alguns municípios da região que se uniram para criar a Universidade, em um modelo *multicampi*, integrando inicialmente três fundações

educacionais: 1) Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC), sediada em Joaçaba; 2) Fundação Educação Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (Femarp), sediada em Videira, e 3) Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), com sede em Chapecó.

Em 1998, juntaram-se ao grupo a Fundação de Ensino do Extremo Oeste Catarinense (Funesc), sediada em São Miguel do Oeste, e a Fundação de Ensino dos Municípios do Alto Irani (Femai), com sede em Xanxerê. Posteriormente, em 2001, a Fundeste separou-se da Unoesc, constituindo a sua própria universidade. Cabe salientar que, mesmo com a saída da Fundeste, a Unoesc não deixou de atuar em Chapecó com seu *campus* universitário (UNOESC, 2019b). A Figura 38 apresenta a vista panorâmica da Unoesc – *campus* Joaçaba.

Figura 38 – Vista panorâmica da Unoesc – *campus* Joaçaba



Fonte: Unoesc (2019b).

A Unoesc foi credenciada no MEC em maio de 1996 e, posteriormente, em outubro de 2014 teve sua origem comunitária reconhecida por meio da Portaria nº 634/Seres/MEC (BRASIL, 2018e). O último ato de credenciamento da IES se deu em agosto de 2018, por meio da Portaria nº 1384/MEC. Caracteriza-se como Universidade comunitária, privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 2125, bairro Flor da Serra, município de Joaçaba, no Estado de Santa Catarina (BRASIL, 2018e).

O Quadro 64 apresenta a identidade visual da Unoesc, bem como sua missão, visão e valores que norteiam suas práticas.

Quadro 64 - Diretrizes da Unoesc

Diretrizes	
Identidade visual	
Missão	Promover a formação humana e profissional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando conhecimento para o desenvolvimento regional com sustentabilidade.
Visão	Ser a melhor instituição de ensino superior no Oeste de Santa Catarina, reconhecida pela sua relevância social como agente do desenvolvimento regional.
Valores	Ética: fundamentar as ações e os resultados na honestidade e na justiça; Humanismo: cuidado com a vida; Cooperação: capacidade de atuar em equipe; Comprometimento: atuar com profissionalismo para atingir objetivos; Responsabilidade social: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida; Inovação: inovar com criatividade, flexibilidade e capacidade de adaptar-se a novas situações e Solidez: garantir viabilidade presente e futura.

Fonte: Adaptado de Unoesc (2019b).

A Unoesc declara-se comprometida com a responsabilidade social junto à comunidade regional; na promoção da inclusão social, no desenvolvimento socioeconômico, na defesa do meio ambiente e na preservação da memória e do patrimônio cultural (UNOESC, 2019a).

De acordo com o PDI, em 2017 a instituição contava com 14.791 estudantes matriculados em 37 cursos de graduação (não contando com a repetição em seus *campi* e unidades), 2.319 em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* e 792 em cursos de educação básica, totalizando 17.905 matrículas.

A IES possui, aproximadamente, 17 mil alunos distribuídos em seus *campi* nos mais de 42 cursos de graduação e 46 cursos de especialização, seis mestrados e três doutorados, além do Colégio Expressivo e Colégio Superação (UNOESC, 2019b). A infraestrutura total dos *campi* é composta por: 183 mil m² de área construída, 474 salas de aulas, 450 laboratórios de ensino e pesquisa, 16 auditórios, 13 locais para atividades esportivas e 10 bibliotecas. A Universidade se orgulha por disponibilizar espaços adequados ao atendimento aos discentes e ao trabalho dos docentes, direção, coordenação de cursos e colaboradores, com acessibilidade, nos termos da legislação vigente (UNOESC, 2019b).

O PDI da Unoesc elaborado para o período de 2018-2022 relata a existência de políticas institucionais voltadas ao uso dos recursos naturais e a proteção ambiental, a elaboração de projetos arquitetônicos que favorecem a entrada de iluminação natural, o investimento em fontes de energia limpa (implantação de geradores de energias eólica e solar), sistemas de aquecimento de água solar de passagem e sistema de captação de água da chuva.

O PDI descreve para o quinquênio os elementos vocacionais da instituição pautados no desenvolvimento humano e social das regiões de sua abrangência, em consonância com sua missão, visão e valores apresentados no Quadro 64.

As inserções regionais dos *campi* da Unoesc abrangem, geograficamente, os municípios localizados na mesorregião Oeste Catarinense. As atividades econômicas de maior volume estão atreladas ao agronegócio, especialmente o setor alimentício baseado na proteína animal, principalmente suínos, frangos e leite. “Além da agroindústria, a mesorregião destaca-se na produção agrícola (milho e soja), na indústria metalmeccânica, moveleira e de papel e celulose” (UNOESC, 2019b, p. 31).

A estrutura organizacional da instituição contempla as especificidades do modelo *multicampi* da Unoesc, a parte administrativa dispõe de uma estrutura central que abriga a Reitoria, a Diretoria Executiva e órgãos de apoio e uma estrutura descentralizada com as Vice-Reitorias de *Campus*³⁴ e órgãos de apoio. A parte acadêmica contempla a Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (vinculadas diretamente à Reitoria), Diretorias (sediadas nos *campi*) e Coordenadorias de Curso e seus respectivos órgãos de apoio (UNOESC, 2019b).

As instâncias de decisão e administração superiores são: a) Conselho Universitário, de natureza normativa, consultiva e deliberativa. Composto pelo Reitor, Vice-Reitores de Campus, Pró-Reitor de Graduação, Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, Diretores de Graduação dos *campi*, Diretores de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão dos *campi*, representantes do corpo docente, discente e corpo técnico-administrativo; b) Reitoria, órgão de direção executiva, de planejamento, de coordenação e de avaliação das políticas estabelecidas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão da Unoesc. Composta pelo Reitor, Vice-Reitores de *Campus* e Pró-Reitores; c) Vice-Reitorias e Pró-Reitorias, órgãos incumbidos de executar, coordenar e avaliar as atividades planejadas e de fazer cumprir as políticas e diretrizes de ensino, pesquisa, extensão e gestão da instituição (UNOESC, 2019b).

As instâncias de decisão e administração do *campus* seguem o modelo descentralizado composto por: Órgãos Consultivos e Deliberativos (Conselho de Gestão e Colegiado de Curso); Órgãos executivos (Vice-Reitoria de Campus, Diretoria de Graduação, Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, Gerência Administrativa e Coordenações de Cursos/projetos) e Órgãos suplementares/assessoramento.

³⁴ Há uma Vice-Reitoria em cada *campi*: Joaçaba, Chapecó, São Miguel do Oeste, Videira, Xanxerê.

A Unoesc desenvolve ensino, pesquisa e extensão nas seguintes Áreas do Conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências da Educação, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciência Jurídica, Ciências Sociais e Ciências da Vida e Saúde. Os Projetos Pedagógicos de Curso são organizados de modo integrado por área, com núcleos disciplinas comuns, estruturados para promoção da interdisciplinaridade, articulação entre teoria e prática (UNOESC, 2019b).

O PDI apresenta algumas diretrizes que pautam o ensino de graduação, dentre elas consta a “inserção de conhecimentos e reflexões acerca da inclusão social, direitos humanos, **educação ambiental**, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, além da Língua Brasileira de Sinais (Libras)” (UNOESC, 2019b, p. 37, grifo nosso).

O documento não menciona a elaboração de projetos, ações ou trabalhos no âmbito dos cursos que tratem da temática ambiental. Essa menção é feita apenas na descrição dos laboratórios ou ambientes para práticas didáticas destinadas ao ensino, pesquisa e extensão onde constam atividades realizadas pelos Cursos de Educação Física e Ciências Biológicas junto a escolas e à comunidade em ações de promoção da saúde e da preservação ambiental.

4.6.3 Contexto Local da Unoesc

A sede da Unoesc está localizada no município de Joaçaba, na região Oeste de Santa Catarina, mesorregião Oeste. A cidade desenvolveu-se economicamente baseada na extração de madeira e no cultivo de erva-mate. Atualmente é polo econômico regional devido ao seu grande e diversificado parque industrial.

A colonização de Joaçaba tem como referência os imigrantes gaúchos de origem italiana e alemã atraídos pelas terras do Vale do Rio do Peixe e pela exploração da madeira. Posteriormente, com a posse de pequenas propriedades coloniais, foi dado início à produção agrícola, de erva-mate e trigo. O excedente gerado pelos pequenos proprietários impulsionou o surgimento das primeiras indústrias - alimentar e extrativa - e deu suporte ao aparecimento de outras – metalúrgica e mecânica. Atualmente, a indústria de equipamentos agrícolas e de máquinas mostra-se forte juntamente com a agropecuária, tanto que é o polo abastecedor da região (REGENSBURGER, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, 2019).

Joaçaba, conforme o IBGE (2019), possui 343,094 km, com uma população de 27.020 habitantes residentes conforme o Censo realizado em 2010, resultando uma densidade demográfica de 116,35 habitantes por km² (IBGE, 2019).

O Quadro 65 apresenta o PIB total do município, que mostra a capacidade produtiva de sua economia, somando os valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um período e a sua distribuição setorial, além do PIB *per capita*, que divide o valor do PIB anual pelo total da população.

Quadro 65 - PIB, PIB *per capita* e PIB setorial de Joaçaba em 2016

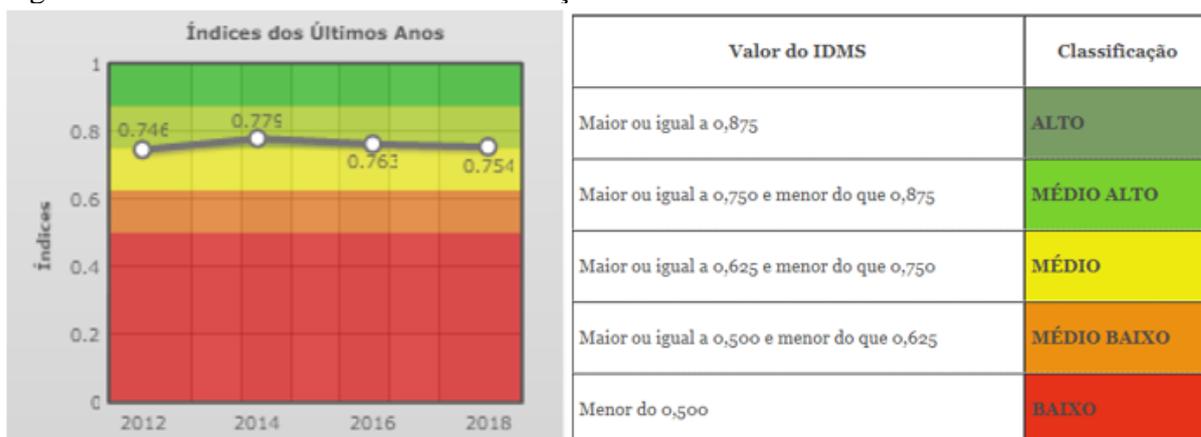
Município	Joaçaba		
Produto Interno Bruto (2016)	R\$	%	Ranking Estadual
PIB a preços correntes	1.487.933.170,00	100	32°
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	184.149.180,00	12,38	31°
PIB <i>per capita</i>	50.765,38		13°
Valor adicionado bruto a preços correntes	1.303.783.990,00	100	34°
Agropecuária	48.360.520,00	3,71	108°
Indústria	287.547.930,00	22,05	42°
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	817.624.960,00	62,71	25°
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	150.250.580,00	11,52	43°

Fonte: IBGE (2019) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

No que diz respeito ao PIB a preços correntes, Joaçaba ocupa o 32° lugar no *ranking* estadual e em relação à distribuição do valor adicionado, dentre as atividades econômicas, o setor de serviços é o que se destaca (62,71%).

O IDMS de Joaçaba, em 2018, era de 75,4%, representando, conforme classificação do SIDEMS, um nível “médio” de sustentabilidade. A Figura 39 apresenta a série histórica do IDMS de Joaçaba desde o ano de 2012 até 2018, bem como a classificação do nível de sustentabilidade, ilustrada por cores.

Figura 39 - Série histórica do IDMS de Joaçaba



Fonte: FECAM (2019).

Observa-se na Figura 39 que o município de Joaçaba, nos anos analisados, permaneceu no nível “médio alto” e “médio” na classificação de sustentabilidade, muito embora tenha tido uma involução de 1,18% de 2016 para 2018. Dentre as dimensões que compõem o IDMS, a **Dimensão Sociocultural** avalia importantes subdimensões, como educação, saúde, cultura e habitação. Conforme apresentado no Quadro 66, o município de Joaçaba apresentou um decréscimo de 0,12% neste quesito se comparados os últimos dois anos (2016-2018).

Quadro 66 - - IDMS de Joaçaba, Dimensão Sociocultural

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Sociocultural	81,20%	81,10%	-0,12%
Subdimensão Educação	77,40%	77,10%	-0,39%
Subdimensão Saúde	85,60%	85,90%	0,35%
Subdimensão Cultura	70,00%	69,10%	-1,29%
Subdimensão Habitação	94,20%	94,20%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 66 que a queda no nível de sustentabilidade no período 2016-2018 no que tange à Dimensão Sociocultural deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Cultura. Nesta Subdimensão, que envolve a estrutura de gestão para a promoção cultural; a infraestrutura destinada para a cultura; as iniciativas sociais e os recursos envolvidos, mesmo o município apresentando um decréscimo de 1,29% em seu desempenho manteve-se no nível de sustentabilidade “médio”.

As variáveis que contribuíram para o resultado foram: a) Investimento em cultura *per capita*, que considera o valor alocado em despesa com cultura em relação à população estimada de Joaçaba; b) Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida que considera o valor alocado em despesa com cultura em relação à Receita Corrente Líquida de Joaçaba (FECAM, 2019).

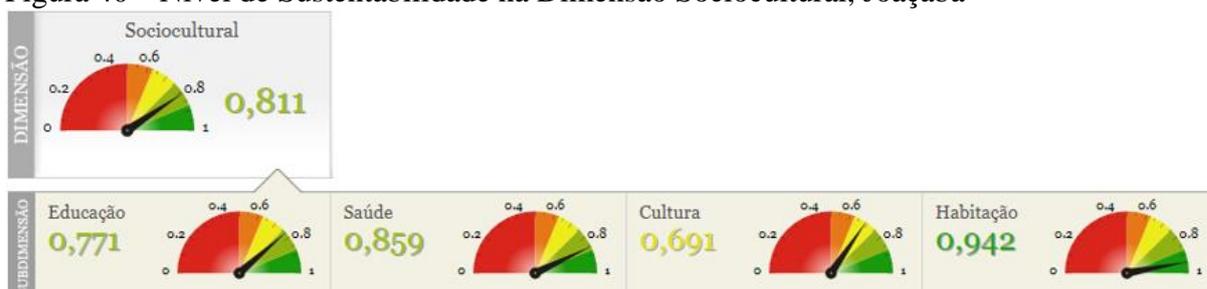
Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Educação, que contempla os indicadores de acesso e permanência escolar; desempenho; infraestrutura escolar e qualidade de ensino, Joaçaba sofreu um decréscimo de 0,39%, em seu processo de desenvolvimento sustentável, permanecendo no nível “médio alto”.

Conforme consta no relatório da FECAM (2019), as principais variáveis que contribuíram para esse resultado foram: a) Docentes com Curso Superior – Ensino Médio, variável que corresponde à relação percentual entre o número de docentes com curso superior e o total de professores no Ensino Médio, que reduziu aproximadamente 43% no período. Neste item, ressalta-se que o município de Joaçaba possuía, em 2016, 43,60% dos docentes do ensino médio com curso superior, ao passo que em 2018 deteve apenas 24,90%, muito aquém do considerado ideal pela FECAM (2019) para a parametrização do índice (100%).

No tocante à Subdimensão Habitação, que avalia a estrutura de gestão para políticas habitacionais e a qualidade habitacional, identificou-se que Joaçaba manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (94,20%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Joaçaba no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio alto” de sustentabilidade na Dimensão Sociocultural (81,10%), composto pelas subdimensões: a) Educação (77,10% - nível “médio alto”); b) Saúde (85,9% - nível “médio alto”); c) Cultura (69,10% - nível “médio”) e d) Habitação (94,2% - nível “alto”), conforme apresenta a Figura 40.

Figura 40 – Nível de Sustentabilidade na Dimensão Sociocultural, Joaçaba



Fonte: FECAM (2019).

Outra dimensão que compõe o IDMS é a **Dimensão Econômica**, composta apenas pela Subdimensão Economia, a qual compreende os indicadores relacionados ao nível de renda, dinamismo econômico e agregação de valor econômico. Conforme apresentado no Quadro 67, o município de Joaçaba apresentou um decréscimo de 0,29% em seu processo de desenvolvimento sustentável nesta dimensão, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 67 - IDMS de Joaçaba, Dimensão Econômica

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Econômica	68,40%	68,20%	-0,29%
Subdimensão Economia	68,40%	68,20%	-0,29%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que contribuíram para o decréscimo do nível de sustentabilidade da Dimensão Econômica de Joaçaba entre os anos de 2016 e 2018 foram: a) Evolução dos empregos formais sofreu involução de 8,12%; b) Remuneração média dos trabalhadores formais (8,33%). (FECAM, 2019).

A **Dimensão Ambiental** é composta apenas pela Subdimensão Meio Ambiente, a qual compreende os indicadores relacionados à cobertura de saneamento básico, gestão ambiental e preservação ambiental. Conforme apresentado no Quadro 68, o município de Joaçaba manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (77,90%), permanecendo no nível “médio alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Quadro 68 - IDMS de Joaçaba, Dimensão Ambiental

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Ambiental	77,90%	77,90%	0,00%
Subdimensão Meio Ambiente	77,90%	77,90%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

As variáveis que merecem atenção nesta Subdimensão em Joaçaba envolvem, de acordo com a FECAM (2019), a inexistência da Agenda 21 Local e o percentual de domicílios particulares com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica (74,80%).

A **Dimensão Político Institucional** avalia importantes subdimensões como finanças públicas, gestão pública e participação social. Conforme apresentado no Quadro 69, o

município de Joaçaba apresentou um decréscimo de 3,99% neste quesito, se comparados os últimos dois anos.

Quadro 69 - IDMS de Joaçaba, Dimensão Político Institucional

Dimensão/Subdimensão	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
Dimensão Político Institucional	77,70%	74,60%	-3,99%
Subdimensão Finanças Públicas	89,80%	87,00%	-3,12%
Subdimensão Gestão Pública	89,70%	89,70%	0,00%
Subdimensão Participação Social	49,40%	42,80%	-13,36%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Observa-se por meio do Quadro 69 que a queda no nível de sustentabilidade entre os anos de 2016 e 2018, em Joaçaba, no que tange à Dimensão Político Institucional deu-se, principalmente, em razão da Subdimensão Participação Social. Nesta Subdimensão, que envolve a participação eleitoral e a representatividade de gêneros, o município apresentou um decréscimo de 13,36% em seu desempenho, mantendo o nível “baixo” de sustentabilidade. A principal variável que contribuiu para esse resultado foi a participação da população nos pleitos eleitorais, que retrocedeu 38,28% (FECAM, 2019).

Comparando os dois últimos anos (2016-2018), na Subdimensão Finanças Públicas, que contempla os indicadores de capacidade de receita; estímulo ao investimento e saúde financeira, Joaçaba sofreu um decréscimo de 3,12% em seu processo de desenvolvimento sustentável, decaindo do nível “alto” de sustentabilidade para “médio alto”. Conforme consta no relatório da FECAM (2019), a principal variável que contribuiu para esse resultado foi o percentual de investimento público sobre a receita corrente líquida, que foi de apenas 36,30% em 2018 (53,22% menor que em 2016).

No tocante à Subdimensão Gestão Pública, que avalia a articulação de Joaçaba com o exterior; a capacidade de planejamento; a gestão financeira; o governo eletrônico e a qualidade do quadro funcional, identificou-se que Joaçaba manteve em 2018 o mesmo patamar apresentado em 2016 (89,70%), permanecendo no nível “alto” de sustentabilidade (FECAM, 2019).

Em resumo, o município de Joaçaba no ano de 2018, de acordo com o SIDEMS, possuía nível “médio” de sustentabilidade na Dimensão Político Institucional (74,60%), composto pelas subdivisões: a) Finanças Públicas (87,00% - nível “médio alto”); b) Gestão

Pública (89,70% - nível “alto”) e c) Participação Social (42,80% - nível “baixo”), conforme apresenta a Figura 41.

Figura 41 - Nível de Sustentabilidade na Dimensão Político Institucional, Joaçaba



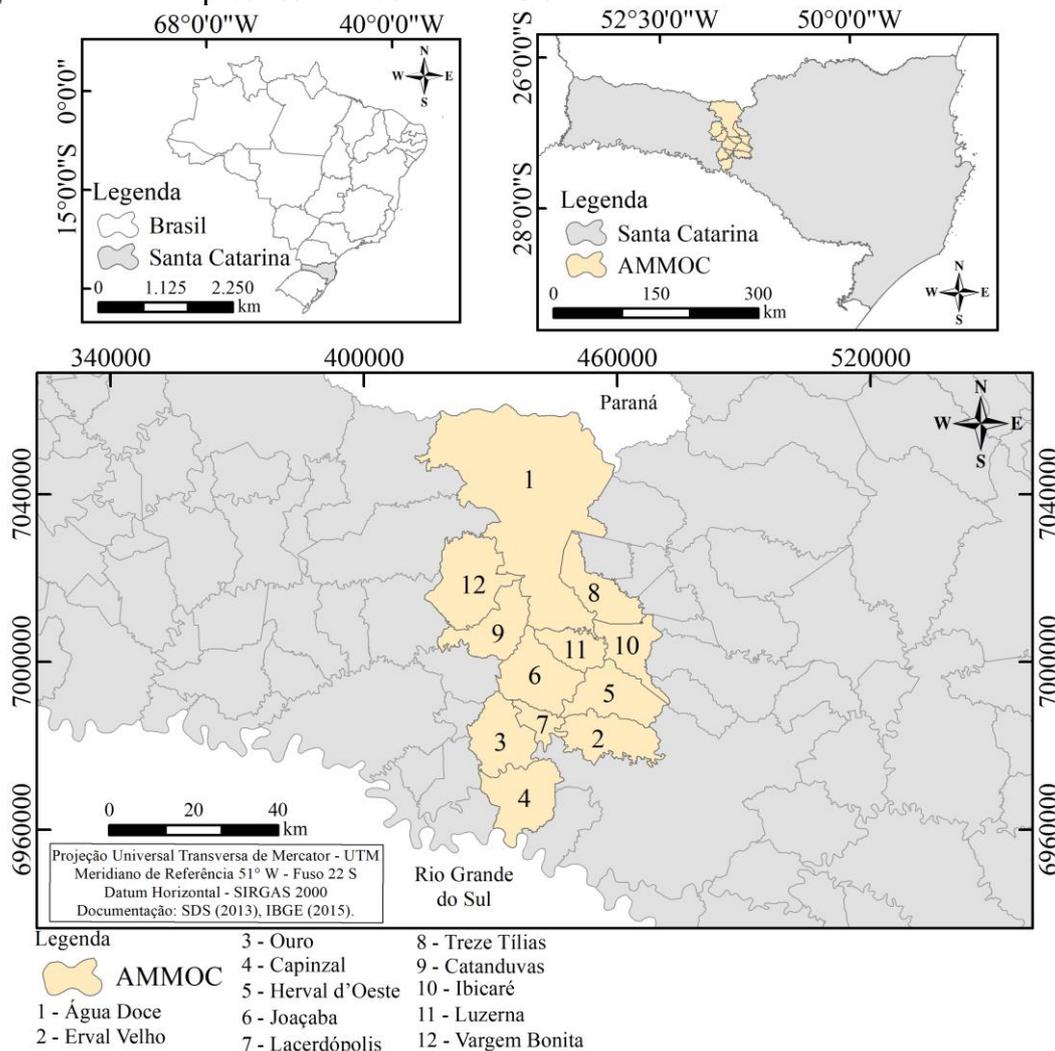
Fonte: FECAM (2019).

4.6.4 Contexto Regional da Unoesc

A sede da Unoesc está localizada na cidade de Joaçaba, um dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), juntamente com Água Doce, Erval Velho, Ouro, Capinzal, Herval d'Oeste, Lacerdópolis, Treze Tílias, Catanduvas, Ibicaré, Luzerna, Vargem Bonita (AMMOC, 2019).

A AMMOC, com sede em Joaçaba, foi fundada em 1961 com o propósito de congregar os municípios associados em um fórum permanente de debates acerca das questões comuns, além de prestação de serviços de natureza técnica especializada, em complementação aos desenvolvidos pelo pessoal próprio dos municípios. A Figura 42 apresenta a localização dos municípios associados à AMMOC.

Figura 42 - Municípios associados à AMMOC



Fonte: Elaboração LabPGT/UNESC (2020).

A AMMOC (2019) mantém-se com as contribuições dos municípios associados, com receita de alienação de bens, de aplicações financeiras e operações de crédito e de prestação de serviços eventuais. A associação tem por objetivos: ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios, intermediando e interagindo para a convergência e viabilização de seus objetivos, pleitos e prestando-lhes assistência técnica nas atividades das prefeituras.

O município mais populoso da AMMOC é Joaçaba, que ocupa também a 44ª posição no *ranking* estadual (IBGE, 2019). O Quadro 70 apresenta a população dos municípios que integram a AMMOC, conforme o Censo (2010) e a riqueza gerada na região.

Quadro 70 - População, PIB e PIB *per capita*, municípios da AMMOC

Município	População (Censo 2010)	PIB (2016)	PIB <i>per capita</i> (2016)
Santa Catarina	6.248.436	256.661.000.000,00	37.140,00
Água Doce	6.961	317.937.560,00	44.510,37
Erval Velho	4.352	127.139.930,00	28.430,22
Joaçaba	27.020	1.487.933.170,00	50.765,38
Ouro	7.372	149.971.820,00	20.318,63
Capinzal	20.769	786.145.970,00	35.210,55
Herval d'Oeste	21.239	393.835.020,00	17.641,78
Lacerdópolis	2.199	88.873.830,00	39.517,04
Treze Tílias	6.341	546.960.420,00	73.993,56
Catanduvras	9.555	402.380.900,00	38.311,04
Ibicaré	3.373	94.359.660,00	28.680,75
Luzerna	5.600	155.681.830,00	27.298,23
Vargem Bonita	4.793	337.891.450,00	72.899,99

Fonte: IBGE (2019).

Observa-se por meio do Quadro 70 que a riqueza gerada na região não é concentrada, destacando-se, especialmente, os municípios de Treze Tílias, Vargem Bonita, Joaçaba, Água Doce, Lacerdópolis e Catanduvras, com PIB *per capita* maior que o nível catarinense. Os IDMS dos anos de 2016 e 2018 dos municípios integrantes da AMMOC, bem como o percentual de evolução, estão apresentados no Quadro 71:

Quadro 71 - Evolução do IDMS, municípios da AMMOC

IDMS	2016	2018	Evolução 2016-2018 (%)
SANTA CATARINA	61,10%	60,00%	-1,80%
MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	59,60%	58,70%	-1,51%
AMMOC	65,20%	64,00%	-1,84%
Água Doce	64,30%	65,70%	2,18%
Capinzal	63,10%	62,10%	-1,58%
Catanduvas	62,30%	60,80%	-2,41%
Erval Velho	64,60%	64,90%	0,46%
Herval d'Oeste	63,10%	60,20%	-4,60%
Ibicaré	63,00%	63,00%	0,00%
Joaçaba	76,30%	75,40%	-1,18%
Lacerdópolis	59,00%	57,70%	-2,20%
Luzerna	68,80%	66,50%	-3,34%
Ouro	67,00%	63,70%	-4,93%
Treze Tílias	66,40%	64,90%	-2,26%
Vargem Bonita	65,00%	63,10%	-2,92%

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Conforme o Quadro 71, em 2018, com exceção de Capinzal e Herval d'Oeste, que decaíram na escala de classificação de sustentabilidade de “médio” para “médio baixo”, os demais municípios integrantes da AMMOC mantiveram-se na mesma classificação de 2016, inclusive Joaçaba, que permaneceu com nível “médio alto”, mesmo sofrendo uma queda de 1,18% no nível de sustentabilidade. Dos 12 municípios que estão localizados no entorno da Unoesc, nove apresentaram uma involução no IDMS para o biênio. O município que apresentou o menor decréscimo foi Erval Velho (0,46%) e o maior foi Ouro (4,93%).

4.6.5 Entrevista com a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unoesc – *campus* Chapecó (Coordenadora do Curso – CS6)

A coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Unoesc – *campus* Chapecó atua como docente titular da instituição desde 2009. Está cursando doutorado em Administração, possui mestrado em Educação e especialização em Ensino e Gestão da Educação Básica e graduação em Administração, todos cursados na Unoesc.

Durante a entrevista, ao ser questionada sobre a existência de disciplinas específicas que abordam a temática ambiental, pode-se constatar que o Curso está passando por mudança de matriz curricular. No momento da entrevista havia duas matrizes sendo ofertadas concomitantemente. Na nova matriz será ofertada a disciplina **Gestão da Sustentabilidade**

no 3º período³⁵ e na matriz em extinção está sendo ofertada, no 9º período, a disciplina obrigatória **Contabilidade Socioambiental**, com quatro créditos e carga horária de 60 horas, cujo objetivo geral e a ementa estão retratados no Quadro 72.

Quadro 72 – Objetivo Geral e Ementa da disciplina com a temática ambiental ofertada na Unoesc

Disciplina	Contabilidade Socioambiental (matriz em extinção)
Objetivo geral	Capacitar os alunos a compreender os conceitos, finalidade e objetivos da contabilidade ambiental e social.
Ementa	Contabilidade ambiental. Demonstração do valor adicionado. Balanço Social.

Fonte: Acervo do curso (2019).

O Quadro 73 apresenta as referências utilizadas na disciplina Contabilidade Socioambiental.

Quadro 73 - Lista de Referências utilizadas na disciplina Contabilidade Socioambiental

Referências	
Básicas	BRAGA, C. Contabilidade Ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. SP: Atlas, 2007. CARVALHO, G. Contabilidade ambiental: teoria e prática. Curitiba: Juruá: 2008. FERREIRA, A. C. S. Contabilidade ambiental e relatórios sociais. SP: Atlas, 2012. RIBEIRO, M. Contabilidade Ambiental. SP: Saraiva, 2010, recurso online.

Fonte: Acervo do curso (2019).

Segundo a coordenadora, perante o Colegiado, a inclusão da disciplina Contabilidade Socioambiental foi bem aceita devido: a) à própria vocação da instituição; b) a sustentabilidade é uma das linhas de pesquisa do mestrado e doutorado em Administração e c) ser um diferencial para o Curso.

A disciplina vem ao encontro do PDI que tem a sustentabilidade como um dos seus pilares envolvendo os aspectos econômico, social e ambiental. O Colegiado entendeu que é algo essencial para o profissional da contabilidade a manutenção dessa disciplina no currículo, pois dá subsídio ao profissional para trabalhar o pilar da sustentabilidade nas organizações. Trata-se de um diferencial para o curso, pois não são todos os Cursos de Contabilidade que ofertam essa disciplina. Além disso, a sustentabilidade é, também, uma das linhas de pesquisa do nosso mestrado e doutorado (em Administração). (Coordenadora do Curso – CS6).

Na revisão do PDI, em 2018, o pilar da sustentabilidade foi mantido como norteador das decisões institucionais e, portanto, a manutenção de uma disciplina que envolve a temática, na nova matriz, continuou tendo aderência no Colegiado (Coordenadora do Curso - CS6).

³⁵ O plano de ensino da disciplina Gestão da Sustentabilidade na data da entrevista estava em construção.

A coordenadora explicou que todos cursos de Ciências Contábeis ofertados pela Unoesc seguem a mesma matriz curricular e o mesmo plano de ensino. “O Projeto Pedagógico é institucional. A gente consegue trabalhar as regionalidades de cada *campi* nas Atividades Curriculares Complementares” (Coordenadora do Curso - CS6).

Questionou-se sobre os conteúdos estudados nas Atividades Curriculares Complementares (ACC) que evidenciam a questão local e regional, especialmente os fatores que causam problemas ambientais. A coordenadora respondeu que a região se destaca no ramo moveleiro, metalmecânico e agronegócio, por isso o maior problema enfrentado é o uso desordenado dos recursos naturais.

Como nós somos uma região agrícola com um berço forte no agronegócio, os recursos naturais foram, durante muito tempo, usados de forma desordenada, sem a preocupação da reposição. Temos grandes agroindústrias e a maioria dos nossos professores de contabilidade trabalham ou trabalharam nessas empresas, aí se viu a necessidade da aplicação dessa disciplina. Então, posso dizer que o objetivo principal, ou melhor, a justificativa principal da inserção da temática e também nas ACC é devido ao uso desordenado dos recursos naturais da nossa região (Coordenadora do Curso - CS6).

Complementou afirmando que houve melhorias na utilização dos recursos naturais devido às leis estaduais e federais que fiscalizam e punem as empresas poluidoras, e a Unoesc, como universidade comunitária, contribui oferecendo atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, para que seus estudantes se formem com esse “olhar de sustentabilidade para agir dentro de suas casas, com suas famílias, com a comunidade e nas organizações onde estão inseridos” (Coordenadora do Curso – CS6).

Segundo a coordenadora, outra forma de abordar a questão socioambiental nas ACC é, por exemplo, durante as viagens de estudos para o Paraguai, onde os estudantes têm a oportunidade de conhecer algumas empresas brasileiras lá instaladas devido à Lei de Maquila. Essa lei fomenta investimentos estrangeiros no Paraguai, por meio da instalação de empresas no país, com a finalidade de processar bens e serviços para depois vendê-los com valor agregado. Dentre os principais benefícios oferecidos pela lei de Maquila, baixos custos tributários, trabalhistas e os relacionados à produção, como eletricidade (70% menor que no Brasil), transporte e mão-de-obra, entre outros. O tempo estimado para a abertura de uma empresa no Paraguai é de 35 dias.

Além dos incentivos fiscais o Paraguai é um país que ainda não tem sindicatos, então a mão de obra é mais barata. Tudo isso reforça a vontade do Brasil de produzir lá e continuar com a sua filial no Brasil - porque é necessário ter a filial aqui. Um exemplo é a Altenburg, que hoje produz os melhores fios na Ciudad del Este no Paraguai, importa os melhores fios da China com um custo muito baixo e depois

manda o produto para matriz no Brasil com uma redução tributária aproximada de 45% (Coordenadora do Curso - CS6).

A coordenadora relata que essas viagens suscitam questionamentos especialmente no que diz respeito à gestão das pessoas, pois como não existem regras trabalhistas claras no país os funcionários têm uma jornada maior de trabalho se comparado com o Brasil.

Eles escutam dos empresários: “aqui não há muita rotatividade de funcionários porque os paraguaios querem e precisam trabalhar. Querem receber seus salários em dia. Então dão o sangue pelos postos de trabalho”. É bonito de ver o que estão construindo lá, mas talvez exista uma certa escravidão velada. E os alunos notam e comentam. Aí podemos discutir e aprofundar o assunto (Coordenadora do Curso - CS6).

Sobre a realização de projetos de pesquisa e extensão envolvendo sustentabilidade, a coordenadora pontuou que as pesquisas são desenvolvidas com maior ênfase no mestrado e doutorado, embora todo semestre um ou dois trabalhos de conclusão de curso sejam elaborados com a temática na graduação, ao passo que os projetos e ações de extensão possuem maior aderência na graduação. Mas como os professores lecionam tanto na graduação como no *stricto sensu*, o engajamento dos alunos de ambos os níveis de ensino acontece.

Ela citou o exemplo de duas professoras que lecionam nos cursos de graduação e no *stricto sensu*. Uma delas é pesquisadora renomada na área da sustentabilidade, economia circular, gestão da cadeia de suprimentos sustentáveis, entre outros temas. A outra, também doutora na área de sustentabilidade, promove seminários internacionais sobre sustentabilidade, faz parte do Programa de Educação Ambiental da Unoesc e engaja os estudantes nas ações internas como a Campanha Pense Bem, que promove ações sobre o uso consciente dos recursos, o Programa Verde Vida, que faz a coleta seletiva de papel seco em todos os setores da Unoesc em prol de uma ONG, e o Projeto Unoesc Solidário, que abriga todos os bolsistas da instituição.

O Projeto Unoesc Solidário é na verdade um programa guarda-chuva que abarca uma série de outros projetos. Para nós da Contabilidade e Administração temos inserido no Projeto Unoesc Solidário os projetos de Educação Ambiental e Educação Financeira, ambos calcados no pilar da sustentabilidade. As ações são desenvolvidas em um bairro vizinho da Unoesc, no loteamento Expoente. É um local difícil, com histórico de tráfico de drogas que até a polícia tem dificuldade de agir. Mas nós estamos lá. Temos alunos de lá. Temos uma boa relação com a comunidade, então é importante para nós enquanto universidade esse acesso socioeducativo. Capacitamos os bolsistas para atuarem junto à comunidade. Eles mostram, por exemplo, a importância da educação financeira e do ingresso na universidade para a qualidade de vida das famílias e acabam dando depoimentos importantes para os alunos do ensino médio e de baixa renda. Eles falam: “olhem, eu sou aluno da Unoesc. Já fui uma pessoa carente como vocês que pensava que jamais

teria condições de cursar uma universidade e hoje eu estou na Unoesc, eu sou um aluno bolsista. É possível!” (Coordenadora do Curso - CS6).

Ao término da entrevista, a coordenadora informou que havia agendado com outras duas professoras que atuam no Curso de Ciências Contábeis nas disciplinas Contabilidade Socioambiental, matriz em vigor, ofertada na 9ª fase, e Gestão da Sustentabilidade, que será ofertada na 3ª fase na nova matriz.

4.6.6 Entrevista com docente(s) do Curso de Ciências Contábeis da Unoesc – *campus*

Chapecó

A professora (Professora 1 – CS6) da disciplina **Gestão da Sustentabilidade** é docente titular da Unoesc desde 2009. Possui doutorado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Londrina, mestrado em Ciências Ambientais e Graduação em Ciências Biológicas, ambos pela Fundação Universidade Comunitária Regional de Chapecó. A experiência acadêmica concentra-se na área de Ciências Biológicas (Botânica, Ecologia, Zoologia) e Engenharias (Engenharia Sanitária).

A professora relata que no passado lecionou no Curso de Ciências Contábeis a disciplina Contabilidade Socioambiental para a 9ª fase, que hoje está sendo ministrada por outra professora com a formação em Ciências Contábeis, e que no 2º semestre de 2019 vai lecionar a disciplina Gestão da Sustentabilidade para a 3ª fase na matriz nova. O conteúdo programático desta disciplina será embasado no tripé da sustentabilidade.

A disciplina Gestão da Sustentabilidade vai envolver os aspectos básicos da sustentabilidade: conceitos, histórico, projetos. Vou abordar também a gestão de resíduos, de água, de energia, enfim. Na disciplina que eu lecionei no Contabilidade Socioambiental eu trabalhava mais focada nos danos ambientais: no que a gestão dos recursos naturais impacta no financeiro da empresa, o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado (Professora 1 – CS6).

Atualmente, aqui na Unoesc, todos os Cursos ofertam uma disciplina que trata o tripé da sustentabilidade, seja gestão ambiental, sustentabilidade ou gestão ambiental, pois tudo está relacionado com educação ambiental (Professora 1 – CS 6).

Sobre a extensão, a professora menciona os projetos realizados em nível institucional que integram estudantes bolsistas de vários cursos, inclusive de Ciências Contábeis, como o Projeto Unoesc Solidário (explicado anteriormente pela coordenadora do Curso), o Projeto Brasil sem Frestas, o Dia D em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Verde Vida Programa Oficina Educativa, em parceria com diversas entidades de Chapecó, como a

Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Câmara de Dirigentes Lojistas, Associação Comercial e Industrial, dentre outras.

O Projeto Brasil sem Frestas é um projeto de Curitiba, Paraná, com filial em Chapecó que atua em regiões carentes, revestindo as casas construídas sem qualquer vedação contra chuva, vento, frio e chuva, com caixinhas de leite.

Os alunos coletam e selecionam as caixas de leite, separam por marcas e tamanhos e depois cortam e costuram, formando placas de revestimento. Eles fazem isso na sede da Cruz Vermelha. Depois levam as placas para as casas carentes e com um grampeador de pressão revestem as paredes e tetos. Isso porque o papel-cartão das caixas de leite proporciona estabilidade e resistência, protegendo contra umidade externa (Professora 1 – CS6).

No Projeto Dia D, realizado em parceria com o SESC, a Unoesc por meio dos estudantes bolsistas leva várias atividades, como um filme para ser passado às crianças, ou faz alguma oficina ou a limpeza de um riacho, dependendo das necessidades (Professora 1 – CS6). Já o Verde Vida Programa Oficina Educativa ajuda adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Nossos bolsistas e professores são capacitados para recolher os papéis que seriam descartados nos setores da Unoesc, vendem e com o valor arrecadado contribuem na manutenção da sede do Verde Vida - local onde acontece a reciclagem. Pagam aulas de música, reforço escolar e os funcionários. Então o programa vai além da reciclagem, tem foco educativo (Professora 1 – CS6).

Embora afirme que as ações fazem grande diferença na vida dos estudantes, professores e comunidade, a professora relata que a instituição enfrenta alguns problemas para colocar as ações ambientais em prática, como por exemplo a campanha para eliminação dos copos plásticos no *campus*, que foi motivo de reclamação na ouvidoria: “*Como pode! Pago para a universidade e não tem nem copo para tomar água!*” “Então, procuramos incentivar os alunos para que eles se mobilizem, que tenham ideias, porque se for algo impositivo não tem aderência. Essa campanha para dar certo foi realizada em conjunto com a empresa júnior de Ciências Contábeis” (Professora 1 – CS6).

Quando questionada sobre como compreende o meio ambiente, respondeu:

Entendo que é tudo que está em nosso entorno, incluindo nós mesmos, que o meio ambiente não se resume à natureza, mas as relações que temos com ela e como isso vai fazer a diferença. Eu brinco com os alunos: a cadeira faz parte do meio ambiente porque para ela estar aqui precisou de um recurso natural, então tem que respeitar a cadeira, não quebrá-la, porque senão vou precisar retirar mais recurso da natureza pra produzir outra cadeira. A questão está no equilíbrio. Não sou naturalista que vive no meio do mato, sei por exemplo que preciso de um notebook para trabalhar, ou seja, preciso que haja produção desse equipamento. Não é utopia: tem que parar de

produzir para não utilizar os recursos naturais? Preciso trocar de notebook todo ano? Não! (Professora 1 – CS6).

Outro apontamento levantado pela Professora 1 – CS6 foi a questão das DCNEA dar caráter opcional de transversalidade para a Educação Ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação.

Às vezes é tão transversal que passa longe, quase não acontece. É fato isso aí! Essa é preocupação como educadora. A gente discutiu isso: é interessante ter uma disciplina? Porque tem gente que defende estudar Educação Ambiental só no ensino básico e que não é problema ser transversal no ensino de graduação. Mas acontece que daí, quando não é uma disciplina, a gente fica à mercê de quem está lá. Se eles trabalharem, beleza. Mas se não trabalharem como essa criatura vai sair? (Professora 1 – CS6).

A professora menciona que na Unoesc a conscientização ambiental cresceu após os movimentos que a Educação Ambiental, em termos de realização de projetos e disciplinas curriculares institucionais que vem sendo realizados. Citou como exemplo o Curso de Ciências Contábeis, que até pouco tempo não havia nenhuma iniciativa nesse sentido e agora, principalmente em razão de alguns professores estarem cursando *stricto sensu* em desenvolvimento regional, a inserção deles e de seus alunos no Programa de Educação Ambiental da instituição aumentou, assim como o interesse em pesquisa.

Estou orientando um aluno de contábeis no TCC. A gente vai fazer uma avaliação das multas ambientais que a polícia ambiental emite aqui em Chapecó. Queremos saber quantas autuações se tornam multas, quais os motivos, os valores dessas multas e quanto volta de fato para ações de recuperação/preservação ambiental (Professora 1 – CS6).

Sobre os reflexos de abordar questões ambientais na formação do Contador, a professora não hesitou em mencionar a cidadania: “Antes mesmo do profissional vem o cidadão. De como você age no ambiente em que está inserido e que você é dependente. Para o Contador é fundamental ser um profissional diferenciado”. Concluiu a entrevista afirmando que, na condição de professora universitária, ela tem as atividades de ensino e extensão como missão. Acredita que possibilitando aos alunos de Ciências Contábeis o acesso ao conhecimento de boas práticas fará a diferença em algum momento da vida deles.

A professora (Professora 2 – CS6) da disciplina **Contabilidade Socioambiental**, ofertada na 9ª fase (matriz em extinção), é docente titular da Unoesc desde 2015, com atuação no Curso de Ciências Contábeis durante o mesmo período. Possui mestrado em Administração Estratégica de Negócios pelo Instituto de Consultoria em Educação Professor Elizalde e em Administração pela Unoesc. É graduada em Ciências Contábeis pela Unoesc. A

experiência acadêmica concentra-se nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

A professora relatou que busca debater em sala de aula fatos reais que acontecem no Brasil e no mundo que envolvem aspectos socioambientais, como por exemplo o impacto ambiental e social do rompimento da barragem de Brumadinho, e também incentiva os alunos a elaborarem e implantarem o Balanço Social nas empresas onde trabalham. Destacou que o Contador deve saber como obter o licenciamento ambiental para atender as demandas dos seus clientes.

Eu dou um trabalho para eles pesquisarem, de acordo com algumas atividades empresariais, quais são as licenças ambientais necessárias. Porque se eles tiverem um cliente que quer abrir um posto de combustível eles precisarão orientá-lo sobre as licenças. Ou se a empresa do cliente utiliza óleo no processo produtivo, o Contador já deve orientar como proceder para o descarte. Ele tem que conhecer um pouco mais (Professora 2 – CS6).

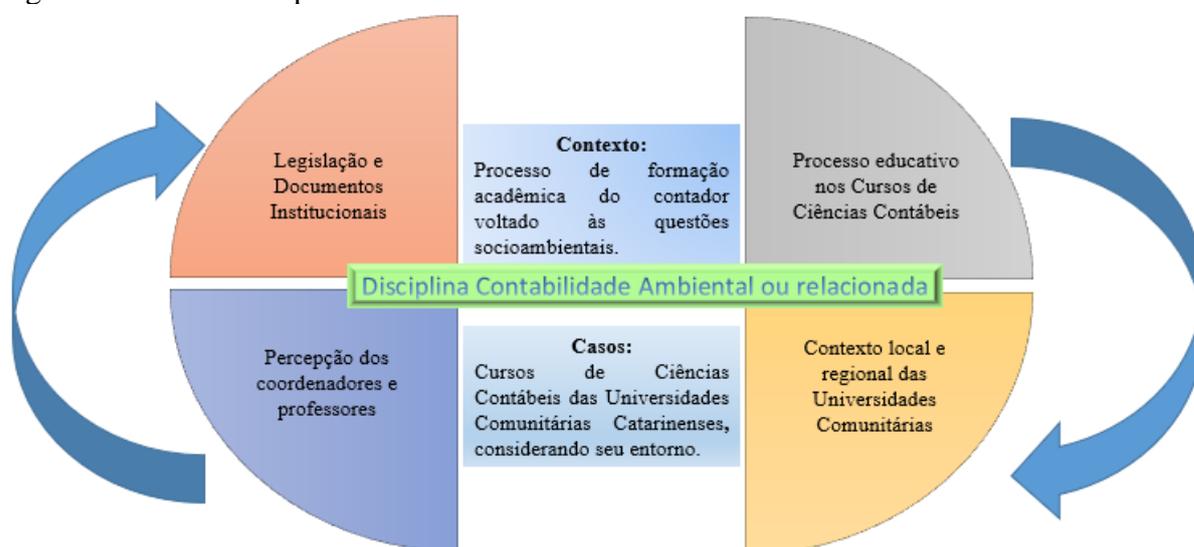
Nesse sentido, reafirmou que o Contador precisa dar conta das demandas contemporâneas e que há falta de consciência das pessoas. Todos os professores deveriam em suas matérias abordar a Educação Ambiental porque as mudanças ocorrem em algum momento da vida dos jovens.

Hoje eu vejo que ainda falta bastante consciência, então acho que, independente da disciplina, todo professor teria que trabalhar um pouquinho sobre a questão social e ambiental. Tenho alunos que trabalham no meu escritório e eles me dizem que lembram da disciplina e só agora, no mercado de trabalho, veem a sua importância. Então, às vezes eles não dão a devida importância na época em que estão na universidade (Professora 2 – CS6).

5 APRESENTAÇÃO DA SÍNTESE DOS CASOS CRUZADOS – RELATÓRIO

Este capítulo, seguindo as recomendações de Yin (2005), apresenta de modo sintetizado o cruzamento dos estudos de casos realizados nos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias com sede em Santa Catarina, filiadas à ABRUC: Unesc, Unisul, Univali, Univille, Unochapecó e Unoesc, com intuito de examinar a existência de perfis semelhantes ou divergentes entre elas. A Figura 43 ilustra as trilhas seguidas na pesquisa para narrar a análise e os resultados dos casos cruzados.

Figura 43 – Caminhos para a Narrativa da Análise e Resultados de Casos Cruzados



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir do delineado nos procedimentos metodológicos, a Figura 43 ilustra os caminhos percorridos para narrar os resultados do cruzamento entre os casos estudados, bem como suas análises, seguindo as orientações de Yin (2005). O contexto analisado é o processo de formação acadêmica do Contador relacionado às questões socioambientais. Os casos dizem respeito aos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses, considerando seu contexto local e regional.

O objeto de análise é a disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada. As unidades de análise compostas a partir das leituras realizadas e do material produzido nas entrevistas semiestruturadas efetivadas com coordenadores e professores dos Cursos são: a) Legislação e documentos institucionais; b) Processo educativo nos cursos; c) Entorno das universidades e d) Percepções dos coordenadores e professores dos cursos.

5.1 LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

As Universidades Comunitárias catarinenses têm suas raízes constitucionais cravadas no desejo da sociedade civil organizada, entidades de classe, associações e organizações não governamentais por profissionais qualificados para atuar nas cidades e regiões interioranas, nas décadas dos anos de 1960 e 1970, época em que o ensino em nível superior era ofertado na capital e em alguns municípios em pequenas instituições. Fato que pode ser verificado nos registros disponíveis nos atos regulatórios publicados no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do MEC.

A primeira universidade comunitária em estudo a ser credenciada pelo MEC foi a Univali, em maio de 1965, que tem por mantenedora a Fundação Universidade do Vale do Itajaí. Posteriormente, no ano de 1967 foram habilitadas a Univille, em julho, e a Unisul, em outubro, tendo como mantenedoras a Fundação Educacional da Região de Joinville e a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina, respectivamente.

A Unoesc, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, obteve seu credenciamento em novembro de 1968. Na sequência, no ano de 1970, a Unesc recebeu habilitação em fevereiro, cuja mantenedora é a Fundação Educacional de Criciúma, e a Unochapecó em julho, a qual é mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (BRASIL, 2018e).

Após praticamente cinquenta anos de atividades, essas instituições de ensino receberam, no ano de 2014, o reconhecimento do MEC como universidades comunitárias, mediante o deferimento dos respectivos Requerimentos de Qualificação de Instituição Comunitária de Educação Superior, conforme regulamenta a Portaria nº 863 emitida no mesmo ano. Tal como aludido por Cruz (2008) e Zanin (2014), nos documentos constitucionais dessas universidades (Estatuto e Regimento Interno), a manutenção das atividades se dá por meio de fundações, primando pela transparência administrativa, com regras para alteração dos cargos diretivos e rigidez da gestão financeira. Ademais, são apartidárias, mantendo em seus conselhos superiores professores da instituição e representantes da sociedade civil, colaborando com a gestão.

De acordo com a Lei nº 12.881 de 2013, que define e qualifica as prerrogativas e finalidades das ICES, caracterizando-as por sua personalidade jurídica de direito privado (inclusive as constituídas pelo poder público), as Universidades Comunitárias catarinenses estão categorizadas administrativamente no MEC como instituições privadas, sem fins

lucrativos. Todas são filiadas à ABRUC e à ACAFE, que de modo colaborativo buscam soluções comuns para o ensino, pesquisa, extensão e gestão de suas associadas.

Nos termos prescritos na Constituição (1988), as atividades realizadas por essas IES permeiam de modo indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão sem pretensão de lucros, haja vista sua essência comunitária alicerçada no benefício coletivo e social e no comprometimento com o desenvolvimento sustentável local e regional. Esse vínculo comunitário e o comprometimento com o desenvolvimento das regiões que estão em seu entorno estão refletidos na missão social de cada uma das Universidades Comunitárias em estudo, enquanto instituições produtoras e difusoras do saber por meio do processo educativo, científico e cultural, articulado ao ensino, à pesquisa e à extensão.

O foco está na educação e na formação humana, cidadã, ética, crítica e profissional em prol do desenvolvimento sustentável, conforme apresenta o Quadro 74, elaborado com base no Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional das Universidades Comunitárias catarinenses integrantes do estudo.

Quadro 74 – Missão das Universidades Comunitárias Catarinenses

UC	Missão Institucional
Unesc	Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão , para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida.
Unisul	Promover educação, em todos os níveis e modalidades, para formar integralmente e ao longo da vida, cidadãos competentes, comprometidos com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, contribuindo para a melhoria da vida em sociedade .
Univali	Produzir e socializar o conhecimento pelo ensino, pesquisa e extensão , estabelecendo parcerias solidárias com a comunidade, em busca de soluções coletivas para problemas locais e globais, visando à formação do cidadão crítico e ético .
Univille	Promover formação humanística e profissional de referência para a sociedade atuando em ensino, pesquisa e extensão e contribuir para o desenvolvimento sustentável .
Unochapecó	Produzir e difundir conhecimento, contribuindo com o desenvolvimento regional sustentável e a formação profissional cidadã .
Unoesc	Promover a formação humana e profissional , por meio do ensino, da pesquisa e da extensão , gerando conhecimento para o desenvolvimento regional com sustentabilidade .

Fonte: Dados da pesquisa (grifo nosso).

A missão social das universidades, conforme observa-se no Quadro 74, realiza-se na educação, produção e socialização do conhecimento, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de formar cidadãos e profissionais dotados de valores éticos e posicionamento crítico para contribuir com o desenvolvimento sustentável nos espaços onde atuam. Além de possibilitar à comunidade, interna e externa, a transferência tecnológica e a inovação, por

meio de pesquisas colaborativas, compartilhamento de laboratórios, consultorias, rede de relacionamentos, dentre outras, e a educação continuada ofertada através de cursos, feiras, palestras, seminários, acesso às bibliotecas, eventos culturais, programas e projetos sociais. Essas são as forças motrizes para o fazer cotidiano das Universidades Comunitárias de Santa Catarina.

No que diz respeito à PNEA e às DCNEAs, embora os Planos de Desenvolvimento Institucional das universidades não as mencionem especificamente, há indicativos dos posicionamentos das instituições com vistas à construção de valores sociais e competências voltadas para a conservação do meio ambiente enquanto bem de uso comum e essencial para a qualidade de vida e a sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A Unesc, por exemplo, descreve em seu PDI elaborado para o período 2018 a 2022 que seu agir cotidiano está pautado na formação de uma sociedade ideal que considere o uso apropriado dos recursos naturais suprimindo as necessidades básicas das gerações atuais e futuras. Menciona que dispõe de uma Política de Meio Ambiente e Valores Humanos que prima para que as ações e projetos das instituições sejam desenvolvidos tendo como pressupostos fundamentais a viabilidade nos aspectos social, econômico-financeiro, ecológico, cultural e espacial, ancorados no conceito de ecodesenvolvimento, considerando a crise ambiental planetária.

De modo semelhante, a Unisul³⁶ apresenta em seu sítio a existência de uma Política de Educação Ambiental que procura estimular ações sociais na área ambiental e ser exemplo de boas práticas para a comunidade interna e externa. O princípio desta política é educação ambiental permanente e contínua voltada para a conservação do meio ambiente, essencial à qualidade de vida e sustentabilidade, considerando os aspectos dos 5Rs: repensar, reduzir, retornar, reutilizar e reciclar.

A Univali, por sua vez, em seu PDI (2017-2021), dá ênfase ao Relatório de Sustentabilidade e apresenta a preservação ambiental como um dos eixos norteadores da gestão e menciona que sua realização se dá por meio de programa e convênios específicos. A Univille traz em seu PDI (2017-2021) a responsabilidade socioambiental como um dos pilares

³⁶ A Unisul não disponibiliza o PDI em seu *site*. No ícone referente ao PDI (2015-2019), consta apenas as etapas de sua construção, indicando que está na fase de implementação. Menciona que o documento tem a preocupação de estar alinhado aos instrumentos legais e regulamentares do MEC e, sobretudo, às premissas da gestão e aos objetivos do mapa estratégico da Universidade, articulada com os movimentos institucionais. As informações descritas neste capítulo são oriundas do *site*, mais especificamente dos ícones: Documentos da Universidade, Programa de Educação Ambiental e Responsabilidade Social. <http://www.unisul.br/wps/portal/home/conheca-a-unisul/a-universidade/pdi>.

estratégicos institucionais, gerenciando os recursos e comprometendo-se com o equilíbrio ambiental para a melhoria da qualidade de vida.

A Unochapecó, dentre um rol de princípios culturais, ideológicos, morais e éticos que a caracterizam, dá ênfase no PDI (2019-2023) ao Regionalismo como forma de contribuir para desenvolvimento social, ambiental, econômico, científico, tecnológico e cultural da região Oeste de Santa Catarina. Além disso, investe na sua própria sustentabilidade ambiental e financeira adotando ações de separação do lixo, cuidado com a limpeza e preservação dos espaços e economia de energia.

Do mesmo modo a Unoesc, em seu PDI elaborado para o período de 2018 a 2022, declara a defesa do meio ambiente como prioridade. Preocupa-se com a construção de uma consciência de preservação do equilíbrio ecológico e da sustentabilidade por meio de ações de ambientalização da instituição, mencionando inclusive a sua arquitetura, que favorece a luminosidade natural, os investimentos em energias limpas e a captação de água da chuva.

Os fragmentos narrados a partir dos PDIs demonstram o compromisso das Universidades Comunitárias em se constituírem espaços educadores sustentáveis a partir das referências concretas tomadas pela gestão, demonstrando, aos seus modos, a intencionalidade pedagógica por meio de suas ações administrativas. Dessa forma, abrem caminhos para envolver toda a comunidade que convive nos espaços universitários a ampliar o conceito de ambientalização para além da gestão, incorporando práticas de educação ambiental na esfera curricular, na produção e socialização dos conhecimentos, atendendo de modo concomitante aos princípios e objetivos traçados nas DCNEAs.

Nesse sentido, a Unesc fundamenta em seu Estatuto o compromisso com o ensino, a produção da ciência e a universalização do saber na medida em que promove o desenvolvimento da educação integral, da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes, visando à formação do cidadão atuante e consciente de seu papel no mundo. Nessa perspectiva, concebe a educação como uma ação comprometida com o desenvolvimento de competências que possibilitem ao acadêmico e futuro profissional pensar ambientalmente a sociedade em sua dimensão totalizadora, fazendo uso de seus conhecimentos e habilidades para a construção de uma sociedade sustentável.

No âmbito da pesquisa, possibilita a reflexão sistemática e racional da realidade no sentido de obter respostas para superar os desafios em torno das diferentes problemáticas colocadas pela sociedade. A extensão oportuniza a socialização dos conhecimentos e alternativas geradas pelo processo de ensino e de investigação, implicando a melhoria e o

fortalecimento em saúde, educação, meio ambiente, tecnologia e desenvolvimento socioeconômico (UNESCO, 2017a).

Essa mobilização institucional, que tem origem na sua natureza local e regional, visa a consolidação da instituição na prática social e na sua inserção nos planos de desenvolvimento por meio de programas inter e transdisciplinares que atendam às demandas regionais relativas à produção de conhecimentos e à formação de cidadãos capazes de atuar no sentido da superação da pobreza, da intolerância, do analfabetismo, da fome, da degradação do meio ambiente e de todas as demais formas de violência e de exclusão individual e social (UNESCO, 2017b).

A Unisul, em seu Estatuto, apresenta seus objetivos, os quais englobam a promoção do ensino, pesquisa e extensão, a aplicação do conhecimento e o desenvolvimento e a difusão do saber teórico e aplicado, a cultura e o esporte, a arte, o desenvolvimento tecnológico e a pesquisa científica, o desenvolvimento social e comunitário e a formação integral do homem. A responsabilidade social é posta em prática por meio de um sistema de gestão comprometido com a ética e a transparência. Dessa forma contribui para o desenvolvimento sustentável da região e para a qualificação do capital humano e tecnológico catarinense.

Para tanto, as diretrizes institucionais e projetos de cursos são planejados e estruturados de modo a absorver e se comprometer com os princípios e valores da responsabilidade social: ética, transparência e compromisso por uma sustentabilidade social, ambiental e econômica. A pesquisa está direcionada à estruturação do conhecimento científico e à inovação de processos e produtos. A extensão está voltada para o atendimento das comunidades, oferecendo atividades nas áreas de saúde, educação, direito, tecnologia, esporte e cultura, oportunizando aos estudantes vivenciarem os conhecimentos aprendidos em sala de aula (UNISUL, 2020b).

A Univali, conforme consta em seu Estatuto, objetiva promover o desenvolvimento da filosofia, da cultura, da educação, da ciência, da tecnologia, das letras e das artes, visando ao bem-estar e a valorização do homem, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Considera, no processo educacional, a realidade histórico-cultural na formação do acadêmico, possibilitando a expressão da criatividade e o exercício sistemático crítico da realidade na qual se insere e a autocrítica da sua atuação no mundo. Com suporte interdisciplinar e intercultural, orienta-se para resolução de problemas e necessidades da sociedade civil, na busca da melhoria do bem-estar das comunidades locais e globais.

No ensino, o estudante desenvolve competências de modo a interagir com os múltiplos cenários que configuram o contexto de sua profissão, de forma trans e

interdisciplinar, intercultural e extensionista. A pesquisa, articulada com o ensino e a extensão, está voltada para atendimentos às demandas sociais e ao desenvolvimento regional. Na extensão promove a participação da comunidade acadêmica nas problemáticas social e ambiental, local, regional e nacional, evidenciando por um posicionamento humanístico, técnico-político, de ação-reflexão-intervenção, na produção de serviços e conhecimentos para a população (UNIVALI, 2019a).

A Univille, em suas políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão, traz dentre os princípios essenciais a formação humanística no sentido de contribuir na preparação do estudante para a vida em sociedade considerando dentre outros aspectos a compreensão abrangente da sociedade e do meio ambiente com intuito de propiciar um comportamento ético baseado nos direitos humanos.

O ensino tem como objetivos a mediação, a sistematização, a apropriação do saber e o desenvolvimento pessoal e profissional do estudante, por meio de um processo de formação humanística, científica e profissional visando ao desenvolvimento de competências técnico-profissionais, sociais e gerenciais necessárias à inserção e ao exercício profissional e social dos egressos. Procura difundir a concepção de ser humano contextualizado ambientalmente, desenvolvendo a consciência ética que tem como base a sustentabilidade socioambiental, por meio da Educação Ambiental

O processo de ensino e aprendizagem apresenta como característica a interdisciplinaridade com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade. A universidade concebe a pesquisa com ensino e com extensão e a pesquisa para o ensino e a extensão, demonstrando que a indissociabilidade se concretiza na formulação de problemas a serem investigados, estudados e avaliados com base em uma concepção socialmente compartilhada de seus resultados.

A extensão prima pelo compartilhamento de um conhecimento que pense o mundo atual, que interrogue a realidade contemporânea e que atue considerando a responsabilidade socioambiental, envolvendo: inclusão social, desenvolvimento sustentável, melhoria da qualidade de vida, inovação social e respeito aos direitos humanos (UNIVILLE, 2017).

A Unochapecó, conforme seu PDI, para o processo de ensino pauta-se na formação generalista, humana, crítica, ética e cidadã; no estímulo ao pensamento crítico e criativo; vínculo com a realidade do exercício profissional no contexto político, econômico, social, cultural e ambiental da sociedade nos âmbitos regional, nacional e internacional; na articulação com a pesquisa e extensão; na interdisciplinaridade; no pluralismo de ideias e na diversidade e inclusão.

A pesquisa na instituição está incorporada às atividades curriculares de todos os cursos de graduação e tem por prioridade as seguintes temáticas: desenvolvimento regional, agroalimentar, sustentabilidade, biotecnologia, nanotecnologia, empreendedorismo e inovação científica e tecnológica. A extensão está balizada na pesquisa, no ensino e nas demandas da sociedade, contribuindo com a formação pessoal e profissional do estudante, em quatro principais direções: 1) compromisso com o desenvolvimento regional sustentável; 2) interação transformadora; 3) mediadora do processo de construção do conhecimento e 4) responsabilidade social (UNOCHAPECÓ, 2019d).

A Unesco tem registrado em seu PDI a prioridade na defesa do meio ambiente. Volta-se para a construção de uma consciência da preservação do equilíbrio ecológico e da sustentabilidade, promovendo ações de ambientalização na instituição, com intuito de ser protagonista na sociedade regional. Para tanto, desenvolve projetos nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, em parceria com entidades e órgãos públicos. Pretende consolidar ações de sustentabilidade ambiental junto aos seus setores, tais como: adequação de espaços físicos, captação de água da chuva e energia solar; racionalização do uso da energia elétrica, arborização e ajardinamento para contribuir com permeabilidade da água no solo.

Seu PPI é orientado para a pluralidade de ideias, de culturas e de visões; a formação humana e profissional; a articulação entre instâncias sociais, formação de pessoas, construção da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuindo para a reflexão, posicionamento e intervenção dos futuros profissionais no contexto em que estão inseridos comprometidos com o desenvolvimento regional.

As políticas de ensino estão amparadas na formação integral, no estímulo ao pensamento crítico e a articulação dos componentes curriculares aos contextos social, político, econômico, cultural e tecnológico, pautados pela interdisciplinaridade. Dentre algumas diretrizes para o ensino de graduação menciona o fomento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com intuito de evitar a visão linear e estanque do processo de ensino e aprendizagem e a inserção de conhecimentos e reflexões acerca da inclusão social, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, além da Língua Brasileira de Sinais.

A pesquisa tem como foco a aplicação do conhecimento na sociedade, em benefício das pessoas, na busca pela solução de problemas enfrentados por pequenas e médias empresas e propriedades rurais, contribuindo para o fortalecimento da competitividade regional. No que diz respeito à extensão, a priorização está na procura de soluções de problemas no entorno da

Instituição, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e para o processo de desenvolvimento regional (UNOESC, 2019b).

A gestão dessas IES cinquentenárias, conforme os recortes retirados dos Estatutos e Regimentos Internos, por meio de ações concretas desenvolvidas em seus *campi*, tais como a elaboração de políticas ambientais, a divulgação de relatórios de sustentabilidade/Balço Social, captação de água da chuva; racionalização do uso da energia elétrica, arborização e ajardinamento, formação continuada de professores e funcionários sobre a temática, dentre outros atos, acaba por demarcar um campo político-pedagógico ao nortear, pelo seu fazer na parte administrativa, a promoção da Educação Ambiental na instituição como um todo.

Observando-se os textos extraídos dos PDIs, referentes ao compromisso em se constituírem espaços educativos sustentáveis a partir de ações concretas, pode-se perceber a convergência aos princípios e objetivos postulados nas DCNEAs, por meio de palavras-chave como: educação integral, formação humanística, cidadania, direitos humanos, inserção na comunidade, inclusão, ética, consciência da preservação, estímulo ao pensamento crítico, desenvolvimento sustentável, reflexão propositiva de soluções para problemas locais e regionais.

Esse reconhecimento da Dimensão Ambiental como elemento institucional estruturante gera reflexos especialmente nos currículos dos Cursos no que diz respeito ao ensino e programas/projetos de pesquisa e de extensão, para além das exigências legais. Seus atores (gestão, funcionários, professores, estudantes e comunidade) são mobilizados para a prática transformadora capaz de promover a ética e a cidadania ambiental e vislumbrar possíveis práticas para promoção do desenvolvimento sustentável em seus espaços de trabalho e convívio social e familiar.

As DCNEAs são orientações para a inclusão da Educação Ambiental nos sistemas educativos, devendo seu conteúdo estar contemplado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, planejando a organização do trabalho pedagógico (articulado com o PDI), considerando a diversidade sociocultural dos estudantes, suas comunidades e os territórios onde se localizam as universidades. A Educação Ambiental deve contemplar uma abordagem integrada e interdisciplinar, contínua e permanente, como disciplina específica ou de modo transversal no currículo, respeitando a autonomia da dinâmica acadêmica visando ao aprimoramento da consciência ambiental junto à comunidade acadêmica.

5.2 PROCESSO EDUCATIVO NOS CURSOS

Atualmente, todos os Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinense pesquisadas demandam de 3.000 horas/relógio de carga horária total para sua conclusão, com exceção do Curso da Unoesc, que possui 3.300 horas de carga horária. A integralidade dos cursos varia de oito semestres (Unisul, Univali, Unochapecó e Unoesc) a nove semestres (Unesc e Univille). Suas matrizes curriculares contemplam conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática, seguindo a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Contábeis (Resolução nº 10/2004 do CNE).

Os conteúdos de formação básica proporcionam aos acadêmicos conhecimentos teóricos básicos integrados com outras áreas do saber (possibilitando a interdisciplinaridade de diferentes áreas do conhecimento), indispensáveis na formação de consciência crítica e profissional, amplitude da visão de mundo e compreensão das necessidades sociais. Os conteúdos que compõem a formação profissional permitem o conhecimento aos diversos ramos da Contabilidade, relacionando-os entre si. A formação teórico-prática objetiva o aprendizado das técnicas profissionais para o mercado de trabalho nos espaços de ensino, tornando a aprendizagem significativa para o acadêmico e fornecendo maior segurança para o exercício profissional.

O Curso de Ciências Contábeis da Unesc tem declarado em sua missão o objetivo de formar profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável nos aspectos econômico, social e ambiental. Mantém em sua matriz curricular uma disciplina específica, obrigatória, oferecida presencialmente, denominada Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, cujo conteúdo programático envolve questões atinentes à responsabilidade social das organizações, Balanço Social, demonstração do valor adicionado, gestão ambiental, a relação entre contabilidade e meio ambiente, mensuração, legislação e relatórios. Além desta disciplina, as disciplinas de Ética e Legislação Profissional, Metodologia Científica da Pesquisa, Sociologia e Produção e Interpretação de Texto também inserem em seu conteúdo temas voltados para a Educação Ambiental.

Consta no PPC a existência de uma linha de pesquisa para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso denominada Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social, na qual há inúmeras pesquisas desenvolvidas. Na extensão, menciona a realização semestral da Exposição Conhecer para Preservar, na qual são apresentados para a comunidade acadêmica, de modo lúdico, assuntos atuais que envolvem o meio ambiente e a

responsabilidade social corporativa. As propostas articuladas de ensino, pesquisa e extensão colocam os estudantes na posição de construtores de conhecimento a partir de suas vivências e experiências.

Perpassando as questões ambientais, de acordo com o PPC, o Curso em suas disciplinas dispõe de espaço denominado “tópicos especiais e/ou interdisciplinares” para também abordar temas importantes e polêmicos, que geram discussões e acirram debates na sociedade contemporânea. A interdisciplinaridade está colocada como propulsora de projetos que envolvem a investigação, a compreensão e a resolução de problemas pelos alunos, com a mediação dos professores, ressignificando o espaço de aula, tornando-o profícuo para a concretude da articulação do ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Ciências Contábeis da Unisul não disponibiliza o PPC, mas em seu *site* consta que tem por objetivo formar profissionais e pesquisadores capazes de contribuir para o contínuo aperfeiçoamento da qualidade de vida da sociedade e para a competitividade de seus agentes econômicos, por meio da geração de informações para tomada de decisão. Sua matriz curricular contempla disciplina obrigatória, oferecida institucionalmente na modalidade de ensino a distância para todos os cursos de graduação, denominada “Informações Socioambientais”.

O Curso de Ciências Contábeis da Univali traz como missão a formação de bacharéis capacitados ao estudo e controle do patrimônio, gerando informações para o processo decisório das organizações. No PPC consta que o Curso incorpora na dimensão ambiental os princípios e valores educativos institucionais, congregando professores pesquisadores voltados à conservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais da região e do país cujos trabalhos contribuem para estimular e aperfeiçoar a inserção de conteúdos de Educação Ambiental no Curso.

Além disso, também por meio institucional, fomenta ações e estrutura espaços pedagógicos que permitem a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, realiza projetos e atividades de Educação Ambiental buscando valorizar o sentido de pertencimento dos seres humanos na natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas e tradições, como por exemplo o projeto de extensão de voluntariado chamado Univali Faz, que desenvolve ações de Educação Ambiental.

O Curso oferecia a disciplina Responsabilidade Social de modo obrigatório, presencial. Após mudança de matriz curricular e novo direcionamento institucional, passou a oferecer a disciplina Meio Ambiente e Sustentabilidade, obrigatória, na modalidade a distância para vários cursos da instituição.

No que diz respeito à interdisciplinaridade, o Curso de Ciências Contábeis da Univali a menciona no PPC quando trata das Atividades Complementares, as quais incluem a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, com foco nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

O Curso de Ciências Contábeis da Univille declara em sua missão a formação humanística e profissional em Ciências Contábeis com ensino, pesquisa e extensão, cujos egressos são capazes de exercer a profissão com competência e consciência da responsabilidade e ética perante a sociedade e organizações. No PPC consta que a Educação Ambiental é abordada de forma transversal em diversas disciplinas e de maneira mais específica nas disciplinas de Sociologia (1ª fase) e Ética (3ª fase). Além dessas, o estudante pode eleger, dentre um rol, a disciplina Contabilidade Ambiental para cursar de modo presencial. Ademais, os projetos de extensão oferecem palestras, exposições, oficinas e seminários interdisciplinares.

A interdisciplinaridade, conforme declarado no PPC, é um dos princípios que balizam a proposta metodológica para o processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade. Além dos seminários, a interdisciplinaridade nos cursos da Univille está presente também nos Trabalhos de Conclusão de Curso e nas Atividades Complementares.

O Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó objetiva a formação de profissionais capazes de implementar e gerir sistemas de informações e de controle gerenciais, exercendo com ética e proficiência as atribuições ao exercício profissional. O PPC não descreve projetos de pesquisa ou de extensão. A matriz curricular do Curso contém duas disciplinas na área ambiental denominadas Responsabilidade Socioambiental, oferecida institucionalmente para diversos cursos, e Responsabilidade Social Corporativa, ministrada especialmente para o Curso de Ciências Contábeis. Ambas obrigatórias e na modalidade presencial.

A interdisciplinaridade está presente em um dos objetivos específicos do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó que privilegia a formação de profissionais com autonomia intelectual e com habilidades para o trabalho coletivo e interdisciplinar. Ademais, o PPC descreve a presença da interdisciplinaridade na realização das Atividades Complementares.

O Curso de Ciências Contábeis da Unoesc não disponibiliza o PPC, mas em seu *site* consta como objetivo a formação de Contadores capazes de compreender as dinâmicas do mercado e gerar informações para a tomada de decisão. Sua matriz curricular contempla a disciplina obrigatória Gestão da Sustentabilidade, oferecida presencialmente para diversos

cursos da instituição. Na matriz que está em extinção oferecia a disciplina específica para o Curso denominada Contabilidade Socioambiental, na modalidade presencial.

Fator de destaque nas DCNEAs é desenvolvimento da Educação Ambiental enquanto processo de compreensão crítica, global, sistêmica e não fragmentada e, como tal, deve-se privilegiar a interdisciplinaridade na prática educativa para a promoção da cidadania e consciência ambiental, mediante a crise ambiental que afeta nossa sociedade. Assim, a inserção da temática ambiental nos currículos não pode ser compreendida de forma dissociada do contexto histórico, da política e da cultura na qual estão constituídas as universidades e seus cursos e a interdisciplinaridade contribui para o planejamento dos objetivos de práticas pedagógicas e/ou metodologias de ensino que possibilitam a compreensão da complexidade ambiental envolvendo também as questões sociais, culturais, políticas e econômicas no espaço da sala de aula.

Para a formação do futuro Contador, esse modo de ensino-aprendizagem, contrapondo com a transmissão de conhecimentos tecnicistas, permite o aflorar da participação estudantil a partir de suas percepções e experiências, a visão holística dos problemas e, conseqüentemente, o pensamento de soluções visando ao todo. Observa-se que universidades e os Cursos aqui estudados não são arredios à ideia de inserir a temática ambiental em seus espaços.

Quer seja por força de legislação, por pressões sociais ou de grupos acadêmicos, a problemática ambiental vem ocupando espaços nos ambientes institucionais. Os intercâmbios entre as diversas áreas de conhecimento tornam-se solos fecundos para o encaminhamento concreto na operacionalização da Educação Ambiental.

Alinhados com a missão das universidades, todos os Cursos de Ciências Contábeis integrantes do estudo de casos múltiplos ofertam ao menos uma disciplina específica voltada à temática socioambiental. Esses achados vêm de encontro aos estudos realizados por Calixto (2006), que identificou poucos cursos de Ciências Contábeis oferecendo disciplinas com conteúdos socioambientais em razão de outros temas relevantes para a formação do Contador, ou, como aponta Leff (2015), o assunto continua sendo marginal dentro dos sistemas nacionais de educação por parecer secundário perante assuntos mais urgentes.

As disciplinas de Contabilidade Ambiental ou relacionada oferecidas nas matrizes curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis integrantes do estudo de casos múltiplos, bem como as fases e modalidades em que são ministradas e suas ementas, estão apresentadas no Quadro 75.

Quadro 75 - Disciplinas de Contabilidade Ambiental ou relacionada nos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias Catarinenses

UC	Disciplina	Fase	Ementa
Unesc	Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social (4 créditos)	4	Responsabilidade social das Organizações. Contabilidade Social. Balanço Social: custo e benefício. Demonstração do Valor Adicionado. Gestão Ambiental. Relação entre a Contabilidade e Meio Ambiente. Mensuração. Legislação e Relatórios. Custos de natureza ambiental. Métodos contábeis aplicados. Auditoria ambiental. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares.
Unisul	Informações Socioambientais (4 créditos)	5	Responsabilidade socioambiental. Plano de contas nas operações socioambientais. Registro das operações socioambientais. Demonstrativos contábeis e relatórios gerenciais. Gestão ambiental. Indicadores socioeconômicos do desempenho sustentável.
Univali	Responsabilidade Social (Em extinção) (4 créditos)	7	Aspectos conceituais e evolução histórica. Responsabilidade ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Relações étnico-raciais no Brasil. Empreendedorismo social. Marketing social. Projetos sociais. Responsabilidade social do Contador e das organizações. Balanço Social como instrumento da gestão social: conceitos, modelos e prática. Legislação e auditoria em Balanço Social.
	Meio Ambiente e Sustentabilidade (4 créditos)	3	Plano de ensino não foi disponibilizado.
Univille	Contabilidade Ambiental (4 créditos)	3	Princípios fundamentais aplicados ao meio ambiente. Plano de Contas. Ativo. Passivo e Demonstração de Resultado Ambiental. Registro de eventos ambientais. Contingências ambientais. Utilização dos recursos naturais. Exaustão. Documentação.
Unochapecó	Responsabilidade Socioambiental (2 créditos)	3	Histórico, definição e objetivos da Educação Ambiental. Metodologias e epistemologias da Educação Ambiental: Interdisciplinaridade e transversalidade. A crise socioambiental e civilizatória: causa e cenários, atuais e futuros. Responsabilidade e gestão ambiental pública e privada. A formação do sujeito ecológico. Reflexão sobre responsabilidade social e ambiental no Brasil e no mundo.
	Responsabilidade Social Corporativa (2 créditos)	5	A responsabilidade socioambiental e a função empresarial. Elaboração e avaliação de projetos de responsabilidade socioambiental empresarial. Responsabilidade socioambiental e o planejamento estratégico. Práticas corporativas de responsabilidade socioambiental. Relatório de Sustentabilidade. Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado.
Unoesc	Contabilidade Socioambiental (Em extinção) (4 créditos)	9	Contabilidade Ambiental. Demonstração do Valor Adicionado. Balanço Social.
	Gestão da Sustentabilidade (4 créditos)	3	Tripé da sustentabilidade. Premissas e Dimensões da sustentabilidade. Conceitos emergentes em sustentabilidade. Política de sustentabilidade. Indicadores de Sustentabilidade. Mudança climática e biodiversidade. Responsabilidade Social Corporativa.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No que tange à modalidade de ensino, os Cursos de Ciências Contábeis, em sua maioria, ofertam a disciplina de Contabilidade Ambiental ou relacionada de modo presencial, a exceção se dá na Unisul e Univali, que as oferecem na modalidade a distância com conteúdos comuns para vários outros cursos da instituição. Nesse ponto há de se fazer uma ressalva: as universidades estão optando por suprimir a disciplina com conteúdos específicos e necessários para a formação do Contador contemporâneo, como a Contabilidade Ambiental, o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado, para ofertar institucionalmente outra disciplina enfocando a sustentabilidade e a responsabilidade social com conteúdos também importantes, mas genéricos, de interesse comum para vários cursos da instituição, tornando deficitária a formação profissional.

Esse reposicionamento, de caráter puramente capitalista, torna-se um artifício para o ganho em escala - com um único docente credenciado para lecionar a disciplina e alunos de vários cursos em uma mesma sala de aula (presencial ou a distância) - e ainda assim atender o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e o instrumento do MEC para o recredenciamento dos Cursos. Desta feita, o diferencial passa a ser o ementário.

O Quadro 76 apresenta os conteúdos das ementas das disciplinas de Contabilidade Ambiental ou relacionada categorizados seguindo a sugestão de Varelo, Peter e Machado (2011): Fundamentação Teórica; Abordagem Normativa; Abordagem Gerencial e Evidenciação da Informação.

Quadro 76 – Análise de conteúdo das ementas das disciplinas de Contabilidade Ambiental ou relacionada

Categorias	Elementos de análise	Presença dos elementos nas ementas analisadas nos Cursos de Ciências Contábeis						Total
		Unesc	Unisul	Univali	Univille	Unochapecó	Unoesc	
Fundamentação Teórica	Educação Ambiental					05	06	11
	Responsabilidade Social	02	01	03		06	01	13
	Contabilidade Ambiental	02	02		06		01	11
Abordagem Normativa	Legislação Ambiental	01		02				03
Abordagem Gerencial	Indicadores de Desempenho Ambiental		01				01	02
	Mensuração	02						02
	Gestão Ambiental	01	01			01		03
Evidenciação da Informação	Relatórios Ambientais	02			01	01		04
	Balanço Social	01		01		02		04
	Outros Demonstrativos Contábeis Ambientais	03		01	01	02		07
Diversas	Outros temas			04				04
Total		14	05	11	8	17	09	64

Fonte: Adaptado de Varelo, Peter e Machado (2011).

Pode-se constar pelo Quadro 76 que há predominância dos elementos da categoria Fundamentação Teórica em todos os Cursos, Responsabilidade Social (13 apontamentos), Educação Ambiental e Contabilidade Ambiental (11 menções cada). Observou-se ainda um leve destaque para a categoria Evidenciação da Informação, especialmente centrada nos demonstrativos e relatórios ambientais.

Assim sendo, constata-se que os conteúdos ministrados nas disciplinas tratam essencialmente da fundamentação teórica dos assuntos: responsabilidade social, educação ambiental e contabilidade ambiental, abordando de modo tangencial a evidenciação das informações, a abordagem gerencial e as legislações de cunho ambientais. Desse modo, os egressos destes cursos formam-se detentores de conhecimento teórico da Contabilidade Ambiental e não prático, como pressupõem as Ciências Sociais Aplicadas.

Os Contadores necessitam estar aptos para exercer sua profissão e, por seu intermédio, como afirmam Ribeiro (2010), Tinoco e Kraemer (2011) e Zanluca (2020), identificar, mensurar e esclarecer fatos relacionados ao patrimônio das entidades e suas

respectivas mutações, inclusive os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial das empresas e apresentá-los nas demonstrações contábeis aos interessados.

Este conhecimento agrega valor ao profissional, além de contribuir com a gestão da empresa na medida em que põe em prática os conhecimentos oriundos da contabilidade ambiental, identificando e alocando os custos ambientais, aferindo as reduções de gastos com água e energia, entre outros recursos, gerando informações e demonstrativos sobre a viabilidade econômica das ações ambientais praticadas pela empresa e oferecendo a transparência da gestão por meio da publicação do Balanço Social, dentre outros benefícios.

Nessa linha de análise, observando-se nos planos de ensino disponibilizados as referências (básicas e/ou complementares) utilizadas pelos professores na ministração da disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada ofertadas pelos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias, verifica-se que, em sua maioria, enfocam os conteúdos pertinentes à profissão de Contador. Das 43 obras listadas nos planos de ensino disponibilizados, 25 (58,14%) tratam especificamente da Contabilidade Ambiental e dos demonstrativos dessa natureza. Os cursos com maior número de referências com a temática são os da Unesc e Unochapecó (seis livros cada), seguido da Unoesc (quatro), Unisul, Univali e Univille (três).

A obra Contabilidade Ambiental, de autoria de Maisa de Souza Ribeiro, publicado pela Editora Saraiva, é a mais utilizada pelos cursos. A autora é Contadora e possui doutorado em Controladoria e Contabilidade. Atua na área de contabilidade financeira, com ênfase em temas relacionados a sustentabilidade, contabilidade ambiental, responsabilidade socioambiental, créditos de carbono, relato integrado e objetivos do desenvolvimento sustentável. A Editora Saraiva (2020a) descreve a obra³⁷ da seguinte forma:

A obra remete a um assunto que exige muita dedicação por parte das pessoas envolvidas com a Contabilidade. Dentro das empresas, nos mais variados ramos, aumenta cada vez mais a preocupação com a preservação do meio ambiente. Atitudes simples como a coleta seletiva de lixo, a reciclagem de materiais, o uso correto da água, o ato de não despejar componentes químicos na natureza e outras atitudes corretas do ponto de vista ambiental fazem a empresa despende recursos por vezes extremamente elevados. As empresas e as mais diversas áreas de atuação no mercado tiveram de se adaptar para entrar na era da consciência ambiental de uma maneira cautelosa no que diz respeito à maneira de agir e preservar o meio ambiente. Tudo dentro de uma empresa deve ser decidido levando em consideração vários fatores, inclusive recursos financeiros. Os gestores, no momento de tomar uma decisão, precisam escolher a mais viável gestão financeira e estratégica. Nesse contexto de atribuições no mundo todo, e de alarde geral para o hábito da preservação ambiental, a Contabilidade tem papel fundamental no suporte às empresas e aos gestores na utilização de recursos, para que eles estejam de acordo com todas as normas estabelecidas com a finalidade de preservação mundial. Sendo assim, o livro tem como objetivo **apresentar os conceitos pertinentes à contabilidade ambiental**, discutir e definir os gastos que podem ser classificados como ambientais e evidenciar a importância da gestão estratégica e econômica desses gastos.

³⁷ Optou-se em utilizar deste recurso visual para distinguir a descrição do livro retratada no *site* da Editora ao invés de apresentá-la em forma de citação longa.

As obras que tratam da Responsabilidade Social (sete livros - 16,28%) são utilizadas pelos cursos da Univali (quatro) e Unesc, Unisul e Unochapecó (um livro cada). Os livros mais utilizados são: *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios e Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*, sendo de autoria de Patrícia Almeida Ashley e Reinaldo Dias, respectivamente. A autora é economista e doutora em Administração de Empresas. Sua linha de pesquisa engloba temas como desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, políticas públicas, ética nos negócios, educação ambiental e responsabilidade social corporativa. O livro foi publicado pela Editora Saraiva (2020b), que o descreve da seguinte forma:

Com novos textos, conceitos e casos, está ainda mais moderna e didática, de modo a trazer para o leitor o estado da arte na área. O norte do livro continua sendo, contudo, fugir da visão tradicionalista, mercantil ou puramente filantrópica, mostrando o papel estratégico da responsabilidade social nos negócios, alicerçado em exemplos e casos reais ocorridos no Brasil. Depois de diversas tiragens e intensa colaboração de alunos, professores e profissionais brasileiros, a segunda edição espelha a evolução do **conceito** no Brasil.

Reinaldo Dias é graduado e doutor em Ciências Sociais. Suas pesquisas englobam as áreas de sociologia, administração, sustentabilidade, meio ambiente e gestão pública. O livro também foi publicado pela Editora Saraiva (2020c), que assim o apresenta:

Este livro aborda os principais temas relacionados com as empresas e o meio ambiente, tais como: desenvolvimento sustentável, legislação ambiental municipal, sistemas de gestão ambiental, economia verde, comércio internacional, mudança climática global, o Protocolo de Kyoto e a COP 21, o Protocolo de Montreal e o Acordo de Kigali, produção mais limpa, ecoeficiência, marketing verde, responsabilidade ambiental e cidadania. Além disso, trata de questões vinculadas que são da máxima importância para as empresas, como a responsabilidade ambiental empresarial e a relação com as comunidades locais, dando especial ênfase no papel das administrações públicas municipais. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade* apresenta estudo de caso elucidativo da relação entre a cidadania ambiental emergente e as empresas, discutindo os efeitos da ampliação do debate ecológico na tomada de posição das pessoas e das organizações não governamentais. O livro utiliza exemplos recentes de problemas ambientais, contextualizando-os em cada capítulo com os **conceitos** apresentados. Livro-texto para a disciplina Gestão Ambiental dos cursos de Administração, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental, Gestão Tecnológica Ambiental e Direito com ênfase em meio ambiente, bem como cursos que incluem a disciplina em seus currículos plenos. Leitura complementar para disciplinas que abordam o desenvolvimento sustentável em seus múltiplos aspectos. Obra de relevante interesse também para micro, pequenos e médios empresários interessados em obter um conhecimento mais abrangente do envolvimento das empresas com a questão ambiental.

As referências que abordam a Gestão Ambiental (seis livros - 13,95%) são usadas pelos cursos da Unesc e Unisul (dois livros cada), Univali e Unochapecó (um livro cada). A obra mais utilizada é de autoria de José Carlos Barbieri, intitulada *Gestão Ambiental Empresarial*. O autor é graduado em Administração Pública e possui doutorado em

Administração, desenvolvendo pesquisas nas áreas de gestão ambiental e inovação. A Editora Saraiva (2020d) apresenta em seu sítio a seguinte descrição para a obra:

O livro “Gestão Ambiental Empresarial” mostra como as empresas podem agir para enfrentar e evitar os problemas ambientais gerados por suas atividades, defendendo a necessidade de mudanças na gestão empresarial para incorporar a preocupação com o meio ambiente em todas as decisões. Os temas deste livro são desenvolvidos mediante o confronto de opiniões, com o objetivo de apresentar alternativas para as ações de gestão. A obra apresenta ampla discussão sobre os problemas ambientais: contempla o **conceito** de gestão ambiental e suas diferentes dimensões; discute as iniciativas de gestão ambiental global e regional com base no enfrentamento do aquecimento global, da destruição da camada de ozônio e da proteção à biodiversidade, nas experiências da União Europeia, Mercosul e Nafta; e discute os principais instrumentos de política pública ambiental e as polêmicas em torno deles quanto à sua eficácia na resolução dos problemas ambientais e seus efeitos sobre a competitividade das empresas. Também apresenta diversos modelos de gestão ambiental, como Produção Mais Limpa, Ecoeficiência, Ecologia Industrial, entre outros, ressaltando suas diferenças e semelhanças para estimular a criação de outros modelos que atendam melhor às peculiaridades de uma empresa. Há também capítulos dedicados aos instrumentos de gestão ambiental empresarial mais importantes: sistema de gestão ambiental, auditoria ambiental, avaliação do ciclo de vida do produto, comunicação e relatórios externos, estudo prévio de impactos ambientais para projetos de atividades e empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental.

As demais obras, sete títulos (11,67%), envolvem Direito Ambiental e Economia do Meio Ambiente utilizados pelo Curso de Ciências Contábeis da Unisul; Legislação: Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira africana, *Marketing Ambiental* e *Marketing Social*, utilizados pelo curso da Univali.

O Quadro 77 demonstra os temas geradores dos títulos utilizados como bibliografias básicas e complementares nos cursos.

Quadro 77 – Cursos de Ciências Contábeis e os temas geradores dos títulos das referências

Temas	Curso de Ciências Contábeis					
	Unesc	Unisul	Univali	Univille	Unochapecó	Unoesc
Contabilidade Ambiental	06	03	03	03	06	04
Direito Ambiental		01				
Economia do Meio Ambiente		01				
Gestão Ambiental	02	02	01			
Legislação			01			
<i>Marketing Ambiental</i> e <i>Social</i>			02			
Responsabilidade Social	01	01	04		01	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Por meio do Quadro 77, em relação às referências elencadas nos Planos de Ensino disponibilizados, pode-se observar que todos os Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses adotam referências que abordam a Contabilidade Ambiental. Os Cursos da Univille e Unoesc utilizam como referências de apoio teórico apenas obras que tratam da Contabilidade Ambiental. O Curso da Unesc privilegia a Contabilidade Ambiental, mas também adota referências que abordam conteúdos de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social.

O Curso da Unochapecó traz referências que enfocam prioritariamente a Contabilidade Ambiental e minimamente a Responsabilidade Social. O Curso da Unisul, além da Contabilidade Ambiental, possui referências pulverizadas, envolvendo temas diversos como Direito Ambiental e Economia do Meio Ambiente. Do mesmo modo o Curso da Univali, que aborda *Marketing* Socioambiental e legislações, mas tem por foco principal a Responsabilidade Social.

Comparando o Quadro 75 e o Quadro 77 observa-se que as referências utilizadas estão em sua maioria em consonância com o nome dado às disciplinas e, também, com a sua forma de atendimento: se ministradas especificamente para alunos do Curso de Ciências Contábeis ou de diversos cursos. Como dissonante cita-se como exemplo o Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó, que dispõe das disciplinas Responsabilidade Socioambiental oferecida para vários cursos e Responsabilidade Social Corporativa somente para Ciências Contábeis, ambas com dois créditos cada, a qual possui grande parte das referências voltadas para a Contabilidade Ambiental (seis títulos) e apenas uma obra com a temática Responsabilidade Social.

Infere-se, a partir da leitura de apresentação das obras mais utilizadas, que há uma convergência entre os cursos no que tange à ministração conceitual dos conteúdos. As sinopses descrevem excelentes materiais de leituras para compreender os conceitos de cada termo, outras apresentam exemplos praticados por empresas, mas nenhuma menciona conter exercícios para serem resolvidos pelos alunos com o intuito de complementar e consolidar os conceitos expostos na parte textual.

Essa inferência vem ao encontro dos motivos elencados por professores, gestores e coordenadores de curso para Calixto (2006) em suas pesquisas: a existência de poucas obras para compor as referências e, desse modo, o ensino-aprendizagem da Contabilidade Ambiental acaba sendo superficial, ingênuo, preservacionista e desatualizado, com professores desenvolvendo com seus alunos atividades reducionistas como catar latinhas e

reciclar papel, ao invés de promover mudanças de percepção em relação ao ambiente, como menciona Dias (2010).

O futuro Contador, durante sua formação profissional, necessita desenvolver competências, mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, conforme cita Perrenoud (1999; 2013) para exercer com maestria a profissão conforme exigência contemporânea, subsidiando a gestão da empresa na compreensão de que o lucro será obtido por meio do resultado final de suas ações que envolvem aspectos não só econômicos, mas igualmente socioambientais.

Para isso, o Contador precisa munir os gestores de informações qualificadas, contribuindo no planejamento empresarial e, no âmbito ambiental, manter um gerenciamento condizente com o porte da empresa; contribuir com soluções; divulgar relatórios socioambientais e inserir nas demonstrações contábeis tradicionais (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, entre outras) informações de itens relacionados ao meio ambiente.

5.3 CONTEXTO LOCAL E REGIONAL DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

O Estado de Santa Catarina possui 6,727 milhões de habitantes distribuídos em 295 municípios. Na área urbana há 1.691.822 domicílios e na área rural 301.190. A expectativa de vida é de 81 anos para mulheres e 74 para homens. O Estado encontra-se na 3ª colocação do país no *ranking* do IDH e, também, no IDHM, atrás apenas do Distrito Federal e de São Paulo (IBGE, 2019).

Em relação ao saneamento básico³⁸, 70,7% das habitações brasileiras têm água encanada, 81,1% recebem coleta de lixo e 99,9% possuem energia elétrica. Em Santa Catarina 82,40% das habitações catarinenses têm água encanada, 89,60% possuem coleta de lixo e 99,40% dos domicílios têm energia elétrica (SEF, 2018).

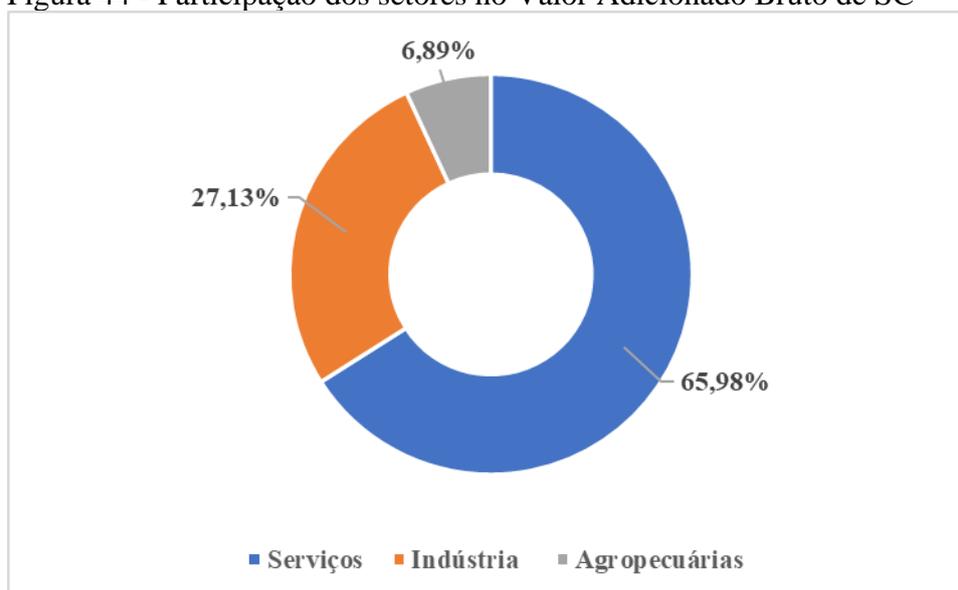
No que tange à Educação, no Brasil a taxa de frequência no ensino fundamental é de 96,10% nos anos iniciais e 86,70% nos anos finais. No ensino médio a taxa cai para 69,30% e no ensino superior 25,20%. Em Santa Catarina as taxas de frequência são superiores: no ensino fundamental é de 95,70% nos anos iniciais, 91,50% nos anos finais, no ensino médio 76,10% e no ensino superior 32,50% (IBGE, 2019). No Brasil, conforme dados da recente

³⁸ Dados da Secretaria de Estado da Fazenda com data base em 2013. Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/46/final.pdf. Acesso em: 05 maio 2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a taxa de analfabetismo³⁹ é de 6,6%, o que corresponde a 11 milhões de pessoas. Em Santa Catarina o índice caiu de 2,5% em 2018 para 2,3% em 2019, deixando o estado no 2º lugar no *ranking* do país, atrás apenas do Rio de Janeiro, com 2,1% de analfabetos.

No que diz respeito ao contexto econômico, o PIB do Brasil em 2016 foi de R\$ 6,267 trilhões e o catarinense foi de R\$ 256,7 bilhões, colocando o estado no 6º lugar do país, com participação de 4,10% do PIB brasileiro. A economia catarinense é caracterizada pelo elevado peso do setor de serviços, que contribuiu com 65,98% do Valor Adicionado Bruto; a agricultura, silvicultura e pesca, que representam apenas 6,89%, enquanto o setor industrial contribuiu com 27,13% (IBGE, 2019). A Figura 44 demonstra a participação bruta de cada uma das atividades econômicas no Valor Adicionado de Santa Catarina.

Figura 44 - Participação dos setores no Valor Adicionado Bruto de SC



Fonte: IBGE (2019).

Conforme a Figura 44, a participação do setor de serviços é a mais expressiva no PIB estadual, com maior concentração em Florianópolis, Joinville e Itajaí. Em seguida, o setor industrial também apresenta destaque, especialmente em Joinville, Blumenau e Itajaí. O setor agrícola tem ênfase em Campos Novos, Canoinhas e São Joaquim.

Para fins de planejamento público e organização de informações estatísticas o estado de Santa Catarina foi dividido em seis mesorregiões, as quais são: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí. As

³⁹ Taxa de analfabetismo no Brasil de pessoas de 15 anos ou mais.

Universidades Comunitárias encontram-se nas mesorregiões Sul (Unesc e Unisul), Vale do Itajaí (Univali), Norte (Univille) e Oeste (Unochapecó e Unoesc).

Cabe salientar que nas mesorregiões catarinenses onde estão localizadas as sedes das Universidades Comunitárias (Norte, Oeste, Sul e Vale do Itajaí) os municípios-sede estão entre os 15 que contribuem com maior participação no PIB estadual e abrigam as maiores populações, com exceção de Joaçaba. O Quadro 78 demonstra essa representatividade.

Quadro 78 – Distribuição espacial do PIB, PIB *per capita* e da população catarinense nos municípios-sede das Universidades Comunitárias

Municípios / Universidades	PRODUTO INTERNO BRUTO (2016)			POPULAÇÃO (2010)			PIB PER CAPITA (2016)	
	R\$	% de participação no estado	Ranking estadual	População	% da população estadual	Ranking estadual	R\$	Ranking estadual
Joinville (Univille)	25.217.353.750,00	9,83	1°	515.288	8,25	1°	44.268,54	30°
Itajaí (Univali)	19.279.898.000,82	7,51	2°	183.373	2,93	7°	92.266,86	3°
Chapecó (Unochapecó)	8.317.903.390,00	3,24	6°	183.530	2,94	6°	39.693,55	46°
Criciúma (Unesc)	6.895.489.780,00	2,69	8°	192.308	3,08	5°	32.968,64	94°
Tubarão (Unisul)	3.411.278.780,00	1,33	14°	97.235	1,56	13°	32.903,90	98°
Joaçaba (Unoesc)	1.487.933.170,00	0,58	32°	27.020	0,43	44°	50.765,38	13°

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dos 295 municípios de Santa Catarina, cinco dos que sediam as Universidades Comunitárias estão entre os 15 que mais contribuem com o PIB estadual e possuem o maior número de pessoas residentes, os quais são: Joinville, Itajaí, Chapecó, Criciúma e Tubarão. No que diz respeito ao PIB *per capita*, Itajaí e Joaçaba estão em melhores colocações.

Infere-se com estes dados que a presença das Universidades Comunitárias nestes locais colabora com o desenvolvimento econômico local, fato que, de certo modo, ratifica o cumprimento das vocações institucionais em contribuir com o desenvolvimento das comunidades de seu entorno, por meio do compromisso com a educação, da socialização do conhecimento científico, do compartilhamento da arte e cultura, dos projetos e ações de extensão.

Nesse sentido, buscou-se aporte nos IDMS gerados pela FECAM para apresentar o panorama de desenvolvimento sustentável dos municípios onde estão localizadas as Universidades Comunitárias e seu entorno. A entidade objetiva colaborar com o progresso dos municípios com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável, preservando os

recursos naturais e melhorando a qualidade de vida dos catarinenses. Para tanto, a Federação desenvolveu um sistema pautado a partir de uma série de índices considerados fundamentais para diagnosticar o nível de sustentabilidade de um município envolvendo quatro dimensões: sociocultural, econômica, ambiental e político institucional.

O Quadro 79 sintetiza o nível de sustentabilidade dos municípios que sediam as Universidades Comunitárias catarinenses nas referidas dimensões, no ano de 2018, conforme a escala da FECAM: “alto” (maior ou igual a 87,5%) representado pela cor verde escuro; “médio alto” (maior ou igual a 75% e menor do que 87,5%), cor verde claro; “médio”(maior ou igual a 62,5% e menor do que 75%), cor amarela; “médio baixo” (maior ou igual a 50% e menor do que 62,5%), cor laranja, e “baixo” (menor que 50%), cor vermelha.

Quadro 79 - Nível de sustentabilidade dos municípios sede das Universidades Comunitárias.

CIDADE UNIVERSIDADE	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL		DIMENSÃO ECONÔMICA		DIMENSÃO AMBIENTAL		DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL		NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE	
	2016	2018	2016	2018	2016	2018	2016	2018	2016	2018
Santa Catarina	72,30% Médio	71,60% Médio	57,20% Médio Baixo	55,20% Médio Baixo	48,00% Baixo	48,00% Baixo	66,90% Médio	65,20% Médio	60,80% Médio Baixo	59,60% Médio Baixo
Criciúma (Unesc)	77,10% Médio Alto	75,90% Médio Alto	61,10% Médio Baixo	62,80% Médio	62,40% Médio Baixo	62,40% Médio Baixo	62,20% Médio Baixo	59,10% Médio Baixo	65,70% Médio	65,00% Médio
Tubarão (Unisul)	79,80% Médio Alto	79,90% Médio Alto	61,80% Médio Baixo	60,00% Médio Baixo	65,10% Médio	65,10% Médio	62,10% Médio Baixo	56,20% Médio Baixo	67,20% Médio	65,30% Médio
Itajaí (Univali)	76,70% Médio Alto	75,20% Médio Alto	81,20% Médio Alto	78,70% Médio Alto	67,40% Médio	67,40% Médio	81,20% Médio Alto	69,60% Médio	76,60% Médio Alto	72,70% Médio
Joinville (Univille)	80,90% Médio Alto	81,20% Médio Alto	72,10% Médio	69,60% Médio	86,20% Médio Alto	86,20% Médio Alto	68,40% Médio	69,70% Médio	76,90% Médio Alto	76,70% Médio Alto
Chapecó (Unochapecó)	81,20% Médio Alto	79,90% Médio Alto	67,20% Médio	64,10% Médio	64,50% Médio	64,50% Médio	68,50% Médio	62,00% Médio Baixo	70,30% Médio	67,60% Médio
Joaçaba (Unoesc)	81,20% Médio Alto	81,10% Médio Alto	68,40% Médio	68,20% Médio	77,90% Médio Alto	77,90% Médio Alto	77,70% Médio Alto	74,60% Médio	76,30% Médio Alto	75,40% Médio Alto

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Conforme apresentado no Quadro 79, Santa Catarina manteve em 2018 o mesmo nível “médio baixo” de sustentabilidade (59,60%) que tinha em 2016, embora tenha apresentado uma redução de 1,97% provocada, especialmente, pelas Dimensões Econômica (queda de 3,50%) e Político Institucional (queda de 2,54%).

As cidades sede das Universidades Comunitárias variaram do nível “médio alto”, Joinville (76,70%) e Joaçaba (75,40%), e nível “médio”, Itajaí (72,07%), Chapecó (67,60%), Tubarão (65,30%) e Criciúma (65,00%).

Joinville, que sedia a Univille, possuía em 2018 nível “médio alto” nas Dimensões Ambiental (86,20%) e Sociocultural (81,20%) e nível “médio” nas Dimensões Político Institucional (69,70%) e Econômica (69,60%). Joaçaba, que sedia a Unoesc, possuía nível “médio alto” nas Dimensões Sociocultural (81,10%) e Ambiental (77,90%) e nível “médio” nas Dimensões Político Institucional (74,60%) e Econômica (68,20%).

Itajaí, município-sede da Univali, possuía nível “médio alto” nas Dimensões Econômica (78,70%) e Sociocultural (75,20%) e nível “médio” nas Dimensões Político Institucional (69,60%) e Ambiental (67,40%). Tubarão, município matriz da Unisul, possuía nível “médio alto” na Dimensão Sociocultural (79,90%), nível “médio” na Dimensão Ambiental e nível “médio baixo” nas dimensões Econômica (60%) e Político Institucional (56,20%). Criciúma, que acolhe a Unesc, possuía nível “médio alto” na Dimensão Sociocultural, nível “médio” na Dimensão Econômica e nível “médio baixo” nas Dimensões Ambiental (62,40%) e Político Institucional (59,10%).

Comparando-se os IDMS dos municípios entre os anos de 2016 e 2018 foi possível identificar a seguinte realidade: em 2016 Joinville ocupava o 2º lugar na classificação no IDMS, seguido de Itajaí em 3º, Joaçaba em 5º, Chapecó em 21º, Tubarão em 48º e Criciúma em 68º. Em 2018 foi possível perceber diferenças consideráveis no desempenho dos municípios. Joinville passou a ocupar a 1ª, Joaçaba a 4ª, Itajaí a 8ª, Chapecó a 31ª, Tubarão a 54ª e Criciúma a 59ª posição no *ranking* de desenvolvimento sustentável.

Nota-se que os municípios de Joinville, Joaçaba e Criciúma ascenderam nas posições no *ranking* em 2018. Joinville e Joaçaba subiram uma posição cada e Criciúma nove posições em relação a 2016. Em contrapartida, os municípios de Itajaí, Tubarão e Chapecó apresentaram um desempenho inferior a 2016, visto que regrediram cinco, seis e 10 posições, respectivamente. A partir dessas informações, buscou-se identificar as deficiências e potencialidades de cada município, as quais justificassem a queda ou aumento em seu IDMS. Para tanto, tomou-se como base para as análises as dimensões de sustentabilidade, suas subdimensões e variáveis.

No que diz respeito à Dimensão Sociocultural, que comporta as Subdimensões Educação, Saúde, Cultura e Habitação, apesar do nível “médio alto” de desenvolvimento e do equilíbrio entre os municípios que sediam as Universidades Comunitárias nesta dimensão, observa-se que Tubarão e Joinville aumentaram em 2018 o IDMS em relação a 2016, ao passo que Criciúma, Itajaí, Chapecó e Joaçaba apresentaram queda no índice de desenvolvimento sustentável, mas todos estavam acima da média catarinense. O Quadro 80 demonstra as principais subdimensões e variáveis que contribuíram para estes resultados.

Quadro 80 - Principais subdimensões e variáveis que contribuíram para o aumento/queda no IDMS, Dimensão Sociocultural

Município Universidade	IDMS 2016/2018	Dimensão sociocultural	Principais variáveis
Criciúma (Unesc)	Queda	Subdimensão Cultura	a) Investimento em cultura <i>per capita</i> ; b) Investimento em cultura sobre a RCL.
Tubarão (Unisul)	Aumento	Subdimensão Educação	a) Percentual de docentes com curso superior lecionando em todos os níveis de ensino.
Itajaí (Univali)	Queda	Subdimensão Cultura	a) Investimento em cultura <i>per capita</i> ; b) Investimento em cultura sobre a RCL.
Joinville (Univille)	Aumento	Subdimensão Educação	a) Percentual de docentes com curso superior lecionando em todos os níveis de ensino.
Chapecó (Unochapecó)	Queda	Subdimensão Saúde	a) Taxa de vacinas do município.
Joaçaba (Unoesc)	Queda	Subdimensão Cultura	a) Investimento em cultura <i>per capita</i> ; b) Investimento em cultura sobre a RCL.

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

No que diz respeito à Dimensão Sociocultural, conforme apresentado no Quadro 80, Joinville e Tubarão obtiveram aumento no índice de sustentabilidade no período 2016-2018, ambos principalmente em razão da Subdimensão Educação, envolvendo sobretudo a variável “percentual de docentes com curso de graduação lecionando em todos os níveis de ensino”.

Os municípios de Criciúma, Itajaí, Chapecó e Joaçaba apresentaram redução no IDMS. Criciúma e Joaçaba devido principalmente à Subdimensão Cultura, especialmente em razão do decréscimo nas variáveis “investimentos em cultura *per capita*” e “investimentos em cultura sobre a Receita Corrente Líquida”. Em Chapecó a principal Subdimensão que contribuiu para a queda no nível de sustentabilidade foi a Saúde e a principal variável que colaborou para este resultado foi a redução na “taxa de vacinas no município”.

Em relação à Dimensão Econômica, que contempla apenas a Subdimensão Economia, Criciúma foi o único município que obteve aumento no nível de sustentabilidade no período. O Quadro 81 evidencia as principais variáveis que contribuíram para estes resultados.

Quadro 81 - Principais subdimensões e variáveis que contribuíram para o aumento/queda no IDMS, Dimensão Econômica

Cidade Universidade	IDMS 2016/2018	Dimensão econômica	Principais variáveis
Criciúma (Unesc)	Aumento	Subdimensão Economia	a) ISS <i>per capita</i> ; b) Crescimento do PIB.
Tubarão (Unisul)	Queda	Subdimensão Economia	a) Crescimento do PIB; b) ISS <i>per capita</i> ;
Itajaí (Univali)	Queda	Subdimensão Economia	a) Crescimento do PIB; b) Evolução dos empregos formais; c) Evolução dos estabelecimentos empresariais; d) Remuneração média dos trabalhadores formais.
Joinville (Univille)	Queda	Subdimensão Economia	a) Evolução dos estabelecimentos empresariais.
Chapecó (Unochapecó)	Queda	Subdimensão Economia	a) Crescimento do PIB; b) Evolução dos estabelecimentos empresariais; c) Remuneração média dos trabalhadores formais.
Joaçaba (Unoesc)	Queda	Subdimensão Economia	a) Evolução dos empregos formais; b) Remuneração média dos trabalhadores formais.

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

No que concerne à Dimensão Econômica, conforme observa-se por meio do Quadro 81, Criciúma obteve aumento no nível de sustentabilidade no período 2016-2018, sendo “ISS *per capita*” e “crescimento do PIB” as principais variáveis que contribuíram para este resultado. Os demais municípios, Tubarão, Itajaí, Joinville, Chapecó e Joaçaba, tiveram uma redução no IDMS. Em Tubarão as principais variáveis que colaboraram para a queda foram: “crescimento do PIB” e “ISS *per capita*”.

Itajaí sofreu basicamente com as variáveis “crescimento do PIB”, “evolução dos empregos formais”, “evolução dos estabelecimentos empresariais” e “remuneração média dos trabalhadores formais”. Joinville, em especial, a variável “evolução dos estabelecimentos empresariais” colaborou para a redução no IDMS. Em Chapecó, “crescimento do PIB”, “evolução dos estabelecimentos empresariais” e “remuneração média dos trabalhadores formais” e em Joaçaba “evolução dos empregos formais” e “remuneração média dos trabalhadores formais” foram as principais variáveis que contribuíram para o resultado.

Acerca da Dimensão Ambiental, que contempla apenas a Subdimensão Meio Ambiente, todos os municípios mantiveram em 2018 o mesmo nível de sustentabilidade de 2016. O Quadro 82 evidencia as principais variáveis que contribuíram para estes resultados.

Quadro 82 - Principais subdimensões e variáveis que contribuíram para a manutenção no IDMS, Dimensão Ambiental

Cidade Universidade	IDMS 2016/2018	Dimensão ambiental	Principais variáveis
Criciúma (Unesc)	Manteve	Subdimensão Meio Ambiente	a) Inexistência de Agenda 21 local; b) Áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias.
Tubarão (Unisul)	Manteve	Subdimensão Meio Ambiente	a) Áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias; b) Agenda 21 local em processo de elaboração e/ou implementação.
Itajaí (Univali)	Manteve	Subdimensão Meio Ambiente	a) Áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias; b) Agenda 21 local em processo de elaboração e/ou implementação.
Joinville (Univille)	Manteve	Subdimensão Meio Ambiente	a) Agenda 21 local em processo de elaboração e/ou implementação; b) Domicílios particulares com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica.
Chapecó (Unochapecó)	Manteve	Subdimensão Meio Ambiente	a) Inexistência de Agenda 21 Local; b) Domicílios particulares com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica; c) Domicílios atendidos por rede pública de água.
Joaçaba (Unoesc)	Manteve	Subdimensão Meio Ambiente	a) Inexistência de Agenda 21 local; b) Domicílios particulares com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica.

Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Quanto à Dimensão Ambiental, conforme indicado no Quadro 82, todos os municípios mantiveram em 2018 o mesmo índice obtido no ano de 2016. Criciúma, Chapecó e Joaçaba continuaram sem a Agenda 21 Local; Criciúma, Tubarão e Itajaí mantiveram o mesmo percentual de áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias. Tubarão, Itajaí e Joinville não avançaram na elaboração da Agenda 21 local; Joinville, Chapecó e Joaçaba continuaram com o mesmo percentual de domicílios particulares com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica e Chapecó manteve a porcentagem de domicílios atendidos pela rede pública de água.

Sobre a Dimensão Político Institucional, que contempla as Subdimensões Finanças Públicas, Gestão Pública e Participação Social, com exceção de Joinville todos os demais municípios tiveram redução no nível de sustentabilidade em 2018. O Quadro 83 evidencia as principais subdimensões e variáveis que contribuíram para estes resultados.

Quadro 83 - Principais subdimensões e variáveis que contribuíram para a manutenção no IDMS, Dimensão Político Institucional

Cidade Universidade	IDMS 2016/2018	Dimensão político institucional	Principais variáveis
Criciúma (Unesc)	Queda	Subdimensão Participação Social	a) Participação da população nos pleitos eleitorais.
Tubarão (Unisul)	Queda	Subdimensão Participação Social	a) Participação da população nos pleitos eleitorais.
Itajaí (Univali)	Queda	Subdimensão Finanças Públicas	a) Investimento público <i>per capita</i> .
Joinville (Univille)	Aumento	Subdimensão Participação Social	a) Participação da população nos pleitos eleitorais.
Chapecó (Unochapecó)	Queda	Subdimensão Participação Social	a) Participação da população nos pleitos eleitorais.
Joaçaba (Unoesc)	Queda	Subdimensão Participação Social	a) Participação da população nos pleitos eleitorais.

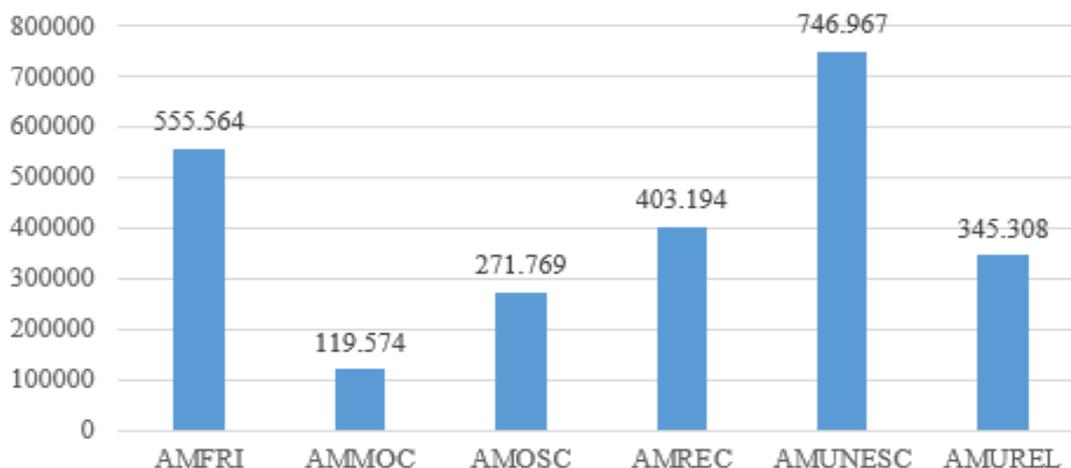
Fonte: Dados da pesquisa com base na FECAM (2019).

Quanto à Dimensão Político Institucional, conforme evidenciado no Quadro 83, Joinville foi o único município integrante do estudo que registrou índice aumentado em 2018. A principal variável que contribuiu para este cenário foi a ampliação do percentual de “participação da população nos pleitos eleitorais”, ao passo que Criciúma, Tubarão, Chapecó e Joaçaba tiveram uma menor participação que no ano de 2016. O município de Itajaí obteve queda no índice de sustentabilidade, principalmente, em razão do percentual de “investimento público *per capita*”.

Para analisar o panorama dos arredores das Universidades Comunitárias buscou-se subsídio no IBGE e na FECAM, por meio do SIDEMS, observando as dimensões de sustentabilidade dos municípios integrantes das respectivas associações municipais, as quais são: Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), à qual Criciúma é associada; Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL), que mantém Tubarão entre seus municípios; Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), onde Itajaí está associado; Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), à qual Joinville está integrado; Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), à qual Chapecó é associado, e Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), no qual Joaçaba integra o quadro de associados.

A Figura 45 apresenta a soma da população que reside nos municípios do entorno das Universidades Comunitárias conforme o conglomerado das Associações Municipais.

Figura 45 – Somatório da população por Associações Municipais do entorno das Universidades Comunitárias, resultado do Censo 2010

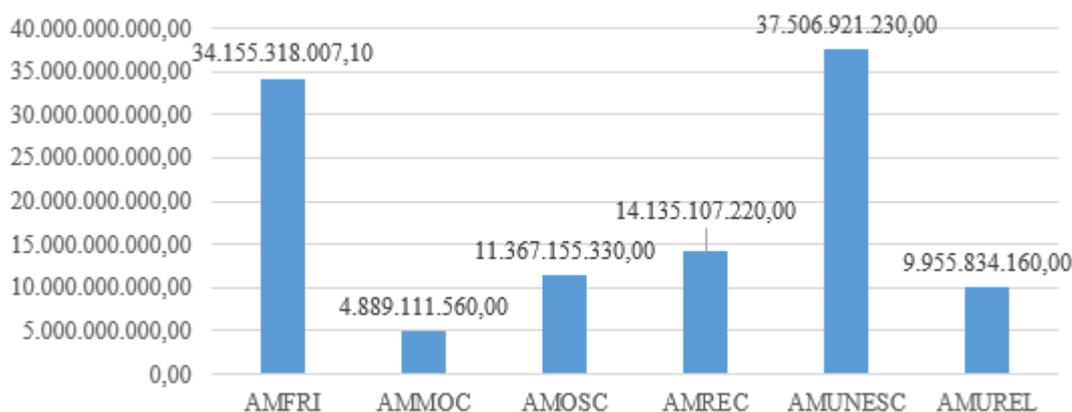


Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019).

Das seis associações municipais, a AMUNESC, embora integre o menor número de municípios (nove), apresenta um diferencial em relação às outras associações em termos populacionais, 746.967 residentes, representando 30,58% dos habitantes. Em seguida aparece a AMFRI, com 555.564 habitantes (22,75%) distribuídos em seus 11 municípios; a AMREC com população de 403.194 (16,51%) em 12 municípios; a AMUREL com 345.308 (14,14%) em 18 municípios; a AMOSC com 271.769 (11,13%) em 20 localidades e, por fim, a AMMOC com 119.574 residentes (4,90%) distribuídos em 12 municípios, conforme dados do Censo 2010 (IBGE, 2020).

Em relação ao PIB, Figura 46, percebe-se que a riqueza gerada nas localidades do estudo é, também, espacialmente concentrada, destacando-se os municípios da AMUNESC e da AMFRI, que juntos foram responsáveis por mais de 60% de todos os bens e serviços finais produzidos nas regiões onde se localizam as Universidades Comunitárias, conforme dados do IBGE com base nos resultados de 2016. Em seguida tem-se a AMREC, AMOSC, AMUREL e AMMOC.

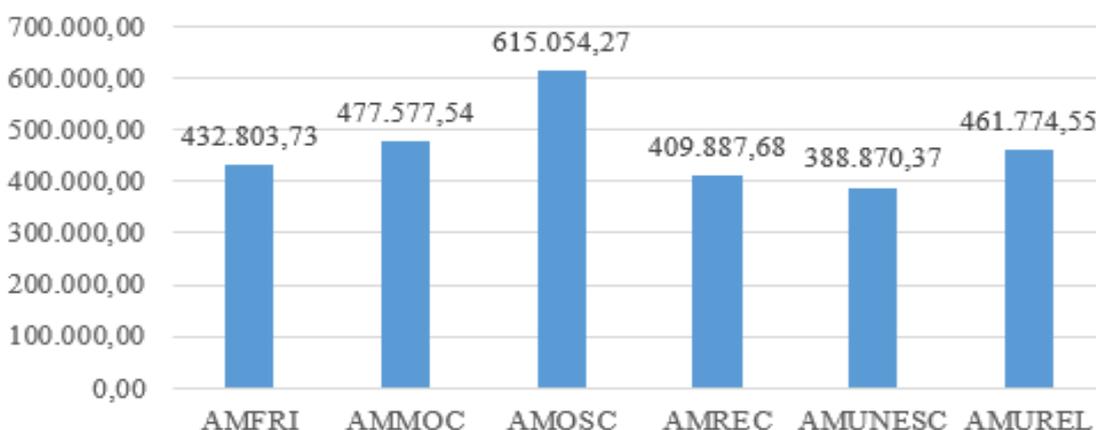
Figura 46 – Somatório do PIB por Associações Municipais do entorno das Universidades Comunitárias, resultado de 2016



Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019).

Como os números absolutos do que o município ou a região produziu em um período calculado pelo PIB não consideram o tamanho da população, torna-se prudente observar o PIB *per capita* comparando cada associação municipal de forma equilibrada na medida em que considera o valor dos bens e serviços produzidos em média por cada habitante da localidade. No que concerne ao PIB *per capita*, o destaque está na AMOSC (22,08%), as demais associações mantêm uma distribuição de recursos mais equilibrada, conforme apresenta a Figura 47.

Figura 47 - Somatório do PIB *per capita* por Associações Municipais do entorno das Universidades Comunitárias, resultado de 2016



Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019).

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, na comparação de desenvolvimento entre associações de municípios, no ano de 2018, a AMFRI manteve a primeira posição no *ranking* geral, conforme atesta o Quadro 84.

Quadro 84 – Nível médio de sustentabilidade dos municípios do entorno das Universidades Comunitárias.

Associações Municipais	Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional	IDMS
Média da AMREC	75,00%	61,30%	65,60%	62,40%	66,00%
Média da AMUREL	73,00%	54,20%	47,60%	63,30%	59,50%
Média da AMFRI	74,60%	59,30%	69,10%	63,10%	66,50%
Média da AMUNESC	73,10%	61,80%	58,70%	60,80%	66,10%
Média da AMOSC	71,70%	59,20%	37,10%	69,60%	59,40%
Média da AMMOC	75,00%	60,30%	53,60%	67,20%	64,40%

Fonte: Dados da Pesquisa com base na FECAM (2019).

Em todas as associações municipais, conforme o Quadro 84, a média dos municípios da AMREC, da AMFRI, da AMUNESC e da AMMOC permaneceram no nível “médio” de sustentabilidade, ao passo que AMUREL e AMOSC no nível “médio baixo”. A Dimensão Econômica se destaca positivamente em todas as associações, em contrapartida, na Dimensão Ambiental há muito o que melhorar.

Conforme a média do IDMS dos municípios integrantes das Associações Municipais, calculada conforme os parâmetros da FECAM em 2018, nenhum apresentou desempenho sustentável “alto”, o que denota a necessidade de melhorias nos processos que envolvem a gestão ambiental, social, cultural, econômica e institucional dos municípios que compõem as Associações. Ademais, a pesquisa demonstrou que, em média, a Dimensão Sociocultural foi a mais desenvolvida em todos os municípios.

Na AMREC e na AMFRI, a dimensão mais vulnerável foi a Econômica, ao passo que na AMUREL, AMUNESC, AMOSC e AMMOC foi a Dimensão Ambiental. Sendo assim, torna-se evidente que em ambas as dimensões exige-se maior atenção por parte da gestão pública e dos gestores das associações municipais.

Em um contexto geral, na AMREC, Criciúma, com 193.308 habitantes, se sobressai por deter 47,70% do total da população dos 12 municípios integrantes do quadro de filiados. Em seguida o município de Içara, com 14,59% dos residentes da região, Forquilha com 5,59%, Orleans com 5,31%. Nos demais municípios: Urussanga, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Lauro Müller, Nova Veneza, Siderópolis, Balneário Rincão e Treviso encontra-se o restante da população (26,81%). No que toca à geração de riqueza, a AMREC possui alta desigualdade, visto que Criciúma concentra 48,78% do PIB produzido pelos municípios da região. Os municípios de Treviso e Nova Veneza se destacam pelo PIB *per capita*, 13% e 12,12% respectivamente, conforme indica o Quadro 85.

Quadro 85 - População, PIB e PIB *per capita* dos municípios da AMREC

AMREC						
Municípios	População (Censo 2010)		PIB (2016)		PIB <i>per capita</i> (2016)	
Balneário Rincão	12.403	3,08%	217.234.750,00	1,54%	17.788,63	4,34%
Forquilha	22.548	5,59%	713.564.430,00	5,05%	27.917,23	6,81%
Morro da Fumaça	16.126	4,00%	591.439.370,00	4,18%	34.043,59	8,31%
Siderópolis	12.998	3,22%	399.197.380,00	2,82%	28.973,54	7,07%
Cocal do Sul	15.159	3,76%	600.462.480,00	4,25%	36.835,93	8,99%
Içara	58.833	14,59%	1.886.220.140,00	13,34%	34.931,30	8,52%
Nova Veneza	13.309	3,30%	727.937.720,00	5,15%	49.675,02	12,12%
Treviso	3.527	0,87%	203.791.890,00	1,44%	53.292,86	13,00%
Criciúma	192.308	47,70%	6.895.489.780,00	48,78%	32.968,64	8,04%
Lauro Müller	14.367	3,56%	318.897.850,00	2,26%	21.156,89	5,16%
Orleans	21.393	5,31%	844.620.920,00	5,98%	37.394,12	9,12%
Urussanga	20.223	5,02%	736.250.510,00	5,21%	34.909,93	8,52%

Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019, grifo nosso).

Criciúma, que se destaca pela população e pelo PIB, com berço forte na extração do carvão - a cidade é conhecida como a Capital Brasileira do Carvão e mais recentemente Capital do Revestimento Cerâmico -, sobressai-se também nos setores metalúrgico, supermercadista, vestuário, construção civil e setor químico. Treviso, que se destaca pelo PIB *per capita*, está ligada principalmente à extração de carvão nas minas das carboníferas Metropolitana e Rio Deserto, que retiram cerca de 80 mil toneladas de carvão por mês⁴⁰. Nova Veneza, que também se sobressai pelo PIB *per capita*, tem sua economia baseada na agricultura, agroindústria, indústria metalmeccânica e têxtil, além de forte apelo à gastronomia e ao turismo (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

No que se refere ao nível de sustentabilidade, os municípios da AMREC em sua maioria obtiveram em 2018 o nível “médio” de sustentabilidade, com exceção de Treviso, que apresentou nível “médio alto”, e Siderópolis e Morro da Fumaça com nível “médio baixo”. O Quadro 86 apresenta os Indicadores de Desenvolvimento Municipal de Sustentabilidade e as respectivas dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e político institucional) de cada município da AMREC em 2018.

⁴⁰ A produção de toda a região carbonífera é de aproximadamente 200 mil toneladas mês (TREVISÓ, 2020).

Quadro 86 – IDMS dos municípios da AMREC em 2018

Municípios	Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional	IDMS
Balneário Rincão	-	-	-	-	-
Cocal do Sul	75,00%	66,20%	75,40%	64,90%	70,40%
Criciúma	75,90%	62,80%	62,40%	59,10%	65,00%
Forquilha	76,90%	59,50%	56,10%	64,20%	64,10%
Içara	78,30%	56,20%	50,30%	65,70%	62,60%
Lauro Müller	71,50%	56,90%	73,50%	56,90%	64,70%
Morro da Fumaça	74,00%	57,90%	48,70%	64,40%	61,30%
Nova Veneza	78,10%	59,80%	69,60%	62,60%	67,50%
Orleans	77,80%	55,80%	69,50%	59,50%	65,60%
Siderópolis	73,20%	56,30%	59,00%	59,20%	61,90%
Treviso	72,90%	83,40%	80,80%	67,90%	76,20%
Urussanga	71,00%	59,10%	75,80%	61,70%	66,90%
Média da AMREC⁴¹	75,00%	61,30%	65,60%	62,40%	66,00%

Fonte: Dados da Pesquisa com base na FECAM (2019).

Com base no Quadro 86, o índice médio decomposto nas dimensões demonstra que a região está no nível “médio” de sustentabilidade (66%), com ênfase na Dimensão Sociocultural (75%), devido a cinco municípios apresentarem nível “médio alto”. O destaque negativo está nas Dimensões Econômica (61,30%), com oito municípios em nível “médio baixo” de sustentabilidade, inferior à média regional.

Entre os municípios filiados à AMREC, o destaque no IDMS está novamente em Treviso (76,20%), o único a apresentar o nível “médio alto” de sustentabilidade, em decorrência principalmente das dimensões Econômica e Ambiental, ambas com nível “médio alto”. O ponto mais vulnerável está no município de Morro da Fumaça (61,30%), especialmente por apresentar nível “baixo” na Dimensão Ambiental. O cenário econômico de Morro da Fumaça está pautado na indústria cerâmica e de beneficiamento de arroz, além de confecções e da mineração da fluorita (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

A AMUREL possui 18 municípios filiados. Tubarão se destaca em termos populacionais por conter 28,16% dos habitantes da região, em seguida está Laguna com 14,93%, Imbituba com 11,63%, Braço do Norte com 8,04%, Capivari de Baixo com 6,28% e Jaguaruna com 5,01%. Os demais municípios: Imaruí, São Ludgero, Sangão, Gravatal, Pescaria Brava, Armazém, Treze de Maio, Grão-Pará, Rio Fortuna, Pedras Grandes, São Martinho e Santa Rosa de Lima dividem os 25,95% restantes da população.

⁴¹ Conforme parâmetros definidos pela FECAM.

No que toca à geração de riqueza, a AMUREL possui certa disparidade, pois Tubarão responde por 34,26% do PIB produzido pelos municípios da região. Em relação ao PIB *per capita*, os municípios de Rio Fortuna e São Ludgero estão entre os primeiros da região, com 10,88% e 10,04%, respectivamente, conforme exhibe o Quadro 87.

Quadro 87 - População, PIB e PIB *per capita* dos municípios da AMUREL

AMUREL						
Municípios	População (Censo 2010)		PIB (2016)		PIB <i>per capita</i> (2016)	
Armazém	7.753	2,25%	165.971.540,00	1,67%	19.685,87	4,26%
Grão-Pará	6.223	1,80%	198.423.790,00	1,99%	30.493,90	6,60%
Imbituba	40.170	11,63%	1.363.534.670,00	13,70%	31.256,53	6,77%
Pedras Grandes	4.107	1,19%	133.309.450,00	1,34%	32.940,10	7,13%
Sangão	10.400	3,01%	249.348.070,00	2,50%	20.777,27	4,50%
São Martinho	3.209	0,93%	76.538.060,00	0,77%	23.791,75	5,15%
Braço do Norte	29.018	8,40%	1.014.689.430,00	10,19%	31.503,29	6,82%
Gravatal	10.635	3,08%	202.884.950,00	2,04%	17.933,79	3,88%
Jaguaruna	17.290	5,01%	454.690.930,00	4,57%	23.615,40	5,11%
Pescaria Brava	9.980	2,89%	82.645.860,00	0,83%	8.341,33	1,81%
Santa Rosa de Lima	2.065	0,60%	45.590.950,00	0,46%	11.612,57	2,51%
Treze de Maio	6.876	1,99%	142.710.290,00	1,43%	20.151,13	4,36%
Capivari de Baixo	21.674	6,28%	637.360.600,00	6,40%	26.576,62	5,76%
Imaruí	11.672	3,38%	173.529.060,00	1,74%	16.139,24	3,50%
Laguna	51.562	14,93%	784.105.090,00	7,88%	17.431,53	3,77%
Rio Fortuna	4.446	1,29%	230.832.930,00	2,32%	50.246,61	10,88%
São Ludgero	10.993	3,18%	588.389.710,00	5,91%	46.373,72	10,04%
Tubarão	97.235	28,16%	3.411.278.780,00	34,26%	32.903,90	7,13%

Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019, grifo nosso).

Tubarão, com população e PIB relevantes, possui sua história também atrelada às mineradoras de carvão, atualmente se destaca por um perfil que engloba diversas atividades econômicas, tais como comércio e serviços, bem como a agricultura (rizicultura e fomicultura) e indústrias do setor cerâmico. Rio Fortuna e São Ludgero se distinguem dos demais municípios pelo PIB *per capita*.

Rio Fortuna possui diferentes modalidades agrícolas, como o cultivo de fumo, madeiras (eucalipto) e a criação de peixes e suínos. Destaca-se também no setor leiteiro (da produção do leite e produtos derivados) e no setor de madeiras e fabricação de móveis. São Ludgero, município conhecido pela religiosidade, tem sua base econômica pautada na cultura de fumo, feijão, milho, frutas e legumes, além da produção agrícola e de gado leiteiro (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

No que tange ao nível de desenvolvimento municipal sustentável calculado pela FECAM, a maioria dos municípios da AMUREL obtiveram em 2018 o nível “médio baixo”

de sustentabilidade, com exceção de Braço do Norte, Rio Fortuna, São Ludgero, Santa Rosa de Lima e Tubarão, que apresentaram nível “médio”. O Quadro 88 apresenta os Indicadores de Desenvolvimento Municipal de Sustentabilidade nas respectivas dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e político institucional) de cada município da AMUREL em 2018.

Quadro 88 – IDMS dos municípios da AMUREL em 2018

Municípios	Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional	IDMS
Armazém	73,10%	48,60%	50,30%	59,50%	57,90%
Braço do Norte	77,40%	56,00%	70,70%	67,60%	67,90%
Capivari de Baixo	71,20%	66,30%	33,30%	62,10%	58,20%
Grão-Pará	73,00%	55,20%	45,70%	57,60%	57,90%
Gravatal	74,50%	46,40%	49,10%	62,80%	58,10%
Imaruí	60,70%	37,30%	46,80%	53,60%	49,60%
Imbituba	73,60%	63,20%	63,40%	66,60%	66,70%
Jaguaruna	68,70%	48,30%	40,00%	50,80%	52,00%
Laguna	72,10%	47,20%	42,40%	61,70%	55,80%
Pedras Grandes	73,90%	52,40%	43,20%	58,20%	56,90%
Pescaria Brava	-	-	-	-	-
Rio Fortuna	71,00%	59,10%	75,80%	61,70%	66,90%
Sangão	74,10%	54,60%	40,90%	77,40%	61,80%
Santa Rosa de Lima	77,70%	65,10%	50,50%	73,50%	66,70%
São Ludgero	77,80%	62,90%	58,10%	69,00%	66,90%
São Martinho	73,40%	57,20%	46,60%	70,30%	61,90%
Treze de Maio	71,20%	49,90%	32,90%	68,30%	55,60%
Tubarão	79,90%	60,00%	65,10%	56,20%	65,30%
Média da AMUREL	73,00%	54,20%	47,60%	63,30%	59,50%

Fonte: Dados da Pesquisa com base na FECAM (2019).

Com base no Quadro 88, o índice médio decomposto nas quatro dimensões demonstra que a região está no nível “médio baixo” de sustentabilidade (59,50%). Entre as quatro dimensões, o destaque positivo está na Dimensão Sociocultural (73,00%), devido a quatro municípios apresentarem nível “médio alto”, e o destaque negativo está na Dimensão Ambiental (47,60%), com 10 municípios em nível “baixo” de sustentabilidade, inferior à média regional.

Entre os municípios afiliados à AMUREL, a melhor colocação ficou com o município de Braço do Norte (67,90%), devido à Dimensão Sociocultural e a Dimensão Ambiental, que em relação à regionalidade apresentaram índices “médio alto” e “médio”, respectivamente. A vocação econômica de Braço do Norte é voltada para a suinocultura e o setor moldureiro, com o maior complexo industrial de molduras do mundo, o que lhe concede

o título de Capital Sul Americana da Moldura. A pior colocação está em Imaruí (49,60%), devido principalmente às Dimensões Econômica e Ambiental, com índice “baixo”. Em Imaruí a agricultura de subsistência é a principal atividade econômica, seguida pela pesca artesanal. O município possui a maior lagoa de SC, que é viveiro de reprodução de camarões (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Na AMFRI, com seus 11 municípios, Itajaí se sobressai, com 33,01% dos habitantes da região, seguido de Balneário Camboriú com 19,46%, Camboriú com 11,22%, Navegantes com 10,90%, Itapema com 8,24%, e nas demais localidades reside o restante da população (17,17%) Penha, Balneário Piçarras, Porto Belo, Bombinhas, Ilhota e Luiz Alves. A riqueza gerada na região é espacialmente concentrada, visto que o município de Itajaí sozinho é responsável por 56,45% de todos os bens e serviços produzidos na região, além de que possui o maior *PIB per capita* da localidade (21,32%), conforme retrata o Quadro 89.

Quadro 89 - População, PIB e PIB *per capita* dos municípios da AMFRI

AMFRI						
Municípios	População (Censo 2010)		PIB (2016)		PIB <i>per capita</i> (2016)	
Balneário Camboriú	108.089	19,46%	4.930.413.000,26	14,44%	37.429,03	8,65%
Balneário Piçarras	17.078	3,07%	594.464.000,32	1,74%	27.970,84	6,46%
Bombinhas	14.293	2,57%	592.965.000,85	1,74%	32.847,65	7,59%
Camboriú	62.361	11,22%	1.210.738.000,67	3,54%	15.807,64	3,65%
Ilhota	12.355	2,22%	632.436.000,42	1,85%	46.244,25	10,68%
Itajaí	183.373	33,01%	19.279.898.000,82	56,45%	92.266,86	21,32%
Itapema	45.797	8,24%	1.580.758.000,91	4,63%	26.725,94	6,18%
Luiz Alves	10.438	1,88%	538.209.000,63	1,58%	44.253,38	10,22%
Navegantes	60.556	10,90%	3.286.545.000,87	9,62%	43.841,66	10,13%
Penha	25.141	4,53%	625.237.000,39	1,83%	20.660,81	4,77%
Porto Belo	16.083	2,89%	883.655.000,96	2,59%	44.755,67	10,34%

Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019, grifo nosso).

Itajaí, destaque por ter a maior população, maior participação no PIB e no PIB *per capita* regional, tem forte ligação com a navegação e abriga atualmente um dos maiores complexos portuários do Brasil, o Porto de Itajaí, com infraestrutura que o coloca na segunda posição entre os portos brasileiros em movimentação de cargas em contêineres e por onde escoia praticamente toda a produção de Santa Catarina. Ademais, oferece facilidade para diversas empresas devido a sua malha viária, principalmente a BR-101 e BR-470, e a rodovia estadual Jorge Lacerda (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

No que tange ao nível de desenvolvimento municipal sustentável calculado pela FECAM, a maioria dos municípios da AMFRI obteve em 2018 o nível “médio” de sustentabilidade, com exceção de Balneário Piçarras, Penha, Luiz Alves e Ilhota, que

apresentaram nível “médio baixo”. O Quadro 90 apresenta os Indicadores de Desenvolvimento Municipal de Sustentabilidade nas respectivas dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e político institucional) de cada município da AMFRI em 2018.

Quadro 90 – IDMS dos municípios da AMFRI em 2018

Municípios	Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional	IDMS
Balneário Camboriú	78,10%	64,20%	61,20%	63,50%	66,80%
Balneário Piçarras	74,60%	54,20%	60,00%	60,80%	62,40%
Bombinhas	80,10%	63,60%	79,40%	76,30%	74,80%
Camboriú	65,50%	45,80%	87,60%	55,90%	63,70%
Ilhota	69,90%	60,00%	43,60%	57,20%	57,60%
Itajaí	75,20%	78,70%	67,40%	69,60%	72,70%
Itapema	76,60%	59,20%	79,50%	59,50%	68,70%
Luiz Alves	77,10%	53,30%	42,30%	63,00%	58,90%
Navegantes	75,80%	65,00%	87,90%	66,40%	73,80%
Penha	72,30%	54,50%	61,40%	58,60%	61,70%
Porto Belo	76,60%	54,00%	84,00%	64,80%	69,80%
Média da AMFRI	74,60%	59,30%	69,10%	63,10%	66,50%

Fonte: Dados da Pesquisa com base na FECAM (2019).

Com base no Quadro 90, o índice médio decomposto nas quatro dimensões demonstra que a região está no nível “médio” de sustentabilidade (66,50%). Entre as quatro dimensões, o destaque positivo está na Dimensão Sociocultural (74,60%) devido a sete municípios apresentarem nível “médio alto”. O destaque negativo está na Dimensão Econômica (59,30%), com um município em nível “baixo” de sustentabilidade, inferior à média regional.

Entre os municípios afiliados à AMFRI, a melhor colocação ficou com o município de Bombinhas (74,80%) devido às dimensões Sociocultural, Ambiental e Político Institucional, que em relação a regionalidade apresentou índice “médio alto”. A principal atividade econômica de Bombinhas é o turismo, devido a suas belezas naturais, e o ecoturismo, em razão das três unidades de conservação, os parques naturais da Galheta, do Morro do Macaco e da Costeira de Zimbros, além da unidade de conservação federal Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. Outras vocações econômicas são a pesca artesanal e a maricultura (marisco e ostras). A pior colocação está em Ilhota (57,60%) devido principalmente pela Dimensão Ambiental com índice “baixo”. A economia de Ilhota é baseada na indústria e comércio de moda íntima, praia e *fitness* (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Os nove municípios da AMUNESC possuem nível populacional desequilibrado. Joinville detém a maioria dos habitantes da região, 68,98%, seguido de São Bento do Sul com 10,01%, São Francisco do Sul com 5,70% e Rio Negrinho com 5,33%. Os demais municípios: **Araquari, Garuva, Itapoá, Campo Alegre e Balneário Barra do Sul dividem o restante da população residente (9,97%).**

Com relação à criação de riqueza, a AMUNESC possui alta desigualdade, visto que Joinville é responsável por 67,23% do PIB produzido entre os municípios da associação. Quanto ao PIB *per capita*, o destaque está em dois municípios, Araquari e São Francisco do Sul, com total de 24,33% e 18,61% dos municípios da AMUNESC, respectivamente. O Quadro 91 demonstra esses dados.

Quadro 91 – População, PIB e PIB *per capita* dos municípios da AMUNESC

AMUNESC						
Municípios	População (Censo 2010)		PIB (2016)		PIB <i>per capita</i> (2016)	
Araquari	24.810	3,32%	3.203.652.190,00	8,54%	94.595,10	24,33%
Garuva	14.761	1,98%	662.680.270,00	1,77%	38.676,33	9,95%
Rio Negrinho	39.846	5,33%	997.255.620,00	2,66%	23.848,09	6,13%
Balneário Barra do Sul	8.430	1,13%	176.150.430,00	0,47%	17.487,39	4,50%
Itapoá	14.763	1,98%	617.180.460,00	1,65%	32.918,05	8,47%
São Bento do Sul	74.801	10,01%	2.650.867.100,00	7,07%	32.369,89	8,32%
Campo Alegre	11.748	1,57%	388.132.800,00	1,03%	32.339,01	8,32%
Joinville	515.288	68,98%	25.217.353.750,00	67,23%	44.268,54	11,38%
São Francisco do Sul	42.520	5,69%	3.593.648.610,00	9,58%	72.367,97	18,61%

Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019, grifo nosso).

Joinville é o município mais populoso e de maior PIB do estado de Santa Catarina. A cidade é considerada a 5ª melhor para se empreender no País, visto sua localização com cinco portos em um raio de 100km da cidade (um deles conectado inclusive por linha ferroviária), aeroporto com voos regulares, a BR-101, que fornece acesso imediato à cidade na direção norte-sul, ou Curitiba e Florianópolis, e a BR-280, que liga a cidade ao porto mais próximo.

A cidade respira cultura, representada pelos artistas plásticos Fritz Alt e Juarez Machado, possui dois museus de arte e diversas galerias destinadas a eventos culturais, a exemplo do Festival de Dança de Joinville, sediando inclusive a única filial do Teatro Bolshoi de Moscou. A economia destaca-se pelas indústrias metalmeccânica, plásticos, têxtil, madeireira e tecnologia da informação (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Em relação à distribuição de riqueza destacam-se dois municípios, Araquari e São Francisco do Sul, referência no PIB *per capita* da região. Araquari está localizada às margens da Baía da Babitonga, destaque na extração de caranguejo em Santa Catarina e uma das

principais produtoras de maracujá do Brasil. Ademais, possui cerca de 4.800 empresas de diversos portes, incluindo a multinacional coreana Hyosung, produtora de fios de elastano utilizados na produção de vestuário, e a montadora de automóveis BMW. Em São Francisco do Sul, uma das cidades mais antigas do Brasil, está instalado o 5º maior porto do país em movimentação de contêineres, o qual gera mais de 70% da renda do município, com destaque também para o turismo e o comércio (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

No que tange ao nível de desenvolvimento municipal sustentável calculado pela FECAM, a maioria dos municípios da AMUNESC obtiveram em 2018 o nível “médio” de sustentabilidade, com exceção de Joinville, nível “alto”, e Araquari e Balneário Barra Sul, que apresentaram nível “médio baixo”. O Quadro 92 apresenta os Indicadores de Desenvolvimento Municipal de Sustentabilidade nas respectivas dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e político institucional) de cada município da AMUNESC em 2018.

Quadro 92 – IDMS dos municípios da AMUNESC em 2018

Municípios	Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional	IDMS
Araquari	72,10%	70,30%	49,00%	57,60%	62,30%
Balneário Barra Sul	66,00%	46,60%	60,80%	59,60%	58,20%
Campo Alegre	77,40%	51,40%	55,00%	67,80%	62,90%
Garuva	71,20%	56,90%	70,50%	53,30%	63,00%
Itapoá	66,00%	65,80%	87,20%	63,30%	70,60%
Joinville	81,20%	69,60%	86,20%	69,70%	76,70%
Rio Negrinho	77,20%	52,90%	60,90%	63,80%	63,70%
São Bento do Sul	78,10%	57,70%	64,20%	58,60%	64,60%
São Francisco do Sul	69,30%	78,80%	82,70%	53,90%	71,20%
Média da AMUNESC	73,10%	61,80%	68,50%	60,80%	66,10%

Fonte: Dados da Pesquisa com base na FECAM (2019).

Com base no Quadro 92, o índice médio decomposto nas quatro dimensões demonstra que a região está no nível “médio” de sustentabilidade (66,10%). Entre as quatro dimensões, o destaque positivo está na Dimensão Sociocultural (73,10%) devido a quatro municípios apresentarem nível “médio alto” e o destaque negativo está na Dimensão Político Institucional (60,80%), com cinco municípios em nível “médio baixo” de sustentabilidade, inferior à média regional.

Entre os municípios filiados à AMUNESC, a melhor colocação ficou também com o município de Joinville (76,70%) devido à Dimensão Sociocultural e à Dimensão Ambiental, que em relação à regionalidade apresentaram índice “médio alto”. A pior colocação está em Balneário Barra Sul (58,20%), devido principalmente à Dimensão Econômica, com índice

“baixo”. Em Balneário Barra Sul o turismo é que movimenta a economia local devido a áreas preservadas (mata Atlântica, restingas, dunas e lagoa) (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Os municípios filiados à AMOSC possuem um nível populacional equilibrado, com exceção de Chapecó, que possui 67,53% do total dos 20 municípios partícipes da associação. Os outros municípios dividem os demais habitantes (32,47%): Pinhalzinho, São Carlos, Coronel Freitas, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, Serra Alta, União do Oeste, Sul Brasil, Planalto Alegre, Formosa do Sul, Águas Frias, Santiago do Sul, Arvoredo, Jardinópolis e Paial.

Com relação à produção de riqueza, a AMOSC possui alta desigualdade, visto que Chapecó é responsável por 73,17% do PIB produzido entre os municípios da associação. Quanto ao PIB *per capita*, a situação é mais equilibrada, o destaque está em dois municípios, Guatambu e Pinhalzinho, com 8,29% e 8,02%, respectivamente, conforme demonstra o Quadro 93.

Quadro 93 - População, PIB e PIB *per capita* dos municípios da AMOSC

AMOSC						
Municípios	População (Censo 2010)		PIB (2016)		PIB <i>per capita</i> (2016)	
Águas de Chapecó	6.110	2,25%	100.876.660,00	0,89%	15.732,48	2,56%
Águas Frias	2.424	0,89%	87.691.340,00	0,77%	36.583,79	5,95%
Arvoredo	2.260	0,83%	91.584.260,00	0,81%	40.416,71	6,57%
Caxambu do Sul	4.411	1,62%	108.931.310,00	0,96%	27.654,56	4,50%
Chapecó	183.530	67,53%	8.317.903.390,00	73,17%	39.693,55	6,45%
Cordilheira Alta	3.767	1,39%	188.245.250,00	1,66%	44.261,76	7,20%
Coronel Freitas	10.213	3,76%	258.007.030,00	2,27%	25.381,90	4,13%
Formosa do Sul	2.601	0,96%	51.699.520,00	0,45%	20.179,36	3,28%
Guatambu	4.679	1,72%	241.491.160,00	2,12%	50.990,53	8,29%
Jardinópolis	1.766	0,65%	45.596.160,00	0,40%	27.650,79	4,50%
Nova Erechim	4.275	1,57%	161.263.470,00	1,42%	33.568,58	5,46%
Nova Itaberaba	4.267	1,57%	107.964.250,00	0,95%	24.882,29	4,05%
Paial	1.763	0,65%	36.184.260,00	0,32%	22.516,65	3,66%
Pinhalzinho	16.332	6,01%	942.606.520,00	8,29%	49.338,21	8,02%
Planalto Alegre	2.654	0,98%	54.974.030,00	0,48%	19.473,62	3,17%
Santiago do Sul	1.465	0,54%	32.108.970,00	0,28%	23.944,05	3,89%
São Carlos	10.291	3,79%	291.354.360,00	2,56%	26.395,58	4,29%
Serra Alta	3.285	1,21%	109.435.320,00	0,96%	33.092,02	5,38%
Sul Brasil	2.766	1,02%	82.175.710,00	0,72%	31.764,87	5,16%
União do Oeste	2.910	1,07%	57.062.360,00	0,50%	21.532,97	3,50%

Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019, grifo nosso).

Chapecó, que tem grande diferença populacional e na participação do PIB dos demais municípios da AMOSC, é polo agroindustrial e se destaca na exportação de produtos

alimentícios industrializados de natureza animal, o que a tornou conhecida como a Capital Latino-Americana de Produção de Aves e Centro Brasileiro de Pesquisas Agropecuárias. Guatambu e Pinhalzinho se avultam em relação ao PIB *per capita*. Guatambu fica a 11 km de Chapecó, faz divisa com o Rio Grande do Sul e é banhado pelo rio Uruguai. Tem destaque na extração da erva-mate, criação de suínos e aves. Em Pinhalzinho o setor industrial é predominante. Conhecido como Capital da Amizade, conta com belíssimos recursos naturais que oferecem ao município forte potencial para o ecoturismo (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Sobre o nível de desenvolvimento municipal sustentável calculado pela FECAM, a maioria dos municípios da AMOSC obtiveram em 2018 o nível “médio baixo” de sustentabilidade, com exceção de Nova Erechim, Chapecó, Pinhalzinho, Formosa do Sul, Cordilheira Alta e São Carlos com nível “médio” e Águas de Chapecó que apresentou nível “baixo”. O Quadro 94 apresenta os Indicadores de Desenvolvimento Municipal de Sustentabilidade nas respectivas dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e político institucional) de cada município da AMOSC em 2018.

Quadro 94 – IDMS dos municípios da AMOSC em 2018

Municípios	Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional	IDMS
Águas de Chapecó	71,70%	38,50%	22,80%	59,30%	48,10%
Águas Frias	72,70%	62,40%	22,40%	71,70%	57,30%
Arvoredo	68,00%	65,20%	24,50%	74,00%	57,90%
Caxambu do Sul	64,80%	54,70%	40,90%	67,60%	57,00%
Chapecó	79,90%	64,10%	64,50%	62,00%	67,60%
Cordilheira Alta	72,60%	70,20%	46,20%	70,80%	64,90%
Coronel Freitas	73,60%	59,00%	33,90%	69,90%	59,10%
Formosa do Sul	72,60%	62,10%	37,80%	77,90%	62,60%
Guatambu	65,50%	55,70%	27,30%	64,70%	53,30%
Jardinópolis	70,70%	57,90%	34,80%	73,90%	59,30%
Nova Erechim	80,90%	62,20%	63,50%	70,70%	69,30%
Nova Itaberaba	71,60%	62,90%	33,50%	71,40%	59,90%
Paial	65,50%	64,40%	39,20%	76,40%	61,40%
Pinhalzinho	78,50%	61,80%	45,80%	65,30%	62,80%
Planalto Alegre	68,70%	57,70%	35,70%	68,70%	57,70%
Santiago do Sul	70,40%	57,20%	25,80%	68,10%	55,40%
São Carlos	78,40%	56,70%	62,80%	62,60%	65,10%
Serra Alta	72,50%	62,10%	33,10%	74,40%	60,50%
Sul Brasil	70,10%	52,40%	28,50%	75,50%	56,60%
União do Oeste	66,70%	57,80%	18,20%	68,40%	52,80%
Média da AMOSC	71,70%	59,20%	37,10%	69,60%	59,40%

Fonte: Dados da Pesquisa com base na FECAM (2019).

Com base no Quadro 94, o índice médio decomposto nas quatro dimensões demonstra que a região está no nível “médio baixo” de sustentabilidade (59,40%). Entre as quatro dimensões, o destaque positivo está na Dimensão Sociocultural (71,70%) devido a quatro municípios apresentarem nível “médio alto” e o destaque negativo está na Dimensão Ambiental (37,10%), com a maioria dos municípios (17) em nível “baixo” de sustentabilidade, inferior à média regional.

Entre os municípios filiados à AMOSC, a melhor colocação ficou também com o município de Chapecó (67,60%), devido à Dimensão Sociocultural, que apresentou índice “médio alto”. A pior colocação está em Águas de Chapecó (48,10%), devido principalmente à Dimensão Econômica e à Dimensão Ambiental com índice “baixo”. A economia de Águas de Chapecó é basicamente agrícola, o que movimenta a cidade são as fontes termais e a hidroelétrica Foz do Chapecó (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Na AMOSC, a maior parte da população residente entre seus 12 municípios está localizada em Joaçaba, com 22,60%, seguida de Herval d’Oeste com 17,76%, Capinzal com

17,37%, Catanduvas com 7,99%, Ouro com 6,17% e Água Doce com 5,82%. Os demais moradores (22,29%) estão divididos nos demais municípios: Catanduvas, Treze Tílias, Luzerna, Vargem Bonita, Erval Velho, Ibicaré e Lacerdópolis. Joaçaba é responsável por 30,43% do PIB da região. Em relação ao PIB *per capita*, os municípios de Treze Tílias e Vargem Bonita estão entre os primeiros da região, com 15,49% e 15,26%, respectivamente, conforme exhibe o Quadro 95.

Quadro 95 - População, PIB e PIB *per capita* dos municípios da AMMOC

AMMOC						
Municípios	População (Censo 2010)		PIB (2016)		PIB <i>per capita</i> (2016)	
Água Doce	6.961	5,82%	317.937.560,00	6,50%	44.510,37	9,32%
Erval Velho	4.352	3,64%	127.139.930,00	2,60%	28.430,22	5,95%
Joaçaba	27.020	22,60%	1.487.933.170,00	30,43%	50.765,38	10,63%
Ouro	7.372	6,17%	149.971.820,00	3,07%	20.318,63	4,25%
Capinzal	20.769	17,37%	786.145.970,00	16,08%	35.210,55	7,37%
Herval d'Oeste	21.239	17,76%	393.835.020,00	8,06%	17.641,78	3,69%
Lacerdópolis	2.199	1,84%	88.873.830,00	1,82%	39.517,04	8,27%
Treze Tílias	6.341	5,30%	546.960.420,00	11,19%	73.993,56	15,49%
Catanduvas	9.555	7,99%	402.380.900,00	8,23%	38.311,04	8,02%
Ibicaré	3.373	2,82%	94.359.660,00	1,93%	28.680,75	6,01%
Luzerna	5.600	4,68%	155.681.830,00	3,18%	27.298,23	5,72%
Vargem Bonita	4.793	4,01%	337.891.450,00	6,91%	72.899,99	15,26%

Fonte: Dados da pesquisa com base no IBGE (2019, grifo nosso).

Joaçaba destaca-se entre os demais municípios da região devido à população e a participação no PIB. Sua economia está voltada para a indústria de equipamentos agrícolas e de máquinas, além da agropecuária. Treze Tílias, que se destaca pelo PIB *per capita*, está ligado principalmente à indústria de laticínios (cidade sede da Laticínios Tirol Ltda) e a atividade agropecuária. Vargem Bonita, que também se sobressai pelo PIB *per capita*, tem na indústria de papel e celulose sua maior fonte econômica (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Quanto ao nível de desenvolvimento municipal sustentável calculado pela FECAM, a maioria dos municípios da AMMOC obtiveram em 2018 o nível “médio” de sustentabilidade, com exceção de Joaçaba, que apresentou nível “alto”, e Capinzal, Herval d'Oeste e Lacerdópolis, que obtiveram nível “médio baixo”. O Quadro 96 apresenta os Indicadores de Desenvolvimento Municipal de Sustentabilidade nas respectivas dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e político institucional) de cada município da AMMOC em 2018.

Quadro 96 – IDMS dos municípios da AMMOC em 2018

Municípios	Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional	IDMS
Água Doce	78,70%	58,70%	55,90%	69,50%	65,70%
Capinzal	79,10%	59,30%	51,00%	59,10%	62,10%
Catanduvas	65,50%	58,20%	55,60%	64,00%	60,80%
Erval Velho	75,00%	62,50%	48,50%	73,60%	64,90%
Herval d'Oeste	73,90%	50,20%	61,40%	55,20%	60,20%
Ibicaré	71,80%	64,10%	48,60%	67,60%	63,00%
Joaçaba	81,10%	68,20%	77,90%	74,60%	75,40%
Lacerdópolis	70,40%	58,50%	33,00%	69,00%	57,70%
Luzerna	75,90%	62,50%	57,80%	69,90%	66,50%
Ouro	77,10%	54,80%	58,00%	64,80%	63,70%
Treze Tílias	78,50%	63,60%	47,10%	70,40%	64,90%
Vargem Bonita	73,00%	62,90%	48,00%	68,70%	63,10%
Média da AMMOC	75,00%	60,30%	53,60%	67,20%	64,40%

Fonte: Dados da Pesquisa com base na FECAM (2019).

Com base no Quadro 96 o índice médio decomposto nas quatro dimensões demonstra que a região está no nível “médio” de sustentabilidade (64,40%). Entre as quatro dimensões, o destaque positivo está na Dimensão Sociocultural (75,00%) devido a sete municípios apresentarem nível “médio alto” e o destaque negativo está na Dimensão Ambiental (53,60%), com cinco municípios em nível “baixo” de sustentabilidade, inferior da média regional.

Entre os municípios filiados à AMMOC, a melhor colocação ficou também com o município de Joaçaba (75,40%), devido especialmente às dimensões Sociocultural e Ambiental, que apresentaram índice “médio alto”. A pior colocação está em Lacerdópolis (57,70%), devido principalmente à Dimensão Ambiental, com índice “baixo”. A economia de Lacerdópolis é voltada para a criação de aves e suínos. A maioria da população vive no campo e a cidade fica às margens do Rio do Peixe (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Em resumo, infere-se a partir do contexto local e regional que a maioria dos municípios catarinenses onde as Universidades Comunitárias têm instaladas suas sedes possui alto indicador econômico sobre a lente do PIB e as primeiras colocações em termos populacionais. Em relação ao PIB *per capita*, o cenário não se repete, com exceção de Itajaí e Joaçaba, que mantêm elevado este indicador, os demais municípios não acompanham essa realidade. Importante lembrar que nem o PIB e muito menos o PIB *per capita* medem as variáveis que afetam a vida das pessoas, como por exemplo a educação e a saúde ou a forma

de distribuição da riqueza de um local, com quais custos e para quem (DOWBOR, 2007). Por essa razão outros indicadores de desenvolvimento têm sido idealizados para englobar esses referenciais, tal qual o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável utilizado pela FECAM.

Nesse contexto, os municípios-sede das Universidades Comunitárias estão em posições superiores à média dos demais municípios catarinenses, ao passo que, ao decompor as dimensões de desenvolvimento sustentável: Sociocultural, Econômica, Ambiental e Político Institucional, os municípios apresentaram certo desequilíbrio entre eles, com destaque para Joinville e Joaçaba, com nível “alto” de sustentabilidade.

No período 2016-2018, a Dimensão Sociocultural, que contempla importantes aspectos municipais compreendidos como direitos sociais fundamentais de seus habitantes, tais como educação, saúde, cultura e habitação, apresenta-se equilibrada entre os municípios (todos no nível “médio alto” de sustentabilidade), com possibilidade de melhoria em investimentos em cultura e ampliação na taxa de vacinação.

A Dimensão Econômica busca demonstrar os esforços sociais em criar uma base econômica capaz de garantir a geração de riqueza e equidade social por meio da avaliação da agregação de valor econômico, do dinamismo econômico e do nível de renda. Embora os municípios onde estão as sedes das Universidades Comunitárias apresentem situação mediana de sustentabilidade, o cenário demonstra certa retração em relação ao ano de 2016 (especialmente Tubarão, com nível “médio baixo”), com necessidade de retomada econômica para aumentar o quantitativo de empresas, gerar mais emprego e renda, para ampliar o consumo e, conseqüentemente, aumentar o PIB. Uma lógica puramente econômica incompatível com o desenvolvimento realmente sustentável e que coloca em risco o equilíbrio do planeta. Para balancear essa realidade é que há a inclusão de outras dimensões para apurar o IDMS.

Os resultados da Dimensão Ambiental retratam questões relacionadas à capacidade de cobertura do saneamento básico, o percentual de domicílios atendidos pelos serviços de coleta de lixo, rede geral de esgoto ou fossa séptica. Outro indicador importante é a preservação ambiental, que engloba variáveis como o depósito de lixo em locais licenciados e a preservação de matas e florestas naturais. A gestão ambiental também é um fator de análise em se tratando de sustentabilidade, considerando a importância de uma estrutura de gestão ambiental e do conselho municipal de meio ambiente.

Nesta dimensão todos os municípios mantiveram os índices de 2016, logo não houve retração, tampouco avanço. As possibilidades de melhoria envolvem a elaboração da Agenda

21 Local, ampliação de áreas preservadas, ampliação dos domicílios com acesso à rede de esgoto e atendimento por rede pública de água, especialmente em Joinville, Chapecó e Joaçaba. Observa-se que as subdimensões e variáveis que compõem a Dimensão Ambiental são no mínimo rasas, pois não consideram os impactos ambientais negativos provocados pelas atividades econômicas desenvolvidas nos municípios.

A análise na Dimensão Político-Institucional com base na participação eleitoral e representatividade de gêneros contribui na avaliação do agir da gestão pública municipal voltado para o desenvolvimento local, tendo em vista que a sustentabilidade pressupõe ambientes que possibilitam a democracia, a consolidação da cidadania, a participação ativa das pessoas a partir do acesso às informações e a construção coletiva de soluções para os problemas comunitários.

Nessa linha, os municípios estão em desequilíbrio, Joaçaba, Itajaí e Joinville com nível “médio” de sustentabilidade e Chapecó, Criciúma e Tubarão com nível “médio baixo”. As possibilidades de melhoria estão especialmente voltadas para a ampliação da participação da população nos pleitos eleitorais com vistas a legitimar o processo eleitoral e as decisões que dele emanam.

O mesmo modo de análise utilizado para os municípios onde as sedes universitárias estão instaladas foi replicado para as associações municipais, buscando delinear um panorama mais próximo da região. Foi possível identificar que as regiões que possuem maior concentração populacional e maior PIB foram a AMUNESC e a AMFRI, ao passo que o maior PIB *per capita* está na AMOSC. O IDMS também foi maior na AMFRI e na AMUNESC.

Os cenários apresentados nos municípios onde estão instaladas as Universidades Comunitárias e em cada município que compõe o entorno universitário possui, cada um, sua especificidade. Para o futuro Contador, no ambiente profissional, dependendo do empreendimento e do segmento em que estiver trabalhando, o fato de conhecer o panorama local e regional, o contexto dos problemas e das potencialidades sociais, econômicas, ambientais e políticas o possibilitará incorporar ao seu repertório de competências o reconhecimento de onde podem ocorrer mudanças favoráveis na região, de tal sorte que possa fazer proposições também benéficas ao empreendimento, contribuindo com ambos (região e organização) em todas as dimensões de sustentabilidade.

5.4 PERCEPÇÃO DE COORDENADORES E PROFESSORES SOBRE A INSERÇÃO DE CONTEÚDOS SOCIOAMBIENTAIS E OS PROBLEMAS DO ENTORNO UNIVERSITÁRIO NA MATRIZ CURRICULAR

Partindo do encontro entre a educação crítica e a educação libertária com a educação ambiental, pautando-se pela prática formativa do sujeito enquanto ser único e social, historicamente situado e reconhecendo que as pessoas possuem diferentes percepções em relação ao mundo (TUAN, 1980; FREIRE, 1987), buscou-se identificar como os coordenadores e professores percebem o meio ambiente a partir de seus depoimentos acerca da inserção da disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada e dos problemas socioambientais do entorno das universidades em que atuam.

Na Unesc, com sede em Criciúma (CS1), o ex-coordenador do Curso de Ciências Contábeis demonstrou possuir uma visão holística da educação ambiental no Curso, pois acredita que a inclusão da disciplina com conteúdos que abordem não apenas a Contabilidade em si, mas também a relação entre ela e o socioambiental possibilita a formação profissional de Contadores dedicados a observar além do patrimônio (objeto de estudos da Ciência Contábil), mas o todo que a envolve.

Com essa percepção de totalidade, batizou a disciplina de Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, pois, segundo ele, o Contador precisa dominar os aspectos técnicos da Contabilidade para então incorporar o registro e procedimentos desta ciência também nos atos e fatos que envolvam o meio ambiente, além de estar apto para discutir os reflexos das atividades organizacionais para a sociedade. Esta pesquisadora, também professora, corrobora com este pensamento, acrescentando o aspecto gerencial que atualmente é exigido do profissional, visto que ao ocupar posições estratégicas nas empresas o Contador fornecerá informações pertinentes a sua área embasado no cenário macroambiental.

Sobre os principais problemas ambientais do município e de seu entorno, o coordenador menciona os relacionados à mineração, à poluição do Rio Criciúma, aos impactos das atividades industriais e à destinação do lixo.

Na Unisul, sediada em Tubarão (CS2), a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis percebe, em suas próprias palavras, a necessidade de “Contadores sustentáveis”, profissionais que se preocupem não apenas com a dimensão financeira e econômica das empresas, mas também com a socioambiental, tanto que a disciplina Informações Socioambientais foi inserida na matriz curricular devido à necessidade do mercado e não somente para atender a legislação.

Contudo, na prática, acredita que há outros conhecimentos que o estudante de Ciências Contábeis precisa aprender para atender às demandas do mercado, a ponto de afirmar que pretende alterar as diretrizes do Projeto Pedagógico dos Cursos ofertados em Tubarão (cujo foco está na indústria da construção civil) e em Braço do Norte (com foco na Gestão Ambiental), para Gestão Estratégica e Gestão Tributária. O maior problema socioambiental do município e seu entorno, na percepção da coordenadora, está relacionado ao rio Tubarão e à empresa Engie Brasil, maior produtora privada de energia elétrica do país.

Na Univali, sediada em Itajaí (CS3), o coordenador demonstrou preocupação com o meio ambiente e com a garantia de vida das gerações presentes e futuras. Sua percepção é de que todas as formações profissionais deveriam conter em seu currículo disciplinas que abordem a sustentabilidade. Para ele, o Contador pode contribuir para com a sustentabilidade empresarial, elaborando relatórios ou demonstrações contábeis, como por exemplo o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado. No que diz respeito ao principal problema socioambiental de Itajaí, na percepção do coordenador é o lixo despejado no rio Itajaí-Açu.

a Univille, sediada em Joinville (CS4), o coordenador do Curso de Ciências Contábeis colocou a importância de o Contador expor o diferencial e o retorno que a Contabilidade Ambiental poderá trazer para as empresas, caso contrário, em sua opinião, os gestores nada farão pelo meio ambiente. Segundo o coordenador, não há um problema socioambiental específico no município. A vocação industrial, especialmente a metalmeccânica, é a mais latente e, ultimamente, as empresas *startups* estão em evidência na cidade.

Na Unochapecó (CS5), a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis percebe que o Contador precisa ter outros conhecimentos além da Contabilidade e que é tarefa do Curso sensibilizar os estudantes para a sustentabilidade para que eles possam provocar os gestores dos locais onde trabalham, podendo inclusive utilizar dessas ações para o *marketing* das empresas.

No que diz respeito à existência de problemas socioambientais no município e seu entorno, na percepção da coordenadora não há nenhum em específico. A vocação municipal está no agronegócio e na agroindústria (processador de carnes de aves e suínos), as quais, segundo a coordenadora, respeitam o meio ambiente e os trabalhadores.

Na Unoesc (CS6), a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis acredita que conteúdos acerca da Contabilidade Socioambiental são essenciais para o futuro Contador, pois oferecem subsídios para o profissional trabalhar o pilar da sustentabilidade nas organizações. Uma das professoras da disciplina Contabilidade Socioambiental voltou-se para o caráter de

cidadania que os estudos sobre a temática oportunizam e a outra apontou a falta de consciência das pessoas sobre os impactos que suas ações engendram no meio ambiente e o diferencial que o profissional egresso do curso apreende devido ao contato com a matéria. A coordenadora apontou como principal problema ambiental o uso desordenado dos recursos naturais, especialmente em razão de a região se destacar pelo setor do agronegócio, moveleiro e metalmeccânico.

Enfim, percebe-se, a partir das colocações dos coordenadores e professores, que a incorporação da dimensão ambiental e social no currículo dos cursos de Ciências Contábeis é importante para a formação profissional dos Contadores, mas no contexto geral compreende-se que há dificuldades que precisam ser ultrapassadas para que a educação ambiental seja tão imprescindível para o exercício da profissão quanto os demais conhecimentos “técnicos”.

Na perspectiva de classificação a partir das percepções dos entrevistados com as diversas correntes em Educação Ambiental existentes no Brasil, percebe-se no geral, embora bem-intencionados, uma tendência para a educação ambiental conservadora a caminho da pragmática, visto que o meio ambiente ainda é tratado como um recurso a ser utilizado e que por isso faz-se necessário preservá-lo para que não se esgote.

Desse modo, ações como economia de energia e água, redução e/ou reaproveitamento de rejeitos dentre outras que minimizem perdas oriundas do processo produtivo são estimuladas como compensatórias, mas sempre estão associadas à melhoria do resultado econômico das empresas. Esse conservadorismo dinâmico (LIMA, 2002) torna-se obstáculo para a Educação Ambiental transformadora, pois está voltado para atender às demandas do mercado de trabalho sem uma mudança de atitude do estudante para que a realidade socioambiental se concretize (FREIRE, 1987).

Perante o contexto histórico relatado nesta pesquisa constata-se que há um avanço por parte dos entrevistados em reconhecerem que os problemas socioambientais interferem na vida do planeta, mas para o processo formativo, incluindo o do Contador, percebe-se que este reconhecimento é insuficiente. Observou-se também, a partir das falas, que a maioria dos entrevistados conhece os problemas ambientais das cidades onde as Universidades Comunitárias estão instaladas, mas ficou evidente o descolamento dessa realidade na disciplina que seria o berço das discussões e debates acerca da Educação Ambiental e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em prol da superação da crise ambiental.

Ora, o município de Criciúma (CS1) tem em suas bases constitucionais e de desenvolvimento econômico a exploração do carvão mineral, que se sobrepôs à atividade

agrícola, estimulado pela demanda energética no país em razão da primeira guerra mundial, com a instalação das empresas carboníferas. Posteriormente, a construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina potencializou ainda mais a economia da cidade em razão do transporte de cargas e passageiros e o fortalecimento do comércio.

Esse histórico de atividade de mineração deixou marcas profundas de degradação ambiental, impactadas nas paisagens, no solo, na vegetação, no clima, no ar e na água (BALTHAZAR, 2001; SILVA, 2012). Esses conteúdos em nenhum momento são abordados na disciplina nem em projetos de extensão oferecidos pelo Curso de Ciências Contábeis da Unesc.

Do mesmo modo, o município de Tubarão (CS2), que sofre pela degradação ambiental, ocasionada principalmente pela extração e beneficiamento de carvão mineral, além das toneladas de cinzas provenientes da combustão do carvão lançadas cotidianamente na atmosfera, a acidificação de rios e lagos da região, também não é abordado no Curso de Ciências Contábeis da Unisul (RIBEIRO, 2013). Do mesmo modo, os problemas ambientais do município de Tubarão (CS2), que sofre pela degradação ambiental, ocasionada principalmente pela extração e beneficiamento de carvão mineral, além das toneladas de cinzas provenientes da combustão do carvão lançadas cotidianamente na atmosfera, a acidificação de rios e lagos da região, também não são abordados. De acordo com a entrevista, corre-se o risco até mesmo de reduzir os conteúdos com ênfase nas questões ambientais, visto que o mercado deseja outros saberes, como a contabilidade tributária, estratégica e financeira.

O Curso de Ciências Contábeis da Univali (CS3) passou por mudanças estruturais, e dentre outras alterações deixará de oferecer a disciplina Responsabilidade Social, lecionada presencialmente, com conteúdos específicos para a formação do Contador, como Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado, para oferecer a disciplina Meio Ambiente e Sustentabilidade na modalidade a distância, com conteúdos genéricos que atendem a diversos cursos. Ressalta-se que o contexto de desenvolvimento sócio-histórico do município de Itajaí se mistura com a criação de porto homônimo.

Há de se considerar, também, as consequências socioambientais devido à inexistência de planejamento público que evite o crescimento populacional desordenado e a construção de habitações populares oriundas de assentamentos e invasões em áreas de preservação permanente e nas margens do rio, que somado à formação geológica e localização geográfica do município faz com que o local seja propício para a ocorrência de

inundações, alagamentos, enchentes, portanto carente de estudos e intervenções para transformar a situação (SANTOS, 2010).

O Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó (CS4), talvez pela especialidade de sua coordenadora na área de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável ou a presença do curso de mestrado em Ciências Contábeis na IES, oferta duas disciplinas com temática ambiental, uma para atender as normativas do Ministério da Educação a outra voltada para o mercado de trabalho do Contador. Embora o fluxo de professores entre a graduação e o *stricto sensu* oportunize pesquisas com a temática ambiental, o escopo dos estudos está nas empresas da [B]³ não nos problemas locais ou regionais. Até porque, segundo a coordenadora, não há um problema específico grave em Chapecó, a vocação econômica municipal são as cooperativas agropecuárias que estão respeitando o meio ambiente e seus trabalhadores.

Nesse sentido vale destacar que a prática de lançar dejetos dos animais e rejeitos do processo produtivo nos leitos dos rios, que antes era considerado algo comum, ainda está longe do ideal. O manejo inadequado desses dejetos acarreta problemas ambientais e gastos na saúde pública, mediante a contaminação das águas⁴². Os custos, tanto sociais quanto ambientais, não são internalizados pela agroindústria, deixando esses passivos para a natureza e a sociedade.

Ademais, devido ao sistema de integração produtor e agroindústria e o avanço tecnológico ocorre também a seletividade e exclusão de produtores da cadeia produtiva, os quais foram forçados a migrar para outras atividades econômicas, em especial a bovinocultura de leite (ANSCHAU; SCHAEDLER; JULIANI, 2014). Mas, pelo depoimento da coordenadora, estes aspectos não são considerados no ensino, nas pesquisas e na extensão do Curso.

O Curso de Ciências Contábeis da Univille (CS5), ainda que contemple a disciplina Contabilidade Ambiental em seu PPC, esta é eletiva e pouco escolhida pelos estudantes, tanto que não havia professor credenciado para ministrá-la. Ora, Joinville se situa entre a baía de Babilonga e as montanhas, com uma geografia composta por áreas de mangue consideradas de preservação ambiental e é o maior parque industrial de Santa Catarina, principalmente de indústrias metalmeccânicas, as quais durante décadas aceleraram o processo de degradação dos ecossistemas locais sem quaisquer medidas de mitigação ou que evitassem os impactos ambientais negativos de seu processo produtivo.

⁴² Por consequência da contaminação da água, a população sofre com diarreia e verminose, e com o mau cheiro e gases liberados na fermentação dos dejetos (ANSCHAU; SCHAEDLER; JULIANI, 2014).

Este fato tem gerado diversas ações impetradas no Ministério Público Federal por organizações ambientalistas. A principal matéria de reclamações está voltada para a grande quantidade de areia resultante do processo de fabricação de peças de metal fundido que podem conter resíduos tóxicos e metais pesados que são depositadas em um aterro industrial, como também a geração de efluentes líquidos e gasosos que vinham sendo despejados no meio ambiente sem tratamento (FIOCRUZ, 2020). Ademais, os três principais rios (Piraí, Cubatão e Cachoeira) sofrem com a poluição mediante o despejo de esgoto doméstico e do distrito industrial (JOINVILLE, 2011). Há, portanto, espaço fértil para estudos que contemplem os interesses da área contábil.

O Curso de Ciências Contábeis da Unoesc (CS6) também possui em seu quadro docentes que atuam tanto na graduação como no *stricto sensu*, o que colabora com pesquisas de iniciação científica com a temática da sustentabilidade. Como o PPC é institucional para todos os *campi*, os conteúdos ministrados nas disciplinas são genéricos. As especificidades do local são apreendidas nas Atividades Curriculares Complementares, especialmente o uso desordenado de recursos praticados pelo ramo moveleiro, metalmeccânico e agronegócio, que são os principais segmentos econômicos do município.

Joaçaba é um dos municípios que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe⁴³, a qual ocupa papel central na história da região e influencia diretamente a economia, a ocupação do solo, a política e a cultura de seus habitantes. Em Joaçaba, o modelo de ocupação do solo e a ampliação dos rebanhos de suínos e aves produzem impactos ambientais devido à destinação equivocada de resíduos e dejetos de fertilizantes, industriais, sedimentos, agrotóxicos e matéria orgânica no rio, causando alterações físico-químicas e biológicas nas águas, fatos que podem ser estudados no âmbito também da disciplina (TREVISOL; FILIPINI; BARATIERI, 2010).

5.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA PROPOSTA PARA AS CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A partir do estudado na fundamentação teórica, na coleta e produção dos dados e das trilhas seguidas na pesquisa para narrar os resultados dos casos cruzados: legislação e

⁴³ A Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe é integrada por 28 municípios: Água Doce, Alto Bela Vista, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Campos Novos, Capinzal, Erval Velho, Fraiburgo, Herval D'Oeste, Ibiã, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Macieira, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Videira e Zortéa (capital do reves, 2020). Disponível em: <https://www.aguas.sc.gov.br/a-bacia-rio-do-peixe/municipios-da-bacia-rio-do-peixe>.

documentos institucionais; processo educativo nos Cursos; contexto local e regional das Universidades Comunitárias e percepção dos coordenadores e professores sobre a inserção de disciplinas socioambientais e os problemas do entorno universitário na matriz curricular, pode-se observar que tanto os coordenadores quanto os professores estão empenhados em suas funções balizados pelos documentos e normativas do MEC, da classe, da instituição de ensino, do projeto pedagógico do Curso, do mercado e, também, na sua percepção do mundo.

Tal como os achados por Oleiro (2016, p. 113), observou-se que processo de ensino-aprendizagem está “centrado nas relações estabelecidas entre organizações produtoras de bens e serviços e, portanto, potencializadoras de agressões ao meio natural, com instrumentos capazes de fomentar estratégias que proporcionem melhores resultados econômicos” e a Contabilidade Ambiental torna-se instrumento de gestão da sustentabilidade.

Para avançar no alcance das competências do Contador ambiental faz-se necessário desatar as amarras paradigmáticas da racionalidade econômica, retirar a Educação Ambiental da posição secundária em que vem sendo colocada e tomá-la como uma vertente possível para a construção de novas perspectivas para o estudante de Ciências Contábeis. O objetivo é que, com a sua formação, possa atuar na transformação dos modelos empresariais divergentes dos atuais, pautados na exploração do meio ambiente.

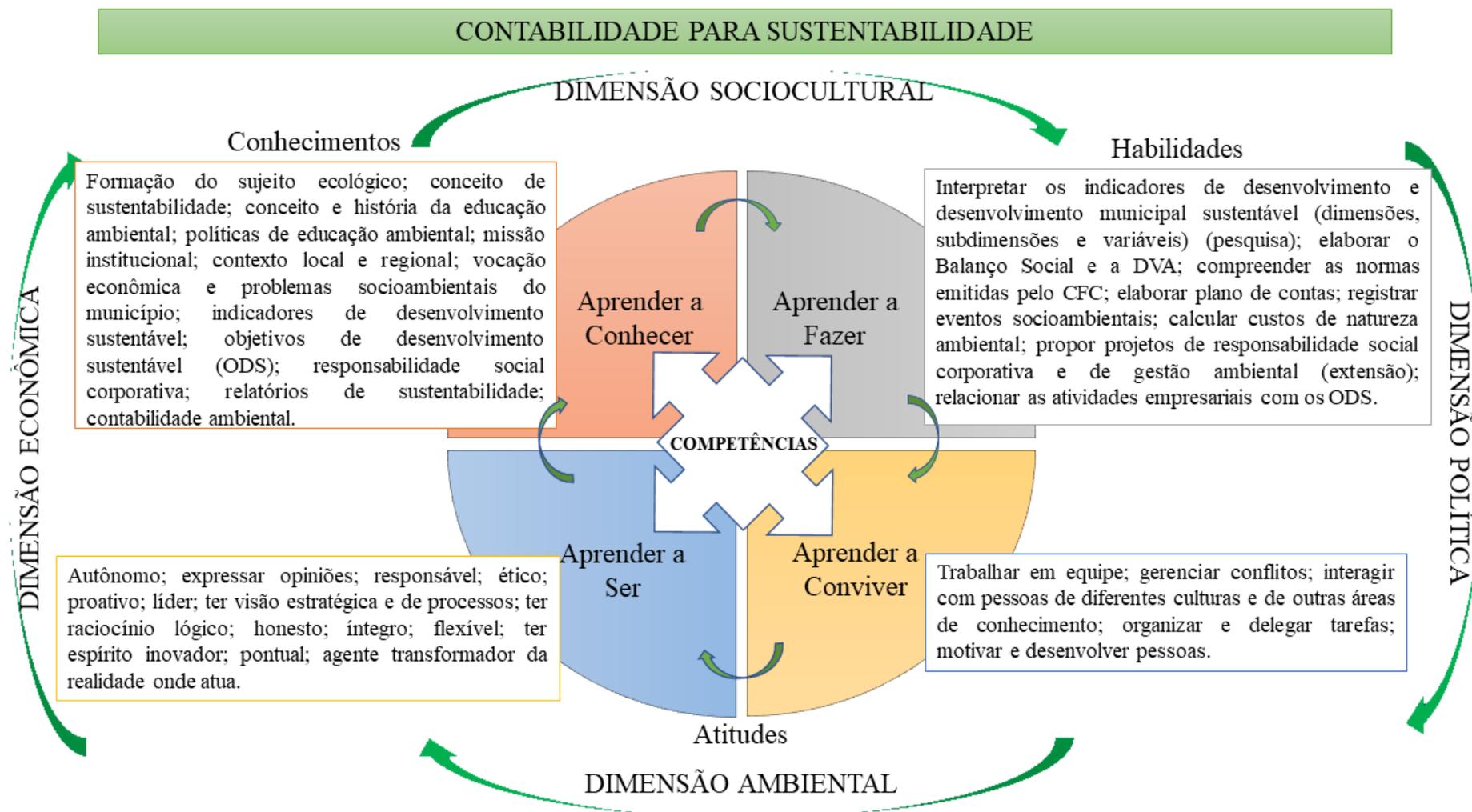
Nesse sentido, propõe-se para os Cursos de Ciências Contábeis, em especial aos pertencentes ao portfólio de Cursos das Universidades Comunitárias, a incorporação de uma disciplina específica e obrigatória, que aborde a Educação Ambiental e a Contabilidade Ambiental. A primeira parte para que os futuros Contadores ampliem suas concepções de mundo e tenham oportunidade de compreender as relações natureza-indivíduo-sociedade, que para o bem-estar individual e social a responsabilidade coletiva precisa emergir. A segunda parte para que possam dominar as técnicas das Ciências Contábeis voltadas para interpretar, registrar, mensurar e informar os dados relacionados às ações empresariais/governamentais que afetam o meio ambiente e a sociedade.

Ambas as partes para oportunizar aos futuros Contadores competências que os possibilitem realizar mudanças significativas nos espaços onde atuam, indo além dos interesses financeiros das organizações na medida em que, por seu fazer, estimulem práticas sustentáveis e criem vínculos com a comunidade interna e externa. A interdisciplinaridade nesse cenário é um caminho válido para esse conhecimento integrado, aproximando por meio do diálogo, as ciências da vida, da natureza e da sociedade, em resposta à crise de racionalidade da modernidade (LIMA, 2002; FLORIANI, 2009; LAYRARGUES; LIMA, 2014; LEFF, 2015).

Para dar sentido a essa forma de aprender, pautada em uma educação libertária e crítica (TUAN, 1980; FREIRE, 2001), faz-se importante levar em conta no processo de ensino-aprendizagem a missão da IES, as legislações pertinentes e a sustentabilidade do local e da região onde o Curso está inserido, em todas as dimensões: sociocultural, econômica, ambiental e política, a partir dos quatro pilares para a educação do século XXI, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser (DELORS, 2000; SACHS, 2009).

A Figura 48 apresenta a proposta para uma disciplina que compartilhe conteúdos da Educação Ambiental e da Contabilidade Ambiental nos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias, denominada de Contabilidade para Sustentabilidade.

Figura 48 – Proposta para disciplina Contabilidade para Sustentabilidade



Fonte: Elaborada pela autora (2020) com base em Delors (2000).

A Figura 48 apresenta a proposta de uma disciplina denominada Contabilidade para Sustentabilidade para ser ofertada pelos Cursos de Ciências Contábeis. Em especial para aqueles que integram o catálogo de cursos das Universidades Comunitárias, vista a vocação institucional de contribuir para o desenvolvimento da região onde está localizada, por meio de uma educação de qualidade, oferta de programas de extensão e ação comunitária, além da produção de novos conhecimentos pelas pesquisas que realizam e, desse modo, melhorar ou solucionar os diversos problemas da sociedade.

Na proposta, o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) (PERRENOUD, 1999) para o estudante de Ciências Contábeis apresenta um viés holístico do ensino da Contabilidade Ambiental, na medida em que busca o entendimento da Contabilidade voltada para a sustentabilidade em todas suas dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e política) a partir de um local conhecido e repleto de significados e experiências dos estudantes que é o seu lugar (TUAN, 1980) de vida, pessoal-profissional. A partir da compreensão e da apropriação do seu lugar, o estudante poderá partir para experienciar o mundo.

Dessa forma, os limites disciplinares podem mais facilmente ser rompidos, contribuindo para uma formação mais ampla dos estudantes para além da técnica de registro e controle isolados, foco tradicional da educação em Contabilidade, o que impede o reconhecimento da inter-relação entre social, ambiental e econômico.

Os Pilares do Conhecimento, na proposta da disciplina Contabilidade para Sustentabilidade, servem como alicerce para nortear o caminhar do docente e lembrá-los da concepção ampliada da disciplina. Assim, ao ministrar os conteúdos programáticos saberá o objetivo maior daquele conteúdo na formação do futuro Contador.

O Pilar Aprender a Conhecer, para Delors (2000), sugere que cada estudante aprenda a compreender o mundo que o rodeia, que a cultura geral seja ampliada e que outras linguagens e outros conhecimentos sejam apreendidos. Parte do pressuposto do aprender a aprender para toda a vida, visando a que o conhecimento não se torne efêmero.

Na proposta da disciplina fez-se a relação com o desenvolvimento de conhecimentos de temáticas integrantes da Educação Ambiental como da área de Ciências Sociais Aplicadas, considerando o contexto local e regional de inserção do Curso e de seus estudantes, tais como: Formação do sujeito ecológico; conceito de sustentabilidade; conceito e história da Educação Ambiental; políticas de Educação Ambiental; missão institucional; contexto local e regional; vocação econômica e problemas socioambientais do município; indicadores de

desenvolvimento sustentável; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Responsabilidade Social Corporativa; relatórios de sustentabilidade; Contabilidade Ambiental.

O Pilar Aprender a fazer, de Delors (2020), tem relação direta com a formação profissional a partir de exercícios que levem o estudante a pôr em prática os conhecimentos adquiridos (Aprender a Conhecer). Propõe-se para este pilar o avanço dos conhecimentos adquiridos anteriormente (já contextualizados e percebidos pelos estudantes) a partir da prática por meio de realização de exercícios que os habilitem para a profissão detentores das responsabilidades.

As habilidades desenvolvidas na disciplina Contabilidade para Sustentabilidade envolvem: saber interpretar os indicadores de desenvolvimento (sociais, econômicos, ambientais) e os Índices de Desenvolvimento Municipal Sustentável em suas dimensões, subdimensões e variáveis; saber elaborar o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado; compreender as normas emitidas pelo CFC; elaborar plano de contas; registrar eventos socioambientais; calcular custos de natureza ambiental; propor projetos de responsabilidade social corporativa e de gestão ambiental; relacionar as atividades empresariais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este pilar mostra-se profícuo para a realização de projetos de extensão e de pesquisa.

O Pilar Aprender a Conviver, para Delors (2000), representa um dos maiores desafios da educação. A intenção é discutir sobre a diversidade da espécie humana visando à tomada de consciência das semelhanças e interdependência entre todos os seres do planeta. Desse modo propõe-se a realização de projetos desenvolvidos em equipe para que suscite a necessidade de gerenciamento de conflitos; a interação com pessoas de diferentes culturas e de outras áreas de conhecimento; aprender a organizar e delegar tarefas e motivar e desenvolver pessoas.

O Pilar Aprender a Ser, para Delors (2000), denota o desenvolvimento da sensibilidade, do pensamento autônomo e crítico e da criatividade. Para tanto, a partir dos conteúdos aprendidos na disciplina as atitudes como autonomia, expressão de opiniões, responsabilidade, ética, proatividade, liderança, visão estratégica e de processos, raciocínio lógico, honestidade, flexibilidade e inovação emergem, possibilitando ao estudante ser agente transformador da realidade onde atua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Após as narrativas individualizadas em relatórios dos resultados dos casos múltiplos e da síntese dos casos cruzados, este capítulo apresenta as considerações finais e as recomendações para futuras pesquisas.

6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve sua origem no desafio assumido pela pesquisadora de lecionar a disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social em um Curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Comunitária. A constante reflexão sobre *práxis* docente na disciplina trouxe inquietações desde a ementa, passando pelo objetivo geral até os conteúdos programáticos e as bibliografias. O viés mecanicista ainda é imperativo e, até certo ponto, impeditivo de alçar voos que a temática denota.

Assim, com a oportunidade do doutorado, buscou-se refletir sobre uma amarração teórica envolvendo Universidades Comunitárias, Educação Ambiental e a formação do Contador. O papel das Universidades Comunitárias enquanto instituições de ensino criadas a partir dos anseios da sociedade civil, sem fins lucrativos e com estreito vínculo às demandas comunitárias em favor do desenvolvimento local e regional. A Educação Ambiental em que pese o fato de ser necessariamente parte integrante da educação de todos os cidadãos com vistas à conscientização, desenvolvimento de competências e a participação crítica, responsável e libertária dos indivíduos para novas condutas frente ao meio ambiente. Para, enfim, chegar nos Cursos de Ciências Contábeis e, neste contexto, o processo formativo do Contador tendo em vista que a profissão tem por objetivo registrar, controlar e demonstrar os fatos que afetam o patrimônio fornecendo informações para o processo decisório, portanto, o Contador tem função estratégica nos espaços onde atua, não podendo ficar alheio aos impactos socioambientais e os esforços empresariais para evitá-los.

No entrelaçamento da amarração teórica já referenciada está a missão universitária e do Curso em formar profissionais para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida visando ao desenvolvimento sustentável da região onde se insere. A partir desse contexto propôs-se atender ao seguinte objetivo da pesquisa: compreender o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias catarinenses, filiadas à Associação Brasileira de Universidades Comunitárias.

Para alcançar este objetivo, cinco outros foram traçados: 1) Identificar as Universidades Comunitárias catarinenses que ofertam curso de graduação em Ciências Contábeis; 2) Verificar nos Projetos Pedagógicos dos Cursos as ementas da disciplina de Contabilidade Ambiental ou relacionada, bem como propostas e práticas curriculares socioambientais; 3) Verificar a percepção dos coordenadores e professores dos cursos sobre a Educação Ambiental no processo de formação do Contador; 4) Apresentar na ótica dos coordenadores os problemas socioambientais do entorno das universidades; 5) Correlacionar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes com os problemas socioambientais apresentados.

Para identificar as instituições que fizeram parte do estudo (objetivo específico 1), verificou-se as universidades catarinenses filiadas à ABRUC e cadastradas no e-MEC como comunitárias e, posteriormente, a oferta de Curso de Ciências Contábeis. Assim, a trajetória metodológica da pesquisa foi pautada em um estudo de casos múltiplos nos Cursos de Ciências Contábeis da Unesc, Unisul, Univali, Univille, Unochapecó e Unoesc, considerando seu contexto local e regional. O objeto particular de análise diz respeito à disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada. Para produção de dados foram realizadas entrevistas com coordenadores dos Cursos e professores da referida disciplina e/ou com projetos de pesquisa/extensão relacionados à temática.

Observou-se que a missão social dessas universidades se realiza na educação, produção e socialização do conhecimento, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com intuito de formar cidadãos e profissionais dotados de valores éticos e posicionamento crítico para contribuir com o desenvolvimento sustentável nos espaços onde atuam.

No que diz respeito à descrição das ementas da disciplina de Contabilidade Ambiental ou relacionada nos PPCs (objetivo específico 2), pode-se apurar que todos os cursos ofertam ao menos uma disciplina que aborda a temática (Quadro 75).

No Curso de Ciências Contábeis da Unesc (CS1) há na matriz a disciplina obrigatória presencial, oferecida na 4^a fase, denominada **Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social**. No Curso de Ciências Contábeis da Unisul (CS2) há a disciplina obrigatória na modalidade EAD **Informações Socioambientais**, ministrada para vários cursos. No Curso de Ciências Contábeis da Univali (CS3) há duas matrizes curriculares em andamento: a que será extinta possui a disciplina obrigatória presencial **Responsabilidade Social** e a nova a disciplina em EAD, também obrigatória, **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. No Curso de Ciências Contábeis da Univille (CS4) há na matriz a disciplina eletiva presencial **Contabilidade Ambiental**.

No Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó (CS5) há duas disciplinas ofertadas, ambas de modo obrigatório presencial: **Responsabilidade Social** (2 créditos), oferecida para diversos cursos, e **Responsabilidade Social Corporativa** (2 créditos), específica para Ciências Contábeis. No Curso de Ciências Contábeis da Unoesc (CS6) há duas matrizes curriculares em andamento: na matriz que será extinta a disciplina obrigatória presencial **Contabilidade Socioambiental** e na nova matriz a disciplina presencial obrigatória para vários cursos denominada **Gestão da Sustentabilidade**.

Observa-se que as instituições estão suprimindo a disciplina com conteúdos específicos para a formação do Contador para ofertar institucionalmente outra disciplina com conteúdos socioambientais mais abrangentes e de interesse comum para vários cursos, muito embora continuem atendendo às DCNEAs e o MEC. Os conteúdos específicos da Contabilidade Ambiental são incorporados por outras disciplinas.

Para compreender a percepção dos coordenadores e professores sobre a Educação Ambiental no processo formativo do Contador (objetivo específico 3) foi importante visitar autores que abordam as relações entre sociedade e natureza a partir de vivências e experiências, como Freire (educação crítica) e Tuan (educação libertária).

Observou-se a partir das entrevistas que tanto coordenadores como professores consideram importante a inserção da Educação Ambiental e da Contabilidade Ambiental na matriz do Curso. Porém, constatou-se certa diferenciação nos depoimentos: alguns mais voltados para a educação do contador/cidadão e outros focados na formação puramente profissional.

Cita-se, por exemplo, o CS1, que destacou a importância de o Contador, além de dominar a técnica da Contabilidade, incorporar os aspectos ambientais e ser apto para discutir os reflexos das atividades organizacionais para a sociedade, e a declaração do CS6, que mencionou a essencialidade dos conteúdos para que o Contador possa trabalhar o pilar da sustentabilidade, as questões de cidadania e os impactos que as ações da sociedade causam no meio ambiente.

Em contraponto, o depoimento do CS3, que expôs apenas aspectos técnicos como elaborar o Balanço Social e a DVA; o CS4 na sensibilização dos estudantes para a sustentabilidade com vias a provocar os gestores e utilizar as ações para o *marketing* empresarial; o CS5, que acredita na importância da disciplina desde que o Contador possa demonstrar o retorno que as empresas poderão obter e, por fim, o CS2, que considera que há outros conhecimentos mais importantes para atender a demanda do mercado a ponto de na revisão curricular alterar as diretrizes do PPC.

De maneira idêntica, para verificar a percepção dos coordenadores em relação aos problemas socioambientais do entorno das universidades (objetivo específico 4) tornou-se prudente conhecer alguns aspectos do desenvolvimento socioeconômico catarinense e as principais atividades econômicas locais e regionais do entorno universitário, buscando aporte nos sítios das Associações Municipais que remetiam ao IDMS elaborado pela FECAM.

Constatou-se que, com exceção de Joaçaba, os demais municípios-sede das Universidades Comunitárias estão entre os 15 municípios catarinenses que mais contribuem com o PIB do estado e possuem o maior número de residentes. Ademais, percebeu-se que, em média, a Dimensão Sociocultural (que engloba as subdimensões Educação, Saúde, Cultura e Habitação) se sobrepôs às demais e a Dimensão Ambiental (que contempla variáveis relacionadas à cobertura de saneamento básico, percentual de domicílios atendidos com coleta de lixo, rede geral de esgoto) é a mais frágil. O IDMS mais alto está nos municípios associados à AMFRI e o mais baixo nos vinculados à AMOSC.

Sobre este assunto, cada coordenador apresentou, na sua ótica, alguns dos problemas locais/regionais relacionados principalmente às atividades econômicas que consideram mais evidentes. No CS1 a mineração, a poluição do Rio Criciúma e a destinação do lixo. No CS2 a poluição do Rio Tubarão e a empresa produtora de energia elétrica. No CS3 o lixo despejado no rio Itajaí-Açu. Nos CS4 e CS5 não houve a menção de um problema ambiental específico. No CS6 o uso desordenado dos recursos naturais, devido especialmente ao setor de agronegócio, moveleiro e metalmeccânico.

Por fim, no objetivo específico 5, que visava correlacionar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes com os problemas socioambientais, verificou-se que a maioria dos cursos estudados com base nos conteúdos ministrados trata de modo geral a parte teórica dos assuntos. A parte prática está balizada nas demonstrações contábeis das empresas com capital aberto listadas na [B]³ e não nas atividades e vocações locais/regionais.

No CS1, o PPC reforça a menção do desenvolvimento sustentável como parte integrante da missão do Curso e norteador das práticas docentes. Portanto, além da oferta da disciplina relacionada há uma linha de pesquisa para o TCC denominada Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social, na extensão a Exposição Conhecer para Preservar, na qual os estudantes expõem para a comunidade acadêmica trabalhos lúdicos sobre o meio ambiente e a responsabilidade social corporativa e nos tópicos especiais ou interdisciplinares há possibilidades de trabalhos com a temática.

No CS2, a missão faz referência à contribuição para o aperfeiçoamento da qualidade de vida. Há a oferta da disciplina relacionada na modalidade EAD, na extensão o projeto

Calouro Solidário, que recolhe resíduos e lixos eletrônicos para destinação correta, e na pesquisa não há projetos específicos do Curso.

No CS3, a missão do Curso não contempla algum termo em específico que remete ao desenvolvimento sustentável, mas o PPC menciona a incorporação da dimensão ambiental com os princípios institucionais voltados à conservação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais. A disciplina relacionada será alterada para a modalidade EAD, contemplando vários cursos da instituição. Em relação à pesquisa e extensão com a temática ambiental há o projeto Fazer o Bem Faz Bem - Seja a Diferença. Outros projetos enfrentam dificuldades de implementação, pois há poucos docentes pesquisadores e muitos alunos que têm o perfil trabalhador com tempo limitado para participação.

No CS4, a missão do Curso menciona a formação de profissionais com competência e consciência da responsabilidade e ética perante a sociedade e organizações. No PPC não consta relatos de projetos de pesquisa ou extensão. O Curso oferece a disciplina de modo eletivo, mas sem professor credenciado para ministrá-la.

No CS5 não há na missão do Curso menção relacionada ao desenvolvimento sustentável, assim como no PPC não consta relatos de projetos de pesquisa ou extensão, mas o Curso tem o projeto de extensão Ciências Contábeis em Ação e na pesquisa uma linha específica de Contabilidade Ambiental para o TCC. O Curso oferece duas disciplinas relacionadas à temática socioambiental.

O CS6 não traz na missão do Curso indicativo referente à sustentabilidade. Além da disciplina relacionada ofertada para todos os cursos da instituição, a pesquisa em nível de TCC vem crescendo na área. Os projetos de extensão são realizados no âmbito institucional.

Em relação às referências elencadas nos planos de ensino (Quadro 77), observou-se que todos os cursos adotam referências que abordam a Contabilidade Ambiental. Os Cursos da Univille e Unoesc utilizam como referências apenas obras que tratam da Contabilidade Ambiental. O Curso da Unesc privilegia a Contabilidade Ambiental, mas também adota referências que abordam conteúdos de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social.

O Curso da Unochapecó traz referências que enfocam prioritariamente a Contabilidade Ambiental e minimamente a Responsabilidade Social. O Curso da Unisul além da Contabilidade Ambiental possui referências pulverizadas, envolvendo temas diversos como Direito Ambiental e Economia do Meio Ambiente. Do mesmo modo o Curso da Univali, que aborda *Marketing* Socioambiental e legislações, mas tem por foco principal a Responsabilidade Social.

Observou-se também que as referências utilizadas estão em consonância com o nome das disciplinas e, também, com a sua forma de ministração, se ofertadas especificamente para o Curso de Ciências Contábeis ou para diversos cursos. As sinopses de algumas obras descrevem materiais de leitura para compreender conceitos, outras apresentam exemplos de práticas empresariais, mas nenhuma contém exercícios para resolução com o intuito de complementar e consolidar os conceitos expostos na parte textual. Essa inferência vem ao encontro das pesquisas de Calixto (2006) e Feitosa (2018), que citam a carência de obras para compor as referências, acarretando um ensino-aprendizagem superficial, preservacionista e desatualizado.

Similarmente aos achados de Pereira (2016) conclui-se que não houve na disciplina a implementação da Educação Ambiental na formação dos contadores, os estudos estão mais direcionados ao caráter técnico das Ciências Contábeis para com a elaboração das Demonstrações Contábeis de cunho socioambiental. Mas de modo diferente ao encontrado pela autora, nos cursos em estudo há indicativos de internalização pelos professores de práticas pedagógicas de ensino, pesquisa e/ou extensão que contemplam questões socioambientais em suas aulas ou orientações de TCC para além dos proporcionados no âmbito institucional. Mas, inquestionavelmente, o ensino está pautado em empresas de grande porte, de capital aberto, longe da realidade da maioria dos estudantes, portanto desconectado do contexto local e até mesmo regional.

Essa desconexão com a realidade estudantil, especialmente nas Universidades Comunitárias, pode não oferecer sentido ao ensino, comprometendo a aprendizagem e a compreensão da inter-relação entre a Contabilidade, o meio ambiente, a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, do ser humano e do planeta.

Mediante a pesquisa realizada acredita-se que o ensino da Educação Ambiental em comunhão com o ensino da Contabilidade Ambiental, para além dos instrumentos avaliativos do ensino superior, supre uma lacuna existente na formação dos bacharéis em Ciências Contábeis ao proporcionar a ampliação de visão de mundo, de reflexão sobre o ser-no-mundo e não o ser e o mundo isolados, para que ao estudar de modo contextualizado as questões socioambientais possam contribuir, mediante a compreensão crítica da realidade (FREIRE, 2001), sugerindo soluções duradouras aos problemas ambientais que são, também, problemas humanos, libertando o estudante e futuro Contador do pensamento utilitarista da natureza (TUAN, 1980).

Cabe salientar que aconteceram avanços, mas, neste momento, observa-se uma tensão contraditória, para não dizer um retrocesso, visto que as instituições estudadas e

consequentemente seus cursos vêm, de certo modo, se distanciando de sua vocação comunitária de educar para promover o desenvolvimento sustentável local e regional ao se submeterem à lógica de mercado para se manterem sustentáveis, mas do ponto de vista econômico. Este ponto de inflexão advindo também dos resultados da pesquisa está relacionado à presença de grandes grupos educacionais, incentivados principalmente por decisões governamentais, com sombreamento de portfólio e *ticket* médio inferior ao suportado pelas Universidades Comunitárias, que vem obrigando-as a reposicionarem seus currículos para se manterem competitivas.

É por esse motivo que a disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada está sendo substituída por outras com maior demanda mercadológica ou sendo ofertada na modalidade EAD para vários cursos (ganho de escala e ainda assim atendendo às diretrizes). E, portanto, separando a Educação Ambiental da Contabilidade Ambiental, o que dificulta o debate qualificado e pertinente à área, tal como mencionou Leff (2015), a Educação Ambiental continua sendo marginal nos currículos por parecer secundária diante de outros assuntos, considerados mais urgentes.

Enfim, pode-se perceber que os casos estudados compartilham de perfis semelhantes (YIN, 2005), visto todas as instituições terem sido constituídas na mesma época (1965-1970), credenciadas como comunitárias pelo MEC em 2014, mantidas por fundações, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filiadas à ABRUC. Do mesmo modo todos os Cursos de Ciências Contábeis seguem as DCNs, com 3000 horas de carga horária para sua conclusão, mantêm em suas matrizes ao menos uma disciplina de Contabilidade Ambiental ou relacionada. O que as diferencia é o contexto local e regional, mesmo estando todas instaladas em Santa Catarina.

Por esse motivo, mediante as trilhas percorridas durante esta pesquisa, que não objetivou buscar respostas definitivas, mas sim compreender o processo de formação acadêmica do Contador voltado às questões socioambientais nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Comunitárias sediadas em Santa Catarina, fez-se a proposta de uma disciplina denominada Contabilidade para a Sustentabilidade, como forma de entregar algo concreto após o estudo.

A disciplina proposta de modo integrador, não fragmentado, une a Educação Ambiental e a Contabilidade Ambiental e busca oportunizar novas perspectivas aos estudantes de Ciências Contábeis para que compreendam as relações natureza-indivíduo-sociedade e, ao atuarem profissionalmente, possam colaborar na transformação dos modelos empresariais, estimulem práticas sustentáveis e criem vínculos com a comunidade interna e externa.

Para dar sentido e significado à disciplina, pautada em uma educação libertária e crítica (TUAN, 1980; FREIRE, 2001), a prerrogativa é levar em conta a missão da instituição, as legislações pertinentes e a sustentabilidade do local e da região onde o Curso está inserido, em todas as dimensões: sociocultural, econômica, ambiental e política, balizada nos quatro pilares para a educação do século XXI, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser (DELORS, 2000; SACHS, 2009). A partir de uma região específica (do local para o global) mas que, certamente, trará reflexo planetário.

O termo desenvolvimento foi ressignificado no Relatório Brundtland de 1987, como o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Será possível? Será que teremos tempo? Quero crer que sim, pois o destino traçado não condiz com a essência humana. A natureza faz parte do nosso interior, a perfeição e o desejo à liberdade nos são inerentes, portanto, na contramão da destruição. Precisamos nos libertar das paixões tristes que violam nossa essência (SPINOZA, 2009).

6.2 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Recomenda-se como possibilidades de estudos posteriores a investigação junto aos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades públicas e privadas em âmbito regional e nacional. Algumas demandas de pesquisas seguem arroladas:

- a) Ampliação de estudos com a participação de estudantes do Curso de Ciências Contábeis buscando evidenciar a importância da disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada para a formação de profissionais;
- b) Aprofundamento dos estudos nos municípios do entorno das Universidades Comunitárias a fim de se identificar potenciais problemas socioambientais que possam ser estudados no âmbito da disciplina Contabilidade Ambiental ou relacionada;
- c) Análise mais aprofundada das dimensões, subdimensões e variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável dos municípios integrantes de cada associação e, também, das mesorregiões catarinenses e
- d) Pesquisas que respondam a carência de obras sobre Contabilidade Ambiental com exemplos práticos de problemas, lançamentos e demonstrações contábeis dessa natureza.

REFERÊNCIAS

- ABRUC. **Nossas associadas**. 2019. Disponível em: <http://www.abruc.org.br/nossas-associadas>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- ACAFE. Associação Catarinense das Fundações Educacionais. **Instituições**. 2018. Disponível em: <http://www.new.acao.org.br/instituicoes/>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- ADAMS, B. G. A importância da lei 9.795/99 e das diretrizes curriculares nacionais da educação ambiental para docentes. **Revista Monografias Ambientais REMOA/UFSM**, v. 10, n. 10, p. 2148 – 2157, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/6926>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- ALENCASTRO, M.S.C.; SOUZA-LIMA, J.E. Educação Ambiental: breves considerações epistemológicas. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Curitiba. v.8, n. 4, p. 20-50, jan./jun.2015. Disponível em: www.uninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/421/262. Acesso em: 16 abr. 2019.
- ALMEIDA, A.N.; SILVA, J.C.G.L.; ANGELO, H. Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté/SP, v. 9, n. 1 p. 146-162, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/874>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- ALVES, L.S. **A educação ambiental e a pós-graduação: um olhar sobre a produção discente**. 2006. 297f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9581@1>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- ALVES, V.R. Estado e Desenvolvimento Sustentável: Um Balanço da Gestão Ambiental no Brasil (1973-2002). **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 38-79, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/19007>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- AMFRI. Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí. **Municípios associados**. Disponível em: <https://www.amfri.org.br/index/municipios-associados/codMapaItem/42292>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- AMMOC. Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense. Associação. **Estatuto da AMMOC**. Disponível em: <https://www.ammoc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/112880>. Acesso em: 07 nov. 2019.
- AMOSOC. Associação dos Município do Oeste de Santa Catarina. Institucional. **Estatuto Social**. Disponível em: <https://www.amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/47465>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- AMREC. Associação dos Municípios da Região Carbonífera. Associação. **Estatuto Social AMREC**. Disponível em: <https://www.amrec.com.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/71440>. Acesso em: 03 jun. 2019.

AMUNESC. Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina. Municípios. **Municípios da região**. Disponível em: <https://www.amunesc.org.br/index/municipios-regiao/codMapaItem/141392>. Acesso em: 13 ago. 2019.

AMUREL. Associação de Municípios da Região de Laguna. Municípios. **Municípios da Região**. Disponível em: <https://www.amurel.org.br/index/municipios-regiao/codMapaItem/140251>. Acesso em: 08 jul. 2019.

ANSCHAU, C. T.; SCHAEGLER, P. F.; JULIANI, L. I. A Agropecuária do Oeste Catarinense, sob um olhar transdisciplinar. **Revista Científica e Tecnológica**, v.1, n. 1, 2014, p. 2-17, out. 2014. Disponível em: <https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/1>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ARREGUI, C. C. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos: demandas por novas formas de quantificação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo. n. 111, p. 529-554, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mar. 2020.

AZEVEDO, L.V.; COSTA, D.R.T.R; SANTOS, J.R. Política Nacional de Educação Ambiental: análise de sua aplicação em projetos de pesquisa e extensão de instituições públicas de ensino. **Ciência e Natura**. Santa Maria, v. 39, p. 701-722, set/dez, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/587>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BALTHAZAR, L. F. **Criciúma Memória e Vida Urbana**. 2001. 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82027>. Acesso em 10 jan. 2020.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. Ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BECKER, V. C.; BAUER, M. M. Evidenciação das Emissões de Gases do Efeito Estufa nos Relatórios de Sustentabilidade. *In*: VIII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade – AdCont. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2017. p. 1-15. Disponível em: <http://adcont.net/index.php/adcont/AdCont2017/paper/viewFile/2641/753>. Acesso em: 03 maio. 2019.

BOFF, L. **A Carta da Terra**. Valores e Princípios para um Futuro Sustentável. Edição do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Ministério do Meio Ambiente e Itaipu Binacional. Petrópolis, 2004. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>. Acesso em: 12 out. 2018.

BÔLLA, K. D. S.; MILIOLI, G. A educação ambiental como instrumento para a construção de uma sociedade ecológica. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**. n. 22, dez. 2011. Disponível em: http://rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/335. Acesso em: 03 jun. 2019.

BONZI, R. S. Meio século de Primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR. n. 28, p. 207-215, jul./dez. 2013.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/31007/21665>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Censo Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9295, de 27 de maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9295.htm. Acesso em: 13 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 73030, de 30 de outubro de 1973**. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. 1973. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/495670>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7797, de 10 de julho de 1989**. Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7797.htm. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12881, de 12 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o termo de Parceria e dá outras providências. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm. Acesso em: 05 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto nº 2519, de 16 de março de 1998**. Convenção sobre a diversidade biológica. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, Marcos Legais & Normativos.** 2014. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4educacao_web-1.pdf. Acesso em: 12 out. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política de Educação Ambiental. Carta de Belgrado.** 2018a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/8066-carta-de-belgrado>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental. Política de Educação Ambiental.** 2018b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política de Educação Ambiental. Declaração de Thessaloniki.** 2018c. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/8070-declara%C3%A7%C3%A3o-de-thessaloniki>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Divisão de Temas Educacionais.** 2018d. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html. Acesso em 14. ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Ensino Superior e Cursos cadastrados.** 2018e. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- BRIGHENTI, C. A. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (Org.). **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate.** Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 37-65.
- BRILHANTE, R. M. Cartofilias Urbanas. **Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies** – XXII, v. 2, p. 181-187, jul-dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v22n2/v22n2a10.pdf>. Acesso em: 28 de maio. 2020.
- CALLADO, A. A. C; CALLADO, A. L. C. Índices financeiros ambientais, uma proposta conceitual. **EGESTA – Revista Eletrônica em Gestão de Negócios.** v.3, n. 4, p. 116-133, out./dez.2007. Disponível em: <http://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/135.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- CALIXTO, L. O ensino da Contabilidade Ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil.** Blumenau, v. 2, n. 3, p. 65-78, set./dez. 2006. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/131>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CARNEIRO, J. D. (coord.). **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008.

CARNEIRO, J. E.; DE LUCA, M. M. M; OLIVEIRA, M. C. Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**. v. 19, n. 3 jul./set. 2008. Disponível em:
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/360>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CARNEIRO, S.M.M; KNECHTEL, M.R.; MORALS, A.G.M.; NOGUEIRA, V.; SOUZA-LIMA, J.E. Novas perspectivas epistemológicas em educação ambiental: multiculturalismo, globalização e formação de educadores. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 22. p. 99-122. jul./dez.2010. Disponível em:
<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT9-393-129-20080505110627.pdf>. Acesso em: 11. mar. 2019.

CARVALHO, A. Clima, cidadania e trajetórias para futuros pouco comuns. **Communitas Think Tank – Ideias**. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/58220>. Acesso em: 11. mar. 2019.

CARVALHO, G. M.B. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

CARVALHO, I. C. M; MUHLE, R. P. Educação ambiental: o problema das classificações e o cansaço de árvores. In: **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade** [recurso eletrônico] / org. Marcia Maria Dosciatti de Oliveira (*et al.*). – Caxias do Sul, RS: Educus, 2017. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cidadani-meioamb_3.pdf. Acesso em: 28 maio. 2020.

COIMBRA, D. B. **Abordagens e limitações da educação ambiental no ensino superior: percepções a partir da disciplina de gestão ambiental nos cursos de graduação em administração na cidade de Fortaleza – CE**. 2011. 116 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3078>. Acesso em: 28 maio 2019.

COMUNG. Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. **Sobre o Comung**. [Porto Alegre]: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://comung.org.br/sobre/>. Acesso em: 05 maio 2019.

CRUZ, C. L.C. **Universidades ou empresas? A identidade das universidades confessionais frente à competitividade global na sociedade contemporânea**. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4663>. Acesso em: 18 ago. 2019.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 4.ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

DEVITTE, A.; SOUZA, C. A. B. D.; RADATZ, L. M. N. A construção da centralidade urbana de Balneário Camboriú-SC. In: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. **Anais...**, "X Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-

Córdoba, Junio 2018". Barcelona: DUOT, 2018. Disponível em:
<https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/6338/19%20A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20centralidade%20urbana%20de%20balne%C3%A1rio%20Cambori%C3%BA-SC.pdf?sequence=234&isAllowed=y>. Acesso em: 27 maio. 2019.

DIAS FILHO, J. M. Reflexões Sobre o Ciclo de Vida do Conhecimento Contábil: Uma Contribuição à Formatação do Currículo do Curso de Ciências Contábeis no Brasil. **ReAC – Revista de Administração e Contabilidade**. Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Feira de Santana-Ba, v. 3, n. 2, p. 84-99, jul./dez., 2011. Disponível em:
<https://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/33>. Acesso em: 27 maio. 2019.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia Editora: 2010.

DIAS, S.G.A.; LARA, A.M.B. A Conferência de JOMTIEN e suas principais expressões na legislação educacional brasileira da década de 1990: O Caso da LDB, do PCN. *In*: 1º Simpósio Nacional de Educação. XX Semana de Pedagogia, 2008. Unioeste, Cascavel/PR. **Anais [...]**. Cascavel: Unioeste, 2008. Disponível em:
<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/5/Artigo%2003.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2018.

DOWBOR, L. Indicadores: afinal, o que estamos medindo? *In*: LOUETTE, A. (Org.). **Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade: Gestão do Conhecimento**. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 1. ed. 2007, p. 10-11. Disponível em:
https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4057_LOUETTE_Compendio_de_Indicadores_de_Sustentabilidade_das_Nacoes.PDF. Acesso em: 23 fev. 2020.

EDITORA SARAIVA. **Contabilidade Ambiental**. 2020a. Disponível em:
<https://busca.saraiva.com.br/q/livro-contabilidade-ambiental-2-ed-2010-maisa-souza-ribeiro-ribeiro-maisa-souza>. Acesso em: 20 jun. 2020.

EDITORA SARAIVA. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2020b. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br/etica-e-responsabilidade-social-nos-negocios-2-edicao-3462228/p>. Acesso em: 20 jun. 2020.

EDITORA SARAIVA. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2020c. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br/gestao-ambiental-responsabilidade-social-e-sustentabilidade-3-ed-2017-9421027/p>. Acesso em: 20 jun. 2020.

EDITORA SARAIVA. **Gestão Ambiental Empresarial**. 2020d. Disponível em:
<https://www.saraiva.com.br/gestao-ambiental-empresarial-conceitos-modelos-e-instrumentos-4-ed-2016-9345524/p>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FACHINELLO, A.L; SANTOS FILHO, J.I. Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário. *In*: **A socioeconomia catarinense: cenário e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010, p. 159-196.

FECAM. Federação Catarinense de Municípios. **Sistema de Indicadores de**

Desenvolvimento Municipal Sustentável. 2019. Disponível em:

<https://indicadores.fecam.org.br/index/index/ano/2019>. Acesso em: 14 jul. 2019.

FEITOSA, A.L.O. **Ensino socioambiental nas Ciências Contábeis.** 2018. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2018. Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8025/2/ANDRE_LUIS_OLIVEIRA_FEITOSA.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

FERRAZ, A. P. C. M; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gestão & Produção.** v. 17, n. 2, 421-431, 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2010000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 jul. 2019.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FIOCRUZ. Fundação Osvaldo Cruz. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.** Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FIGUEIREDO, C. **O modelo comunitário de universidade e o tensionamento público-privado:** entre o capitalismo acadêmico e o compromisso social. 2017. 316 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159149>. Acesso em: 05 ago. 2018.

FLORIANI, D.; KNECHTEL, M. R. **Educação Ambiental:** Epistemologia e Metodologias. Curitiba: 2003.

FLORIANI, D. Educação ambiental e epistemologia: conhecimento e prática de fronteira ou uma disciplina a mais? **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, n. 2, p. 191-202, 2009.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/235976335_Educacao_ambiental_e_epistemologia_conhecimento_e_pratica_de_frenteira_ou_uma_disciplina_a_mais_Palavras-chave. Acesso em: 14 jul. 2019.

FRANCO, J.L.A.; SCHITTINI, G.M.; BRAZ, V. S. História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral. **Historiæ.** Rio Grande. v. 6, n. 2 p. 233-270, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5594>. Acesso em: 22 jan. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Conscientização:** teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Práxis*. In: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf. Acesso em: 14 ago. 2018.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIROTTTO, Maristela. O que o mercado atual espera dos profissionais de contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 185, p. 13-25, set./out. 2010. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/909>. Acesso em: 21 abr. 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 79-92.

GOULART FILHO, A. **A formação econômica de Santa Catarina**. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

GREY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the Environment**. 2 ed. Londres: Sage Publications Ltd, 2001.

GUIMARÃES, J.R.S; JANNUZZI, P.M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 7, n. 1, p. 73-90, maio. 2005. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/136>. Acesso em: 27 mar. 2020.

GUIMARAES, R.P; FONTOURA, Y.S.R. RIO+20 ou RIO-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 3, p. 19-39, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a03v15n3.pdf>. Acesso em 03 maio 2019.

GUIMARÃES, M. L. F. **O Processo Interdisciplinar Orientado (PIO): um estudo no curso de Ciências Contábeis da UNESC**. 2014. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação, Criciúma, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/2282>. Acesso em: 13 maio 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>. Acesso em 23 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 set. 2018.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2>. Acesso em: 11 jan. 2019.

JANKE, N. **Política Nacional de Educação ambiental: contradições e disputas**. 2012. 224 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência). Universidade Estadual Paulista. Faculdades de Ciências, Bauru, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102027>. Acesso em: 25 ago. 2018.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOINVILLE. **Qualidade ambiental em Joinville: Sua ação faz diferença!** 2011. Disponível em: https://prefeituradigital.joinville.sc.gov.br/public/prefeituradigital/servicos/anexos/cartilha_joinville-viva-cidade_21x21_bx.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

KROETZ, C. E. S. **Balanco Social** – Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LABORATÓRIO DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL – LabPPGT. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). 2018-2020.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n.1, p. 23-40, jan./mar.2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P.; Castro, R. S; LOUREIRO, C. F. B. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**, São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/306058872>. Acesso em: 18 abr. 2019.

LIMA, G. F. C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios.** 2005. 628f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279827>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LIMA, G.F.C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

LOBO, E. A.; ETGES, V.E. As universidades comunitárias gaúchas e o processo de integração com o mercado comum do sul – Mercosul. **REDES – Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, Editora UNISC, v.2, n.2, p. 123- 126, dez./1997. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10639>. Acesso em: 21 abr. 2019.

LOPES, A. R. C. **Memória Urbana: diagnóstico do patrimônio cultural no bairro Centro de Joinville.** 2011. 207f. Dissertação (mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade Regional de Joinville. Joinville, 2011. Disponível em: <https://www.univille.edu.br/community/mestradopcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/414198>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LOPES, R. A (in)sustentabilidade da notícia: o papel do jornalismo ambiental na cobertura das secas no Amazonas. **Revista Temática**. Ano XV, n. 2, p. 61-81, fev./2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/44448/22136>. Acesso em: 11. mar. 2019.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 27-54, 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. *In*: Mello, S.; Trajber, R.. (Org.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental.** 1ed.Brasília: MEC/UNESCO, 2007, v. 1, p. 65-73. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2020.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. Ecologia Política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan/abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (Orgs.). **Educação Ambiental - dialogando com Paulo Freire.** São Paulo: Cortez, 2014.

LUCKMANN, L.C.; CIMADON, A. A Dimensão Pública das Instituições de Educação Superior Comunitárias. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, jan./jun.2015. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/252/243>. Acesso em: 22 jan. 2019.

LUIZ, L.; SCHMIDT NETO, A. A atuação do profissional contábil como trabalhador do conhecimento: um estudo exploratório. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, América

do Norte, n. 7, out. 2008. Disponível em:
<http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1067>. Acesso em: 10 set. 2018.

MACHADO, A. O.; LUCKES, R.J.; PETRI, S.M.; ROSA, F.S. Competências do *controller*: um estudo nas 100 maiores empresas de Santa Catarina. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, p. 26-34, mar. 2010. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/748>. Acesso em: 21 abr. 2018.

MALHEIROS, T.F.; PHILIPPI JR, A.; COUTINHO, S.M.V. **Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável**: contexto brasileiro. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 7-20, jan/mar. 2008. Acesso em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000100002.
 Disponível em: 21 mar. 2018.

MEDEIROS, R. A. **A formação do espaço urbano de Tubarão e a Ferrovia Tereza Cristina**. 2006. 165f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89424>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. 2. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

MENEGAT, V. Utilização dos sistemas de custos pelas instituições de ensino superior do sistema ACAFE - SC. *In*: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...**, São Paulo, 2006. Disponível em:
https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos62006/an_resumo.asp?cod_trabalho=223.
 Acesso em: 04 set. 2018.

MILLER, P. Accounting as social and institutional practice: an introduction. *In*: A. G. Hopwood & P. Miller (Eds.), **Accounting as social and institutional practice**. Cambridge Studies in Management, Grã-Bretanha: Cambridge University Press, 1994. p. 1-39.

MONDARDO, M. J.; CITTADIN, A.; RITTA, C. O. O perfil do egresso do curso de Ciências Contábeis da UNESC: uma análise comparativa entre as exigências do mercado de trabalho, as expectativas dos acadêmicos e as características desejadas pelo curso. *In*: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 4, 2011, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011. 92p.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

MORALES, A.G.; KNECHTEL, M.R. Universidade e Formação em educação ambiental multicultural: reflexões iniciais. **Revista Contrapontos – Eletrônica**, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 209-217, maio/ago. 2010. Disponível em:
<https://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2162/1645>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

MORIN, E.; CIURANA, E.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária: O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana.** São Paulo: Cortez Editora. 2003. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/04/Educar-na-Era-Planet%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOUSINHO, P. Glossário. *In*: Trigueiro, A. (Coord.) **Meio ambiente no século 21.** Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

OLEIRO, W. N. **A Educação Ambiental no Ensino da Contabilidade nos Cursos de Ciências Contábeis de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul.** 2016. 160f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS, 2016. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8633>. Acesso em: 13 ago. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PÁDUA, L. C. T. **A Geografia de YI-FU Tuan: essências e permanências.** 2013. 208f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09122013-114313/pt-br.php>. Acesso em: 13 ago. 2020.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, P. **Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida.** Porto Alegre: Penso, 2013.

PIERI, R; LADWIG, N. I. Análise do potencial turístico dos municípios da AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina. **Revista Tecnologia e Ambiente**, v. 22, 2016, Criciúma, Santa Catarina. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/tecnoambiente/article/view/2965>. Acesso em: 19 nov. 2019.

PIRES, C. B. **A formação e a demanda do mercado de trabalho do Contador na região metropolitana de Porto Alegre (RS).** 2008. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2826>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PIRES, C. B.; OTT, E., DAMACENA, C. “Guarda Livros” ou “Parceiros de Negócios”? Uma análise do perfil profissional requerido pelo mercado de trabalho para Contadores na região metropolitana de Porto Alegre. **Revista de Contabilidade Vista & Revista.** Universidade de Minas Gerais, v. 20, n. 3, p. 157-187, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8123/---guarda-livros---ou---parceiros-de-negocios---uma-analise-do-perfil-profissional-requerido-pelo-mercado-de-trabalho-para-Contadores-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre--rmpa-/i/pt-br>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PORTAL DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA. Economia Catarinense. **Produção agropecuária**. 2019. Disponível em: http://portaldeeconomiasc.fepese.org.br/index.php?c=economia#_Toc346963831. Acesso em: 12 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA. Município. **História**. Joaçaba, 2019. Disponível em: <https://www.joacaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/44699>. Acesso em: 05 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Município. A Cidade. **História**. Laguna, 2020. Disponível em: <https://www.laguna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/96142>. Acesso em: 26 fev. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Municípios. **Publicações**. Cidades em dados. Joinville, 2019. <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/joinville-cidade-em-dados/>. Acesso em: 25 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Cidade. **A Cidade**. Itajaí, 2019. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/c/a-cidade>. Acesso em: 11 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL. **Cidade**. São Bento do Sul em Dados. São Bento do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.saobentodosul.sc.gov.br/sao-bento-do-sul-em-dados>. Acesso em: 25 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO. Município. História. **A Cidade**. Tubarão, 2020. Disponível em: <https://www.tubarao.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/22109>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PREVE; D.R.; SOUZA, I.F.; GUIMARÃES, M.L.F. A extensão na universidade comunitária: um olhar a partir da política nacional de extensão universitária. *In*: PREVE; D.R.; SOUZA, I.F.; GUIMARÃES, M.L.F (Org). **Práticas e saberes de extensão**. v. 2. Curitiba: Multideia, 2015, p. 9-24.

REGENSBURGER, J. **Indústria e Espaço urbano**: implicações sócio-espaciais no município de Joaçaba – SC. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89119>. Acesso em: 05 out. 2019.

REIS, A. J.; SILVA, S. L.; A História da Contabilidade no Brasil. *In*: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PRODUÇÃO ACADÊMICA, **Anais...**, Salvador, v. 11, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299/247>. Acesso em: 13 dez. 2018.

RIBEIRO, M.S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, A. J.; NASCIMENTO, L. F.; VAN BELLEN, H. M. A relevância da temática ambiental na formação dos bacharéis em ciências contábeis: a percepção dos coordenadores de curso. **Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, v. 14, n. 1, p. 35-45, 2010.

RIBEIRO, M. G. **Orientação Ambiental de Jovens na Cidade de Tubarão – SC**. 2013. 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107604>. Acesso em: 07 abr. 2020.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, A.V. **Jogos educativos sobre sustentabilidade na educação ambiental crítica**. 2009. 111f. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, São Carlos, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1677>. Acesso em: 07 set. 2019.

SÁ, A. L. **A evolução da contabilidade**. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

SACHS, I. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, I.; VIEIRA, P. F. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTA CATARINA. **Conheça Santa Catarina**. 2018. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc>. Acesso em: 11 set. 2018.

SANTA CATARINA. **Conheça Santa Catarina. Municípios**. 2020. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTOS, A. **Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, C. C. **Formação de educadores ambientais na universidade: possibilidades de uma práxis emancipatória**. 2009. 197 f. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luz de Queiroz. Centro de Energia Nuclear na Agricultura. 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-04082011-081823/pt-br.php>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SANTOS, C. F. **A enchente em Itajaí (SC): relatos, percepções e memórias**. 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas da Educação. 2010. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/bitstream/tede/2018/1/Caio.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. v.31, n. 2, p. 317-322, maio/ago., 2005a. Disponível em: <http://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In*: Educação Ambiental: pesquisa e desafios. *In*: Sato, M.; Carvalho, I.C.M. (Org.) **Educação Ambiental: pesquisa e desafio**. Porto Alegre: Artmed, 2005b, v. 1, p. 17-45.

SCALABRINI, E. C. B.; DALONSO, Y. S. Impactos dos Eventos em Destinos Turísticos: um estudo de caso na cidade de Joinville, SC, Brasil. **Revista Turismo em análise – RTA**. ECA-USP, v. 29, n. 2, p. 332-348, maio/ago., 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333844321_Impactos_Dos_Eventos_Em_Destinos_Turisticos_um_estudo_de_caso_na_cidade_de_Joinville_SC_Brasil_1. Acesso em: 15 abr. 2020.

SCHERRE, P. P. E quando pesquisador e pesquisado são a mesma pessoa? Reflexões epistemo-metodológicas à luz da complexidade e da transdisciplinaridade. **Revista: NUPEAD – IESA – UFG**, v.5, n. 1, jan./jun. 2015, p. 263-286, artigo 92. Dossiê ECOTRANS: Ecologia dos saberes e Transdisciplinaridade. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/download/36359/18712>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SCHNEIDERS, A. **O desenvolvimento econômico de Tubarão e suas controvérsias**. 2012. 151f, Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100566>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SEBRAE. **Cenário Externo de atuação**: Coletânea de informações socioeconômicas Santa Catarina, Brasil. 2016. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SC/Anexos/Cen%C3%A1rio%20Externo%20de%20Atua%C3%A7%C3%A3o_Santa%20Catarina.pdf. Acesso em: 18 set. 2018.

SEF. Secretaria de Estado da Fazenda. **Santa Catarina, um estado mais competitivo**: Balanço Geral de 2018. v.1. Disponível em: <http://transparencia.sc.gov.br/responsabilidade/fiscal/subareainteresse/9>. Acesso em: 11 set. 2018.

SELO SOCIAL. **Secretaria de Promoção da Cidadania, Diretoria de Relações Temáticas**. Disponível em: <https://selosocial.itajai.sc.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SIEDENBERG, D.R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**. Ed: Unijuí. Ano 1. n. 1, p. 45-71, jan./jun., 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T.M. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão**. II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVA, M. J. A. **A Produção do Espaço Urbano de Criciúma-SC e seus agentes de transformação**. 2012. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12304>. Acesso em 10 jan. 2020.

SILVA, R. H.; CENCI, D. R. Multiculturalismo e Educação Ambiental. Reflexões acerca da Construção de uma Nova Postura Ética dos Seres Humanos. **Contexto & Educação**. Ijuí: Unijui. ano 30. n. 97, p. 67-93, set./dez., 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3061/4962>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SOARES, C.R. **Os portos de Paranaguá (PR) e Itajaí (SC):** análise comparativa das suas relações com as cidades de inserção, da estrutura operacional atual e das condições sócio-ambientais das regiões de entorno. 2009. 184f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/21093>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SOUZA, J.V.C. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962- 2003):** registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_aad52943e225234d5f2f4fbac0df8870. Acesso em: 22 jan. 2019.

SPINOZA, B. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SUSTAINABLE MEASURES. **Sustainability**. Disponível em: <http://www.sustainablemeasures.com/Sustainability/index.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa:** estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TANNOUS, S; GARCIA, A. Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais. **Revista Nucleus**, v.5, n.2, p. 183-196, out. 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4033613.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TREVISOL, J.V.; FILIPINI, G. T. R.; BARATIERI, R. C. A educação ambiental e bacias hidrográficas: uma experiência nas escolas públicas do Rio do Peixe (SC). **REMA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. [S.I], mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3400>. Acesso em: 28 ago. 2020.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y.F. **Topofilia**. São Paulo: Difel Ed., 1980.

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

UNESC. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI:** 2017-2022. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, SC: UNESC, 2017. 2017a. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/files/124/PDI%202018%20-%202022%20-%2030-11%20-%20para%20divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

UNESC. **Resolução n. 06/201/CSA**. Aprova o Estatuto da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, SC: UNESC, 2017. 2017b. Disponível em:

http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11434.pdf?1513361806. Acesso em: 10 nov. 2019.

UNESC. **Projeto Político Pedagógico**. Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UNESC. Criciúma, SC: UNESC, 2019. Disponível em: http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/17890.pdf?1575312844. Acesso em: 10 jan. 2020.

UNESCO. **La Carta de Belgrado**. 1975. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000177/017772sb.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

UNESCO. **Educação ambiental**: as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi. UNESCO (Org). Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

UNIVALI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2019a. Disponível em: <https://www.univali.br/institucional/vice-reitoria-planejamento-desenvolvimento-institucional/gerencia-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

UNIVALI. **Sobre a Univali**. 2019b. Disponível em: <https://www.univali.br/institucional/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

UNIVALI. **Ciências Contábeis**: Campus Itajaí. Projeto Pedagógico. 2019c. Disponível em: <https://www.univali.br/graduacao/ciencias-contabeis-itajai/projeto-pedagogico/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

UNIVILLE. **Universidade da Região de Joinville**. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis: *Campus* Joinville. Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC: Univille, 2015. Disponível em: https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html/downloadDirect/945770/PPC_Ciencias_Contabeis_JLLE_2015.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

UNIVILLE. **Universidade da Região de Joinville**. Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021. Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC. Ed: Univille, 2017. Disponível em: <https://www.univille.edu.br/pt-br/institucional/pei/estrategia-e-objetivos-estrategicos-da-univille/883289>. Acesso em: 12 jun. 2020.

UNISUL. **Conheça a Unisul**. Universidade. 2020a. Disponível em: <http://www.unisul.br/wps/portal/home/conheca-a-unisul/a-universidade>. Acesso em: 11 de fev. 2020.

UNISUL. **Conheça a Unisul**. Documentos Institucionais da Universidade. Estatuto da Unisul. 2020b. Disponível em: <http://www.unisul.br/wps/portal/home/conheca-a-unisul/a-universidade/documentos-da-universidade>. Acesso em: 11 de fev. 2020.

UNOCHAPECÓ. **Chapecó. Informações**. A Unochapecó. 2019a. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/info/a-unochapeco>. Acesso em: 17 dez. 2019.

UNOCHAPECÓ. **Estatuto Unochapecó**. 2019b. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/downloads/estatuto-unochapeco>. Acesso em: 17 de dez. 2019.

UNOCHAPECÓ. **Projeto Pedagógico do Curso**. 2019c. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/sites/ppc/39.pdf>. Acesso em: 17 de dez. 2019.

UNOCHAPECÓ. **PDI UNOCHAPECÓ**. 2019d. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/pdi/wp-content/uploads/2014/05/PDI_DIGITAL.pdf. Acesso em: 07 de mar. 2020.

UNOESC. **Curso de Ciências Contábeis**. 2019a. Disponível em: https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/graduacao/CIE%cc%82NCIAS_CONTA%cc%81BEIS_MATRIZ_2019.pdf. Acesso em: 22 de jun. 2020.

UNOESC. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Unoesc, 2018-2022**. Unoesc – 1ª versão revisada. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2019b. Disponível em: https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/atendimento/PDI_-_web_2019.pdf. Acesso em: 22 de jun. 2020.

VAN BELLEN, H.M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 01-14, mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100002. Acesso em: 21 mar. 2020.

VARELO, E. M.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V.; GOMES, A. O. Ensino da contabilidade ambiental nas instituições de ensino superior brasileiras. *In*: CSEAR Conference South America: A sustentabilidade em discussão, 2, 2011, Ribeirão Preto. **Anais...**Ribeirão Preto: CSEAR, 2011. Disponível em: <http://website.acep.org.br/2011/wp-content/uploads/2014/11/ARTIGO-211.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

VIEIRA, P. H. F. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento. *In*: Paulo H. F. Vieira; Eduardo J. Viola; Hector R. Leis; Ilse Scherer-Warren; Julia S. Guivant. (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 45-98.

VILLELA, A. L. V. Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC. **Cadernos do CEOM**. v. 20, n. 27: 159-185. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2000/1089>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ZANELATTO, J. H.; GOULARTI FILHO, A. Carvão e Ferrovia: ecos de progresso e disputas políticas no Sul Catarinense na Primeira República. **Estudios Históricos – CDHRPyB** – Año VI. Julio 201 – nº 12. Uruguai. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/12/PUERTO%20CARBONERO%20-%20ZANELLATO%20-%202014.1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ZANIN, A. **Definição de painel de indicadores de desempenho para instituições comunitárias de ensino superior**. 2014. 147 f. Tese (Doutorado em Engenharia de

Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/101176>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ZANLUCA, J. C. **o que é contabilidade ambiental?** Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>. Acesso em: 01 de julho de 2020.

YAMAGUCHI, C.K. **A contabilidade ambiental nas organizações como instrumento de criação do conhecimento.** 2011. 264 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95951>. Acesso em: 21 mar. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – CADASTRO NO E-MEC DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS
CATARINENSES (20/10/2018)**

(43) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
Situação: Ativa
Endereço: Avenida Madre Benvenuta Nº: 1907
Complemento: Campus I CEP: 88035-001
Bairro: Itacorubi
Município: Florianópolis UF: SC
Telefone: (48) 36648000 Fax: (48) 36648104
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.udesc.br
E-mail: jadna@udesc.br
Categoria Administrativa: Pública Estadual
Reitor/Dirigente Principal:
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(15032) UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP
Situação: Ativa
Endereço: Rua Victor Baptista Adami Nº: 800
Complemento: CEP: 89500-000
Bairro: Centro
Município: Caçador UF: SC
Telefone: 49 35616200 Fax: 49 35616202
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.uniarp.edu.br
E-mail: presidente@uniarp.edu.br; suzana@uniarp.edu.br
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: NÃO
Confessional: NÃO
Filantrópica (CEBAS): NÃO
Reitor/Dirigente Principal: ANDERSON ANTONIO MATTOS MARTINS
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial – Superior

(3151) UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ
Situação: Ativa
Endereço: Avenida Senador Atílio Fontana Nº: 591
Complemento: CEP: 89809-000
Bairro: EFAPI
Município: Chapecó UF: SC
Telefone: (49) 3321 8233 Fax: (49) 3321 8061
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.unochapeco.edu.br
E-mail: reitoria@unochapeco.edu.br
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: SIM
Confessional: SIM
Filantrópica (CEBAS): NÃO
Reitor/Dirigente Principal: CLAUDIO ALCIDES JACOSKI
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(81) UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE
Situação: Ativa
Endereço: Rua Paulo Malschitzki Nº: 10
Complemento: CAMPUS JOINVILLE - BOM RETIRO CEP: 89219-710
Bairro: Campus Universitário - Zona Industrial
Município: Joinville UF: SC
Telefone: (47) 3461 9000 Fax: (47) 3473 0131
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.univille.br
E-mail: reitoria@univille.br
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: SIM
Confessional: NÃO
Filantrópica (CEBAS): NÃO
Reitor/Dirigente Principal:
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(441) UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC
Situação: Ativa
Endereço: Av. Presidente Nereu Ramos Nº: 1071
Complemento: CEP: 89300-000
Bairro: Jardim do Moinho
Município: Mafra UF: SC
Telefone: 4736415500 Fax: 4736415555
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.unc.br
E-mail: eduardo@unc.br
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: NÃO
Confessional: NÃO
Filantrópica (CEBAS): NÃO
Reitor/Dirigente Principal: SOLANGE SALETE SPRANDEL DA SILVA
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(482) UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
Situação: Ativa
Endereço: Avenida Universitária Nº: 1105
Complemento: BLOCO ADMINISTRATIVO CEP: 88806-000
Bairro: UNIVERSITÁRIO
Município: Criciúma UF: SC
Telefone: (48) 3431 2720 Fax: (48) 3431 2750
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: http://www.unesc.net
E-mail: reccursos@unesc.net
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: SIM
Confessional: NÃO
Filantrópica (CEBAS): SIM
Reitor/Dirigente Principal: LUCIANE BISOGNIN CERETTA
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(82) UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC
Situação: Ativa
Endereço: Rua Getúlio Vargas Nº: 2125
Complemento: CEP: 89600-000
Bairro: Flor da Serra
Município: Joaçaba UF: SC
Telefone: (49) 3551 2098 Fax: (49) 3551 2004
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: http://www.unoesc.edu.br/
E-mail: reitor@unoesc.edu.br; reitoria@unoesc.edu.br
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: SIM
Confessional: NÃO
Filantrópica (CEBAS): SIM
Reitor/Dirigente Principal: ARISTIDES CIMADON
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(1189) UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC
Adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012
Situação: Ativa
Endereço: Avenida Castelo Branco Nº: 170
Complemento: Sede CEP: 88509-900
Bairro: Universitário
Município: Lages UF: SC
Telefone: (49) 3251 1001 Fax: (49) 3251 1001
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.uniplaclages.edu.br
E-mail: pesqinst@uniplaclages.edu.br
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: NÃO
Confessional: NÃO
Filantrópica (CEBAS): NÃO
Reitor/Dirigente Principal:
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(494) UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL
Adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012
Situação: Ativa
Endereço: Av. José Acácio Moreira, Dehon. Nº: 787
Complemento: Campus Universitário - UNISUL CEP: 88704-900
Bairro: Dehon
Município: Tubarão UF: SC
Telefone: (048) 36213026 Fax:
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.unisul.br
E-mail: gabinete@unisul.br
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: SIM
Confessional: NÃO
Filantrópica (CEBAS): NÃO
Reitor/Dirigente Principal: MAURI LUIZ HEERDT
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(83) UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
Situação: Ativa
Endereço: Rua Uruguai Nº: 458
Complemento: UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí CEP: 88302-901
Bairro: Centro
Município: Itajaí UF: SC
Telefone: 47-3341 7575 Fax: 47-3341 7577
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.univali.br
E-mail: reitoria@univali.br
Categoria Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Comunitária: SIM
Confessional: NÃO
Filantrópica (CEBAS): SIM
Reitor/Dirigente Principal: CARLOS ALBERTO TOMELIN
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

(76) UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
Situação: Ativa
Endereço: Rua Antonio da Veiga Nº: 140
Complemento: CEP: 89012-900
Bairro: Victor Konder
Município: Blumenau UF: SC
Telefone: (47) 3321.0381 (47) 3321.0377 Fax: (47) 3322.8818
Organização Acadêmica: Universidade Sítio: www.furb.br
E-mail: reitoria@furb.br
Categoria Administrativa: Pública Municipal
Reitor/Dirigente Principal: JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO
Tipo de Credenciamento: EAD - Superior / Presencial - Superior

APÊNDICE B – MESORREGIÕES E MUNICÍPIOS

Mesorregião	Municípios
Grande Florianópolis (21 municípios)	Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara, Tijucas.
Norte Catarinense (26 municípios)	Araquari, Balneário Barra do Sul, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Corupá, Garuva, Guarimir, Irineópolis, Itaiópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Major Vieira, Massaranduba, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, Santa Terezinha, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Schroeder, Timbó Grande, Três Barras.
Oeste Catarinense (118 municípios)	Abelardo Luz, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Alto Bela Vista, Anchieta, Arabutã, Arroio Trinta, Arvoredo, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caçador, Caibi, Calmon, Campo Erê, Capinzal, Catanduvas, Caxambú do Sul, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flôr do Sertão, Formosa do Sul, Fraiburgo, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuacu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Itá, Itapiranga, Jaborá, Jardinópolis, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Maravilha, Marema, Matos Costa, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro, Ouro Verde, Paial, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Passos Maia, Peritiba, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Presidente Castello Branco, Princesa, Quilombo, Rio das Antas, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Salto Veloso, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço d'Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel d'Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tangará, Tigrinhos, Treze Tílias, Tunápolis, União do Oeste, Vargeão, Vargem Bonita, Videira, Xanxerê, Xavantina, Xaxim.
Serrana (30 municípios)	Abdon Batista, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Brunópolis, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Curitibanos, Frei Rogério, Lages, Monte Carlo, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Rio Rufino, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema, Vargem, Zortéa.
Sul Catarinense (46 municípios)	Araranguá, Armazém, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Balneário Rincão, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocal do Sul, Criciúma, Ermo, Forquilha, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Içara, Imaruí, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Laguna, Lauro Muller, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Orleans, Passo de Torres, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Praia Grande, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Treviso, Treze de Maio, Tubarão, Turvo, Urussanga.
Vale do Itajaí (54 municípios)	Agrolândia, Agronômica, Apiúna, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Benedito Novo, Blumenau, Bombinhas, Botuverá, Braço do Trombudo, Brusque, Camboriú, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ibirama, Ilhota, Imbuia, Indaial, Itajaí, Itapema, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Luiz Alves, Mirim Doce, Navegantes, Penha, Petrolândia, Pomerode, Porto Belo, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rodeio, Salete, São João do Itaperiú, Taió, Timbó, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vítor Meireles, Witmarsum.

APÊNDICE C - TÓPICO GUIA PARA AS ENTREVISTAS COM COORDENADORES

Bloco A – Perfil dos entrevistados

Universidade Comunitária				
Mesorregião				
Nome do professor(a)				
Atividades exercidas	Ensino	Pesquisa	Extensão	Gestão
Tempo de docência no Curso				
Tempo como coordenador				
Titulação	Especialista	Mestre	Doutor	PhD
Currículo Lattes				
Relação com a temática ambiental (exercício profissional, graduação, pós-graduação)				

Bloco B – Processo educativo e o entorno universitário

1	Há disciplinas específicas ou conteúdos transversais que abordam a temática ambiental no Curso? Quais?
2	Qual a razão da inserção dessa(s) disciplina(s) ou conteúdos transversais? Foi por conta das exigências legais?
3	Há projetos de pesquisa e/ou extensão sobre a temática ambiental? Os projetos envolvem problemas locais e/ou regionais? Exemplifique.
4	A disciplina faz parte da matriz como obrigatória ou optativa? Por quê? (Obs: se optativa mencionar a legislação: PNEA, DCNEA, MEC)
5	Como foi a aceitação da disciplina pelo colegiado?
6	Quais os principais problemas socioambientais do entorno da Universidade? Exemplifique.
7	Qual o reflexo de abordar questões ambientais na formação do Contador? Exemplifique.

APÊNDICE D – TÓPICO GUIA PARA AS ENTREVISTAS COM PROFESSORES

Bloco A – Perfil dos entrevistados

Universidade Comunitária				
Mesorregião				
Nome do professor(a)				
Atividades exercidas	Ensino	Pesquisa	Extensão	Gestão
Tempo de docência no Curso				
Tempo de docência na Disciplina				
Titulação	Especialista	Mestre	Doutor	PhD
Currículo Lattes				
Relação com a temática ambiental (exercício profissional, graduação, pós-graduação)				

Bloco B – Documentos Institucionais

1	Qual a disciplina que leciona e qual ementa?
2	Conhece outra disciplina ministrada no Curso que possui vínculos com a temática ambiental? Há trabalhos em conjunto?
3	O PPC contempla as questões ambientais?
4	Você participa na Universidade de algum projeto relacionado com a temática? Qual?

Bloco C – Processo educativo

5	O Curso de Ciências Contábeis incentiva a interdisciplinaridade e a transversalidade da temática ambiental?
6	Realiza algum trabalho de pesquisa ou extensão no âmbito da disciplina? Esse trabalho/ação possui caráter interdisciplinar? A comunidade externa é envolvida? Exemplifique.
7	Qual bibliografia utiliza para ministração das aulas?

Bloco D – Percepção dos professores

8	O que se pretende com a inserção de disciplinas ou práticas pedagógicas voltadas para Educação Ambiental no Curso de Ciências Contábeis? (Qual o propósito?)
9	O que você compreende por Contabilidade Ambiental? (buscar indicativos da visão de mundo do professor)
10	Qual o reflexo de abordar questões ambientais na formação do Contador? Exemplifique.

Bloco E – O entorno universitário

11	A sua disciplina/projeto aborda os problemas socioambientais decorrentes das atividades dos setores econômicos do entorno da Universidade Comunitária? Exemplifique.
12	Você utiliza algum texto, filme ou viagem de estudos que trate de problemas ambientais locais e/ou regionais? Com qual a intenção? Exemplifique. Os textos e exercícios praticados consideram as informações socioeconômicas e culturais locais e regionais como educação, renda <i>per capita</i> , emprego? Exemplifique.
13	Quais os principais problemas socioambientais do entorno da Universidade?